RELATÓRIO E CONTAS
1º SEMESTRE 2013

Montepio

CAIXA ECONÓMICA

ÍNDICE

ÓRGÃOS DE GOVERNO 3

1. ENQUADRAMENTO DAS ATIVIDADES 6

2. ESTRATÉGIA 13

3. PRINCIPAIS INDICADORES 20

4. RECURSOS HUMANOS, CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO E DE RELAÇÃO 21

5. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE POR ÁREAS DE NEGÓCIO 24

6. GESTÃO DOS RISCOS 32

7. ANÁLISE DO BALANÇO E DOS RESULTADOS 40

8. NOTAÇÕES DE *RATING* 46

9. SÍNTESE DO DESEMPENHO DAS EMPRESAS DO GRUPO 47

10. PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS PARA O SEGUNDO SEMESTRE 54

11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS, DECLARAÇÕES E RELATÓRIOS DE AUDITORIA 56

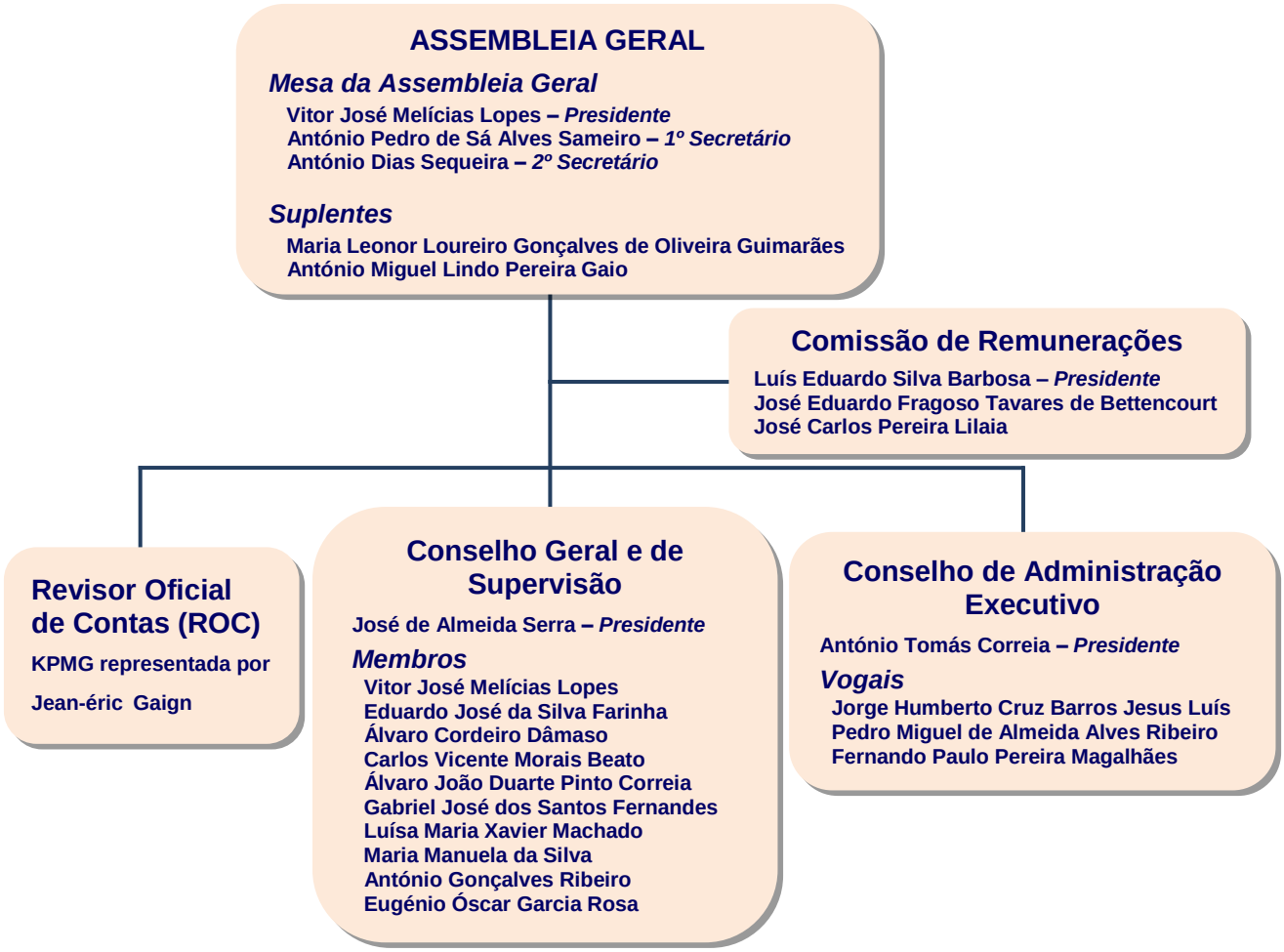
11.1. Demonstrações Financeiras em Base Consolidada 56
11.2. Demonstrações Financeiras em Base Individual 203
11.3. Declaração de Conformidade sobre a Informação Financeira Apresentada do Conselho de Administração Executivo 332
11.4. Conformidade das Recomendações do *Financial Stability Forum* (FSF) e do *Commitee of European Banking Supervisers* (CEBS), referente à transparência da informação e à valorização de ativos (Carta Circular n.º 58/2009/DSBDR, do Banco de Portugal) 333

ORGÃOS DE GOVERNO

Em janeiro de 2013, foi dada execução à reforma estatutária da Caixa Económica Montepio Geral (adiante designada por «CEMG»), aprovada em finais de 2012, com alterações significativas na sua estrutura de governo.

Ao contrário do que sucedia até essa data, passaram a existir órgãos e estruturas de governo específicos da CEMG e do Montepio Geral – Associação Mutualista (MGAM), passando a CEMG a ter como órgãos: Assembleia Geral, Conselho Geral e de Supervisão, Conselho de Administração Executivo, Comissão de Remunerações e Revisor Oficial de Contas. No entanto, manteve-se a identidade de anexação da CEMG e a inerente articulação e conexão de princípios estratégicos entre as duas instituições.

Estrutura e Membros dos Órgãos de Governo da CEMG



As competências de cada órgão institucional são as que seguem.

Assembleia Geral

A Assembleia Geral da CEMG é composta pelos associados eleitos e membros do Conselho Geral do MGAM.

A Assembleia Geral, de acordo com o disposto nos estatutos, é o órgão a quem compete a tomada das decisões de maior relevância para a vida da instituição, nomeadamente, a aprovação das contas anuais, a apreciação da gestão e fiscalização e a eleição dos órgãos institucionais.

Reúne em sessão ordinária, pelo menos duas vezes por ano, para aprovar o Relatório e Contas anual e as Linhas de Orientação Estratégica dos planos plurianuais, bem como os Planos de Ação e Orçamentos anuais, sendo da competência do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, convocar a Assembleia Geral com a antecedência mínima de quinze dias, e dirigir os trabalhos. Aos Secretários cabe, em especial, lavrar as atas das sessões e emitir as respetivas certidões.

Conselho Geral e de Supervisão

O Conselho Geral e de Supervisão cuja composição foi já referenciada no início deste capítulo, elege o seu Presidente de entre os seus membros, na sua primeira sessão, o que aconteceu em 6 de maio de 2013, dando cumprimento ao disposto no artigo 20.º n.º 2 dos Estatutos.

O Conselho Geral e de Supervisão reúne, no mínimo, com periodicidade mensal, e compete-lhe em especial:

- Exercer um papel de aconselhamento e de avaliação contínua da instituição, analisando os documentos de reporte financeiro e supervisionando as políticas de risco e de reporte contabilístico;
- Assegurar a adequação e efetividade do sistema de controlo interno, designadamente nas áreas de reporte prudencial e de cumprimento dos normativos legais;
- Fiscalizar o reporte e dever de informação às entidades de supervisão e outras entidades externas e dar pareceres, nomeadamente, sobre o relatório de gestão e as contas do exercício e sobre o programa de ação e orçamento anual;
- Controlar, analisar e assegurar a efetividade da função de auditoria e fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas.

No exercício das suas funções elabora, também, um relatório anual de atividade a apresentar à assembleia geral, conjuntamente com os documentos de prestação de contas, que são disponibilizados no sítio da internet.

Conselho de Administração Executivo

O Conselho de Administração Executivo é composto por um Presidente e três Vogais, que exercem a gestão executiva da CEMG.

Compete ao Conselho de Administração Executivo, nomeadamente:

- Propor à aprovação da Assembleia Geral a proposta de Linhas de Orientação Estratégica dos planos plurianuais de ação e as respetivas atualizações, bem como os Planos de Ação e Orçamentos anuais, após parecer do Conselho Geral e de Supervisão;
- Elaborar anualmente o relatório e contas e a proposta de distribuição de resultados, a submeter ao parecer do Conselho Geral e de Supervisão e à deliberação da Assembleia Geral;
- Deliberar sobre o aumento de capital institucional e sobre a emissão de títulos representativos de unidades do fundo de participação, bem como sobre a emissão de empréstimos obrigacionistas;
- Deliberar sobre a abertura e encerramento de sucursais e de qualquer outra forma de representação;
- Deliberar sobre a aquisição, alienação e oneração de bens imóveis.

Na sequência destas alterações, foram definidas as áreas de responsabilidade de cada membro do órgão de administração, bem como os administradores substitutos.

Comissão de Remunerações

As remunerações dos órgãos institucionais são fixadas por uma Comissão, composta por três membros, que, à semelhança do que sucede com os restantes membros dos órgãos institucionais, foi eleita em Assembleia Geral, para o mandato 2013-2015.

Todos os membros da Comissão de Remunerações são independentes em relação aos membros do órgão de administração e, no exercício das suas funções, elabora atas das reuniões que realiza e, pelo menos um dos seus membros deve estar presente nas Assembleias Gerais da CEMG.

Revisor Oficial de Contas (ROC)

O Revisor Oficial de Contas, eleito pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Geral e de Supervisão, tem as competências que lhe são atribuídas pelo Código das Sociedades Comerciais.

1. ENQUADRAMENTO DAS ATIVIDADES

Enquadramento Macroeconómico

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu recentemente em baixa o crescimento do PIB mundial para 2013, de 3,3% para 3,1%, um ritmo brando e similar ao observado em 2012. Esta revisão reflete, em grande medida, o abrandamento da procura, designadamente em várias importantes economias emergentes, mas também na Zona Euro, onde a recessão se prolongou até ao início do ano. O FMI considera que os riscos descendentes para as perspetivas de crescimento global ainda dominam, agora inflacionados pela possibilidade de uma maior desaceleração do crescimento nas economias emergentes, especialmente tendo em consideração os riscos de uma redução do crescimento potencial, de um abrandamento do crédito e de condições financeiras mais apertadas, possivelmente como antecipação a uma eventual redução dos estímulos resultantes da política monetária nos EUA, que poderá levar a uma reversão dos fluxos de capitais para as economias emergentes. O FMI considera que para uma aceleração do crescimento global são necessárias ações adicionais a nível da política económica. Especificamente, as principais economias avançadas devem manter um *mix* entre uma política macroeconómica que suporte o crescimento e planos credíveis para alcançar a sustentabilidade das dívidas públicas a médio prazo e restaurar os balanços e os canais de crédito.

Estados Unidos da América

O último trimestre de 2012 foi desapontante, com o PIB praticamente a estagnar, refletindo o impacto da intensificação da recessão na Zona Euro e alguns eventos pontuais, quer de origem natural (furacão *Sandy*), quer de origem política (impasse relativamente a um acordo no Congresso para evitar subidas automáticas nos impostos e cortes automáticos na despesa no início de 2013). O acordo foi conseguido apenas no último dia do ano, traduzindo-se num aperto orçamental para 2013 moderado (baseado num aumento de impostos e no fim de alguns benefícios fiscais, e a partir do 2º trimestre também em cortes na despesa pública), com a política orçamental a permanecer acomodatícia. Neste contexto, o PIB cresceu no 1º semestre a um ritmo anualizado que não chegou a 2.0% (+1,4%), ficando aquém do potencial (cerca de +2,4%) e do crescimento médio de 2,2% observado desde o fim da Grande Recessão de 2008/09. Uma das razões para a maior resiliência da economia no atual contexto internacional adverso prende-se com o recrudescimento da atividade imobiliária, com a subida dos preços das casas a ser determinante para a recuperação da riqueza dos consumidores, apoiada também na valorização das ações; fatores que juntamente com a redução do desemprego e o abrandamento da inflação conduziram a confiança dos consumidores no 2º trimestre a máximos desde finais de 2007. Apesar de ter desacelerado no 2º trimestre, a produção industrial contabilizou o seu 16º trimestre consecutivo de expansão, sequência sem paralelo nas outras grandes economias desenvolvidas e que reflete, por um lado, o superior dinamismo da procura interna e o ganho de quota de mercado nos mercados de exportação. O emprego continuou a recuperar, com a criação de empregos no 2º trimestre (+563 mil) a superar a média dos dois anteriores períodos de expansão pelo 3º trimestre consecutivo. A taxa de desemprego desceu dos 7,8% em dezembro de 2012 para 7,6% em junho de 2013. Embora se trate sensivelmente de um mínimo desde dezembro de 2008 (7,5% em abril), encontra-se ainda muito acima dos 4,5% que se observavam em meados de 2007.

É com o objetivo de melhorar as condições no mercado de trabalho que a Reserva Federal (*Fed*) tem enveredado por uma política monetária extremamente acomodatícia, uma postura que chegou a admitir na reunião de junho, alterar até ao final do ano, mas que veio posteriormente tornar explicitamente condicional à redução do desemprego e ao cumprimento do objetivo para o crescimento do deflator do consumo privado (2%). E na realidade a inflação homóloga continua aquém do objetivo, tendo passado de 1,5%, em dezembro de 2012, para 1,3%, em junho de 2013. A inflação *core* ou subjacente (i.e, excluindo a alimentação e a energia) caiu, no mesmo período, de 1,6% para 1,2%, sendo que, desde novembro de 2008, não ultrapassa a marca dos 2%.

Zona Euro

No 1º trimestre a economia da região contraiu 0,3% em cadeia, dando continuidade à recessão económica em que se encontrava desde o final de 2011. Uma recessão que foi, essencialmente, o resultado dos efeitos das políticas de consolidação orçamental levadas a cabo por uma boa parte dos Estados-Membros, designadamente em países com maior dimensão, como Itália e Espanha, na sequência da crise da dívida soberana na região, observando-se profundas assimetrias entre o centro (equilibrado) e a periferia (desequilibrado). A economia conseguiu regressar aos crescimentos no 2º trimestre, com o PIB a crescer 0,3% em cadeia e com a economia a ser suportada pela França (+0,5%) e, sobretudo, pela melhor dinâmica da Alemanha (+0,7%), que deverá continuar a assumir o papel de grande motor do crescimento. A Itália e a Espanha viram prolongar, no 2º trimestre, a recessão (contraindo -0,2% e -0,1%, respetivamente), com a procura interna a permanecer penalizada pelas referidas medidas de consolidação orçamental. A atividade na região permanece a uma distância considerável (cerca de 2,9%) dos níveis atingidos antes da Grande Recessão de 2008/09, que não deverão ser ultrapassados antes de 2015.

Refletindo as dificuldades económicas, a taxa de desemprego deu continuidade à tendência de agravamento iniciada em meados de 2011, tendo subido de 11,9%, no final de 2012, para 12,1%, em junho, que representa o nível mais elevado desde o início da série, em julho de 1990. Também aqui se observam grandes divergências geográficas, designadamente entre as maiores economias da região, com a Alemanha a destacar-se pela positiva (5,4% em junho) e a Espanha pela negativa (26,3%).

A inflação homóloga registou uma diminuição de 2,2%, em dezembro de 2012, para 1,6%, em junho, tendo chegado em abril a situar-se em 1,2%, um mínimo desde fevereiro de 2010. A inflação permaneceu ao longo do semestre abaixo da barreira de 2,0% (o objetivo de inflação do BCE como sendo consistente com a estabilidade de preços), após se ter situado persistentemente acima desde dezembro de 2010. A inflação *core* também diminuiu ao longo do semestre, de 1,5% no final de 2012, para 1,2% em junho, com os dados a confirmarem que as anteriores pressões inflacionistas na região advinham essencialmente dos preços da energia, embora sendo ainda visíveis pressões nalgumas classes de produtos, refletindo designadamente o aumento dos impostos indiretos em alguns países. Este comportamento da inflação justificou a maior preocupação do BCE com o crescimento económico, a estabilidade financeira e a própria existência da moeda única, em detrimento da evolução dos preços. Assim, o BCE cortou a *refi rate* em 0.25 p.b. em maio, para 0,50% renovando mínimos históricos. Adicionalmente, revelou-se aberto a eventuais novos cortes e a medidas alternativas, tendo, já em julho, passado a assumir um compromisso (ainda algo vago) com um prazo para manter as taxas de juro no atual nível, ou em níveis ainda inferiores,

"durante um longo período de tempo". Ao nível das medidas de carácter não convencional, o BCE decidiu designadamente alargar de julho de 2013 até, pelo menos, julho de 2014 o prazo de fornecimento de liquidez ilimitada ao sistema por via das suas operações principais de refinanciamento.

Portugal

Durante a primeira metade do ano, o país prosseguiu com a implementação do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) acordado com a *troika* do BCE, FMI e Comissão Europeia (CE), que implicou a adoção de mais um vasto conjunto de medidas de consolidação orçamental no Orçamento de Estado (OE) para 2013, que representaram um enorme agravamento da carga fiscal (designadamente em sede de IRS); ao qual se juntaram, num orçamento retificativo, cortes na despesa e medidas da reforma do Estado com que o Governo se tinha comprometido com a *troika* e que incidem sobretudo sobre os funcionários públicos e os pensionistas.

A aprovação do OE 2013 ainda em 2012 acabou por se refletir, de forma intensa, logo no último trimestre do ano passado, provocando uma considerável contração da procura interna, pelo efeito sobre as expetativas dos agentes económicos, com a economia a contrair 1,8% em cadeia no 4º trimestre de 2012, registando em 2012 uma queda anual do PIB de 3,2%, o dobro da observada em 2011 (-1,6%). No 1º trimestre deste ano a economia deu continuidade à recessão que se arrastava desde o final de 2010, com o PIB a contrair 0,4% em cadeia, penalizado essencialmente pelo investimento e pelo consumo privado, e com as exportações líquidas a voltarem a assumir um importante contributo positivo, que no final de 2012 não se tinha verificado, muito por culpa da intensificação da recessão na Zona Euro. Já no 2º trimestre a economia regressou aos crescimentos em cadeia, e logo com um forte crescimento de 1,1%, ainda que possa ter estado enviesado pelo facto de beneficiar da comparação com um 1º trimestre em que a atividade foi penalizada por condições meteorológicas excecionalmente adversas e pelo efeito da Páscoa, que empolou as exportações de bens que deveriam normalmente ter sido realizadas no final de março, mas que, em virtude dos feriados pascais, foram expedidas já em abril (note-se que, ao nível dos serviços de turismo, terá acontecido exatamente o contrário, com as dormidas a ser empoladas em março, e prejudicadas em abril). Assim, no 2.º trimestre o PIB continuou a ser suportado pelas exportações líquidas – a melhor vertente do ajustamento económico em curso – e, desta feita, também pelo consumo privado, que terá regressado aos crescimentos, aliviando de níveis mínimos desde o 2º trimestre de 2000. O 2º trimestre poderá ter representado assim a base para a saída do país da recessão, embora com o regresso aos crescimentos em cadeia de uma forma sustentada (ainda que moderada) a dever ocorrer somente em 2014, uma vez que as perspetivas se mantêm muito condicionadas pela evolução da crise do Euro, e consequente recuperação da economia europeia e pelos objetivos de consolidação orçamental para 2014 acordados com a *troika* na 7ª avaliação.

As difíceis condições de financiamento do mercado de crédito têm vindo a provocar um aumento da poupança forçada das famílias, que se junta à preponderante poupança por motivos de precaução. Assim, observou-se um aumento da taxa de poupança em 2012 (de 9,1% em 2011 para 11,6%), com esta tendência a manter-se em 2013, tendo a taxa de poupança ascendido a 12,9% no 1º trimestre. A intensa deterioração do mercado laboral reflete e, subsequentemente, amplifica a recessão económica do país,

com a queda do investimento a traduzir-se num contínuo agravamento da taxa de desemprego, tendência que se manteve ao longo da primeira metade do ano, com esta a descer de 16,9% no 4º trimestre de 2012 (INE) para 16,4% no 2º trimestre de 2013. A taxa de desemprego acabou por aliviar significativamente do 1º para o 2º trimestre deste ano (17,7% no 1º trimestre de 2013), com esse resultado a traduzir o próprio crescimento económico, mas também alguma sazonalidade e fatores exógenos à economia, com a taxa de desemprego média do semestre a representar um nível máximo histórico das séries trimestrais do Banco de Portugal iniciadas em 1977.

Relativamente ao PAEF, os relatórios finais da *troika* sobre a 7ª avaliação à execução do programa, continuaram a ser positivos, salientando-se que o objetivo estabelecido para o final de 2012 em matéria de défice orçamental foi cumprido, a estabilidade do setor financeiro foi preservada e a prevista execução de um vasto leque de reformas estruturais está a avançar. No entanto, a *troika* efetuou uma revisão dos objetivos em matéria de défice orçamental, de molde a acomodar parcialmente a deterioração da conjuntura económica, passando-os de 4,5% para 5,5% do PIB em 2013 (6,4% em 2012), e de 2,5% para 4,0% em 2014, e esperando agora um défice abaixo do limite de 3% previsto nos tratados europeus somente para 2015 (2,5% do PIB). Acresce que tem ganho cada vez mais forma a possibilidade de se assistir a uma nova revisão das metas orçamentais.

A inflação, medida pela variação homóloga do IPC, abrandou intensamente na 1ª metade do ano, passando de 1,9%, em dezembro de 2012, para 1,0%, em junho – enquanto a inflação *core* diminuiu de 1,3% para 0,6% –, tendo chegado a registar mínimos desde dezembro de 2009 em fevereiro. Este abrandamento confirma que a inflação elevada em 2012 (+2,8%) assumia um carácter largamente temporário, condicionada pelas medidas de política orçamental (*v.g.*, alterações nas classes do IVA e nos preços dos bens regulados) e pelos preços dos bens energéticos. A par da reversão destes fatores, a manutenção de uma forte moderação salarial deverá traduzir-se numa forte redução da inflação.

Angola

Após a crise orçamental e da balança de pagamentos de 2009, Angola assinou um programa com o FMI com vista à correção dos desequilíbrios macroeconómicos. De acordo com o comunicado do FMI relativamente à conclusão do 2º relatório da "Missão de Vigilância Pós-Programa para Angola" (divulgado em janeiro), no ano de 2012, "Angola alcançou um crescimento económico robusto, uma forte posição orçamental, uma taxa de inflação de um dígito, uma nova acumulação de reservas internacionais e uma taxa de câmbio estável". Neste contexto, as autoridades avançaram com um programa de reformas institucionais, fortalecendo algumas áreas-chave na gestão orçamental, monetária e financeira. De acordo com recentes estimativas do Banco Mundial (BM), o crescimento terá acelerado em 2012, para 8,1% (depois de dois anos a crescer uma média de 3,4%). Para 2013 o BM prevê uma desaceleração para 7,2%, seguida de uma ligeira aceleração para 7,5% em 2014. No entanto, alerta para a vulnerabilidade face ao crescimento da produção petrolífera (designadamente em 2014: +9,2%) e à evolução dos preços nos mercados globais, estimando que um choque petrolífero idêntico ao verificado entre finais de 2008 e 2009 reduziria "drasticamente o crescimento do PIB, transformando os excedentes orçamental e externo em défices". Ainda assim, essa dependência é agora menor, pois fora do setor petrolífero, a economia deverá registar igualmente "um crescimento progressivo", destacando-se a construção (mesmo estando indiretamente dependente do petróleo). Por outro lado, o BM considera que o início da produção de gás

natural líquido (*LNG*) poderá acrescentar até 2 p.p. ao crescimento do PIB no primeiro ano, constituindo um novo motor de crescimento, embora pouco contribua para aliviar a dependência estrutural de Angola das exportações de recursos naturais. A inflação homóloga abrandou dos 13,5% registados em 2011 para 10,3% em 2012. Em janeiro a inflação desceu para um valor nunca observado nas duas últimas décadas, ao tocar em 8,9%, acabando por fechar o 1º semestre de 2013 em 9,2%. Para 2013, tanto o Governo (+9,0%), como o BM (+8,7%) preveem que a inflação se mantenha num só dígito. A redução da inflação nos próximos anos deverá estar alicerçada na estabilidade monetária e cambial induzida pelo Banco Nacional de Angola e nas reformas estruturais, levadas a cabo com vista a minorar as distorções que subsistem do lado da oferta.

Mercados Financeiros

O sentimento de mercado melhorou no conjunto do semestre na generalidade das classes de risco, todavia perante desenvolvimentos muito diversos entre as várias geografias. Na Zona Euro, a crise do euro continuou a abrandar paulatinamente, mas os dados macroeconómicos permaneceram incertos, enquanto na China as perspetivas económicas foram revistas em baixa. Pelo contrário, os dados nos EUA revelaram-se animadores no sentido da gradual saída da situação de recessão, enquanto no Japão a *Abenomics* provocou uma forte subida das perspetivas do mercado.

Em relação à crise do euro, continuaram a registar-se melhorias, sobretudo a partir de abril, mas que foram parcialmente corrigidas em junho. A contribuir para descansar os investidores esteve sobretudo a postura dos credores oficiais: *i*) o reiterar das declarações de comprometimento, por parte da CE para a manutenção do euro; *ii*) a flexibilização dos objetivos nominais para o défice de um grande número de países do Euro; *iii*) o prolongamento das maturidades para pagamento dos empréstimos externos a Portugal e à Irlanda (e as subsequentes bem-sucedidas emissões de dívida soberana por parte destes países); *iv*) os sinais de oposição crescente, no seio da Zona Euro, à política de austeridade; *v*) o corte da *refi rate* pelo BCE no início de maio. Estas melhorias foram, todavia, mitigadas pela continuada criação de obstáculos, por parte da Alemanha, para a formação de uma união bancária, a par da sua insistência na via da austeridade como a mais efetiva para o ajustamento. Acresce que a nível nacional houve alguns contratempos: *i*) as eleições italianas de fevereiro, que colocaram o país num impasse eleitoral durante dois meses; *ii*) a decisão inicial das autoridades europeias de taxar todos os depósitos no Chipre, na sequência do pedido de ajuda externa do país (ainda em 2012), o que criou fortes receios de contágio; *iii*) o chumbo, pelo Tribunal Constitucional português, de algumas medidas incluídas no OE 2013, forçando o Governo a renegociar com a *troika* medidas assentes em cortes na despesa.

Entre as classes de ativos, as *yields* da **dívida pública de referência** registaram subidas generalizadas, explicadas por subidas nos ativos de risco – devido às melhores perspetivas para economias como o Japão e os EUA –, pela diminuição de pressão sobre os países periféricos e pelo aumento das expectativas – nos últimos meses – de uma inversão das políticas monetárias expansionistas, na Europa e, principalmente, nos EUA. Com efeito, nos últimos dois meses do semestre verificou-se uma intensificação da especulação relativamente à redução prematura dos estímulos da *Fed*, que a autoridade veio, de resto, confirmar, na reunião de 19 de junho (não obstante posteriormente ter vindo moderar o discurso). Desta forma, as *yields* da dívida pública alemã (*bunds*) subiram 20 p.b. no prazo de 2 anos e 41 p.b. nos 10 anos, respetivamente, para 0,188% e 1,728%. Nos EUA, as *yields* dos *treasuries* aumentaram nos 2 anos 11 p.b., para 0,355%, e nos 10 anos 64 p.b., para 2,486%.

Em linha com a melhoria das expectativas, os *spreads* face ao *bund* da **dívida pública dos países periféricos** diminuíram globalmente, tanto no longo, como no curto-prazo. A Grécia foi o país que registou as maiores descidas, destacando-se particularmente face às restantes na dívida de curto-prazo (caiu -166 p.b). Proporcionalmente à dimensão do *spread* no final de 2012, a maior descida nas taxas de longo-prazo foi, de longe, a observada na dívida irlandesa (-32.9%), com o país a continuar a sair paulatinamente da situação de crise e a economia a dever este ano registar um crescimento anual (o único de entre as economias dos periféricos). Seguiu-se Espanha (-23,0%), que consolidou a sua posição de país não intervencionado, depois de isso ter chegado a ser quase um facto consumado em 2012; e Portugal (-17,2%), onde se observou alguma instabilidade política (*e.g.* decisão do Tribunal Constitucional) mas também notícias positivas (como a extensão das maturidades dos empréstimos). As menores descidas observaram-se, assim, na Grécia (-12,7%) e em Itália (-11,3%), a 1ª penalizada pelos eventos em relação ao Chipre e a 2ª pelo impasse pós-eleições, que durou meses.

No **mercado monetário interbancário** (MMI), as taxas *Euribor* a 3, 6 e 12 meses terminaram relativamente inalteradas face aos níveis que apresentavam no final de 2012, respetivamente em 0,218%, 0,335% e 0,517%, acabando muito perto dos mínimos de sempre registados em meados de maio. A mudança de discurso por parte da *Fed*, admitindo uma inversão mais cedo das medidas expansionistas, acabou por ter pouco efeito sobre as *Libor*, que continuaram com a tendência descendente que se vem a verificar desde o início de 2012, uma vez que não se espera qualquer subida da taxa dos *fed funds* até meados de 2014. Assim, as taxas *Libor* do dólar a 3, 6 e 12 meses situaram-se nos 0,273%, 0,413% e 0,686%,

O comportamento das **ações** ao longo do semestre foi concordante com as diferentes evoluções do sentimento de mercado nas várias geografias: os índices do Japão, principalmente, e dos EUA registaram subidas, enquanto na Europa o *Eurostoxx* desvalorizou 1,3%, com desvalorizações nos índices dos países periféricos (fruto das fracas conjunturas nas economias nacionais), mas com subidas nos índices das maiores economias europeias, com valorizações das bolsas alemã, francesa e britânica, explicadas pelo tom mais animador dos dados prospetivos que foram conhecidos para estas economias ao longo do período em análise. Entre as subidas, destaque para o *Nikkei* 225 japonês, que galgou 31,6%, e, nos EUA, para o *Dow Jones* e para o *S&P* 500, que valorizaram, respetivamente, 13,8% e 12,6%.

Na **dívida privada**, entre os *spreads* de crédito, registaram-se movimentos essencialmente laterais entre os índices de *CDS* (*Credit Default Swaps*) e um comportamento globalmente descendente nos índices de dívida privada das várias notações de risco na Zona Euro. O índice *Itraxx* (5 Anos), o índice de referência para a Zona Euro de *CDS* na classe de *Investment Grade* – cuja liquidez é muito superior à do mercado *spot*, constituindo o *benchmark* do mercado de crédito –, ficou relativamente inalterado (+ 2 p.b. para 120 p.b.), sendo que, dentro deste, a apreciação relativamente às empresas financeiras registou uma deterioração ligeiramente mais vincada, com o *Itraxx Financials* a subir 6 p.b. para 74 p.b.. Movimento simétrico (-6 p.b. para 477 p.b) observou o *Itraxx cross-over* (5 Anos), o índice de *Speculative Grade*, que é mais sensível ao ciclo económico.

No **mercado cambial**, a taxa de câmbio efetiva nominal do euro subiu 2,5% face ao semestre anterior. A moeda única apreciou em relação à libra e ao iene, mas depreciou face ao dólar, terminando o semestre exatamente sobre a barreira psicológica dos 1,3 EUR/USD. A forte valorização face ao iene (+13,0%) resultou essencialmente da política monetária altamente expansionista levada a cabo pelo *BoJ*, para estimular o setor exportador e fazer face à situação de deflação que o país ainda enfrenta. Já a

desvalorização face ao dólar (-1,5%) resultou do pior comportamento da economia europeia e das expectativas de uma política da *Fed* menos expansionista, enquanto o BCE cortou a *refi rate* em maio. O dólar apreciou também face às outras moedas, tendo o *Dollar Index* valorizado 4,2% no semestre.

Finalmente, entre as ***commodities***, registaram-se quedas, especialmente fortes em algumas categorias, um movimento que divergiu das restantes classes de risco e que espoletou receios do fim do *rally* das *commodities*, que começou em 2009. Note-se que essa tendência de valorização das *commodities* vinha coartando a retoma da economia mundial, que, a uma procura agregada que se retraiu após a Grande Recessão de 2008/09, viu juntarem-se sucessivos choques do lado da oferta. A impulsionar as quedas esteve: *i*) a valorização do dólar; *ii*) a antecipação retirada de estímulos à economia americana, que penalizou a procura de metais preciosos como reserva de valor; *iii*) o abrandamento da economia chinesa e de outras emergentes; *iv*) o abrandamento da inflação nas principais economias. Registaram-se quedas em praticamente todas as classes, com a única exceção a caber ao *WTI Crude*, o *benchmark* utilizado por estes índices, mas sobretudo devido à correção de parte da divergência em relação ao *Brent* (+5,2% *vs* -8,1% no caso do *Brent*) observada desde o final de 2010, perante melhorias nas *pipelines* que fizeram convergir a oferta entre os dois *benchmarks*. Nas restantes classes, verificaram-se quedas ainda maiores nos metais de base, nas agrícolas e, sobretudo, nos metais preciosos. Os índices compósitos *Reuters/Jefferies CRB* e *S&P GSCI* caíram 6,6% e 5,5%, respetivamente.

2. ESTRATÉGIA

No primeiro semestre de 2013, a CEMG pôs em prática um novo modelo de governo, com a entrada em funções dos novos órgãos (Assembleia Geral, Conselho Geral e de Supervisão, Conselho de Administração Executivo, Comissão de Remunerações e Revisor Oficial de Contas), adaptou-se às contínuas alterações e desafios do enquadramento económico e regulamentar e tomou medidas para concretizar a estratégia definida a médio prazo.

As Linhas de Orientação Estratégica 2013-2015 englobam duas vertentes fundamentais que se interligam: a das orientações e medidas estratégicas de resposta aos desafios do contexto de assistência financeira ao país e de agravamento da crise e, a vertente das orientações de reforço da capacidade competitiva e de criação de valor, com vista a construir a visão de desenvolvimento futuro do grupo.

O grupo CEMG tem demonstrado, ao longo da sua história e, particularmente nestes últimos anos de grandes desafios, resiliência e capacidade de resposta às crises do país, bem como às contínuas e crescentes exigências regulamentares, tanto de natureza prudencial como comportamental. Embora sendo um grupo de raiz nacional, o Grupo CEMG tem procurado diversificar os riscos da sua atividade, quer através da entrada em novas geografias, quer através do financiamento a sectores cuja procura assenta, maioritariamente, em mercados externos.

Estes esforços têm-se evidenciado numa resposta efetiva que o grupo CEMG tem endereçado, desde há 2 anos, aos requisitos do Plano de Financiamento e Capital (*Funding & Capital Plan*), exigido, desde junho de 2011, aos 8 maiores grupos bancários. Para além deste plano, que define objetivos exigentes de desalavancagem, de financiamento estável, de liquidez e de solvabilidade até final de 2015, acompanhados de *stress tests*, a CEMG, e os restantes parceiros do setor bancário, têm vindo a ser sujeitos, desde 2011, a diversas ações específicas de inspeção, por parte do Banco de Portugal, à qualidade e resistência das suas carteiras de crédito, com impactos no reforço adicional de imparidades.

Mitigar os impactos da crise e o aumento dos custos do risco, principalmente de crédito, sobre os resultados e o capital, tendo em vista manter os níveis de solvabilidade acima dos requisitos e, em linha com os objetivos do plano de financiamento e capital, constitui uma das principais orientações estratégicas, em que se focou a atenção e o trabalho neste semestre.
Neste sentido, destacam-se as medidas de:

- Reforço da captação de poupança de clientes de retalho para funding de balanço de maior maturidade e aplicações mutualistas, mantendo níveis de financiamento e de alavancagem ajustados às condições do mercado e à preservação da sustentabilidade financeira;
- Aumento do perfil de liquidez e de diversificação do ativo, considerando a gestão dos ativos ajustados de risco (*Risk Weighted Assets* - RWA), no sentido de assegurar a combinação mais ajustada à otimização do capital;
- Redução dos custos administrativos com vista à melhoria dos níveis de eficiência;
- Otimização do processo de gestão do incumprimento e da recuperação de crédito;
- Realização de operações de venda de créditos fora de balanço totalmente provisionados;

- Revisão e ajustamento das estruturas e dos processos comerciais, de gestão e de controlo para satisfazer crescentes e desafiantes requisitos e assegurar melhor adequação à presente realidade de mercado. Neste domínio, salienta-se o desenvolvimento de competências e funções de natureza fiscal, com especial enfoque ao nível da assessoria fiscal corporativa do grupo.

Para fazer face a um mercado em retração prolongada e com ténues perspetivas de crescimento até 2015, foi identificada a necessidade de racionalização e reorganização do grupo, a nível das operações domésticas, que permita adequar as estruturas à nova realidade de mercado, obtendo poupanças de sinergias, ganhos de eficiência e maior especialização na gestão das áreas mais suscetíveis aos impactos da crise, aliada à necessidade de reforço da capacidade de obtenção de valor nas áreas da diversificação, designadamente nas operações internacionais, focando mercados atrativos e com potencial de crescimento, que permitam mitigar as dificuldades de rendibilidade do mercado doméstico.

Neste domínio, foram reforçadas as capacidades financeiras, de gestão e organização das entidades já existentes no continente africano, particularmente do Finibanco Angola, para lhe permitir condições adequadas de expansão e de apoio ao crescimento da economia angolana e, foram estudadas outras oportunidades de investimento, com potencial de geração de valor e enquadráveis nas capacidades financeiras e nos valores institucionais do grupo Montepio.

O foco no *cross selling* e nas atividades de diversificação tem contribuído e deverá continuar a contribuir para aumentar a resiliência às pressões sobre o negócio tradicional, em particular do crédito hipotecário, da redução da procura e da degradação das condições e dos fatores de mercado, em consequência da crise e da consequente desalavancagem imposta às instituições de crédito, no quadro do memorando do programa de assistência financeira e económica ao país.

A estratégia de diversificação no mercado doméstico, que lhe tem permitido manter a atratividade e a crescente penetração em novos segmentos de mercado, tem como alicerces as origens e o perfil mutualista do grupo CEMG, a rede de distribuição e de relação alargada e com competências reforçadas, a oferta de produtos e serviços comparativamente muito abrangente, não só na esfera bancária e financeira, como mutualista, o que lhe confere uma particular diferenciação efetiva, complementada pela atuação das diversas empresas do grupo e, especialmente, o valor de solidez e reputação da marca Montepio, percussora de políticas pró-ativas de responsabilidade social e sustentabilidade.

MARCA MONTEPIO

No 1º semestre de 2013, prosseguiu o reforço do posicionamento do Montepio como um grupo e uma marca de génese e centralidade mutualista, única e diferenciada no mercado financeiro nacional, que representa, através das suas diferentes atividades, a Economia Social, bem como os valores do associativismo, solidariedade e humanismo. São estes valores do mutualismo, que constam no ADN do Montepio, que regem uma atuação transparente, rigorosa e competente.

A defesa deste ADN da marca tem contribuído para que as entidades do grupo tenham, não apenas clientes, mas cada vez mais associados, que não só usufruem dos produtos e serviços disponibilizados pelo Grupo, mas sobretudo participam na construção deste posicionamento e advogam em favor da marca.

A marca Montepio continua a ser distinguida no âmbito da sua imagem, nomeadamente atingindo o valor mais alto de reputação do estudo *Brandscore* do Grupo Consultores. Com uma variação positiva, conseguiu ocupar a 1ª posição do *ranking* no primeiro semestre do ano, superando o mercado em atributos como a transparência, a atenção ao cliente, a ética da governação e, ainda, a responsabilidade social e ambiental.

De igual forma, foi reconhecido o trabalho desenvolvido pela CEMG junto dos Clientes, ao conquistar o primeiro lugar, no setor bancário, no estudo *European Consumer Satisfaction Index 2012* - Índice Nacional de Satisfação do Cliente. Uma clara vitória da aposta na qualidade dos serviços prestados e no rigor e competência das equipas.

Também ao nível dos canais complementares, a marca Montepio continua a conquistar o mercado e a merecer distinções que a colocam entre as melhores. O *Contact Center* da CEMG foi premiado internacionalmente com o 3.º lugar no "*Best Contact Center* 2013 – *Top Ranking Performers*" na região EMEA (Europa, Médio Oriente e África), atribuído pela *Global Association for Contact Center Best Practices & Networking*.

Por outro lado, o canal de *homebanking* Net24 destacou-se ao garantir o melhor posicionamento global no setor bancário português em termos de nível de satisfação e de recomendação dos seus Clientes, de acordo com os dados de NPS do *benchmark* CSI Marktest Banca – *Internet Banking* (1ª vaga de 2013).

MONTEPIO E SUSTENTABILIDADE

O grupo Montepio defende os valores e o exercício de uma cidadania empresarial socialmente responsável, que promova o crescimento sustentável do país, com coesão económica e social, a difusão do conhecimento e a inovação, bem como a gestão eficiente dos recursos e a preservação do ambiente.

Como áreas prioritárias de atuação em 2013 salientam-se as medidas de apoio ao setor da Economia Social (também designado Terceiro Setor), de desenvolvimento do empreendedorismo, de apoio à exportação e defesa da Portugalidade.

No âmbito da **Economia Social**, deu-se continuidade à estratégia de atuação e promoção das diversas atividades e agentes do setor, destacando-se as seguintes iniciativas:

- O apoio e participação do Montepio no "5.º Seminário de *Fundraising Call to Action*" permitiu abordar a temática da mudança das empresas relativamente à sua forma de "dar", os novos conceitos de investimento

na capacitação e no envolvimento dos colaboradores e da comunidade local, nomeadamente em projetos inovadores e sustentáveis;

- "Os Nossos Heróis, Histórias na Primeira Pessoa" foi o tema da segunda conferência organizada pela revista VISÃO Solidária, com o apoio do Montepio. O certame que assinalou a abertura de inscrições para a 2.ª edição, contou com a participação dos vencedores do ano anterior que inspiraram os presentes com o seu testemunho;

- No âmbito da parceria estabelecida com o Diário Económico, teve lugar a conferência "Responsabilidade social e ambiente - ano internacional de cooperação pela água", onde foram debatidos temas ligados à água, sustentabilidade ambiental e responsabilidade social e ambiente;

- Ao nível do financiamento, foi lançada a Linha de Crédito II de Apoio à Economia Social, em resultado do protocolo assinado pelo Montepio e o Governo, através do Ministério da Solidariedade e Segurança Social e celebrado o protocolo de adesão à Linha de Crédito Social Investe, com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) e as Sociedades de Garantia Mutua.
  Foi também celebrada a parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) BIS - Banco de Inovação Social, que visa agregar parceiros - instituições e entidades públicas e privadas - pelo objetivo comum de promover a inovação social através do apoio ao empreendedorismo, a participação nas redes nacionais, europeias e internacionais de inovação social e a promoção de uma cultura de inovação e de empreendedorismo, o reforço do Protocolo de Cooperação com a Região Autónoma dos Açores (RAA), no âmbito do regime de apoio ao microcrédito bancário, e a celebração do protocolo de cooperação de produtos e serviços de apoio, microcrédito e responsabilidade corporativa com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade – CNIS.

Para o apoio ao **Empreendedorismo**, desenvolveram-se as seguintes ações:

- Lançamento da parceria Lisboa Empreende | Microeemprendedorismo, entre a Câmara Municipal de Lisboa, entidade que dispõe de uma rede de proximidade com os cidadãos da cidade de Lisboa, a Cooperativa João Sem Medo, empresa social de empreendedores para empreendedores, a Audax, associação sem fins lucrativos, UNIAUDAX – Centro de Investigação e Apoio ao Empreendedorismo e às Empresas Familiares e a CASES, entidade que gere o Sou Mais – Programa Nacional de Microcrédito;
- Manutenção do projeto lançado em 2012, de incubadoras | Startup Lisboa, celebrado em parceria com o Município de Lisboa e o IAPMEI no âmbito do programa E+I (ex-Finicia), com a missão de apoiar o empreendedorismo, a aquisição de conhecimento por via da troca de experiências e desenvolver a inovação;
- Participação no projeto *Cross Innovation*, em parceria com o Município de Lisboa, com o objetivo de identificar e partilhar as boas práticas em políticas de "*cross-innovation*" nomeadamente na troca de

experiências em como o setor inovador interage com o crescimento de outros setores económicos de 11 cidades parceiras.

O Montepio tem dado continuidade ao apoio à internacionalização das empresas através, não só de uma vasta gama de produtos e serviços, mas também de outras ações que dinamizam o contacto com o mercado exportador. Como exemplo, a Instituição marcou novamente presença no SISAB – Salão Internacional do Setor Alimentar e Bebidas, a maior plataforma internacional de negócios para a exportação dos setores agroalimentar e bebidas de Portugal. O Montepio surgiu ao lado das empresas suas clientes, procurando também dar a conhecer a marca e apresentar os produtos e serviços disponíveis para as empresas exportadoras.

A associação aos valores da **Portugalidade** mantém-se parte da atividade da Instituição. Sendo a génese do Montepio portuguesa e tendo a sua origem na resolução de problemas de previdência vividos em Portugal, a dinamização da aproximação dos portugueses ao potencial do seu país tem sido desenvolvida em diversas áreas:

- A associação do Montepio, enquanto patrocinador, à comemoração dos 40 anos do Jornal Expresso é um destes exemplos. Ao longo do ano o semanário Expresso comemora o seu aniversário com exposições de rua e conferências temáticas em várias cidades do país. Este patrocínio permite-nos marcar presença fora de Lisboa, dando assim mais uma oportunidade de contacto entre os clientes e associados do Montepio e estas iniciativas;

- Na continuação do apoio à economia do Mar, destacam-se três iniciativas que contaram com o Montepio. O patrocínio do ciclo de Conversas "Voxmar – O Mar em escuta ativa" – um projeto do Oceanário de Lisboa visa demonstrar, através de exemplos concretos e atuais, o potencial de inovação do Mar desde o turismo à gastronomia;
- O Fórum do Mar, na Exponor, destinou-se a empresas e outras instituições vocacionadas para os assuntos do Mar, tendo integrado encontros de negócio, exposição/mostra de produtos, serviços e de tecnologias com aplicação ao Mar, uma conferência internacional e *workshops* sobre internacionalização e desenvolvimento da economia do Mar;

- O Montepio Peniche *Pro by Rip Curl* – 4ª Etapa da Liga Moche 2013 é a principal competição de surf nacional, e teve lugar em junho, em Peniche. Para além da ligação ao Mar, este patrocínio permitiu o contacto com um *target* jovem, demonstrando o dinamismo e jovialidade da marca.

Também na **cultura**, o Montepio continua a aposta nos valores portugueses, em particular nas áreas da música e do teatro. De salientar o apoio ao álbum "1987" do compositor e letrista Hélder Moutinho, bem como à sua estreia, ao vivo no Teatro São

Luiz, que foi também exibida em *livestream* no *site* Montepio. No total quase 6 000 pessoas acederam à plataforma *livestream* via *web* para assistir a este concerto.

Foram também apoiados os concertos de José Cid & Big Band, comemorativo dos 20 anos da TV Mais, de aniversário dos 25 anos da rádio TSF e o concerto comemorativo dos 125 anos do Jornal de Notícias.

No que respeita ao teatro, destacam-se as peças "Casa de Campo", "Isto É Que Me Dói“ e “Conversas depois de um enterro”.

Montepio Mais Verde – Projeto de Eficiência Energética inovador na banca nacional

Em resposta à difícil conjuntura económica, às tendências da atualidade e ao contínuo aumento de preços, nomeadamente da energia elétrica, foi desenvolvido o projeto de eficiência energética ***Montepio Mais Verde***, que se materializa nas seguintes linhas de ação:

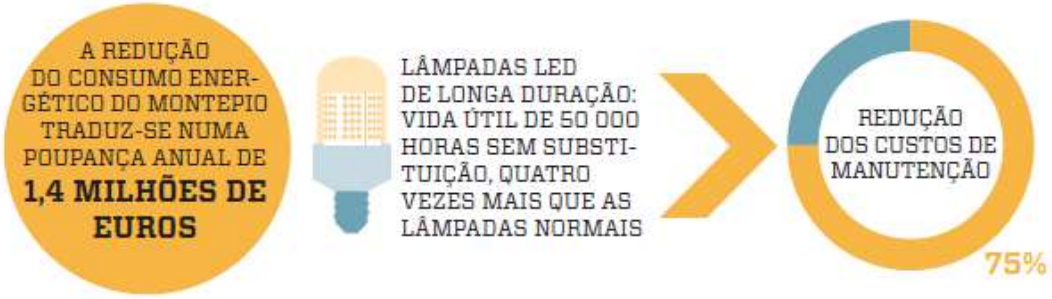
- ✓ Substituição das lâmpadas fluorescentes tubulares e compactas existentes nas instalações do Montepio, num total de 70 000 unidades, por lâmpadas de tecnologia LED. Esta alteração resulta numa poupança de 70% em consumo de energia elétrica na iluminação, mas também nos custos de manutenção;

- ✓ Implementação de 450 sistemas de controlo remoto que, a partir de um centro de gestão, permitem monitorizar:
  - A iluminação, os letreiros e equipamentos de cada edifício/balcão;
  - A temperatura ambiente dos espaços de trabalho e da rede de balcões, com recurso a sondas de alta precisão que garantem elevado grau de conforto dos espaços;
  - Os consumos em períodos diários de tarifa mais reduzida, garantindo menores picos no consumo de energia;
  - As anomalias, atuando em tempo real sobre os sistemas, evitando custos;
  - Os graus de temperatura. Por cada grau de temperatura gerido de forma ativa pode reduzir-se o consumo de energia em cerca de 5%;
  - Os consumos reais e a respetiva faturação.

Os resultados esperados com a implementação deste projeto, inovador no setor bancário e em total respeito pelos recursos naturais, terão impacto significativo nos três pilares da sustentabilidade: Ambiental, Económico e Social.

Impacto Ambiental

Impacto Económico



3. PRINCIPAIS INDICADORES

(milhares de euros)

INDICADORES	dez.12	jun.12	jun.13
ATIVIDADE E RESULTADOS			
Ativo Líquido	20 972 731	20 966 605	20 975 276
Crédito a Clientes Bruto	16 563 739	16 960 105	16 280 620
Recursos de Clientes de Balanço	15 170 652	14 666 022	15 861 462
Resultado Líquido	2 099	4 774	-69 654
RÁCIO DE ALAVANCAGEM E LIQUIDEZ			
Crédito a Clientes Total Líquido / Depósitos de Clientes (a)	118.67%	117.85%	115.94%
Crédito a Clientes Total Líquido / Depósitos de Clientes (b)	120.54%	120.00%	117.59%
Ativos Elegíveis para Refinanciamento junto do BCE	3 139 482	3 396 782	4 300 948
QUALIDADE DO CRÉDITO E GRAU DE COBERTURA			
Rácio de Crédito e Juros Vencidos há mais de 90 dias	5.02%	4.43%	5.63%
Rácio de Crédito com incumprimento (a)	6.32%	5.56%	7.20%
Rácio de Crédito com incumprimento Líquido / Crédito Total Líquido (a)	0.82%	1.17%	1.15%
Imparidade de Crédito Total / Crédito e Juros Vencidos há mais de 90 dias	111.00%	101.72%	109.21%
Crédito em Risco / Crédito Total (a)	10.95%	8.29%	12.12%
Crédito em Risco Líquido / Crédito Total Líquido (a)	5.72%	4.03%	6.38%
RÁCIOS DE EFICIÊNCIA E RENDIBILIDADE			
Produto Bancário / Ativo Líquido Médio (a)	2.05%	2.43%	1.88%
Resultado antes de Impostos / Ativo Líquido Médio (a)	-0.80%	0.09%	-0.94%
Resultado antes de Impostos / Capitais Próprios Médios (a)	-11.56%	1.41%	-12.47%
Resultado do Exercício / Ativo Líquido Médio (ROA)	0.01%	0.05%	-0.67%
Resultado do Exercício / Capitais Próprios Médios (ROE)	0.14%	0.71%	-8.83%
Gastos Operacionais / Produto Bancário *(cost to income)* (a)	83.64%	66.27%	83.27%
Gastos com Pessoal / Produto Bancário (a)	45.79%	38.06%	49.03%
SOLVABILIDADE (a)			
Rácio de Solvabilidade	13.58%	13.28%	13.20%
Rácio *Tier* 1	10.59%	10.13%	10.37%
Rácio *Core Tier* 1	10.62%	10.15%	10.38%
REDE DE DISTRIBUIÇÃO E COLABORADORES (Unidades)			
Balcões Rede Doméstica	458	469	457
Balcões Rede Internacional - Angola	9	9	10
Escritórios de Representação	6	6	6
Colaboradores Atividade Doméstica	3 928	3 948	3 908
Colaboradores Atividade Internacional - Angola	126	125	140

(a) De acordo com a Instrução n.º 23/2012, do Banco de Portugal.

(b) Ótica *Funding & Capital Plan.*

4. RECURSOS HUMANOS, CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO E DE RELAÇÃO

4.1. Recursos Humanos

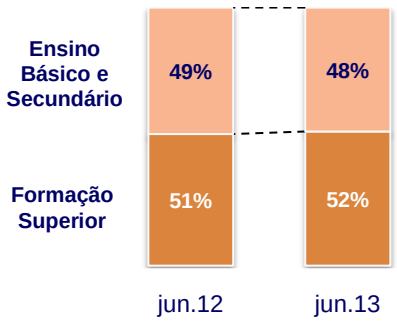
No final do primeiro semestre de 2013, o quadro de pessoal da Caixa Económica Montepio Geral (CEMG) era composto por 3 908 colaboradores, verificando-se uma redução de 40 colaboradores face ao período homólogo de 2012. Esta redução foi motivada essencialmente por reformas antecipadas e rescisões.

O quadro seguinte apresenta a evolução do quadro de pessoal das diferentes entidades que consolidam contas com a CEMG, compondo o grupo CEMG:

	jun.12	jun.13	Variação N.º	Variação %	Peso
Total	**4 911**	**4 830**	**- 81**	**-1.6**	**100.0%**
Caixa Económica	3 948	3 908	- 40	-1.0	80.9%
Lusitania	653	603	- 50	-7.7	12.5%
Lusitania Vida	28	28	0	0.0	0.6%
Finibanco Holding, do qual:	282	291	9	3.2	6.0%
Finibanco Angola	125	140	15	12.0	2.9%
N.º Balcões (CE)	469	457	- 12	-2.6	
Nº Colaboradores / Nº Balcões (CE)	8.4	8.6			

A seletividade das novas contratações permitiu dar continuação ao reforço gradual da população com habilitações ao nível do Ensino Superior (52%), que compreende colaboradores com bacharelato, licenciados, com mestrado, com pós-graduação e doutorados.

Distribuição do Quadro de Colaboradores da Caixa Económica por Tipo de Qualificação



No primeiro semestre de 2013 realizaram-se 232 ações de formação na CEMG, que totalizaram 74 854 horas de formação e corresponderam a 15 410 participações, envolvendo 3 779 colaboradores. O número de ações realizadas mais do que duplicou, comparativamente com igual período do ano anterior, tal como o número de horas de formação e o número de participações, que registaram crescimentos homólogos de 27,2% e 50,6%, respetivamente.

Investimento em Formação

	jun.12	jun.13	Var.
Nº Ações Formativas	101	232	129.7%
Nº Horas Formação	58 831	74 854	27.2%
Nº Participações	10 233	15 410	50.6%
Investimento Formação (mil euros)	90.5	141	55.8%

Foi possível ainda aumentar a dimensão do investimento em formação no semestre face ao período homólogo anterior, de 90,5 mil euros para 141 mil euros, tendo por base um esforço de poupança e otimização, que continuou a assentar no incremento do *e-learning*, na formação orientada para a disseminação em cascata e na construção de conteúdos recorrendo a especialistas internos.
As principais temáticas de formação respeitaram ao risco, insolvência e recuperação de crédito, prevenção do branqueamento de capitais e mutualismo.

4.2. Presença Geográfica e Rede de Distribuição

Canais de Relação

Em junho de 2013, a CEMG detinha uma rede doméstica de 457 balcões e uma representação internacional de 10 balcões em Angola e 6 Escritórios de Representação junto de comunidades portuguesas residentes no estrangeiro e a Instituição Financeira Internacional localizada em Cabo Verde.

Para o segmento *Affluent*, que exige uma relação de maior proximidade, deu-se continuidade ao acompanhamento através de 182 gestores *Premium* e 11 gestores *Top Premium*.
Relativamente ao segundo setor (ENI's, Micro-Empresas e PME's) e dando continuidade ao esforço de especialização do serviço, o Montepio disponibilizou 207 gestores de negócios e 72 gestores de empresas dedicados. Para o setor da Economia Social, foi reforçada e consolidada a estrutura comercial autónoma, que conta já com 14 gestores dedicados ao Terceiro Setor.

A aposta na rede de Promotores Comerciais, com os seus 953 colaboradores externos, continua a revelar-se uma estratégia de sucesso, contribuindo para uma maior eficácia da atividade comercial, e uma ampla divulgação do Grupo Montepio.
O alargamento desta rede à atividade mutualista incrementou em 30,1% os recursos canalizados para este tipo de produtos pelos clientes encaminhados através dos nossos parceiros.
O primeiro semestre de 2013 traduziu-se em 84 novos Promotores, e num aumento de 7,9% do negócio captado.

A forte aposta na rede de Promotores *Assurfinance* Montepio-Lusitania, tem permitido ampliar a área de influência do Grupo e do serviço de relação comercial. No final do 1º semestre de 2013, a rede *Assurfinance* contava com 376 promotores, representando um aumento de 21% face a 2012. Em termos

de volume de negócios, este registou um aumento de 76% durante o 1º semestre, do qual 62% correspondem a produtos de recursos.
Os resultados apresentados representam a aposta que se continua a fazer neste canal. Também o modelo de estrutura comercial, que assenta numa equipa especializada de acompanhamento personalizado aos promotores, tem contribuído para fomentar o incremento significativo do negócio angariado por este canal.

Canais Complementares

Tanto no segmento de Particulares como no das Empresas, os canais Net24, Phone24, Netmóvel24 e SMS24, registaram durante o primeiro semestre de 2013 um crescimento significativo em termos de aderentes, atingindo-se, em junho de 2013, o valor de 712 mil aderentes particulares (5%) e 94 mil empresas (10%) ao serviço Montepio24.

O sítio público do Montepio (www.montepio.pt) continua a centrar-se como o principal ponto de contacto com os clientes, ao registar um aumento significativo no número de acessos, atingindo uma média mensal de 3,11 milhões de visitas e 16,18 milhões de *page views*.

5. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE POR ÁREAS DE NEGÓCIO

5.1. Oferta de Produtos e Serviços por Segmentos

Campanhas Comerciais

Para apoio à atividade comercial, a estratégia de comunicação centrou-se no mutualismo e na diversificação da oferta:

- Valorizando a condição de associado, realizou-se uma campanha de Seguro Auto em que às novas apólices subscritas por associados, no período da ação, foi atribuído um desconto de 10% sobre o prémio comercial. Esta campanha abrangeu comunicação em balcão, no *site* Montepio e em rádio.

- No segmento de crianças e jovens, e dando continuidade à parceria com o Canal Panda, o Montepio marcou presença no Bairro do Panda, divulgando a oferta para este segmento e proporcionando uma experiência nova para as crianças e famílias. No espaço, foi recriado um Balcão Montepio mas à escala das crianças, onde foi possível "abrir uma conta", receber uma caderneta com o nome e fotografia e visitar o "cofre" do banco, entre outras atividades.

- O lançamento do serviço Montepio *Trader*, plataforma de negociação eletrónica (*online trading*), disponível desde fevereiro, foi alvo de uma campanha de comunicação que teve como objetivo dar a conhecer a disponibilização do serviço, bem como as suas funcionalidades. Esta campanha foi divulgada no meio Imprensa de âmbito financeiro e Internet, dada a afinidade destes meios com o público-alvo.

- No âmbito do segmento Empresas, foi lançado o Cartão Montepio Menu, um cartão refeição pré-pago da Rede VISA que permite aos colaboradores das empresas receberem o subsídio de alimentação mediante um carregamento mensal, com total flexibilidade e benefícios fiscais. A divulgação deste cartão comtemplou presença em Balcão, no *site* Montepio, em Imprensa e Rádio, no sentido de dar a conhecer a disponibilização do mesmo e a sua principal vantagem: o incentivo à poupança fiscal.

Banca de Particulares

A estratégia de oferta para o segmento de particulares, no 1º semestre de 2013, manteve como principal objetivo incentivar a poupança das famílias, através da captação de depósitos a prazo, bem como das

modalidades da Associação Mutualista. Neste sentido, destacaram-se como principais produtos de poupança:

Prazo	Depósitos a Prazo	Modalidades Mutualistas de Capitalização (exclusivas para Associados)
1 Ano	Montepio Poupança Especial Montepio Poupança Especial Associado Montepio Net Ganhe (183 dias / 1 Ano) Montepio Net Livre	
2 Anos	Montepio Poupança Flexível Montepio Poupança Ativa Montepio Aforro Prémio 2013	
3 Anos	Montepio Super Poupança 2013	
5 Anos		Montepio Capital Certo 5 anos e 1 dia
8 Anos		Montepio Capital Certo 8 anos e 1 dia

Com o objetivo de diversificar ainda mais a oferta disponível, foram disponibilizados, ao longo do 1º semestre, depósitos estruturados cuja remuneração está indexada ao desempenho de ativos financeiros subjacentes e foram efetuadas emissões de títulos de dívida da CEMG, tais como emissões de Papel Comercial e de Obrigações de Caixa.

Na área da Bancasseguros, no primeiro semestre do ano, a CEMG, em articulação com a Lusitania, reforçou a oferta na área da Saúde, com o lançamento do Cartão Seguro Saúde + Fácil, seguro de saúde que garante o acesso a assistência médica - consultas, tratamentos e exames -, a preços acessíveis na rede essencial *AdvanceCare*, de uma forma célere e sem burocracias.

Banca de Empresas

O Montepio manteve o apoio às empresas e negócios, prosseguindo a estratégia de aposta neste segmento enquanto Instituição comprometida com o desenvolvimento do país.

Em resultado da importância estratégica que tem dado ao apoio às empresas e empresários, o Montepio disponibiliza hoje uma oferta alargada e flexível orientada para as necessidades específicas das empresas. Consolidou a carteira de oferta no 1º semestre, nomeadamente no apoio à exportação, e tem estado presente em todas as iniciativas de cariz nacional, promovidas por entidades públicas, que visam promover a dinamização e o apoio às empresas nacionais.

No atual contexto, as linhas protocoladas assumem um papel decisivo como instrumento fundamental para o acesso das Empresas ao crédito e reforçam a parceria existente entre o Montepio e as Sociedades de Garantia Mútua, com base na partilha de risco, para a dinamização do financiamento das empresas nacionais, com especial destaque para as Pequenas e Médias Empresas – PME's.

O Montepio subscreveu e dinamizou no 1º semestre de 2013 todas as iniciativas promovidas pelas entidades públicas, entre as quais se destacam:

- Linha de Crédito PME Crescimento 2013;
- Investe QREN;

- Linha de Apoio à Economia Social;
- Linhas de Crédito para apoio aos Projetos Proder e Promar;
- Linha de Apoio à Qualificação da Oferta e à Tesouraria do Turismo de Portugal;
- Programa FINCRESCE;
- Linha de Apoio às Empresas da Região Autónoma dos Açores.

Como forma de apoio adicional às medidas previstas e em implementação pelo Governo, o Montepio desenvolveu uma nova linha de crédito de apoio às PMEs destinada a apoiar operações de investimento previstas na medida do Governo "Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento de 2013" – CFEI e numa abertura de Crédito em Conta Corrente como forma de reforço adicional do fundo de maneio das empresas beneficiárias da medida. A Linha de Crédito Incentivo Fiscal 2013 prevê um conjunto de condições preferenciais para contribuir, de forma adicional, para a otimização dos resultados das empresas apoiadas pela medida.

Banca para o Terceiro Setor

As instituições do Terceiro Setor desempenham um papel cada vez mais fundamental na resposta aos desafios sociais, mitigando, com a sua atividade e intervenções, as consequências da degradação das condições económicas e financeiras do país, com uma taxa de desemprego jovem elevada, uma população envelhecida e com crescentes os riscos de exclusão social.

A CEMG tem vindo a assumir-se, cada vez mais, como uma instituição financeira de apoio ao Terceiro Setor, ajudando as instituições a ultrapassar os constrangimentos inerentes ao atual contexto, contribuindo positivamente para a sustentabilidade financeira do setor, o cumprimento da sua missão e a perpetuação dos seus valores.

No quadro da política de responsabilidade corporativa têm sido criadas pontes entre os clientes e as áreas de responsabilidade social do grupo, as áreas de seguros e as áreas financeiras, procurando desenvolver soluções desenhadas e ajustadas às necessidades específicas deste setor.
Tem sido privilegiada a relação de proximidade e a celebração de protocolos com as entidades deste setor, com vista a abranger o maior número de entidades e oferecer condições específicas de produtos/serviços e *pricing,* de que é exemplo a disponibilização da Solução integrada "Montepio Terceiro Setor", orientada para as necessidades das IPSS, Misericórdias, Mutualidades, Associações e outras organizações do setor.
No primeiro semestre de 2013, observaram-se crescimentos significativos do envolvimento com as entidades deste setor, com um crescimento de 41,2% das entidades clientes, um aumento de 46,8% dos recursos de intermediação captados e de 171,7% do crédito, em termos homólogos.

Ao abrigo da Linha de Crédito de Apoio à Economia Social I, no âmbito do protocolo assinado com o Ministério da Solidariedade e Segurança Social, a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, a União das Misericórdias Portuguesas e a União das Mutualidades Portuguesas, foram

celebrados contratos no montante de 12,5 milhões de euros, aos quais o Montepio acrescentou mais 25 milhões de euros para apoio a estas instituições. Em termos globais, as Linhas de Crédito de Apoio à Economia Social I e II ascendem a 187,5 milhões de euros.

Microcrédito

O Microcrédito é uma linha de financiamento a pessoas individuais e micro empresas com iniciativas empresariais viáveis, mas sem os necessários recursos financeiros, constituindo um instrumento de combate à pobreza e exclusão social e de apoio do empreendedorismo. Durante o primeiro semestre de 2013 estabeleceram-se novos protocolos, multiplicaram-se contactos com entidades parceiras e promoveram-se eventos na área do empreendedorismo e criação do próprio emprego.

Prosseguiu a política de apoio personalizado aos promotores, com a manutenção de tutores de proximidade para cada micro empreendedor, o qual o auxilia na elaboração do plano de negócios e acompanha o desenvolvimento do projeto, utilizando métricas de desempenho e técnicas de *coaching* empresarial, com resultados positivos que se têm traduzido em rácios de crédito com incumprimento inferiores a 2%.
Nas linhas protocoladas Microinvest e Invest+ a CEMG tem uma quota de mercado de 19% e 27%, respetivamente, traduzindo-se em 9,9 milhões de euros correspondentes a 305 operações.

Top Premium

Foi mantida a política de prestar um serviço personalizado e de excelência aos clientes, tendo por base uma rede de gestores dedicados, que efetuam o levantamento das necessidades específicas de cada cliente e monitorizam cada carteira e, uma oferta de produtos específicos, de qualidade e adequados aos perfis de risco de cada cliente do segmento.

Esta política contribuiu para que, no primeiro semestre de 2013, se obtivesse um aumento do número de clientes e de Associados e um crescimento sustentado da atividade com o segmento *Top Premium*. O volume de negócios (depósitos + crédito) aumentou cerca de 4% e o número de clientes cresceu 12%.

5.2 Evolução da Atividade

Oferta Mutualista

No primeiro semestre de 2013, considerando o contexto económico-financeiro de grandes dificuldades, o movimento associativo continuou a evidenciar um elevado dinamismo. No final do mês de Junho, a carteira de Associados do MGAM totalizava 558 008, o que traduz um crescimento de 40 633 associados, a que corresponde uma variação homóloga de +7,9%.

O número de inscrições em modalidades mutualistas foi de 971 785, traduzindo um crescimento homólogo de 9,4% e uma variação significativa do rácio de inscrições por associado de 1,72 em junho de 2012 para 1,74 no final de junho de 2013.

Os valores entregues para subscrição de modalidades mutualistas totalizavam 425,9 milhões de euros, a que corresponde uma variação homóloga de 29,1%. Esta evolução reflete o elevado ritmo de crescimento dos Capitais de Reforma e das Modalidades Montepio Capital Certo de 43,3% e 28,5%, respetivamente.

É, igualmente, de destacar o desempenho das modalidades de Proteção, no valor de 48,9 milhões de euros o que traduz um acréscimo de 18,0%, em termos homólogos, que evidencia o trabalho da rede comercial na sensibilização dos Clientes e Associados em idade ativa para a necessidade de poupar, embora num contexto de alguma adversidade.

(milhares de euros)

	dez.12	jun.12	jun.13	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Modalidades Mutualistas de Capitalização	**652 430**	**288 493**	**376 947**	**88 454**	**30.7**
Montepio Capital Certo	539 219	238 132	305 946	67 814	28.5
Capitais de Reforma	108 064	47 970	68 761	20 791	43.3
Modalidades Coletivas	609	351	188	-163	-46.4
Poupança Reforma	4 538	2 040	2 052	12	0.6
Modalidades Mutualistas de Proteção	**85 066**	**41 440**	**48 918**	**7 478**	**18.0**
TOTAL	**737 496**	**329 933**	**425 865**	**95 932**	**29.1**

Recursos de Clientes

O exercício do primeiro semestre de 2013 confirmou, mais uma vez, o Montepio, enquanto instituição financeira de cariz aforrador, com os recursos de clientes a apresentarem um crescimento de 7,8% face ao período homólogo do ano anterior.

(milhares de euros)

	dez.12	jun.12	jun.13	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Recursos de Clientes de Balanço	**15 170 652**	**14 666 022**	**15 861 462**	**1 195 440**	**8.2**
Depósitos	13 103 506	13 650 607	13 165 259	-485 348	-3.6
Títulos Colocados em Clientes	2 067 146	1 015 415	2 696 203	1 680 788	165.5
Recursos de Desintermediação	**1 380 151**	**1 304 509**	**1 356 184**	**51 675**	**4.0**
Recursos Totais de Clientes	**16 550 803**	**15 970 531**	**17 217 646**	**1 247 115**	**7.8**

Os recursos de clientes de balanço aumentaram 8,2% enquanto que os recursos de desintermediação também evidenciaram um crescimento homólogo positivo mas, mais reduzido, 4,0%, reflexo da apetência dos investidores por produtos tradicionais e sem risco.

Recursos de Clientes de Balanço

Prosseguindo uma estratégia de diversificação da carteira de recursos, no primeiro semestre de 2013 a oferta incidiu maioritariamente em aplicações financeiras de baixo risco, nomeadamente, sob a forma de depósitos a prazo, obrigações ou papel comercial, predominando o curto ou o médio prazo (1 a 3 anos).

Esta estratégia resultou num crescimento no segmento de Particulares e Pequenos Negócios (2,9%), no qual se salienta o comportamento muito positivo no segmento de Instituições Sem Fins Lucrativos com uma variação de 462,6 milhões de euros (31,4%).

Assinala-se, ainda, o aumento, em 515,7 milhões de euros, dos recursos de balanço do segmento de Empresas e o crescimento em 329,5 milhões de euros, registado em Outros Segmentos.

(milhares de euros)

	dez.12	jun.12	jun.13	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Particulares e Pequenos Negócios	**11 978 816**	**11 978 060**	**12 328 283**	**350 223**	**2.9**
Particulares	10 298 595	10 441 475	10 334 655	-106 820	-1.0
Comerciantes e Prof. Liberais	59 999	62 418	56 813	-5 605	-9.0
Instituições sem Fins Lucrativos	1 620 222	1 474 167	1 936 815	462 648	31.4
Empresas	**2 247 471**	**2 017 923**	**2 533 648**	**515 725**	**25.6**
Outros Segmentos	**944 365**	**670 039**	**999 531**	**329 492**	**49.2**
Recursos de Clientes de Balanço	**15 170 652**	**14 666 022**	**15 861 462**	**1 195 440**	**8.2**

Recursos de Desintermediação

O Montepio dispõe de uma ampla oferta de produtos de desintermediação que abrange todo o tipo de fundos, mobiliários, imobiliários, de pensões e produtos de bancasseguros.

No final do primeiro semestre de 2013, o volume global de ativos atingiu 1 356,2 milhões de euros traduzindo um aumento homólogo de 4,0%. Este crescimento foi impulsionado pelo desempenho dos fundos de investimento mobiliário com uma variação de 17,7%.

(milhares de euros)

	2012	jun.12	jun.13	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Fundos de Investimento Mobiliário	347 243	275 230	323 950	48 720	17.7
Fundos de Investimento Imobiliário	698 758	694 984	703 094	8 110	1.2
Fundos de Pensões	185 571	176 704	184 324	7 620	4.3
Bancasseguros	148 579	157 591	144 816	-12 775	-8.1
Recursos Fora de Balanço	**1 380 151**	**1 304 509**	**1 356 184**	**51 675**	**4.0**

Crédito a Clientes

No final do primeiro semestre de 2013, a carteira de crédito a clientes totalizava 16 280,6 milhões de euros, a evoluir em linha com a estratégia e com os objetivos delineados, observou-se uma variação de -4,0%, face ao período homólogo de 2012.

Crédito a Particulares e Pequenos Negócios

(milhares de euros)

	dez.12	jun.12	jun.13	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Banca Particulares e Pequenos Negócios					
Total da Carteira	**10 267 539**	**10 466 591**	**10 035 905**	**-430 686**	**-4.1**
Particulares	**9 732 247**	**9 948 136**	**9 509 196**	**-438 940**	**-4.4**
do qual:					
Habitação	7 997 745	8 152 723	7 840 943	-311 780	-3.8
Individual	640 920	711 209	610 378	-100 831	-14.2
Pequenos Negócios	**535 292**	**518 455**	**526 709**	**8 254**	**1.6**
Por Memória:					
Garantias e Avales	**19 738**	**20 325**	**18 357**	**-1 968**	**-9.7**

Para esta evolução importa assinalar a redução do crédito concedido aos Particulares e Pequenos Negócios, em 4,1%, muito influenciada pela diminuição da carteira de crédito à habitação, que verificou uma descida de 311,8 milhões de euros, induzida pela quebra das novas contratações e pelo efeito das amortizações da carteira.

O segmento de Empresas registou uma variação de -2,1% face ao período homólogo de 2012, valor influenciado pela redução da carteira de crédito à Construção em 16,0%, que contrasta com a evolução do crédito ao Segmento de Empresas - Outras Finalidades que aumentou 1,3% face ao período homólogo de 2012. Esta evolução traduz o resultado da estratégia de diversificação implementada pelo Montepio.

Crédito a Empresas

(milhares de euros)

	dez.12	jun.12	jun.13	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Banca de Empresas					
Total da Carteira de Crédito	**6 229 680**	**6 345 875**	**6 213 070**	**-132 805**	**-2.1**
do qual:					
Construção	1 155 377	1 257 029	1 055 620	-201 409	-16.0
Outras Finalidades	5 074 303	5 088 846	5 157 450	68 604	1.3
Por Memória:					
Garantias e Avales	402 311	431 386	404 582	-26 804	-6.2

Atividade Doméstica e Internacional

As empresas do Grupo Montepio que exercem a sua atividade fora de Portugal, são o Montepio Cabo Verde e o Finibanco Angola, SA.

A atividade destas empresas registou uma evolução muito favorável quer ao nível da angariação de depósitos, com um crescimento 36,1%, quer na vertente creditícia com uma variação da carteira de +55,3%, face ao período homólogo de 2012.

(milhares de euros)

	Atividade Doméstica					Atividade Internacional				
	dez.12	jun.12	jun.13	Variação		dez.12	jun.12	jun.13	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Depósitos	**12 502 477**	**13 115 735**	**12 437 535**	**-678 200**	**-5.2**	**601 029**	**534 872**	**727 724**	**192 852**	**36.1**
Crédito	**16 478 482**	**16 883 239**	**16 161 254**	**-721 985**	**-4.3**	**85 257**	**76 866**	**119 366**	**42 500**	**55.3**

6. GESTÃO DOS RISCOS

Desenvolvimentos

Durante o primeiro semestre de 2013 prosseguiram os trabalhos de desenvolvimento de métodos e procedimentos no domínio da identificação dos riscos, quantificação das perdas potenciais subjacentes e tomada de medidas para a sua mitigação.

Neste âmbito, salienta-se a realização regular do Comité de Risco e Controlo Interno, a implementação da atualização do modelo de *rating* de empresas, o desenvolvimento de um modelo de *rating* específico para as entidades do Terceiro Setor, bem como a consolidação da metodologia de acompanhamento preventivo de clientes e a revisão dos critérios de identificação dos créditos restruturados, ao abrigo da Instrução n.º 18/2012 do Banco de Portugal.

De destacar ainda a implementação da metodologia de atribuição de limites de crédito a empresas não financeiras, com atribuição de limites genéricos máximos por cliente, em função do risco da entidade.
Relativamente às entidades financeiras, foram redefinidos a metodologia de atribuição de limites e a forma de cálculo de consumo dos mesmos, no âmbito da revisão anual dos limites de exposição global e ao mercado monetário.

No plano prudencial, foram reportados ao Banco de Portugal, ao abrigo do Pilar II, os relatórios do Processo de Auto-Avaliação do Capital Interno (ICAAP), Testes de Esforço (no âmbito do exercício de *Funding & Capital Plan*) e de Risco de Concentração. Ao abrigo do Pilar III, foi divulgado o relatório de Disciplina de Mercado, detalhando os tipos e níveis de risco incorridos na atividade, bem como os processos, estrutura e organização da gestão de risco.

Os resultados obtidos apontam para a solidez dos níveis de capital face aos riscos com maior materialidade e à potencial evolução adversa dos principais indicadores macroeconómicos, em linha com os resultados obtidos nos exercícios anteriores.

Em janeiro foi apresentado ao Banco de Portugal o Plano de Recuperação da CEMG, de acordo com o previsto no Aviso n.º 12/2012. Durante o 2º trimestre iniciaram-se os trabalhos de identificação e preparação dos elementos informativos para o Plano de Resolução, de acordo com o estipulado no Aviso n.º 18/2012 do Banco de Portugal.

Risco de Crédito

O processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de *scoring* para as carteiras de clientes Particulares e Negócios e de *rating* para o segmento de Empresas. Os modelos, desenvolvidos a partir de dados históricos internos, permitem obter uma avaliação quantitativa que se traduz numa classe de risco atribuída ao cliente/operação, sendo que no segmento de Empresas são complementados por uma avaliação qualitativa efetuada pela rede comercial. A

classificação interna de risco, em conjugação com a avaliação de mitigantes de risco, sob a forma de garantias pessoais ou reais, constituem aspetos determinantes para a decisão e preço das operações.

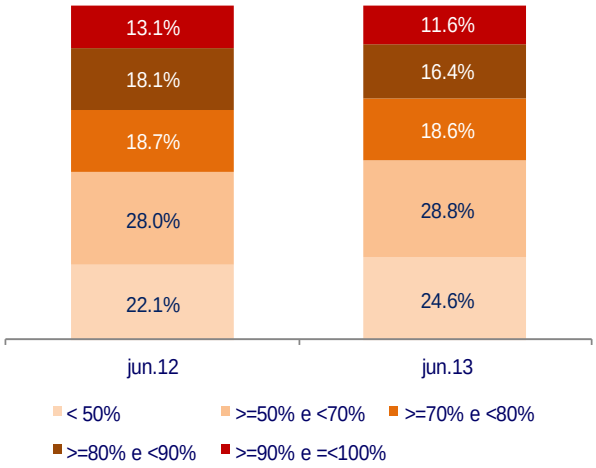
A mitigação de risco por via da colateralização das operações é considerada, seja através da severidade da perda (por exemplo, nos casos de colaterais reais), seja por via de redução do valor em exposição, quando se está perante colaterais financeiros (caso em que se releva o risco de mercado dos ativos envolvidos).

Os escalões de decisão de *pricing* são definidos em função da Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) ajustada de risco, de acordo com o princípio de que os níveis hierárquicos mais elevados dispõem de competência para aprovar operações com menor ROE ajustado de risco.

As rejeições de crédito são determinadas pela ocorrência de eventos de crédito no sistema financeiro, incumprimento de regras de crédito (por exemplo, taxa de esforço, no caso de crédito a particulares) e sempre que a incorporação do risco no *pricing* agrave significativamente o risco de seleção adversa. Em acréscimo, encontram-se definidas classes de risco, com aceitação reservada aos níveis de decisão mais elevados.

Os níveis do rácio LTV (*Loan To Value*), ou seja, valor de financiamento sobre valor da garantia, registaram uma melhoria na carteira de crédito à habitação, tendo o LTV médio da carteira ativa decrescido de 66,7%, em jun.12, para 65,1% em jun.13 (65,9%, em dez.12).

Distribuição da Carteira de Crédito à Habitação por Nível de LTV



O balanço mantém uma elevada proteção face ao risco de crédito, em virtude dos níveis e tipos de garantias que lhe estão associadas, em que os créditos com garantia real representam 75,4% do total, sendo que destes, cerca de 92,1% são créditos com colaterais hipotecários.

O crédito e juros vencidos há mais de 90 dias, que representava 89,3% do total, totalizou 916,3 milhões de euros, correspondendo a 5,6% da carteira de crédito bruto. O rácio de crédito com incumprimento atingiu 7,2%.

No final de junho, a imparidade para riscos de crédito totalizou 1 000,7 milhões de euros, tendo o rácio de cobertura do saldo de crédito e juros vencidos há mais de 90 dias por imparidades atingido 109,2%, ou seja, +7,5 p.p. em termos homólogos.

Evolução dos Principais Indicadores de Crédito e Juros Vencidos

(milhares de euros)

Indicadores	dez.12	jun.12	jun.13	Variação	
				Valor	%
Crédito a Clientes Bruto	**16 563 739**	**16 960 105**	**16 280 620**	**-679 485**	**-4.0**
Crédito e Juros Vencidos	**934 565**	**866 142**	**1 026 281**	**160 139**	**18.5**
Crédito e Juros Vencidos há mais de 90 dias	830 919	751 893	916 295	164 402	21.9
Imparidade para Riscos de Crédito	**922 284**	**764 828**	**1 000 691**	**235 863**	**30.8**
Rácios de Crédito Vencido em % do Crédito Total					
Rácio Crédito e Juros Vencidos há mais de 90 dias	5.02	4.43	5.63	1.20p.p.	
Rácio do Crédito com incumprimento (a)	6.32	5.56	7.20	1.64p.p.	
Rácio do Crédito com incumprimento líquido de provisões (a)	0.82	1.17	1.15	-0.02p.p.	
Rácios de Crédito em Risco (a)					
Crédito em Risco / Crédito Total	10.95	8.29	12.12	3.83p.p.	
Crédito em Risco Líquido / Crédito Total Líquido	5.72	4.03	6.38	2.35p.p.	
Cobertura do Crédito Vencido por Imparidades (%)					
Crédito e Juros Vencido há mais de 90 dias	111.00	101.72	109.21	7.49p.p.	
Crédito e Juros Vencidos	98.69	88.30	97.51	9.21p.p.	

(a) De acordo com a Instrução n.º 23/2012, do Banco de Portugal.

Risco de Concentração

No seguimento da estratégia de diversificação que tem vindo a ser adotada pela CEMG, verifica-se uma evolução favorável nos níveis de concentração observados, conforme reportado regularmente nos termos da Instrução n.º 5/2011 do Banco de Portugal.

O índice de concentração setorial reduziu-se de 17,0% para 15,1%, entre jun.12 e jun.13 (15,7% em dez.12), tendo o setor da construção diminuído o peso na carteira de crédito a empresas não financeiras, de 32,4% para 29,0% (30,4% em dez.12). Na distribuição setorial do crédito em jun.13 manteve-se a predominância do setor terciário face ao secundário, com 55,8% e 43,0%, respetivamente (53,1% e 45,9% em jun.12).

Relativamente à concentração geográfica, os distritos de Lisboa e Porto mantêm-se como as regiões com maior peso na carteira de crédito, com 37,0% e 14,7% do crédito (34,6% e 15,3% em jun.12, respetivamente), em linha com a densidade populacional de cada distrito. O peso da exposição em Lisboa registou um aumento entre as posições de jun.12 e jun.13 de 2,4 p.p. (acréscimo de 0,6 p.p. face a dez.12) e o do Porto uma redução de 0,6 p.p. (aumento de 0,4 p.p. face a dez.12).

Quanto ao risco de concentração individual, que mede o risco decorrente de exposição significativa a uma contraparte individual ou a um grupo de contrapartes relacionadas, observou-se um ligeiro aumento do peso das 100 maiores exposições, de 13,6% para 13,8%, entre jun.12 e jun.13 (14,1% em dez.12), a que correspondeu uma variação do índice de concentração geral de 0,20% para 0,21%, mantendo o registado face a dez.12. O índice de concentração das 1 000 maiores exposições também aumentou, de 0,11% em

jun.12 para 0,15% em jun.13 (0,11% em dez.12), com a diminuição do peso na carteira total de 27,4% para 27,1% entre jun.12 e jun.13 (28,1% em dez.12).

Risco em Ativos Financeiros

A carteira de títulos da CEMG registou um acréscimo de 393,4 milhões de euros, em consequência do aumento das posições em obrigações, em títulos de capital e em unidades de participação, que representavam 92,4% do total da carteira.

A carteira de obrigações cresceu 368,6 milhões de euros (+20,2%) e o papel comercial registou uma redução de 28,8 milhões de euros (-11,6%).

Estrutura da Carteira de Títulos por Tipo de Ativos

(milhares de euros)

Tipo de Ativos	dez.12		jun.13		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Obrigações	1 823 573	73.0	2 192 130	75.8	368 557	20.2
Papel Comercial	247 484	9.9	218 712	7.6	-28 772	-11.6
Titulos de Capital e UP's	426 926	17.1	480 587	16.6	53 661	12.6
Total	**2 497 983**	**100.0**	**2 891 429**	**100.0**	**393 446**	**15.8**

As principais alterações na estrutura da carteira de obrigações por classes de *rating* (excluindo obrigações hipotecárias e titularizações) ocorreram nos títulos com notação de risco de BB, com a aquisição e valorização da dívida da República Portuguesa e na melhoria da notação de risco da Grécia que passou de CCC para B-.

Estrutura da Carteira de Obrigações por Classes de Rating

(excluindo Obrigações Hipotecárias e Titularizações)

(milhares de euros)

Classes de Rating	dez.12		jun.13		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AAA	13 194	0.7	14 663	0.7	1 469	11.1
AA+	3 666	0.2	1 138	0.1	-2 528	-69.0
AA	5 496	0.3	1 977	0.1	-3 519	-64.0
AA-	3 252	0.2	2 734	0.1	-518	-15.9
A+	19 758	1.1	19 229	0.9	-529	-2.7
A	15 387	0.9	5 942	0.3	-9 445	-61.4
A-	55 179	3.1	31 307	1.4	-23 872	-43.3
BBB+	59 472	3.4	45 313	2.1	-14 159	-23.8
BBB	26 831	1.5	14 260	0.7	-12 571	-46.9
BBB-	60 800	3.4	35 807	1.6	-24 993	-41.1
BB+	64 872	3.7	65 227	3.0	355	0.5
BB	1 105 381	62.6	1 619 092	74.2	513 711	46.5
BB-	11 906	0.7	49 984	2.3	38 078	319.8
B+	1 478	0.1	24 353	1.1	22 875	1 547.7
B	30 288	1.7	39 280	1.8	8 992	29.7
B-	1 519	0.1	7 827	0.3	6 308	415.3
CCC	8 571	0.5	1 820	0.1	-6 751	-78.8
CC	1 336	0.1	2 074	0.1	738	55.2
C	3 125	0.2	1 731	0.1	-1 394	-44.6
NR	275 367	15.5	198 103	9.0	-77 264	-28.1
Total	**1 766 878**	**100.0**	**2 181 861**	**100.0**	**414 983**	**23.5**

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é monitorizado através do apuramento de *mismatches* de liquidez (desfasamentos entre entradas e saídas de recursos) estáticos e dinâmicos, acompanhamento da evolução de recursos de clientes, dos indicadores de concentração e da realização de testes de esforço, cujos resultados são internamente apresentados em sede do Comité de Ativos e Passivos (*ALCO – Assets & Liabilities Committee*) e em relatório de riscos de balanço.

Para efeitos prudenciais, são remetidos o reporte mensal da Instrução nº 13/2009 do Banco de Portugal e o reporte semanal ao Banco Central Europeu (BCE) das necessidades de financiamento e colateral disponível. Paralelamente, a CEMG continuou a participar nos estudos de impacto quantitativo (QIS) desenvolvidos pela Autoridade Bancária Europeia para acompanhamento da medição do risco de liquidez de acordo com as regras a estabelecer por Basileia 3.

Com o objetivo de mitigar o risco de liquidez, as práticas seguidas pela CEMG traduzem-se quer na utilização de fontes de financiamento diversificadas, privilegiando a estabilidade dos recursos, quer na manutenção de ativos de elevada liquidez que permitam recorrer à cedência de liquidez junto do BCE, quer ainda em medidas que permitam aumentar a captação de depósitos e outros recursos de clientes. Neste âmbito, durante o primeiro semestre de 2013, a CEMG procedeu à emissão de uma nova série de obrigações hipotecárias, a qual veio permitir reforçar a sua pool de ativos elegíveis para operações de financiamento do BCE.

A *pool* de colateral de ativos elegíveis para operações de política monetária ao abrigo do refinanciamento do Eurosistema, depositados junto do BCE, aumentou significativamente em termos homólogos (904,2 milhões de euros), passando de 3,4 mil milhões de euros em junho de 2012 para 4,3 mil milhões de euros em junho de 2013. Esta forte valorização da *pool* de colateral ficou a dever-se fundamentalmente à valorização dos títulos próprios, nomeadamente Titularizações e Obrigações Hipotecárias (nova emissão) e ao reforço da posição da carteira própria em Obrigações do Tesouro.
Relativamente à utilização de recursos do BCE, registou-se um ligeiro acréscimo de 70 milhões de euros, tendo passado de 1,76 mil milhões de euros a 31 de dezembro de 2012 para 1,83 mil milhões de euros a 30 de junho de 2013. Sublinhe-se que este aumento de 70 milhões de euros é substancialmente inferior ao valor de 500 milhões de euros de dívida sénior da Caixa Económica que maturou durante o primeiro semestre e que foi integralmente amortizado com recursos próprios, sem a existência de *rollover*. Em termos de colateral disponível para obtenção de liquidez, a *pool* junto do BCE aumentou em termos homólogos cerca de 1,03 mil milhões de euros, passando de 1,44 mil milhões de euros no final de junho de 2012 para 2,47 mil milhões de euros no final do primeiro semestre de 2013.

(milhares de euros)

	dez.12		jun.12		jun.13		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1 - *Pool* de Ativos Elegíveis	3 139 482	100.0	3 396 782	100.0	4 300 948	100.0	904 166	26.6
dos quais portefólios de créditos	445 442	14.2	517 898	15.2	344 967	8.0	-172 931	-33.4
2 - Utilização da *Pool*	1 760 000	56.1	1 960 000	57.7	1 830 000	42.5	-130 000	-6.6
3 - *Pool* Ativos Disponíveis (1 - 2)	**1 379 482**	**43.9**	**1 436 782**	**42.3**	**2 470 948**	**57.5**	**1 034 166**	**72.0**

O Mercado Monetário Interbancário (MMI) continuou a mostrar fracos sinais de retoma mas, apenas nas operações de muito curto prazo. De realçar a tentativa de dinamização deste mercado pelo Banco de Portugal com a criação do Mercado Monetário com e sem Garantia. Em termos líquidos, a posição da CEMG em 30 de junho de 2013 era positiva em 56 milhões de euros, com cedências de liquidez realizadas dentro e fora da jurisdição portuguesa a uma taxa média de 1,0%, superior quer à taxa *refi*, quer à Euribor dos prazos. A CEMG não possuía qualquer tomada em MMI à data de 30 de junho de 2013.

Durante o primeiro semestre de 2013, a CEMG reembolsou um total de 694,9 milhões de euros de dívida, tendo procedido à emissão de cerca de 992,9 milhões de euros, maioritariamente colocados no retalho.
Em complemento da atividade acima referida e por forma a reforçar a *pool* de ativos elegíveis para operações de financiamento junto do Eurosistema, a CEMG levou a efeito uma emissão de 500 milhões de euros de Obrigações Hipotecárias, integralmente retidas em balanço.

No gradual processo de desalavancagem obteve-se uma redução homóloga de 2,4 pontos percentuais no rácio de alavancagem calculado na ótica do Plano de Financiamento e Capital, que se fixou em 117,6%. Esta melhoria foi devida, sobretudo, à diminuição da carteira de crédito, o que permitiu reduzir o *gap* comercial. Se considerarmos a totalidade dos recursos de clientes de balanço, o rácio de alavancagem melhorou em cerca de 14,3 p.p., passando para 97,5%.

Rácio de Transformação dos Depósitos em Crédito (%)

	dez.12	jun.12	jun.13	Variação
	Valor	Valor	Valor	Valor
Crédito a Clientes Líquido / Depósitos de Clientes (1)	**120.5**	**120.0**	**117.6**	**-2.4 p.p.**
Crédito a Clientes Líquido / Depósitos de Clientes (2)	**118.7**	**117.8**	**115.9**	**-1.9 p.p.**
Crédito a Clientes Líquido / Recursos de Clientes de Balanço (3)	**104.2**	**111.8**	**97.5**	**-14.3 p.p.**

(1) Ótica *Funding & Capital Plan*

(2) De acordo com a Instrução n.º 23/2012, do Banco de Portugal

(3) Depósitos de Clientes e Títulos Colocados em Clientes

A CEMG tem apresentado historicamente *gaps* dinâmicos de liquidez positivos, com *mismatches* acumulados positivos para os diversos intervalos temporais até 12 meses, o que traduz um plano de liquidez equilibrado. No final do 1º semestre de 2013, o *mismatch* dinâmico de liquidez acumulado até aos 12 meses seguintes era de 2 228 milhões de euros.

***Gaps* Dinâmicos de Posição de Liquidez em 30 de Junho de 2013**

(milhões de euros)

Posições à data de referência + Valores Previsionais	Intervalos Temporais				
	À Vista e até 1 semana	Superior a 1 semana e até 1 mês	Superior a 1 mês e até 3 meses	Superior a 3 meses e até 6 meses	Superior a 6 meses e até 12 meses
***Mismatches* Acumulados**	**2 859**	**2 956**	**2 763**	**2 685**	**2 228**

Risco de Taxa de Juro

Na identificação, medição e controlo do risco de taxa de juro da carteira bancária da CEMG seguem-se os princípios recomendados pelo *Bank for International Settlements* (BIS), a par de um acompanhamento mensal da exposição a este risco, cujos resultados são internamente apresentados em sede do Comité de Ativos e Passivos (*ALCO – Assets & Liabilities Committee*) e em relatório de riscos de balanço.

Paralelamente aos mecanismos de controlo interno enunciados, no âmbito do reporte prudencial, é remetido o reporte semestral da Instrução nº 19/2005 do Banco de Portugal, com a informação relativa às exposições por intervalo de maturidade ou refixação da taxa e o seu impacto na situação líquida e margem de juros.

O impacto sobre a situação líquida decorrente de uma deslocação paralela de +200 pontos base (p.b.) da curva de rendimentos é de +5% (+8% em 2012). A sensibilidade da carteira bancária da CEMG ao risco de taxa de juro encontra-se, assim, dentro do limite orientador de 20% dos Fundos Próprios definido pelo BIS em "*Principles for the Management and Supervision of Interest Rate Risk*".

Em junho de 2013, o *gap* de *repricing* acumulado a 12 meses foi estimado em 5,2 mil milhões de euros, (5,1 mil milhões de euros em 2012) prevendo-se um impacto na Margem Financeira de +48,2 milhões de euros (+44,5 milhões de euros em 2012) no caso de uma alteração instantânea das taxas de juro em +100 p.b.. A variação verificada nesta métrica decorre, essencialmente, do desfasamento entre os prazos de revisão de taxa de juro onde se evidencia a concentração do passivo em prazos mais longos.

Risco Operacional

O risco operacional materializa-se nas perdas resultantes de deficiências ou falhas dos processos internos, recursos humanos, sistemas ou de fatores externos.
Durante o primeiro semestre de 2013, foi realizada uma formação (*e-learning*) junto da rede comercial com o objetivo de reforçar os procedimentos de identificação e reporte de eventos de risco operacional e melhorar os processos de controlo e práticas de negócio.
Em termos de exposição ao risco operacional, os eventos de perda ocorridos neste semestre diminuíram significativamente (48,9%) o montante de perda associada face ao período homólogo, sendo os eventos relacionados com fraude externa os que apresentaram maior expressão.

Testes de Esforço (*Stress Tests*)

A CEMG continuou a participar em exercícios de testes de esforço trimestrais, de acordo com os requisitos e pressupostos macroeconómicos estabelecidos pelo Banco de Portugal. Os resultados obtidos, nos cenários adversos assumidos, demonstram que a CEMG continua a apresentar níveis adequados de capitalização.

Para além dos testes de esforço reportados ao Banco de Portugal, a CEMG realiza regularmente outros estudos de impactos, cujos resultados são divulgados e debatidos no Comité ALCO. Os testes realizados pretendem proporcionar uma visão analítica da posição da CEMG em termos de liquidez, resultados do exercício e capital quando sujeita a cenários adversos decorrentes de alterações em fatores de risco como taxas de juro, *spreads* de crédito, reembolsos de depósitos, margens de avaliação de ativos elegíveis aplicadas pelo BCE, notações de *rating* (da CEMG e das contrapartes), sinistralidade das carteiras, colaterais, entre outros. Os resultados das análises efetuadas evidenciam a conformidade das estratégias traçadas e asseguram o cumprimento dos níveis de solvabilidade, liquidez e sustentabilidade.

7. ANÁLISE DO BALANÇO E DOS RESULTADOS

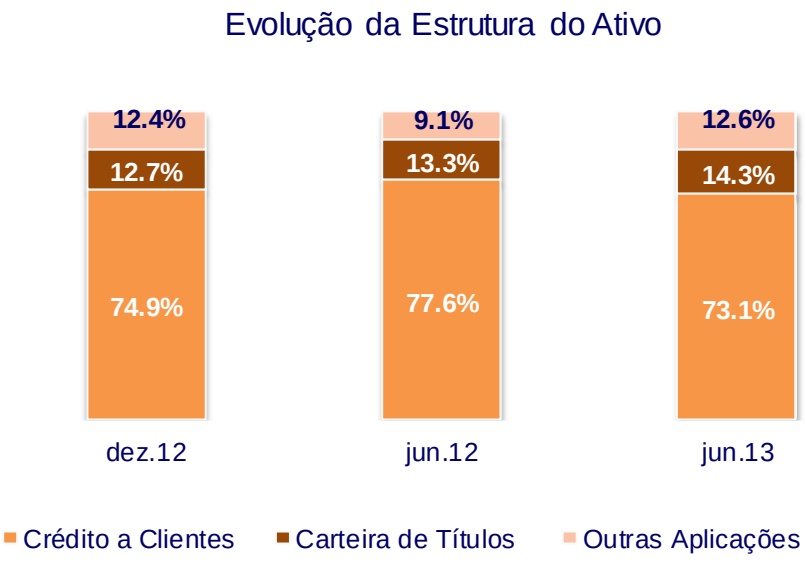
Análise do Balanço

A atividade no primeiro semestre de 2013 foi condicionada pelo processo de ajustamento e de consolidação orçamental da economia portuguesa, com impacto negativo no desempenho do setor financeiro nacional, no investimento das empresas e nas dificuldades para as famílias, associada a elevados níveis de desemprego.

Estrutura do Ativo

A CEMG obteve no primeiro semestre de 2013 um ativo líquido de 20 975,3 milhões de euros, a que correspondeu um ligeiro aumento de 8,7 milhões de euros.

O crédito a clientes (líquido) representou 73,1% (77,6% em junho 2012) do total do ativo líquido, totalizando 15 335,9 milhões de euros, que compara com 16 260,9 milhões de euros em igual período de 2012.



Estrutura do Passivo e dos Capitais

O passivo atingiu 19 450,7 milhões de euros (19 513,8 milhões de euros em junho de 2012), representando uma redução de 63,1 milhões de euros. Esta variação resultou, essencialmente, da diminuição dos recursos complementares (1 258,6 milhões de euros), com a amortização de 1 155,0 milhões de euros de financiamento dos mercados financeiros, e do acréscimo dos recursos de clientes (1 195,4 milhões de euros), nomeadamente nos títulos colocados em clientes.

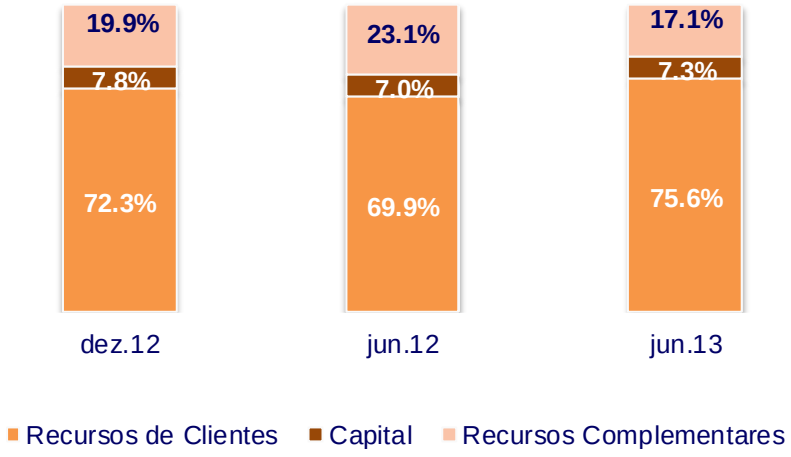
(milhares de euros)

	dez.12		jun.12		jun.13		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
PASSIVO	**19 337 761**	**92.2**	**19 513 810**	**93.0**	**19 450 675**	**92.7**	**-63 135**	**-0.3**
Recursos de Clientes	**15 170 652**	**72.3**	**14 666 022**	**69.9**	**15 861 462**	**75.6**	**1 195 440**	**8.2**
Depósitos de Clientes e de Instituições de Crédito	13 103 506	62.4	13 650 607	65.1	13 165 259	62.8	-485 348	-3.6
Títulos Colocados em Clientes	2 067 146	9.9	1 015 415	4.8	2 696 203	12.8	1 680 788	165.5
Recursos Complementares	**4 167 109**	**19.9**	**4 847 788**	**23.1**	**3 589 213**	**17.1**	**-1 258 575**	**-26.0**
Recursos de Instituições de Crédito e de Bancos Centrais	2 234 937	10.7	2 450 770	11.7	2 195 094	10.5	-255 676	-10.4
Empréstimos Subord. e não Subord. e Certificados de Dívida	887 285	4.2	1 567 181	7.5	544 646	2.6	-1 022 535	-65.2
Passivos Financeiros Associados a Ativos Transferidos	244 419	1.2	303 330	1.4	216 493	1.0	-86 837	-28.6
Outros Passivos	800 468	3.8	526 507	2.5	632 980	3.0	106 473	20.2
CAPITAL	**1 634 970**	**7.8**	**1 452 795**	**7.0**	**1 524 601**	**7.3**	**71 806**	**4.9**
TOTAL DE PASSIVO E DE CAPITAL	**20 972 731**	**100.0**	**20 966 605**	**100.0**	**20 975 276**	**100.0**	**8 671**	**0.0**

Os recursos de clientes aumentaram o peso no total de passivo e capital para 75,6% (69,9% em junho de 2012), sendo que os títulos colocados em clientes passaram a representar 12,8%, traduzindo um acréscimo de 8 p.p..

Os recursos próprios cresceram 71,8 milhões de euros em relação ao período homólogo de 2012, sendo que 50 milhões de euros resultaram do aumento do Capital Institucional, que se fixou nos 1 295,0 milhões de euros, para reforçar os níveis de solidez da CEMG.

Evolução da Estrutura do Passivo e Capital



Resultados

O Grupo CEMG alcançou um resultado líquido consolidado de -69,7 milhões de euros em junho de 2013.
O resultado do exercício foi influenciado pelo desempenho desfavorável da margem financeira, do reforço das provisões e imparidades líquidas e do menor nível do resultado de mercados, apesar da evolução favorável das comissões líquidas de serviços a clientes e da redução dos gastos operacionais, com evidência para os gastos gerais administrativos.

(milhares de euros)

	dez.12		jun.12		jun.13		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Margem Financeira	281 080	65.3	153 333	59.7	101 927	51.7	-51 406	-33.5
Comissões Líquidas de Serviços a Clientes	104 945	24.4	48 503	18.9	55 231	28.0	6 728	13.9
Produto Bancário Comercial	**386 025**	**89.7**	**201 836**	**78.6**	**157 158**	**79.7**	**-44 678**	**-22.1**
Resultado de Mercados (a)	23 588	5.4	61 424	24.0	32 795	16.6	-28 629	-46.6
Rendimento de Participações Financeiras	338	0.1	338	0.1	271	0.1	-67	-19.8
Resultado na Venda Imóveis de Recuperação Crédito	-17 199	-4.0	-10 258	-4.0	-3 550	-1.8	6 708	65.4
Outros Resultados	37 754	8.8	3 355	1.3	10 456	5.3	7 101	211.7
Produto Bancário	**430 506**	**100.0**	**256 695**	**100.0**	**197 130**	**100.0**	**-59 565**	**-23.2**
Gastos com Pessoal	197 146	45.8	97 693	38.1	96 655	49.0	-1 038	-1.1
Gastos Gerais Administrativos	119 357	27.7	57 088	22.2	52 175	26.5	-4 913	-8.6
Amortizações	43 556	10.1	15 321	6.0	15 324	7.8	3	0.0
Gastos Operacionais	**360 059**	**83.6**	**170 102**	**66.3**	**164 154**	**83.3**	**-5 948**	**-3.5**
Resultado Bruto	**70 447**	**16.4**	**86 593**	**33.7**	**32 976**	**16.7**	**-53 617**	**-61.9**
Provisões e Imparidades Líquidas	**232 119**	**53.9**	**76 541**	**29.8**	**127 411**	**64.6**	**50 870**	**66.5**
Crédito	170 621		38 899		81 145		42 246	108.6
Títulos	35 673		8 996		20 006		11 010	122.4
Outras	25 825		28 646		26 260		-2 386	-8.3
Resultados de Associadas e Empreedimentos Conjuntos	**-6 086**		**-515**		**-3 935**		**-3 420**	-664.1
Resultado Antes de Impostos	**-167 758**	**-39.0**	**9 537**	**3.7**	**-98 370**	**-49.9**	**-107 907**	**-**
Impostos	**170 951**		**-3 635**		**29 473**		**33 108**	**910.8**
Correntes	-6 963		-2 439		-4 243		-1 804	-74.0
Diferidos	177 914		-1 196		33 716		34 912	-
Interesses Minoritários	**-1 094**		**-1 128**		**-757**		**371**	**32.9**
Resultado do Exercício	**2 099**	**0.5**	**4 774**	**1.9**	**-69 654**	**-35.3**	**-74 428**	**-**

(a) Inclui rendimento de ações, exceto de participações financeiras.

A rendibilidade dos capitais próprios (ROE) situou-se em -8,83% e a rendibilidade do ativo médio (ROA) em -0,67%.

	dez.12	jun.12	jun.13	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Rácios de Rendibilidade					
Rendibilidade do Ativo (ROA)	0.01%	0.05%	-0.67%	-0.72 p.p.	
Rendibilidade do Capital (ROE)	0.14%	0.71%	-8.83%	-9.54 p.p.	
Cash-Flow Total (mil euros)	**277 774**	**96 636**	**73 081**	**-23 555**	**-24.4**
Amortizações	15.7%	15.9%	21.0%	5.1 p.p.	
Provisões Líquidas e Imparidade	83.5%	79.2%	174.3%	95.1 p.p.	
Resultado do Exercício	0.8%	4.9%	-95.3%	-100.2 p.p.	

Margem Financeira

A margem financeira atingiu 102 milhões de euros, que compara com 153 milhões de euros em junho de 2012, correspondendo a uma redução de 33,5%.

Para esta evolução foi determinante a maior queda, em termos homólogos, da taxa de juro média dos ativos financeiros (-1,9 p.p.), nomeadamente do crédito e das aplicações em mercados face ao decréscimo da taxa média dos passivos financeiros em -1,5 p.p..

Deste modo, a taxa de margem financeira situou-se em 1,05%, inferior em -0,47 p.p. relativamente a junho de 2012.

(milhões de euros)

	jun.12			jun.13		
	Capitais Médios	Taxa Média	Proveitos/ Custos	Capitais Médios	Taxa Média	Proveitos/ Custos
Ativos Financeiros	**20 270**	**6.36%**	**641**	**19 595**	**4.43%**	**430**
Crédito a Clientes	17 125	4.69%	399	16 434	3.75%	305
Outras Aplicações	3 145	6.58%	103	3 161	4.46%	70
Swaps			139			55
Passivos Financeiros	**19 597**	**5.01%**	**488**	**18 925**	**3.50%**	**328**
Depósitos	13 509	3.63%	244	12 819	2.63%	167
Outros Passivos	6 088	3.74%	113	6 106	3.51%	106
Swaps			131			55
Resultado / Margem		**1.52%**	**153**		**1.05%**	**102**
Euribor 3M - média do período		**0.77%**			**0.21%**	

Comissões de Serviços a Clientes

As comissões de serviços a clientes atingiram 55,2 milhões de euros (48,5 milhões de euros em junho de 2012), traduzindo uma variação homóloga de +13,9% e representando 28,0% do Produto Bancário.

Esta evolução favorável foi consequência da melhoria da qualidade de serviço prestado, da proximidade com o cliente e da renovação de produtos e serviços.

Resultados de Mercados

A CEMG continuou a adotar uma política conservadora, de rigor e de prudência, o que permitiu que os resultados de mercados alcançassem 32,8 milhões de euros, com o contributo positivo dos resultados de ativos financeiros disponíveis para venda em 38,2 milhões de euros, dos resultados de avaliação cambial em 8,6 milhões de euros e dos resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados em 4,6 milhões de euros.

(milhares de euros)

	dez.12	jun.12	jun.13	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Resultados de Ativos e Passivos Avaliados ao Justo Valor Atr. de Resultados	**-62 742**	**-14 803**	**4 607**	**19 410**	**131.1**
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-61 464	-13 894	2 775	16 669	120.0
Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-1 421	153	1 059	906	592.2
Derivados de Cobertura	-895	-1 440	513	1 953	135.6
Outras Operações Financeiras	1 038	378	260	-118	-31.2
Resultados de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	**82 586**	**47 121**	**38 189**	**-8 932**	**-19.0**
Resultados da Reavaliação Cambial	**14 419**	**5 914**	**8 607**	**2 693**	**45.5**
Resultados Diversos	**-10 891**	**23 017**	**-18 772**	**-41 789**	**-181.6**
Rendimento de Ações	**216**	**175**	**164**	**-11**	**-6.3**
TOTAL	**23 588**	**61 424**	**32 795**	**-28 629**	**-46.6**

Gastos Operacionais

Os gastos operacionais, que incluem os gastos com pessoal, os gastos gerais administrativos e as amortizações, decresceram -3,5%, totalizando 164,2 milhões de euros em junho de 2013, face a 170,1 milhões de euros em junho de 2012.

Para esta evolução favorável, destaca-se a redução dos gastos gerais administrativos em 4,9 milhões (-8,6%), sobretudo pela diminuição das seguintes rubricas: aluguer de equipamento informático (-1,6 milhões de euros), informática (-1,3 milhões de euros), estudos e consultas (-0,9 milhões de euros) e comunicação (-0,9 milhões de euros).

Apesar do decréscimo dos gastos operacionais, a diminuição acentuada do produto bancário originou uma degradação do rácio de eficiência (*Cost-to-Income) que* atingiu 83,3%.

	dez.12	jun.12	jun.13	Variação
	Valor	Valor	Valor	
RÁCIOS				
Gastos com o Pessoal / Produto Bancário (a)	45.8%	38.1%	49.0%	10.9 p.p.
Gastos Gerais Administrativos / Produto Bancário	27.7%	22.2%	26.5%	4.3 p.p.
Amortizações / Produto Bancário	10.1%	6.0%	7.8%	1.8 p.p.
***Cost-to-Income* (Gastos Operacionais / Produto Bancário)**	**83.6%**	**66.3%**	**83.3%**	**17.0 p.p.**

(a) De acordo com a Instrução n.º 23/2012, do Banco de Portugal.

Provisões e Imparidades

O total das provisões e imparidades líquidas registou um aumento homólogo de 50,9 milhões de euros (+66,5%), com o reforço das provisões e imparidades de crédito em +42,2 milhões de euros e de títulos em +11,0 milhões de euros, ao invés da redução da imparidade de outros ativos em -2,4 milhões de euros.

(milhares de euros)

	dez.12		jun.12		jun.13		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Imparidades Líquidas de Crédito	**171 621**	**73.9**	**38 899**	**50.8**	**81 145**	**63.7**	**42 246**	**108.6**
Imparidades Líquidas de Títulos	**35 673**	**15.4**	**8 996**	**11.8**	**20 006**	**15.7**	**11 010**	**122.4**
Provisões e Imparidades Líquidas de Outros Ativos	**24 825**	**10.7**	**28 646**	**37.4**	**26 260**	**20.6**	**-2 386**	**-8.3**
Total das Provisões e Imparidades Líquidas	**232 119**	**100.0**	**76 541**	**100.0**	**127 411**	**100.0**	**50 870**	**66.5**

Encontra-se em curso uma revisão do Modelo de Imparidade Coletiva da CEMG, com o objetivo de o aproximar a uma visão PIT (*Point In Time*). Este processo está a ser conduzido com recurso a um Consultor Externo e tem sido acompanhado pelo Banco de Portugal.

Fundo de Pensões

Em junho de 2013, o património dos fundos de pensões ascendeu a 526,3 milhões de euros situando-se o nível de cobertura das responsabilidades mínimas em 111,8% e o nível de cobertura das responsabilidades totais em 106,8%.

(milhares de euros)

		dez.12 Valor	jun.12 Valor	jun.13 Valor
1	**Responsabilidades totais**			
	Pessoal no ativo	350 702	325 956	368 667
	Pessoal reformado	114 385	113 561	124 209
	Total 1	***465 087***	***439 517***	***492 876***
2	**Responsabilidades não exigidas ou diferidas**			
	Isenção de financiamento	17 535	16 297	18 433
	Aplicação das IAS	5 620	10 807	3 781
	Impacto da Tábua de Mortalidade	0	9 773	0
	Total 2	**23 155**	**36 877**	**22 214**
3	**Responsabilidades mínimas a financiar (1-2)**	**441 932**	**402 640**	**470 662**
4	**Valor dos Ativos do Fundo**	**522 754**	**484 661**	**526 323**
5	**Coberturas das:**			
	Responsabilidades mínimas (4/3)	118.3%	120.4%	111.8%
	Responsabilidades totais (4/1)	112.4%	110.3%	106.8%
6	**Movimentos efectuados no ano com impacto no valor do Fundo:**			
6.1	Contribuições para o Fundo (+)	11 911	7 249	1 234
6.2	Rendimento efetivo dos ativos (+)	72 146	34 839	6 573
6.3	Transferência para a Segurança Social (-)	1 256	1 377	0
6.4	Pagamentos de pensões (-)	7 872	3 875	4 238
	Total 6 (6.1+6.2-6.3-6.4)	**74 929**	**36 836**	**3 569**

Para o cálculo das responsabilidades do Fundo de Pensões do Grupo Montepio foram considerados os seguintes pressupostos:

- taxa de desconto de 4,5%;
- taxa de crescimento salarial de 1,5%;
- taxa de crescimento das pensões de 0,5%;
- manutenção da tábua de mortalidade TV 88/90, para homens e para mulheres.

Solvabilidade

Com o objetivo de manter um adequado nível de capital e consequente reforço da solidez, o Capital Institucional da CEMG teve um aumento de 50 milhões de euros, em dezembro de 2012, por dotação do MGAM.

Em junho 2013, o Rácio de Solvabilidade, em base consolidada, fixou-se em 13,20%, e o Rácio *Core Tier* I situou-se em 10,38%, ou seja, uma melhoria homóloga de 0,23 p.p., mantendo-se desta forma acima do nível mínimo de 10%, fixado pelo Banco de Portugal.

(milhares de euros)

Rubricas	dez.12	jun.12	jun.13	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Fundos Próprios Totais	**1 854 434**	**1 803 247**	**1 776 558**	**-26 689**	**-1.5**
Capital Institucional	*1 295 000*	*1 245 000*	*1 295 000*	*50 000*	*4.0*
Reservas e Resultados	*317 883*	*288 995*	*295 905*	*6 910*	*2.4*
Deduções Regulamentares	*163 155*	*156 410*	*193 579*	*37 169*	*23.8*
Capital Core Tier I	**1 449 728**	**1 377 584**	**1 397 326**	**19 742**	**1.4**
Outros Instrumentos de Capital	*15 000*	*15 000*	*15 000*	*0*	*0.0*
Deduções Fundos Próprios de Base	*19 140*	*16 572*	*17 033*	*461*	*2.8*
Fundos de Próprios de Base	**1 445 588**	**1 376 012**	**1 395 293**	***19 281***	**1.4**
Fundos Próprios Complementares	**421 764**	**433 415**	**395 063**	***-38 352***	**-8.8**
Outras deduções	**12 918**	**6 181**	**13 798**	***7 617***	**123.2**
Requisitos Mínimos de Fundos Próprios	**1 092 307**	**1 086 229**	**1 076 625**	**-9 604**	**-0.9**
Ativos e equivalentes ponderados pelo risco	**13 653 832**	**13 577 864**	**13 457 817**	**-120 047**	**-0.9**
Rácios					
Solvabilidade	13.58%	13.28%	13.20%	-0.08p.p.	
Tier 1	10.59%	10.13%	10.37%	0.24p.p.	
Core Tier 1	10.62%	10.15%	10.38%	0.23p.p.	

8. NOTAÇÕES DE *RATING*

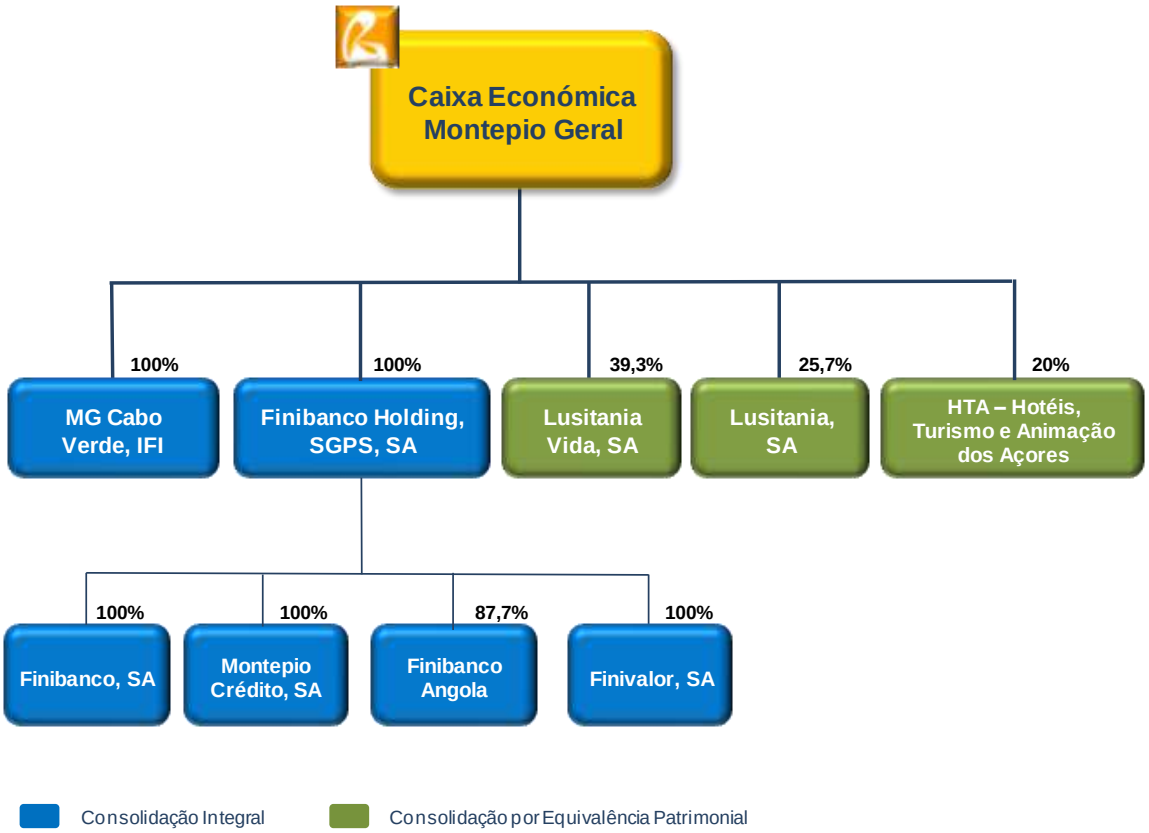
A Caixa Económica Montepio Geral vem sendo avaliada, para efeitos de notação de *rating*, por três agências de *rating* internacionais: a Fitch Ratings, a Moody's e a DBRS.

As notações da CEMG, no final de junho de 2013, eram as seguintes:

Agências de *Rating*	Curto Prazo	Longo Prazo	*Outlook*
Fitch Ratings	**B**	**BB**	**Negativo**
Moody's	**NP**	**Ba3**	**Negativo**
DBRS	**R-2 (*low*)**	**BBB (*low*)**	**Negativo**

9. SÍNTESE DO DESEMPENHO DAS EMPRESAS DO GRUPO

A Caixa Económica Montepio Geral, detida a 100% e anexa ao Montepio Geral Associação Mutualista participa maioritariamente num conjunto de instituições em que detém o domínio da sua gestão. Essas entidades complementam a oferta bancária de produtos e serviços financeiros e contribuem com os seus resultados para a criação de Valor para o Associado e para os fins mutualistas, promovendo elevados padrões éticos e princípios de sustentabilidade social.



O perímetro de consolidação da Caixa Económica Montepio Geral, inclui ainda:

- O Montepio Recuperação de Crédito – ACE (Consolidação Integral);
- Os Veículos de Titularização de Crédito *Pelican Mortgages* no.1 e no.2 (Consolidação Integral);
- Os fundos de investimento imobiliário (Consolidação Integral):
  - ✓ Montepio Arrendamento - Fundo de Investimento Imobiliário de Arrendamento Habitacional;
  - ✓ Polaris - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado;
  - ✓ Finipredial - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto.

FINIBANCO HOLDING, SGPS, SA

O Finibanco Holding, SGPS, SA, é uma sociedade gestora de participações sociais, detém 100% das entidades: Finibanco, SA, Montepio Crédito, SA e Finivalor, SA, e 87,7% do Finibanco Angola, SA.

Em 30 de junho de 2013, o ativo líquido da Finibanco Holding atingiu 324,9 milhões de euros, registando um acréscimo de 6,0% face ao exercício anterior.

O passivo apresentou um aumento de 11,1 milhões de euros (+8,8%), totalizando 136,6 milhões de euros. Os capitais próprios registaram um acréscimo, de 7,2 milhões de euros (+4,0%), situando-se em 188,3 milhões de euros.

O resultado do exercício foi negativo em 118,1 mil euros, face a 1,1 milhões de euros no período homólogo de 2012, justificando-se tal facto pelo efeito positivo, não recorrente, gerado pela reversão, no primeiro semestre de 2012, de uma provisão contabilizada para outros ativos.

FINIBANCO, SA

No âmbito da integração do Grupo Finibanco adquirido pela CEMG no primeiro semestre de 2011, iniciaram-se, em 2012, os trabalhos com vista à preparação de um novo modelo organizacional e de negócio. A atividade do Finibanco, SA passará a assentar na área específica de negócios empresariais, corporizada na estruturação e montagem de operações de *'corporate finance'* e na gestão de ativos financeiros.

O ativo líquido situou-se em 176,3 milhões de euros, representando o crédito a clientes cerca de 61,3% deste total. O crédito a clientes (bruto), composto exclusivamente por leasing mobiliário e imobiliário, atingiu 121,9 milhões de euros, apresentando um decréscimo de 22,1 milhões de euros (-15,4%), dos quais 14,0 milhões de euros (11,5%) cobertos por provisões para crédito vencido.

Para o produto bancário, que se fixou em 1,7 milhões de euros, contribuíram a margem financeira 2,1 milhões de euros, enquanto que a alienação de imóveis apresentou um impacto negativo de 0,4 milhões de euros.

As provisões do exercício registaram, em termos globais, reposições de 0,3 milhões de euros, tendo o resultado do exercício atingido 1,6 milhões de euros.

MONTEPIO CRÉDITO – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA

Em janeiro de 2013, a Finicrédito - Instituição Financeira de Crédito SA alterou a sua denominação social para Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito SA. A mudança, orientada para a total integração da empresa no Grupo Montepio, foi acompanhada por uma nova identidade corporativa com o objetivo de facilitar a identificação e associação ao nosso Grupo Mutualista.

Paralelamente, avançou uma campanha de marketing e publicidade com o objetivo de consolidar a posição no mercado automóvel e crescer nos segmentos de profissionais ligados à cadeia de valor das empresas da indústria de transformação e logística. Desta forma, o Montepio Crédito alarga a sua oferta

especializada ao Aluguer Operacional, ao *Leasing* e ao *Renting* de Equipamentos a novos Clientes, captando negócio fora do Grupo Montepio. A redefinição do negócio passa por acreditar que o futuro não é consumir, mas realizar os projetos dos nossos clientes.

No primeiro semestre de 2013, foram vendidos em Portugal 63 384 veículos automóveis, o que representou um ligeiro aumento de 1,9% relativamente ao período homólogo de 2012, de acordo com informação publicada pela ACAP - Associação Automóvel de Portugal. Este ligeiro crescimento a que se assistiu combinado com a redefinição estratégica do negócio contribui para o aumento de 67,4% da produção no primeiro semestre de 2013, fixando-se nos 57,3 milhões de euros.

Assim, conforme os elementos disponibilizados pela ASFAC - Associação de Instituições de Crédito Especializado, o Montepio Crédito aumentou a sua relevância no mercado, assegurando o 4º lugar do ranking do setor (12º em junho de 2012), detendo uma quota de produção no primeiro semestre de 7,6% que compara com 4,2% no período homólogo, sendo esta decomposta por 4,3% (3,0% em 2012) no Crédito, 18,6% (10,8% em 2012) no *Leasing* e 9,0% (2,4% em 2012) no ALD.

A relevância que o produto *Leasing* ganhou na atividade do Montepio Crédito está diretamente relacionada com as novas linhas de orientação estratégica. No universo das associadas da ALF – Associação Portuguesa de Leasing, Factoring e Renting, o Montepio Crédito passou a deter uma quota de mercado de 6,1%, que compara com 2,75% no primeiro semestre de 2012, implicando uma subida no ranking do setor de 6 lugares, garantido o 7º lugar no final de junho de 2013.

Apesar da boa performance comercial, o resultado do exercício apresentou uma redução de 805 mil euros (-59,5%), fixando-se em 549 mil euros.

A redução da margem financeira em 1,1 milhões de euros (-21,5%), por via do aumento dos custos de financiamento (+3,3 milhões de euros) que não foram compensados pelo aumento dos proveitos provenientes da carteira de crédito (+2,2 milhões de euros) justifica em grande medida a diminuição de resultados.

FINIBANCO ANGOLA, SA

Apesar da crescente 'bancarização' que se assiste no mercado angolano, o Finibanco Angola apresenta, em termos homólogos, crescimentos de volume de negócio superiores ao do setor. O Crédito a Clientes registou um crescimento de 55,3% (42,5 milhões de euros), atingindo os 119,4 milhões de euros, que compara com um crescimento do setor de 8,3%.

Os Recursos de Clientes evoluíram positivamente em 10,2%, enquanto o setor apresenta um crescimento ligeiramente mais moderado de 9,3%. Os Depósitos de Clientes evidenciaram um crescimento de 12,5% (+19,8 milhões de euros), atingindo 178,1 milhões de euros no final de 30 de junho de 2013.

A estrutura do Passivo e do Capital Próprio manteve-se inalterada, continuando a atividade a ser financiada pelos Depósitos de Clientes e por Capitais Próprios.
Os capitais próprios observaram um crescimento de 90,7%, fruto do aumento de capital de 30 milhões de dólares, que ocorreu em outubro de 2012, para fazer face à estratégia de crescimento delineada para o Finibanco Angola.

No primeiro semestre de 2013, a Margem financeira registou uma evolução positiva de 57,4% (2,2 milhões de euros), refletindo o crescimento da carteira de crédito. Apesar do aumento da carteira de depósitos de clientes, os custos de financiamento registaram um decréscimo de 397 mil euros (-11,0%) fruto de um melhor *pricing* das operações passivas.

Nas Comissões líquidas observou-se um crescimento de 1,8 milhões de euros, essencialmente devido ao incremento da atividade creditícia e dos serviços prestados e os resultados de Reavaliação Cambial (7,2 milhões de euros) continuam a evidenciar-se como a rubrica de maior expressão no Produto bancário (40,1%).

Os Custos Operacionais registaram um acréscimo de 517 mil euros (10,4%), atingindo os 5,5 milhões de euros, apesar do agravamento dos custos, o comportamento favorável do produto bancário, provocou uma redução do *cost to income* para 30,8% (-15,87 p.p.). Esta evolução deveu-se à política de expansão da rede.

O resultado do exercício atingiu 6,1 milhões de euros, face a 2,9 milhões de euros registados no período homólogo de 2012. Apesar do aumento de capital ocorrido no último trimestre de 2012, o nível da rendibilidade dos capitais próprios observou um crescimento de 1,93 p.p., fixando-se nos 20,3%.

De forma a contribuir para que o setor bancário angolano possua uma cobertura cada vez mais extensa da sua rede de máquinas ATM, o Finibanco Angola mantém o compromisso de instalar duas máquinas em cada uma das suas agências, assegurando que todas elas se encontram devidamente carregadas, facto que se consubstancia nas estatísticas da EMIS (Empresa Interbancária de Serviços, SA) que comprovam que as ATM da instituição são as que apresentam um valor médio de transações por ATM por mês mais elevado.

Desde o final de 2011, é expressivo o aumento da rede, cinco Balcões (45% do total da rede) dos quais um no primeiro semestre e um no início do segundo semestre de 2013.

BANCO MONTEPIO GERAL - CABO VERDE

Em junho de 2013, a captação de recursos registou um acréscimo de 180,4 milhões de euros (+46,5%) face ao período homólogo, atingindo 568,4 milhões de euros.

Os resultados líquidos foram de 276 mil euros, evidenciando um crescimento de 58 mil euros face a junho de 2012, que se traduziu numa redução de 0,7 p.p. da rendibilidade dos capitais próprios, que se fixaram em 3,6%.

O aumento dos resultados líquidos fundamenta-se, essencialmente, no incremento da margem financeira em 118 mil euros, que foi atenuada pela quebra dos resultados de reavaliação cambial de 17 mil euros e pelo crescimento dos custos operacionais em 39 mil euros.

LUSITANIA – COMPANHIA DE SEGUROS

A Lusitania – Companhia de Seguros, SA e Lusitania Vida – Companhia de Seguros, SA são as empresas da atividade seguradora que integram o perímetro de consolidação da Caixa Económica Montepio Geral. A Lusitania – Companhia de Seguros, incorpora ainda no seu perímetro de consolidação a N Seguros, SA, que explora, essencialmente, o ramo automóvel.

No primeiro semestre de 2013, no Ramo Não Vida, a produção de seguro direto da Lusitania, em base consolidada foi de 93,0 milhões de euros que compara com 112,7 milhões de euros no período homólogo, sendo os ramos automóvel e de acidentes/doença, responsáveis por 64,2% e 26,3%, respetivamente, dessa redução.

A N Seguros assegurou uma produção de 5,9 milhões de euros da produção consolidada da Lusitania, enquanto no primeiro semestre de 2012, havia contribuído com 6,1 milhões de euros.

Assim, as quotas de mercado registaram diminuições de 0,8 p.p., situando-se em 4,5% e 4,8%, em base individual e consolidada respetivamente.

A bancasseguros contribuiu com 15,4 milhões de euros do total da produção de Lusitania em base individual, representando 17,7% do total dos prémios brutos emitidos. O ramo Incêndio e Outros Danos, na modalidade Multiriscos assumem particular relevo ao nível do peso da produção da bancasseguros no total (7,7 milhões de euros, 41,3% do total do ramo na companhia e 50,0% da produção total da bancasseguros). Tal facto advém da colocação destes seguros pela rede de Balcões da CEMG aquando da comercialização do crédito à habitação.

A taxa de sinistralidade agravou-se, quer em base individual (10 p.p.), quer em base consolidada (9,6 p.p.), situando-se em 87,6% e 87,7%, respetivamente, fruto da redução da produção ter sido superior à diminuição de sinistros.

Mediante o anteriormente exposto os resultados líquidos foram negativos, em base individual e consolidada, nos montantes de 11,6 (-5,9 face a junho de 2012) e 11,5 de (-6,0 face a junho de 2012) milhões de euros respetivamente.

A solvabilidade em base individual agravou-se em 26,0 p.p., com a taxa de cobertura da margem de solvência a fixar-se nos 134,3%, tal como em base consolidada, evidenciando um decréscimo de 22,6 p.p. sendo em 30 de junho de 2013 de 81,2%.

LUSITANIA VIDA, SA

No Ramo Vida, o Grupo Montepio atua através da Lusitania Vida, companhia que complementa a oferta mutualista nas áreas das soluções de previdência e de poupança e, também, a oferta da Companhia de Seguros Lusitania, através da comercialização de soluções mistas, geradoras de importantes receitas.

No primeiro semestre de 2013, a produção da Lusitania Vida verificou um assinalável aumento de 13,6 milhões de euros (39,5%), atingindo 47,9 milhões de euros (44,4% da produção por via do canal bancário – bancasseguros).

O aumento da produção foi positivamente influenciado, pela evolução favorável do volume de prémios brutos emitidos dos seguros clássicos - ramo vida em 20,0%, fixando-se em 17,8 milhões de euros e pelo aumento da colocação de Contratos de Investimento em 54,3%, contribuindo com 30,1 milhões de euros da produção total do trimestre.

A bancasseguros colocou 43,0% dos seguros clássicos – ramo vida, e 45,2% dos contratos de investimento.

Apesar da boa performance da Lusitania Vida, o setor evidenciou um crescimento ainda superior, observando-se uma redução da quota de mercado de 0,14 p.p., fixando-se em 1,12%.

Os custos com sinistros líquidos registaram uma redução de 13,8%, atingindo em 30 de junho de 2013 os 9,7 milhões de euros.

Apesar do aumento da produção e da diminuição dos custos com sinistros, este efeito positivo foi anulado pelos Resultados Líquidos e pelos Juros de ativos e passivos financeiros, levando a que os resultados líquidos permanecessem nos 2,5 milhões de euros.

A taxa de cobertura da margem de solvência da Lusitania Vida no final de junho de 2013 fixou-se em 318,7%, que compara com 276,0% no período homólogo.

FINIVALOR – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO, SA

A Finivalor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA tem por objeto a gestão do fundo de investimento imobiliário aberto Finipredial e de alguns fundos fechados de subscrição particular, destacando-se o fundo de arrendamento habitacional Montepio Arrendamento.

No final do primeiro semestre de 2013 o mercado de Fundos de Investimento Imobiliário situou-se nos 11.488 milhões de euros, traduzindo-se numa ténue variação homóloga de 0,37%. A estrutura mostra-se estabilizada, com os Fundos Fechados a representar 55,2% do mercado.

Face ao mês homólogo a Finivalor registou uma variação positiva nos ativos sob gestão de 0,59%, para 425,3 milhões de euros. A estrutura de ativos mantém-se baseada no Fundo Finipredial, que representa 69,4% da carteira.

A quota de mercado assistiu a uma ligeira melhoria de 0,01 p.p. fixando-se nos 3,70%, ocupando o 10º lugar no *ranking* das sociedades gestoras (11º em junho de 2012). Por categoria de fundos, a Finivalor regista quotas significativas ao nível dos Fundos Abertos de Acumulação (12,4%) e FIIAH's (13,8%). O Fundo Finipredial apresenta um perfil de rendibilidade claramente acima da categoria em que se insere, registando um diferencial de 4,9% em Junho.

Os rendimentos com comissões tiveram uma redução de 6,1%, para 1,8 milhões de euros, devido a um menor volume de comissões de resgate associadas ao Fundo Finipredial. Este valor foi compensado por uma redução de 16,5% nos encargos com comissões, associada à comissão de colocação do Montepio Arrendamento FIIAH. Consequentemente, as comissões líquidas tiveram um acréscimo de 0,5%, para 1,1 milhões de euros, representando 95,7% do produto bancário.

Os custos de estrutura sofreram um agravamento de 10,4%, para 0,9 milhões de euros, explicado pelas rubricas Gastos Gerais Administrativos (15,0%) e Pessoal (6,4%), arrastando o rácio de eficiência para os 78,8%. O Resultado Líquido diminuiu 36,8%, para os 191 mil euros.

10. PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS PARA O SEGUNDO SEMESTRE

O contexto de elevada incerteza e risco deverá manter-se no segundo semestre de 2013, considerando a evolução presente e as previsões mais recentes para os indicadores económicos e setoriais.

Os principais riscos a que a atividade está sujeita, designadamente os riscos de crédito, de mercado (incluindo risco imobiliário) e de liquidez, poderão manter-se elevados em consequência das difíceis condições socioeconómicas, externas e internas, e do quadro de estabilidade política.

A conjugação de um contexto internacional incerto, no decurso do processo de consolidação orçamental e de assistência financeira, constitui uma situação de particular fragilidade e incerteza, que poderá comprometer as previsões de redução progressiva da contração económica ao longo do segundo semestre.

As previsões de recuperação económica do país assentam, essencialmente, no crescimento das exportações, com ganhos de quota de mercado, uma vez que a procura interna deverá manter-se em retração, em consequência das medidas de austeridade, no decurso do processo de consolidação fiscal e de desalavancagem do setor financeiro.

O agudizar da recessão na zona euro colocaria em risco a possibilidade de crescimento da atividade económica, devido a uma evolução menos favorável das exportações portuguesas, com reflexos na degradação da confiança dos agentes económicos e dos mercados financeiros.

Um dos maiores riscos reside na possibilidade das medidas de austeridade orçamental anunciadas provocarem um efeito de maior contração económica do que a prevista, agravando a redução das componentes da procura interna, com maior declínio do emprego, elevando ainda mais a taxa de desemprego, já em níveis elevados.

As dificuldades económicas ou políticas na concretização das metas orçamentais e dos compromissos do PAEF colocarão em risco a confiança dos investidores e a possibilidade de restabelecer o normal acesso ao financiamento dos mercados externos.

A concretização destes riscos colocaria a necessidade de revisão das metas e objetivos de política do atual PAEF, implicaria o prolongamento da crise e da situação de assistência financeira ao país, atrasando as possibilidades de acesso dos agentes económicos nacionais aos mercados financeiros e ao financiamento externo.

Perspetiva-se, contudo, que, no atual contexto de crise e incerteza, as instituições europeias prossigam as medidas não convencionais de política monetária, designadamente a nível das operações de cedência de liquidez e o programa de OMT (*Outright Monetary Transactions*), bem como de aprofundamento da

construção da União Económica e Monetária, no domínio da construção da União Bancária, no sentido de manter a estabilidade financeira e a confiança no euro e nas suas economias.

Neste quadro de incerteza e de risco, a CEMG e as principais instituições de crédito deverão continuar a cumprir os requisitos e a concretizar as metas e objetivos dos seus Planos de Financiamento e Capital (*Funding & Capital Plan*) específicos, conforme exigido no Memorando de políticas económicas do PAEF, revistos, atualizados e trimestralmente enviados às autoridades.

As principais respostas aos riscos enunciados passam por assegurar a concretização das medidas previstas nos domínios da gestão do balanço, especialmente do incumprimento e da recuperação de créditos, da preservação dos níveis de liquidez, da redução de custos e, do necessário reajustamento das estruturas, sem comprometer os processos de gestão comercial. Será ainda vital prosseguir medidas que potenciem o crescimento diversificado dos negócios e mercados, permitindo o apoio à economia e a criação de valor, numa base de sustentabilidade.

11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS, DECLARAÇÕES E RELATÓRIOS DE AUDITORIA

11.1. Demonstrações Financeiras em Base Consolidada

BALANÇO CONSOLIDADO DA CAIXA ECONÓMICA EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(milhares de euros)

	2013			2012
	Ativo Bruto	Imparidade e Amortizações	Ativo Líquido	Ativo Líquido
ATIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	337 605		337 605	304 886
Disponibilidades em outras instituições de crédito	233 792		233 792	235 659
Ativos financeiros detidos para negociação	87 297		87 297	139 055
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	6 809		6 809	12 300
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 916 180	44 430	2 871 750	2 481 445
Aplicações em instituições de crédito	200 831	683	200 148	224 324
Crédito a clientes	16 336 574	1 000 691	15 335 883	15 703 547
Investimentos detidos até à maturidade	28 024		28 024	27 495
Derivados de cobertura	915		915	931
Ativos não correntes detidos para venda	757 489	53 887	703 602	491 795
Propriedades de investimento	383 450		383 450	388 260
Outros ativos tangíveis	283 027	182 653	100 374	96 575
Ativos intangíveis	136 164	73 513	62 651	59 047
Investimentos em associadas e filiais excluidas da consolidação	54 559	341	54 218	60 836
Ativos por impostos correntes	1 953		1 953	2 702
Ativos por impostos diferidos	301 946		301 946	265 987
Outros ativos	276 888	12 029	264 859	477 887
TOTAL DO ATIVO	**22 343 503**	**1 368 227**	**20 975 276**	**20 972 731**
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais			1 854 813	1 776 514
Passivos financeiros detidos para negociação			67 427	84 794
Recursos de outras instituições de crédito			539 095	625 706
Recursos de clientes e outros empréstimos			13 262 663	13 255 447
Responsabilidades representadas por títulos			2 677 611	2 362 336
Passivos financeiros associados a ativos transferidos			216 493	244 419
Derivados de cobertura			2 572	3 177
Provisões			5 873	14 292
Passivos por impostos correntes				2 044
Passivos por impostos diferidos			527	533
Outros passivos subordinados			461 108	467 120
Outros passivos			362 493	501 379
TOTAL DO PASSIVO			**19 450 675**	**19 337 761**
CAPITAL				
Capital			1 295 000	1 295 000
Outros instrumentos de capital			15 000	15 000
Reservas de reavaliação			-14 391	-16
Outras reservas e resultados transitados			291 191	315 930
Resultado do exercício			-69 654	2 099
Interesses minoritários			7 455	6 957
TOTAL DO CAPITAL			**1 524 601**	**1 634 970**
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL			**20 975 276**	**20 972 731**

A TÉCNICA ORCIAL DE CONTAS

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

António Tomás Correia - Presidente

Jorge Humberto Cruz Barros Jesus Luís

Pedro Miguel de Almeida Alves Ribeiro

Fernando Paulo Pereira Magalhães

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(milhares de euros)

	2013	2012
Juros e rendimentos similares	432 054	643 117
Juros e encargos similares	330 127	489 784
MARGEM FINANCEIRA	**101 927**	**153 333**
Rendimentos de instrumentos de capital	435	514
Rendimentos de serviços e comissões	67 715	60 595
Encargos com serviços e comissões	12 484	12 092
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	4 607	-14 803
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	38 190	47 121
Resultados de reavaliação cambial	8 607	5 914
Resultados de alienação de outros ativos	-3 198	-18 594
Outros resultados de exploração	-8 669	34 707
PRODUTO DA ATIVIDADE	**197 130**	**256 695**
Custos com pessoal	96 655	97 693
Gastos gerais administrativos	52 175	57 088
Depreciações e amortizações	15 324	15 321
Provisões líquidas de reposições e anulações	1 148	-3 527
Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações	83 598	39 633
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	20 006	7 996
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	22 659	32 439
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	-3 935	-515
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES MINORITÁRIOS	**-98 370**	**9 537**
Impostos		
Correntes	-4 243	-2 439
Diferidos	33 716	-1 196
Interesses Minoritários	-757	-1 128
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	**-69 654**	**4 774**

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

António Tomás Correia - Presidente

Jorge Humbeto Cruz Barros Jesus Luís

Pedro Miguel de Almeida Alves Ribeiro

Fernando Paulo Pereira Magalhães

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares

30 de Junho de 2013

Agosto de 2013
Este relatório contém 144 páginas

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA

Introdução

1 Nos termos do Código dos Valores Mobiliários (CVM), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre o relatório financeiro intercalar consolidado do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2013, da Caixa Económica Montepio Geral (CEMG), que inclui a Demonstração da posição financeira consolidada (que evidencia um total de 20.975.276 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos detentores do capital da CEMG de 1.524.601 milhares de euros, incluindo um resultado líquido consolidado negativo atribuível aos detentores de capital da CEMG de 69.654 milhares de euros) e as Demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa, das alterações nos capitais próprios e do rendimento integral do período de seis meses findo naquela data e as correspondentes Notas explicativas.

2 As quantias das demonstrações financeiras consolidadas, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades

3 É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo:

a) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, dos fluxos de caixa, das alterações no capital próprio e do rendimento integral consolidados;

b) que a informação financeira histórica, seja preparada de acordo com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;

c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;

d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e

e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

4 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira consolidada contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A. Capital Social: 3.120.000 Euros - Pessoa Colectiva Nº PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. Nº 189 - Inscrito na C.M.V.M. Nº 9093

Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o Nº PT 502 161 078

Âmbito

5 O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira consolidada anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:

a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:

- a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira consolidada;
- a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
- a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
- a apresentação da informação financeira consolidada;
- se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita; e

b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.

6 O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.

7 Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral consolidada.

Parecer

8 Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2013, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

9 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, e conforme referido na nota 21 às demonstrações financeiras, com referência a 30 de Junho de 2013, chamamos a atenção que no seguimento das instruções do Banco de Portugal, foi realizada por uma Entidade Externa, uma revisão do Modelo de Imparidade Colectiva (Modelo) da CEMG, cujas conclusões e eventuais impactos regulamentares e contabilísticos estão ainda em validação, por parte da CEMG e discussão com o Banco de Portugal. Nesta base a imparidade colectiva registada nas demonstrações financeiras, com referência a 30 de Junho de 2013, reflecte a estimativa efectuada pelo Conselho de Administração Executivo suportada pelo Modelo actual da CEMG.

Lisboa, 16 de Agosto de 2013

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (nº 189)
representada por
Jean-éric Gaign (ROC nº 1013)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- NOTAS EXPLICATIVAS
(Páginas 5 a 144)

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração dos Resultados Consolidados
para os períodos de três e seis meses findos em 30 de Junho de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	Período de 6 meses findo em		Período de 3 meses findo em	
		30 de Junho 2013	30 de Junho 2012	30 de Junho 2013	30 de Junho 2012
Juros e rendimentos similares	3	432 054	643 117	215 396	302 780
Juros e encargos similares	3	330 127	489 784	164 800	223 842
Margem financeira		101 927	153 333	50 596	78 938
Rendimentos de instrumentos de capital	4	435	514	411	498
Rendimentos de serviços e comissões	5	67 715	60 595	35 052	32 192
Encargos com serviços e comissões	5	(12 484)	(12 092)	(6 665)	(6 407)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	6	4 607	(14 803)	7 443	(11 033)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	38 190	47 121	24 220	45 601
Resultados de reavaliação cambial	8	8 607	5 914	5 191	2 791
Resultados de alienação de outros activos	9	(3 198)	(18 594)	(1 035)	(14 702)
Outros resultados de exploração	10	(8 669)	34 707	(10 857)	29 156
Total de proveitos operacionais		197 130	256 695	104 356	157 034
Custos com pessoal	11	96 655	97 693	48 788	49 663
Gastos gerais administrativos	12	52 175	57 088	29 022	31 027
Amortizações do período	13	15 324	15 321	7 832	7 872
Total de custos operacionais		164 154	170 102	85 642	88 562
Imparidade do crédito	14	83 598	39 633	65 412	28 679
Imparidade de outros activos	15	42 665	40 435	30 245	41 106
Outras provisões	16	1 148	(3 527)	606	(3 815)
Resultado operacional		(94 435)	10 052	(77 549)	2 502
Resultados por equivalência patrimonial	17	(3 935)	(515)	(56 528)	(4 257)
Resultado antes de impostos		(98 370)	9 537	(134 077)	(1 755)
Impostos					
Correntes	32	(4 243)	(2 439)	(2 318)	(1 451)
Diferidos	32	33 716	(1 196)	28 949	(2 031)
Resultado após impostos		(68 897)	5 902	(107 446)	(5 237)
Resultado líquido do período atribuível ao					
Montepio Geral - Associação Mutualista		(69 654)	4 774	(107 865)	(5 723)
Interesses que não controlam	47	757	1 128	419	486
Resultado líquido do período		(68 897)	5 902	(107 446)	(5 237)

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral
para os períodos de três e seis meses findos em 30 de Junho de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	Período de 6 meses findo em		Período de 3 meses findo em	
		30 de Junho 2013	30 de Junho 2012	30 de Junho 2013	30 de Junho 2012
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados					
Reservas de justo valor					
Activos financeiros disponíveis para venda	45	(16.337)	194.267	(21.561)	106.435
Impostos	32	2.676	(60.817)	6.252	(30.866)
		(13 661)	133 450	(15 309)	75 569
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados					
Desvios actuariais do período	50	(21 598)	23 626	(10 708)	(25 844)
Impostos diferidos	32	(426)	48 616	(1 128)	18 836
		(22 024)	72 242	(11 836)	(7 008)
Resultado líquido do período		(69 654)	4 774	(107 865)	(5 723)
Total de outro rendimento integral do período		(105 339)	210 466	(135 010)	62 838
Atribuíveis a:					
Total dos Capitais Próprios atribuíveis à MGAM		(105.339)	210.466	(135.010)	62.838
Total de outro rendimento integral do período		(105 339)	210 466	(135 010)	62 838

Caixa Económica Montepio Geral

Balanço Consolidado em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	30 de Junho 2013	31 de Dezembro 2012
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	18	337 605	304 886
Disponibilidades em outras instituições de crédito	19	233 792	235 659
Aplicações em instituições de crédito	20	200 148	224 324
Crédito a clientes	21	15 335 883	15 703 547
Activos financeiros detidos para negociação	22	87 297	139 055
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	23	6 809	12 300
Activos financeiros disponíveis para venda	24	2 871 750	2 481 445
Derivados de cobertura	25	915	931
Investimentos detidos até à maturidade	26	28 024	27 495
Investimentos em associadas e outras	27	54 218	60 836
Activos não correntes detidos para venda	28	703 602	491 795
Propriedades de investimento	29	383 450	388 260
Outros activos tangíveis	30	100 374	96 575
Activos intangíveis	31	62 651	59 047
Activos por impostos correntes		1 953	2 702
Activos por impostos diferidos	32	301 946	265 987
Outros activos	33	264 859	477 887
Total do Activo		20 975 276	20 972 731
Passivo			
Recursos de bancos centrais	34	1 854 813	1 776 514
Recursos de outras instituições de crédito	35	539 095	625 706
Recursos de clientes	36	13 262 663	13 255 447
Responsabilidades representadas por títulos	37	2 677 611	2 362 336
Passivos financeiros associados a activos transferidos	38	216 493	244 419
Passivos financeiros detidos para negociação	22	67 427	84 794
Derivados de cobertura	25	2 572	3 177
Provisões	39	5 873	14 292
Passivos por impostos correntes		-	2 044
Passivos por impostos diferidos	32	527	533
Outros passivos subordinados	40	461 108	467 120
Outros passivos	41	362 493	501 379
Total do Passivo		19 450 675	19 337 761
Capitais próprios			
Capital	42	1 295 000	1 295 000
Outros instrumentos de capital	43	15 000	15 000
Reservas de reavaliação	45	(14 391)	(16)
Outras reservas e resultados transitados	44 e 45	291 191	315 930
Resultado líquido consolidado do período atribuível à MGAM		(69 654)	2 099
Total dos Capitais Próprios atribuíveis à MGAM		1 517 146	1 628 013
Interesses que não controlam	47	7 455	6 957
Total da Situação Líquida		1 524 601	1 634 970
		20 975 276	20 972 731

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Caixa Económica Montepio Geral

Mapa de alterações dos Capitais Próprios Consolidados
para os períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Total dos Capitais Próprios	Capital	Outros instrumentos de capital	Reserva geral e especial	Outras reservas de reavaliação	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados acumulados	Interesses que não controlam
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	1 259 488	1 245 000	15 000	245 820	7 541	(227 412)	(37 842)	11 381
Outros movimentos registados directamente na Situação Líquida:								
Alterações de justo valor (nota 45)	194 267	-	-	-	-	194 267	-	-
Desvios actuariais no período (nota 50)	23 626	-	-	-	-	-	23 626	-
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas (nota 32)	(12 201)	-	-	-	-	(60 817)	48 616	-
Resultado do período	4 774	-	-	-	-	-	4 774	-
Total de ganhos e perdas reconhecidos no período	210 466	-	-	-	-	133 450	77 016	-
Interesses que não controlam (nota 47)	1 078	-	-	-	-	-	-	1 078
Distribuição de resultados (nota 46)	(16 584)	-	-	-	-	-	(16 584)	-
Outras reservas	(1 128)	-	-	-	4 237	-	(5 365)	-
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(525)	-	-	-	-	-	(525)	-
Constituição de reservas								
Reserva geral	-	-	-	6 634	-	-	(6 634)	-
Reserva especial	-	-	-	1 641	-	-	(1 641)	-
Saldos em 30 de Junho de 2012	1 452 795	1 245 000	15 000	254 095	11 778	(93 962)	8 425	12 459
Outros movimentos registados directamente na Situação Líquida:								
Alterações de justo valor (nota 45)	103 201	-	-	-	-	103 201	-	-
Desvios actuariais no período (nota 50)	7 257	-	-	-	-	-	7 257	-
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas (nota 32)	19 084	-	-	-	-	(27 576)	46 660	-
Resultado do período	(2 675)	-	-	-	-	-	(2 675)	-
Total de ganhos e perdas reconhecidos no período	126 867	-	-	-	-	75 625	51 242	-
Aumento de capital (nota 42)	50 000	50 000	-	-	-	-	-	-
Interesses que não controlam (nota 47)	(5 502)	-	-	-	-	-	-	(5 502)
Outras reservas	11 185	-	-	-	6 543	-	4 642	-
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(375)	-	-	-	-	-	(375)	-
Constituição de reservas								
Reserva geral	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva especial	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	1 634 970	1 295 000	15 000	254 095	18 321	(18 337)	63 934	6 957
Outros movimentos registados directamente na Situação Líquida:								
Alterações de justo valor (nota 45)	(16 337)	-	-	-	-	(16 337)	-	-
Desvios actuariais no período (nota 50)	(21 598)	-	-	-	-	-	(21 598)	-
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas (nota 32)	2 250	-	-	-	-	2 676	(426)	-
Resultado do período	(69 654)						(69 654)	
Total de ganhos e perdas reconhecidos no período	(105 339)	-	-	-	-	(13 661)	(91 678)	-
Interesses que não controlam (nota 47)	498	-	-	-	-	-	-	498
Distribuição de resultados (nota 46)	(1 692)	-	-	-	-	-	(1 692)	-
Outras reservas	(3 448)	-	-	-	(714)	-	(2 734)	-
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(388)	-	-	-	-	-	(388)	-
Constituição de reservas								
Reserva geral	-	-	-	1 597	-	-	(1 597)	-
Reserva especial	-	-	-	113	-	-	(113)	-
Saldos em 30 de Junho de 2013	1 524 601	1 295 000	15 000	255 805	17 607	(31 998)	(34 268)	7 455

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados
para o período de seis meses findos em 30 de Junho de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Euros)

	30 de Junho 2013	30 de Junho 2012
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Juros recebidos	435 863	706 982
Comissões recebidas	67 867	53 962
Pagamento de juros	(343 255)	(465 933)
Pagamento de comissões	(6 588)	(10 349)
Despesas com pessoal e fornecedores	(162 314)	(259 491)
Recuperação de crédito e juros	4 166	3 258
Outros pagamentos e recebimentos	(104 774)	90 397
Impostos	(35 965)	-
	(145 000)	118 826
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	271 763	241 864
Outros activos	(39 446)	(79 154)
	232 317	162 710
(Aumentos) / diminuições de passivos operacionais		
Recursos para com clientes	52 863	94 322
Recursos para com instituições de crédito	(86 473)	(123 895)
Recursos de Bancos Centrais	70 000	(40 000)
	36 390	(69 573)
	123 707	211 963
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Dividendos recebidos	435	514
(Compra) / Venda de activos financeiros de negociação	53 497	(52 738)
(Compra) / Venda de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	5 491	(61)
(Compra) / Venda de activos financeiros disponíveis para venda	(424 686)	163 703
(Compra) / Venda de derivados de cobertura	(513)	2 596
(Compra) / Venda de activos financeiros detidos até à maturidade	(123)	54 568
(Compra) / Venda de investimentos em associadas	(397)	(3 841)
Depósitos detidos com fins de controlo monetário	(35 097)	167 298
Alienação de imobilizações	1 818	-
Aquisição de imobilizações	(8 871)	(44 211)
	(408 446)	287 828
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Distribuição de resultados	(1 692)	(23 085)
Emissão de obrigacões de caixa e títulos subordinados	1 156 488	161 442
Reembolso de obrigacões de caixa e títulos subordinados	(864 183)	(644 747)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo	(10 119)	(3 471)
	280 494	(509 861)
Variação líquida em caixa e equivalentes	(4 245)	(10 070)
Caixa e equivalentes no início do período	391 419	386 072
Variação líquida em caixa e equivalentes	(4 245)	(10 070)
Caixa e equivalentes no fim do período	387 174	376 002
Caixa e equivalentes no fim do período engloba:		
Caixa (nota 18)	153 382	139 406
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 19)	233 792	236 596
Total	387 174	376 002

Caixa Económica Montepio Geral

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2013

1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Caixa Económica Montepio Geral (adiante designada por "CEMG") é uma instituição de crédito, anexa e detida pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, tendo sido constituída em 24 de Março de 1844. Está autorizada a operar no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, bem como do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio, que regulamenta a actividade das caixas económicas, estabelecendo algumas restrições à sua actividade. Porém, a CEMG pode realizar operações bancárias mesmo para além das enunciadas nos seus Estatutos, desde que genericamente autorizadas pelo Banco de Portugal, o que na prática se traduz na possibilidade de realizar a universalidade das operações bancárias. As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os resultados das operações da CEMG e de todas as suas subsidiárias (em conjunto 'Grupo') e a participação do Grupo nas associadas para os seis meses findos em 30 de Junho de 2013 e 2012.

No decurso do exercício de 2010, o Montepio Geral – Associação Mutualista, accionista único da CEMG, procedeu à aquisição pelo montante de 341.250 milhares de Euros de 100% do capital da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. através de uma Oferta Pública de Aquisição.

Em 31 de Março de 2011, o Montepio Geral – Associação Mutualista alienou a participação detida na Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. à CEMG. No âmbito da alteração da estrutura do Grupo decorrente desta aquisição, em 4 de Abril de 2011, a CEMG adquiriu um conjunto de activos e passivos do Finibanco, S.A. (excluindo os imóveis propriedade do Finibanco, S.A. e adquiridos por este em resultado de aquisições em reembolso de crédito próprio e os contratos de locação financeira (mobiliária e imobiliária) em que o Finibanco, S.A. é locador financeiro e os elementos do activo imobilizado que suportam materialmente a actividade de locação financeira), bem como todos os passivos e provisões associadas.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') conforme aprovadas pela União Europeia (UE) a partir do exercício de 2005. As IFRS incluem as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ('IFRIC') e pelos respectivos órgãos antecessores. As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo da CEMG em 7 de Agosto de 2013. As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros arredondados ao milhar mais próximo.

Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respectiva versão vigente.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo para os seis meses findos em 30 de Junho de 2013 foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessa data. Estas demonstrações financeiras apresentam também a demonstração de resultados do segundo trimestre de 2013 e de 2012 com os comparativos do segundo trimestre do ano anterior. As demonstrações financeiras do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2013 não incluem toda a informação a divulgar nas demonstrações financeiras anuais completas.

O Grupo adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram em ou após 1 de Janeiro de 2013, à data de apresentação das contas.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos das demonstrações financeiras agora apresentadas, excepto no que se refere à adopção da *IFRS 13 Fair Value Measurement*; da *IAS 1 Presentation of Financial Statements* e da *IAS 19 (Revised) Employee Benefits.* A natureza e os efeitos decorrentes da adopção destas normas foram os seguintes:

IFRS 13 Fair value measurement

A IFRS 13 proporciona uma única fonte de orientação acerca da mensuração do justo valor e substitui as disposições que se encontravam dispersas nas várias IFRS. Em particular, esta norma define justo valor como o preço pelo qual uma transacção ordenada de venda de um activo ou de transferência de um passivo seria concretizada entre participantes de mercado na data da mensuração.

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 13, o Grupo aplicou as orientações relativas ao *fair value measurement* prospetivamente. Contudo, as alterações decorrentes da adopção da IFRS 13 não tiveram impacto relevante na mensuração dos activos e passivos do Grupo.

IAS 1 Presentation of Financial Statements - Presentation of items of other comprehensive income

Na sequência das alterações à IAS 1, o Grupo modificou a apresentação da Demonstração do Rendimento Integral tendo separado os itens que não serão reclassificados para resultados em períodos subsequentes daqueles itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados no futuro. A apresentação da informação comparativa foi igualmente modificada.

A adopção da IAS 1 não teve qualquer impacto nos activos, passivos, resultados do período e outro rendimento integral do Grupo.

IAS 19 (Revised) Employee Benefits (2011)

Seguindo o estabelecido na IAS 19 (2011), o Grupo passou a determinar o proveito/custo de juros com o plano de pensões multiplicando o activo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos activos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos activos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Anteriormente, o Grupo calculava o rendimento esperado dos activos do fundo com base na expectativa de rentabilidade a longo prazo.

As alterações decorrentes da adopção da IAS 19 *(Revised)* não tiveram efeito relevante nas contas do Grupo.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos financeiros e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros activos financeiros e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Activos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda (*disposal groups*) são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos activos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração Executivo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na política contabilística descrita na nota 1 aa).

b) Bases de consolidação

A partir de 1 de Janeiro de 2010, o Grupo passou a aplicar a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de actividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospectivamente.

Participações financeiras em subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém mais de metade dos direitos de voto. Existe também controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Após 1 de Janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos. Anteriormente a essa data, quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses que não controlam excediam o interesse não controlado no capital próprio dessa subsidiária, o excesso era atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que foram incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente foram reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses que não controlam anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas.
Após 1 de Janeiro de 2010, numa operação de aquisição por fases/ etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, aquando do cálculo do *goodwill*, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Investimentos financeiros em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são consolidados pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Grupo não possui influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração Executivo ou órgão de direcção equivalente;

- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;

- transacções materiais entre o Grupo e a participada;

- intercâmbio de pessoal de gestão;

- fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal de assumir essas perdas em nome da associada.

Diferenças de consolidação e de reavaliação - Goodwill

O registo dos custos directamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária é directamente imputado a resultados.

A totalidade do *goodwill* positivo resultante de aquisições é reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização.

O *goodwill* resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional dos activos e passivos e passivos contingentes da adquirida, consoante a opção tomada.

Caso o *goodwill* apurado seja negativo este é registado directamente em resultados do período em que a concentração de actividades ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos activos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

O *goodwill* não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados, ou capitais próprios, se aplicável.

Aquisição e diluição de Interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transacção com accionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transacção. A diferença entre o custo de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida directamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

As aquisições de interesses que não controlam, por via de contratos de opções de venda por parte dos interesses que não controlam (*written put options*), originam o reconhecimento de uma responsabilidade pelo justo valor a pagar, por contrapartida de interesses que não controlam na parte adquirida. O justo valor é determinado com base no preço definido no contrato, que poderá ser fixo ou variável. No caso de o preço ser variável, o valor da responsabilidade é actualizado por contrapartida de resultados, assim como o efeito financeiro do desconto (*unwinding*) dessa responsabilidade é registado também por contrapartida de resultados. Após 1 de Janeiro de 2010, nas diluições de interesses que controlam sem perda de controlo, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos são registadas por contrapartida de reservas.

Entidades de finalidade especial (SPEs)

O Grupo consolida pelo método integral SPEs resultantes de operações de securitização de activos com origem em entidades do Grupo (conforme nota 53) e resultantes de operações de cedência de créditos, quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios. Para além das referidas entidades resultantes de operações de securitização e cedência de créditos, não foram consolidadas outras SPEs por não estarem abrangidas pelos critérios abaixo referidos de acordo com a SIC 12.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios definidos pela SIC 12, analisados como segue:

- As actividades da SPE estão, em substância, a ser conduzidas maioritariamente a favor do Grupo, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que este obtenha benefícios do funcionamento da SPE;

- O Grupo tem os poderes de tomada de decisão para obter a maioria dos benefícios das actividades da SPE ou, ao estabelecer mecanismos de *auto-pilot*, a entidade delegou estes poderes de tomada de decisão;

- O Grupo tem direitos para obter a maioria dos benefícios da SPE, estando consequentemente exposto aos riscos inerentes às actividades do SPE; e

- O Grupo retém a maioria dos riscos residuais ou de propriedade relativos à SPE ou aos seus activos, com vista à obtenção de benefícios da sua actividade.

Gestão de fundos de investimento

O Grupo administra e gere activos detidos por fundos de investimento, cujas unidades de participação são detidas por terceiras entidades. As demonstrações financeiras destas entidades não são consolidadas pelo Grupo, excepto quando este detém o controlo desses fundos de investimento, isto é, quando detém mais de 50% das unidades de participação.

No caso de o Grupo consolidar fundos de investimento imobiliário, os imóveis provenientes desses fundos são classificados como propriedades de investimento, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 q).

Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas do Grupo residentes no estrangeiro são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde estas operam ou como a moeda em que as subsidiárias obtêm os seus proveitos ou financiam a sua actividade. Na consolidação, o valor dos activos e passivos, incluindo o *goodwill*, de subsidiárias residentes no estrangeiro é registado pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço. O *goodwill* existente sobre estes investimentos é reavaliado por contrapartida de reservas.

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral, proporcional e equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço, a que se reportam as contas consolidadas, são relevadas por contrapartida de reservas - diferenças cambiais. As diferenças cambiais resultantes dos instrumentos de cobertura relativamente às participações expressas em moeda estrangeira são diferenças cambiais registadas em capitais próprios em relação aquelas participações financeiras. Sempre que a cobertura não seja totalmente efectiva, a diferença apurada é registada em resultados do período.

Para as participações expressas em moeda funcional distinta do Euro as quais se aplica o método de consolidação integral, na data de balanço os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio à data de fecho do balanço, enquanto itens de proveitos e custos são convertidos à taxa média do período. As diferenças que resultam da utilização da taxa de fecho e da taxa média são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação das respectivas entidades.

Transacções eliminadas em consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções, são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

Crédito a clientes

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes activos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Grupo expiram; ou (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, poderá ser classificada como carteira com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, que possam ser estimados de forma fiável.

De acordo com a IAS 39 existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual; e (ii) análise colectiva.

(i) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade. Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- A exposição total de cada cliente junto do Grupo e a existência de crédito vencido;

- A viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;

- A existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;

- A deterioração significativa no *rating* do cliente;

- O património do cliente em situações de liquidação ou falência;

- A existência de credores privilegiados; e

- O montante e os prazos de recuperação estimados.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro efectiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas por imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objectiva de imparidade são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são avaliadas colectivamente.

(ii) Análise colectiva

As perdas por imparidade baseadas na análise colectiva podem ser calculadas através de duas perspectivas:

- para grupos homogéneos de créditos não considerados individualmente significativos; ou

- em relação a perdas incorridas mas não identificadas ('IBNR') em créditos para os quais não existe evidência objectiva de imparidade (ver parágrafo (i) anterior).

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas considerando os seguintes aspectos:

- experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;

- conhecimento das actuais envolventes económica e creditícia e da sua influência sobre o nível das perdas históricas; e

- período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Os créditos para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objectivo de determinar as perdas por imparidade em termos colectivos. Esta análise permite ao Grupo o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais, só ocorrerá em períodos futuros.

Em conformidade com a Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspectiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

1) Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

1a) Activos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, os que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado classificado como de cobertura), são classificados como de negociação. Os dividendos associados a acções destas carteiras são registados em Resultados em activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos em margem financeira.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

1b) Outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*)

O Grupo adoptou o *Fair Value Option* para algumas emissões próprias. As variações de risco de crédito do Grupo associadas a passivos financeiros em *Fair Value Option* encontram-se divulgadas na nota da rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

A designação de outros activos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*) é realizada desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- os activos e passivos financeiros são geridos, avaliados e reportados internamente ao seu justo valor;

- a designação elimina ou reduz significativamente o *mismatch* contabilístico das transacções; e

- os activos ou passivos financeiros contêm derivados embutidos que alteram significativamente os fluxos de caixa dos contratos originais (*host contracts*).

Os activos e passivos financeiros ao *Fair Value Option* são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados no momento inicial, com as variações subsequentes de justo valor reconhecidas em resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira com base na taxa de juro efectiva de cada transacção, assim como a periodificação dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

2) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda detidos com o objectivo de serem mantidos pelo Grupo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, são classificados como disponíveis para venda, excepto se forem classificados numa outra categoria de activos financeiros. Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções. Os activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados. Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva em margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

3) Investimentos detidos até à maturidade

Nesta categoria são reconhecidos activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais o Grupo tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de activos financeiros. Estes activos financeiros são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efectiva e reconhecido em margem financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará o Grupo a reclassificar integralmente esta carteira para activos financeiros disponíveis para venda e o Grupo ficará durante dois anos impossibilitado de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.

4) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em Resultados de Operações Financeiras no momento em que ocorrem.

(ii) Transferências entre categorias

O Grupo apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiras disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

As transferências para a (i) categoria de activos financeiros detidos até à maturidade só podem ser efectuadas desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade e para a (ii) categoria de crédito a clientes desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros num futuro previsível e os mesmos não sejam transaccionáveis num mercado activo.

Não foram efectuadas transferências entre carteiras no primeiro semestre de 2013 e no exercício de 2012.

(iii) Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade. Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas do Grupo, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de um ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como activos financeiros disponíveis para venda aumente e esse aumento possa ser objectivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade em resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. A recuperação das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda é registada como mais-valia em reservas de justo valor quando ocorre (não existindo reversão por contrapartida de resultados).

(iii) Derivados embutidos

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal (*host contract*), desde que o instrumento híbrido (conjunto) não esteja, à partida, reconhecido ao justo valor através de resultados. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações de justo valor subsequentes registadas em resultados do período e apresentadas na carteira de derivados de negociação.

d) Contabilidade de cobertura

(i) Contabilidade de cobertura

O Grupo designa derivados e outros instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;

- se espera que a cobertura seja altamente efectiva;

- a efectividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;

- a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e

- em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do período, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

(ii) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação da cobertura são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

(iii) Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa, são reconhecidas em capitais próprios - reservas de fluxos de caixa na parte efectiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefectiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do período nos períodos em que o item coberto afecta resultados.

No caso de uma cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, quando o instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura, ou a relação de cobertura é revogada, a relação de cobertura é descontinuada prospectivamente. Desta forma, as variações de justo valor do derivado acumuladas em capitais próprios até à data da descontinuação da cobertura podem ser:

- Diferidas pelo prazo remanescente do instrumento coberto; ou

- Reconhecidas de imediato em resultados do período, no caso de o instrumento coberto se ter extinguido.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transacção futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transacção futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

(iv) Efectividade de cobertura

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Grupo executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade das relações de cobertura, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

(v) Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efectiva da relação de cobertura. A parte inefectiva é reconhecida em resultados do período. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respectiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do período no momento da venda da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

e) Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Em Outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendements to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Activos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Activos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Activos financeiros detidos até à maturidade (*Held-to-maturity*), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- se um activo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado activo; ou

- quando se verificar algum evento que é não usual e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma circunstância rara.

As transferências de activos financeiros reconhecidas na categoria de Activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Activos financeiros detidos até à maturidade são permitidas em determinadas circunstâncias específicas.

São proibidas as transferências de e para outros Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*).

Durante o primeiro semestre de 2013 e o exercício de 2012, o Grupo não procedeu a quaisquer reclassificações entre categorias de instrumentos financeiros.

f) Desreconhecimento

O Grupo desreconhece activos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos financeiros foram transferidos ou o Grupo não mantém controlo dos mesmos.

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

g) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transacção directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito ao seu recebimento é estabelecido e deduzidos ao capital próprio.

h) Empréstimo de títulos e transacções com acordo de recompra

(i) Empréstimo de títulos

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou instituições financeiras. Os proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira).

(ii) Acordos de recompra

O Grupo realiza compras/vendas de títulos com acordo de revenda/recompra de títulos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os títulos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos em balanço. Os montantes pagos são reconhecidos em crédito a clientes ou aplicações em instituições de crédito. Os valores a receber são colateralizados pelos títulos associados. Os títulos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como depósitos de clientes ou de outras instituições de crédito.

A diferença entre as condições de compra/venda e as de revenda/recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou custos equiparados.

i) Activos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os activos não correntes, grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente) e operações em descontinuação são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e passivos e os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como activos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

As operações em descontinuação e as subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

O Grupo classifica igualmente em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pelo Grupo.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido de despesas, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do período.

j) Locação financeira

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

k) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva. Os juros à taxa efectiva de activos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.
Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspectos:

- Os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e

- Os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não esteja coberto por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a activos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de *Fair Value Option*, a componente de juro é reconhecida em juros e rendimentos similares ou em juros e encargos similares (margem financeira).

l) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam; ou

- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

m) Resultados de operações financeiras (Resultados em operações de negociação e de cobertura, Resultados em activos financeiros disponíveis para venda e Resultados em investimentos detidos até à maturidade)

O Resultado de operações financeiras reflecte os ganhos e perdas dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação e de derivados embutidos, assim como os dividendos recebidos associados a estas carteiras. Inclui igualmente, mais ou menos valias das alienações de activos financeiros disponíveis para venda e de investimentos detidos até à maturidade. As variações de justo valor dos derivados afectos a carteiras de cobertura e dos itens cobertos, quando aplicável a cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas.

n) Actividades fiduciárias

Os activos detidos no âmbito de actividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas actividades são reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem.

o) Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para O Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o maior entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Outras imobilizações	4 a 10

Sempre que exista uma indicação de que um activo tangível possa ter imparidade, é efectuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse activo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido de custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de activos tangíveis são reconhecidas em resultados do período.

p) Propriedades de investimento

Os imóveis detidos pelos fundos de investimento consolidados pelo Grupo são reconhecidos como propriedades de investimento, dado que estes imóveis têm como objectivo a valorização do capital a longo prazo e não a venda a curto prazo, nem são destinados à venda no curso ordinário do negócio nem para sua utilização.

Estes investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção, e subsequentemente são reavaliados ao justo valor. O justo valor da propriedade de investimento deve reflectir as condições de mercado à data do balanço. As variações de justo valor são reconhecidas em resultados do período na rubrica de Outros resultados de exploração.

Os avaliadores responsáveis pela valorização do património estão devidamente certificados para o efeito, encontrando-se inscritos na CMVM.

q) Activos intangíveis

Software

O Grupo regista em activos intangíveis os custos associados ao software adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado em 3 anos. O Grupo não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de *software*.

Outros activos intangíveis

O valor recuperável dos activos intangíveis sem vida útil finita registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

r) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

s) Offsetting

Os activos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando o Grupo tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

t) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com excepção daqueles reconhecidos em activos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

u) Benefícios dos empregados

Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Colectivo de Trabalho ('ACT') e subsequentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos conforme descrito na nota 50, o Grupo constituiu fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência, benefícios de saúde e subsídio de morte.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através de fundos de pensões geridos pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, em 31 de Dezembro de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão anual por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pelo Grupo multiplicando o activo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos activos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos activos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos actuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos activos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O Grupo reconhece na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Grupo efectua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

Anualmente, o Grupo avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

No âmbito da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o reconhecimento do impacto apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as NCAs, que anteriormente estava a ser amortizado linearmente até 31 de Dezembro de 2010 passou, com o Aviso n.º 7/2008 de 18 de Outubro do Banco de Portugal, a ser amortizado por um período adicional de 3 anos até 31 de Dezembro de 2012, com excepção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a alterações de pressupostos relativos à tábua de mortalidade, para a qual esse plano de amortização pode ter a duração de sete anos.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou comparticipações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Grupo, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Prémios de antiguidade

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Grupo assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Grupo, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio por antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Grupo de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Grupo com estes prémios por antiguidade é estimado anualmente, à data do balanço, pelo Grupo com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios por antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (bónus)

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e aos membros dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do período a que respeitam.

v) Impostos sobre lucros

Até 31 de Dezembro de 2011, a CEMG encontrava-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ('IRC'), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 10º do Código do IRC, tendo tal isenção sido reconhecida por Despacho de 3 de Dezembro de 1993, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e confirmada pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março, que aprovou o Orçamento do Estado para 1996.

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2012, a CEMG passa a estar sujeita ao regime estabelecido no Código do IRC. Desta forma, e tendo por base a legislação aplicável, as diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção dos activos intangíveis sem vida finita, não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

w) Relato por segmentos

O Grupo adoptou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais. Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio. Os resultados dos segmentos operacionais são periodicamente revistos pela Gestão com vista à tomada de decisões. O Grupo prepara regularmente informação financeira relativa a estes segmentos, a qual é reportada à Gestão. Um segmento geográfico é uma componente identificável que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

Para gestão de negócio, o Grupo considera os seguintes segmentos: (i) Operacionais: Banca de Retalho, Banca de Empresas e Outros Segmentos, e (ii) segmentos geográficos: Portugal e Área Internacional (Angola e Cabo Verde).

x) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, provisões correspondentes ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

y) Prestação de serviços de mediação de seguros ou de resseguros

A CEMG é uma entidade autorizada pelo Instituto de Seguros de Portugal para a prática da actividade de mediação de seguros, na categoria de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o artigo 8.º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei n.º 144 / 2006, de 31 de Julho, desenvolvendo a actividade de intermediação de seguros nos ramos vida e não vida.

No âmbito dos serviços de mediação de seguros o Grupo efectua a venda de contratos de seguros. Como remuneração pelos serviços prestados de mediação de seguros, o Grupo recebe comissões pela mediação de contratos de seguros, as quais estão definidas em acordos/protocolos estabelecidos entre o Grupo e as Seguradoras. As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros têm a seguinte tipologia:

- comissões que incluem uma componente fixa e uma componente variável. A componente fixa é calculada pela aplicação de uma taxa pré-determinada sobre o valor das subscrições efectuadas através do Grupo e a componente variável é calculada mensalmente segundo critérios pré-estabelecidos, sendo a comissão total anual igual à soma das comissões calculadas mensalmente;

- comissões por participação nos resultados de seguros, as quais são apuradas anualmente e pagas pela Seguradora no início do ano seguinte (até 31 de Janeiro) aquele a que respeitam.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que as comissões cujo pagamento ocorre em momento diferente do período a que respeita são objecto de registo como valor a receber numa rubrica de Outros activos, por contrapartida da rubrica Comissões recebidas – Por serviços de mediação de seguros.

z) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração Executivo utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisados nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração Executivo, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento distinto fosse escolhido. O Conselho de Administração Executivo considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia, entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Perdas por imparidade em créditos a clientes

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 c).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Investimentos detidos até à maturidade

O Grupo classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, o Grupo avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Grupo não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Grupo. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPEs)

O Grupo patrocina a constituição de SPEs com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos por motivos de liquidez e/ou de gestão de capital.

As operações *Pelican Mortgages No. 3, Aqua SME No. 1, Pelican Mortgages No. 4, Aqua Mortgages No. 1, Pelican Mortgages No. 5, Pelican SME e Pelican Mortgages No. 6*, não deram lugar a desreconhecimento nas demonstrações financeiras do Grupo.

Por outro lado, o Grupo desreconheceu os activos associados às seguintes operações de securitização de crédito: *Pelican Mortgages No. 1 e 2*. Para estas operações concluiu-se que foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios associados aos respectivos SPE, uma vez que o Grupo não detém quaisquer títulos emitidos pelos mesmos, que tenham exposição à maioria dos riscos residuais, nem está de outra forma exposto à performance das correspondentes carteiras de crédito.

Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais Portuguesas têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Grupo durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração Executivo considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios dos empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Imparidade do Goodwill

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo do Grupo é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço das entidades do Grupo para as quais se encontra reconhecido no activo o respectivo *goodwill*, é comparado com o seu valor recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao *goodwill* quando o valor recuperável da entidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

2 Margem financeira e resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira, dos resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e em activos financeiros disponíveis para venda, quer nas rubricas da margem financeira, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, não evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e para os resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	**Jun 2012**
Margem Financeira	101 927	153 333
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda	42 797	32 318
	144 724	185 651

3 Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

	Jun 2013			Jun 2012		
	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	**De activos / passivos ao justo valor através de resultados**	**Total**	**De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para a venda**	**De activos / passivos ao justo valor através de resultados**	**Total**
Juros e rendimentos similares:						
Juros de crédito	256 033	-	256 033	321 570	-	321 570
Juros de outras aplicações	865	-	865	1 504	-	1 504
Juros de depósitos	310	-	310	2 156	-	2 156
Juros de títulos disponíveis para venda	106 747	-	106 747	167 493	-	167 493
Juros de investimentos detidos até à maturidade	338	-	338	659	-	659
Juros de derivados de cobertura	421	-	421	1 303	-	1 303
Juros de investimentos financeiros detidos para negociação	-	54 862	54 862	-	137 738	137 738
Outros juros e rendimentos similares	12 478	-	12 478	10 694	-	10 694
	377 192	54 862	432 054	505 379	137 738	643 117
Juros e encargos similares:						
Juros de depósitos	167 328	-	167 328	243 943	-	243 943
Juros de títulos emitidos	55 345	-	55 345	36 370	-	36 370
Juros de empréstimos	1 960	-	1 960	2 366	-	2 366
Juros de outros recursos	12 417	-	12 417	14 375	-	14 375
Juros de derivados de cobertura	647	-	647	2 233	-	2 233
Juros de investimentos financeiros detidos para negociação	-	53 967	53 967	-	128 564	128 564
Outros juros e encargos similares	38 463	-	38 463	61 933	-	61 933
	276 160	53 967	330 127	361 220	128 564	489 784
Margem Financeira	101 032	895	101 927	144 159	9 174	153 333

A rubrica de Juros de crédito inclui, o montante de 10.021 milhares de Euros (30 de Junho de 2012: 11.198 milhares de Euros) relativo a comissões e outros custos/proveitos contabilizados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 l).

A rubrica de Juros e encargos similares – Juros de depósitos inclui o efeito da contabilização de juros de depósitos a prazo com taxas crescentes no montante de 3.525 milhares de Euros negativo (30 de Junho de 2012: 3.685 milhares de Euros positivo).

4 Rendimentos de instrumentos de capital

Esta rubrica inclui dividendos e rendimentos de unidades de participação recebidos durante o período.

5 Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Jun 2012
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	47 942	46 704
Por operações realizadas por conta de terceiros	7 942	6 122
Por serviços de mediação de seguros	3 175	3 185
Por garantias prestadas	4 380	3 970
Outros rendimentos de serviços e comissões	4 276	614
	67 715	60 595
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	10 097	9 410
Por operações realizadas com títulos	257	212
Outros encargos com serviços e comissões	2 130	2 470
	12 484	12 092
Resultados líquidos de serviços e comissões	55 231	48 503

Em 30 de Junho de 2013 e 2012, as remunerações decorrentes da prestação do serviço de mediação ou de resseguros têm a seguinte composição:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Jun 2012
Ramo Vida		
Habitação	589	609
Consumo	336	389
Outros	695	693
	1 620	1 691
Ramo Não Vida		
Habitação	1 042	1 008
Consumo	55	58
Outros	458	428
	1 555	1 494
	3 175	3 185

6 Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2013			Jun 2012		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Activos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
de emissores públicos	1	-	1	-	-	-
de outros emissores	48	69	(21)	-	-	-
Acções	2 917	2 249	668	881	1 694	(813)
Unidades de participação	46	64	(18)	261	297	(36)
	3 012	2 382	630	1 142	1 991	(849)
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	47 859	47 550	309	40 279	40 925	(646)
Contratos sobre taxas de juro	200 096	227 451	(27 355)	925 603	928 196	(2 593)
Contratos sobre créditos (CDS)	365	228	137	2 062	1 470	592
Outros	55 636	18 432	37 204	38 723	34 156	4 567
	303 956	293 661	10 295	1 006 667	1 004 747	1 920
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores	1 059	-	1 059	153	-	153
	1 059	-	1 059	153	-	153
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	204	-	204	75	34	41
Recursos de clientes	275	219	56	436	100	336
Outros passivos subordinados	5 414	4 901	513	220 038	221 477	(1 439)
Outros	1 606	9 756	(8 150)	11 727	26 692	(14 965)
	7 499	14 876	(7 377)	232 276	248 303	(16 027)
	315 526	310 919	4 607	1 240 238	1 255 041	(14 803)

A rubrica Passivos financeiros – Outros diz respeito às variações de justo valor associadas à alteração do risco de crédito próprio *(spread)* das operações para os passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados.

De acordo com as políticas contabilísticas seguidas pelo Grupo, os instrumentos financeiros são mensurados, no momento do seu reconhecimento inicial, pelo seu justo valor. Presume-se que o valor de transacção do instrumento corresponde à melhor estimativa do seu justo valor na data do seu reconhecimento inicial. Contudo, em determinadas circunstâncias, o justo valor inicial de um instrumento financeiro, determinado com base em técnicas de avaliação, pode diferir do valor de transacção, nomeadamente pela existência de uma margem de intermediação, dando origem a um *day one profit*.

O Grupo reconhece em resultados os ganhos decorrentes da margem de intermediação (*day one profit*), gerados fundamentalmente na intermediação de produtos financeiros derivados e cambiais, uma vez que o justo valor destes instrumentos, na data do seu reconhecimento inicial e subsequentemente, é determinado apenas com base em variáveis observáveis no mercado e reflecte o acesso do Grupo ao mercado financeiro grossista (*wholesale market*).

7 Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

	Jun 2013			Jun 2012		
	Proveitos	**Custos**	**Total**	**Proveitos**	**Custos**	**Total**
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	32 508	653	31 855	773	351	422
De outros emissores	5 494	1 587	3 907	45 979	246	45 733
Acções	184	621	(437)	19	21	(2)
Outros títulos de rendimento variável	2 867	2	2 865	975	7	968
	41 053	2 863	38 190	47 746	625	47 121

A rubrica Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores inclui o montante de 4.342 milhares de Euros (30 de Junho de 2012: 33.577 milhares de Euros), resultante de um conjunto de operações de recompra efectuadas no âmbito de um conjunto de iniciativas levadas a cabo pela CEMG, para gestão da sua estrutura de financiamento e de capital, nomeadamente das operações de recompra de obrigações *Pelican Mortgages n.º3*, conforme descrito na nota 37.

8 Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

	Jun 2013			Jun 2012		
	Proveitos	**Custos**	**Total**	**Proveitos**	**Custos**	**Total**
Reavaliação cambial	33 292	24 685	8 607	24 065	18 151	5 914

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 u).

9 Resultados de alienação de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	**Jun 2012**
Alienação de imóveis	(3 754)	(11 775)
Alienação de investimentos em associadas	1 000	-
Outros	(444)	(6 819)
	(3 198)	(18 594)

A rubrica Alienação de imóveis regista os resultados da venda de activos não correntes detidos para venda.

Em 30 de Junho de 2012, a rubrica Outros inclui o montante de 6.695 milhares de Euros, relativo ao reconhecimento integral em custo do período de programas de *software*.

10 Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Jun 2012
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços	3 337	3 632
Reembolso de despesas	4 050	4 301
Proveitos na gestão de contas de depósitos à ordem	7 970	8 212
Recompra de emissões próprias	420	23 822
Outros	14 993	5 314
	30 770	45 281
Outros custos de exploração		
Impostos	5 060	2 768
Donativos e Quotizações	196	157
Fundo de Garantia de Depósitos	1 624	1 548
Fundo de Resolução	1 145	-
Outros	31 414	6 101
	39 439	10 574
Outros resultados líquidos de exploração	(8 669)	34 707

Em 30 de Junho de 2012, o resultado de Recompras de emissões próprias é apurado de acordo com o definido na política contabilística descrita na nota 1 c) e refere-se à recompra de obrigações hipotecárias e *Euro Medium Term Notes*. Em 30 de Junho de 2012, esta rubrica inclui ainda o valor referente ao cancelamento de obrigações hipotecárias de 1.857 milhares de Euros.

A contribuição específica sobre o sector Bancário é estimada de acordo com o disposto na Lei n.º 55-A/2010. A determinação do montante a pagar incide sobre: (i) o passivo médio anual apurado em balanço deduzido dos fundos próprios de base (*Tier* 1) e dos fundos próprios complementares (*Tier* 2) e os depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos; e (ii) o valor nocional dos instrumentos financeiros derivados. A 30 de Junho de 2013 o Grupo reconheceu como custo do período o valor de 2.637 milhares de Euros (30 de Junho de 2012: 2.116 milhares de Euros), incluído na rubrica de Outros custos de exploração – Impostos.

11 Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Jun 2012
Remunerações	71 893	70 279
Encargos sociais obrigatórios	19 537	19 765
Encargos com fundo de pensões	2 622	5 406
Outros custos	2 603	2 243
	96 655	97 693

A rubrica Encargos com fundos de pensões, em 30 de Junho de 2012 inclui o montante de 1.377 milhares de Euros relativo ao custo com a transferência das responsabilidades com os colaboradores reformados/pensionistas para o Regime Geral de Segurança Social, de acordo com o referido na nota 50. O referido impacto corresponde ao efeito do recálculo das responsabilidades, com base nos pressupostos actuariais definidos pelo Estado Português, no âmbito da transferência.

Esta rubrica inclui igualmente em 30 de Junho de 2012 o montante de 878 milhares de Euros relativo ao custo com os colaboradores reformados antecipadamente.

12 Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Jun 2012
Rendas e alugueres	14 981	16 752
Serviços especializados		
Informática	4 688	5 998
Trabalho independente	2 621	3 076
Outros serviços especializados	8 585	10 684
Publicidade e publicações	2 379	2 221
Comunicações e expedição	4 864	5 728
Água, energia e combustíveis	2 789	3 054
Conservação e reparação	2 528	2 546
Transportes	1 653	1 653
Seguros	1 382	1 128
Deslocações, estadias e despesas de representação	974	1 122
Material de consumo corrente	1 304	708
Formação	167	123
Outros gastos administrativos	3 260	2 295
	52 175	57 088

A rubrica Rendas e alugueres inclui o montante de 13.119 milhares de Euros (30 de Junho de 2012: 12.526 milhares de Euros) correspondente a rendas pagas sobre imóveis utilizados pela Grupo na condição de locatário.

13 Amortizações do período

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Jun 2012
Activos intangíveis		
Software	6 013	5 949
Outros activos intangíveis	279	270
	6 292	6 219
Outros activos tangíveis		
Imóveis	2 406	2 096
Equipamento		
Mobiliário e material	1 079	1 274
Máquinas e ferramentas	10	64
Equipamento Informático	3 419	3 980
Instalações interiores	37	178
Equipamento de transporte	49	73
Equipamento de segurança	1 028	613
Locação operacional	907	732
Outros activos tangíveis	97	92
	9 032	9 102
	15 324	15 321

14 Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Jun 2012
Aplicações em instituições de crédito		
Dotação do período	1 098	50
Reversão do período	(440)	(316)
	658	(266)
Crédito a clientes		
Dotação do período líquida de reversões	87 106	43 157
Recuperação de crédito e de juros	(4 166)	(3 258)
	82 940	39 899
	83 598	39 633

A rubrica Imparidade de crédito regista igualmente a estimativa de perdas incorridas determinadas de acordo com a avaliação da evidência objectiva de imparidade, conforme referida na política contabilística descrita na nota 1 c).

15 Imparidade de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Jun 2012
Imparidade para activos não correntes detidos para venda		
Dotação do período líquida de reversões	23 832	5 927
Imparidade para títulos		
Dotação do período	35 033	17 825
Reversão do período	(15 027)	(8 829)
	20 006	8 996
Imparidade para activos intangíveis		
Dotação do período	-	26 512
	-	26 512
Imparidade para outros activos		
Dotação do período	621	-
Reversão do período	(1 794)	(1 000)
	(1 173)	(1 000)
	42 665	40 435

Em 30 de Junho de 2013, a rubrica Imparidade para títulos – Dotação do período inclui o montante de 1.279 milhares de Euros, referentes à imparidade reconhecida para unidades de participação em Fundos Especializados de Crédito, adquiridas no âmbito da cedência de créditos a clientes, conforme nota 24.

Em 30 de Junho de 2012, a Imparidade para activos intangíveis diz respeito a imparidade constituída para o *goodwill* associado à participação do Grupo Finibanco, conforme nota 31.

16 Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Jun 2012
Provisões para outros riscos e encargos		
Dotação do período	1 196	1 507
Reversão do período	(48)	(5 034)
	1 148	(3 527)

17 Resultados por equivalência patrimonial

Os contributos na rubrica de rendimento de participações financeiras consolidadas pelo método de apropriação por equivalência patrimonial são analisados como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Jun 2012
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	(2 900)	(1 315)
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	975	999
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	(79)	(175)
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	-	(33)
Nutre S.G.P.S., S.A.	(1 931)	(320)
Prio Energy S.G.P.S., S.A.	-	329
	(3 935)	(515)

18 Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Caixa	153 382	155 760
Depósitos em bancos centrais		
Banco de Portugal	154 475	108 581
Outros bancos centrais	29 748	40 545
	337 605	304 886

A rubrica Depósitos em bancos centrais inclui o saldo junto dos bancos centrais dos países em que o Grupo opera, com vista a satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas. O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona do Euro obriga à manutenção de um saldo em depósito junto do Banco Central, equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas. Esta taxa é diferente para países fora da Zona Euro.

Em 30 de Junho de 2013, a taxa de remuneração média destes depósitos no Banco de Portugal ascendia a 0,50% (31 de Dezembro de 2012: 0,75%). Os Depósitos em Outros bancos centrais não são remunerados.

19 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Em instituições de crédito no país	174 754	180 342
Em instituições de crédito no estrangeiro	15 454	10 895
Valores a cobrar	43 584	44 422
	233 792	235 659

A rubrica Valores a cobrar diz respeito a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

20 Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Aplicações sobre instituições de crédito no país		
Depósitos	1 135	1 135
Empréstimos	-	19 715
Outras aplicações	6 003	6 003
	7 138	26 853
Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	9 994	9 993
Aplicações de muito curto prazo	65 099	69 573
Outras aplicações	118 600	117 930
	193 693	197 496
	200 831	224 349
Imparidade para aplicações em instituições de crédito	(683)	(25)
	200 148	224 324

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 30 de Junho de 2013, vencem juros à taxa média anual de 1% (31 de Dezembro de 2012: 1,25%).

Os movimentos ocorridos no período como perdas por imparidade para aplicações em instituições de crédito são apresentados como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Jun 2012
Saldo em 1 de Janeiro	25	345
Dotação do período	1 098	50
Reversão do período	(440)	(316)
Saldo em 30 de Junho	683	79

21 Crédito a clientes

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimo	2 091 596	1 936 956
Créditos em conta corrente	1 498 253	1 695 686
Locação financeira	400 377	384 849
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	125 633	173 517
Factoring	93 121	105 231
Descobertos em depósitos à ordem	91 569	66 508
Outros créditos	1 259 529	1 370 846
A particulares		
Habitação	8 439 929	8 617 320
Locação financeira	87 229	119 616
Consumo e outros créditos	1 108 023	1 137 704
	15 195 259	15 608 233
Crédito ao exterior		
A empresas	95 315	63 878
A particulares	13 929	12 248
	15 304 503	15 684 359
Correcção de valor de activos que sejam objecto de operações de cobertura		
Locação financeira	1 559	2 759
Outros créditos	4 231	4 148
	5 790	6 907
Crédito e juros vencidos		
Menos de 90 dias	109 986	103 608
Mais de 90 dias	916 295	830 957
	1 026 281	934 565
	16 336 574	16 625 831
Imparidade para riscos de crédito	(1 000 691)	(922 284)
	15 335 883	15 703 547

Em 30 de Junho de 2013, a rubrica Crédito a clientes inclui créditos afectos à emissão de obrigações hipotecárias, realizadas pelo Grupo de 2.737.065 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 2.816.016 milhares de Euros).

Conforme referido na nota 57, o Grupo realizou operações de cedência de créditos a clientes para Fundos Especializados de Crédito. O montante global dos créditos alienados ascendeu a 25.425 (Dezembro de 2012: 15.318 milhares de Euros).

Em 2012, o Grupo procedeu à venda de duas carteiras de crédito a clientes para uma sociedade de titularização denominada "Hefesto Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.". Estas operações foram denominadas como Aurea 1 e Aurea 2. Estes créditos apresentavam um valor de balanço de 70.540 milhares de Euros, tendo sido a venda realizada pelo mesmo valor.

O Grupo realizou as seguintes operações, ao abrigo do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias da CEMG:

- Maio 2013: Emissão de 500.000 milhares de Euros, prazo: 4 anos, uma taxa de juro de Euribor 1M + 0,75%;

- Julho 2012: Reembolso de 655.000 milhares de Euros;

- Junho 2012: Cancelamento de 53.300 milhares de Euros, com um resultado de 1.857 milhares de Euros, conforme a nota 10;

- Novembro 2011: Emissão de 300.000 milhares de Euros, prazo: 5 anos, uma taxa de juro de Euribor 3M + 0,75%;

- Outubro 2011: Cancelamento de 291.700 milhares de Euros, com um resultado de 17.750 milhares de Euros, conforme a nota 10;

- Setembro 2011: Emissão de 550.000 milhares de Euros, prazo: 5 anos, uma taxa de juro de Euribor 3M + 0,75%;

- Novembro 2010: Emissão de 500.000 milhares de Euros, prazo: 5 anos, uma taxa de juro de Euribor 3M + 2,5%;

- Dezembro 2009: Emissão de 150.000 milhares de Euros, prazo: 7 anos, a uma taxa de juro de Euribor 3M + 0,75%; e

- Julho 2009: Emissão de 1.000.000 milhares de Euros, prazo: 3 anos, a uma taxa de juro de 3,25%.

A rubrica Crédito a clientes inclui o efeito de operações de securitização tradicionais, detidas por SPEs sujeitas a consolidação no âmbito da SIC 12, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 b).

Em 30 de Junho de 2013, o valor do crédito a clientes (líquido de imparidade), inclui o montante de 215.810 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 229.286 milhares de Euros), referente a operações de securitização em que, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 b), os SPEs são consolidados no Grupo pelo método integral (nota 53).

Em 30 de Junho de 2013, o Crédito a clientes incluía cerca de 3.757.202 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 3.941.386 milhares de Euros) relativo a créditos que foram objecto de securitização e, que de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 g), não foram objecto de desreconhecimento.

Na rubrica de Correcção de valores de activos que sejam objecto de operações de cobertura está registado o ajustamento para o justo valor da parte da carteira coberta. Esta valorização é registada por contrapartida de resultados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 e). O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

O justo valor da carteira de crédito a clientes encontra-se apresentado na nota 49.

A rubrica Crédito a clientes corresponde na sua maioria a contratos de crédito a taxa variável.

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de cliente, para o período findo em 30 de Junho de 2013, é a seguinte:

(milhares de Euros)

	Crédito a clientes				
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Crédito com garantias reais	549 476	1 518 007	9 886 566	437 696	12 391 745
Crédito com outras garantias	908 668	261 897	512 537	252 325	1 935 427
Crédito sem garantias	554 440	198 586	272 439	284 475	1 309 940
Crédito ao sector público	10 894	4 395	33 979	2 409	51 677
Crédito sobre o estrangeiro	10 059	87 850	11 335	10 855	120 099
Crédito em Locação	6 964	168 126	314 075	38 521	527 686
	2 040 501	2 238 861	11 030 931	1 026 281	16 336 574

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, é a seguinte:

(milhares de Euros)

	Crédito a clientes				
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Crédito com garantias reais	595 945	1 604 010	9 974 404	411 918	12 586 277
Crédito com outras garantias	947 541	330 218	377 924	210 758	1 866 441
Crédito sem garantias	678 224	208 266	337 809	268 864	1 493 163
Crédito ao sector público	87	7 788	46 648	311	54 834
Crédito sobre o estrangeiro	17 448	54 864	2 866	10 810	85 988
Crédito em Locação	8 758	178 364	320 102	31 904	539 128
	2 248 003	2 383 510	11 059 753	934 565	16 625 831

O crédito vincendo em locação, em 30 de Junho de 2013, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

(milhares de Euros)

	Crédito em locação			
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos	Total
Rendas vincendas	81 290	272 472	198 585	552 347
Juros Vincendos	(16 929)	(65 776)	(46 150)	(128 855)
Valores residuais	5 665	23 507	36 501	65 673
	70 026	230 203	188 936	489 165

O crédito vincendo em locação, em 31 de Dezembro de 2012, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

(milhares de Euros)

	Crédito em locação			
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos	Total
Rendas vincendas	83 063	277 951	204 556	565 570
Juros Vincendos	(16 521)	(61 941)	(43 175)	(121 637)
Valores residuais	9 119	21 128	33 044	63 291
	75 661	237 138	194 425	507 224

A análise da rubrica Crédito e juros vencidos por tipo de crédito é a seguinte:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Crédito com garantias reais	437 696	411 918
Crédito com outras garantias	252 325	210 758
Crédito sem garantias	284 475	269 812
Crédito ao sector público	2 409	311
Crédito sobre o estrangeiro	10 855	9 862
Crédito em locação	38 521	31 904
	1 026 281	934 565

A análise da rubrica Crédito e juros vencidos por tipo de cliente é a seguinte:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Empresas		
Construção/Produção	201 855	178 342
Investimento	168 773	223 990
Tesouraria	337 189	237 164
Outras finalidades	27 362	17 242
Particulares		
Habitação	119 531	125 166
Crédito ao consumo	59 822	54 248
Outras finalidades	70 936	61 256
Sector Público Administrativo	2 410	311
Outros Segmentos	38 403	36 846
	1 026 281	934 565

Os movimentos por imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Jun 2012
Saldo em 1 de Janeiro	922 284	770 476
Dotação do período líquida de reversões	87 106	43 157
Utilização de imparidade	(16 132)	(141 277)
Transferências	7 420	92 472
Outros	13	-
Saldo em 30 de Junho	1 000 691	764 828

Em conformidade com a política do Grupo, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

Se o valor de uma perda de imparidade decresce num período subsequente à sua contabilização e essa diminuição pode ser relacionada objectivamente com um evento que tenha ocorrido após o reconhecimento dessa perda, a imparidade em excesso é anulada por contrapartida de resultados.

Em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 c), e de acordo com o disposto na carta-circular n.º 15/2009, de 28 de Janeiro do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas fiáveis de recuperação dos créditos e para os créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade, quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

A imparidade para riscos de crédito, por tipo de crédito, é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Crédito com garantias reais	594 203	442 528
Crédito com outras garantias	232 838	212 367
Crédito sem garantias	173 650	267 389
	1 000 691	922 284

A anulação de crédito por utilização da respectiva imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Crédito com garantias reais	10 133	135 889
Crédito com outras garantias	3 845	29 465
Crédito sem garantias	2 154	14 297
	16 132	179 651

A análise da recuperação de créditos e juros, efectuada no decorrer do período entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2013 e 2012 ascendeu ao montante de 4.166 milhares de Euros e 3.258 milhares de Euros, respectivamente, relacionada com a recuperação de crédito, conforme mencionado na nota 14.

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, o detalhe da imparidade determinada de acordo com a nota 1 c), é apresentado como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013						
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base *portfólio*		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a empresas	4 487 730	(449 483)	2 795 325	(327 394)	7 283 055	(776 877)	6 506 178
Crédito a particulares – Habitação	7 542	(520)	8 520 992	(125 821)	8 528 534	(126 341)	8 402 193
Crédito a particulares – Outros	92 342	(6 543)	909 144	(90 930)	1 001 486	(97 473)	904 013
	4 587 614	(456 546)	12 225 461	(544 145)	16 813 075	(1 000 691)	15 812 384

(milhares de Euros)

	Dez 2012						
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base *portfólio*		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a empresas	4 004 102	(371 294)	3 333 616	(341 307)	7 337 718	(712 601)	6 625 117
Crédito a particulares – Habitação	446	(101)	8 696 646	(117 733)	8 697 092	(117 834)	8 579 258
Crédito a particulares – Outros	70 271	(788)	989 686	(91 061)	1 059 957	(91 849)	968 108
	4 074 819	(372 183)	13 019 948	(550 101)	17 094 767	(922 284)	16 172 483

A carteira de crédito do Grupo, que inclui para além do crédito a clientes, as garantias e avales e os créditos documentários abertos, dividida entre crédito com imparidade e sem imparidade, é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Crédito total	16 813 075	17 094 767
Crédito com imparidade		
Individualmente significativos		
Valor bruto	4 587 614	4 074 819
Imparidade	(456 546)	(372 183)
Valor líquido	4 131 068	3 702 636
Análise paramétrica		
Valor bruto	2 865 014	3 022 365
Imparidade	(522 309)	(524 140)
Valor líquido	2 342 705	2 498 225
Crédito sem imparidade	9 360 447	9 997 583
Imparidade (IBNR)	(21 836)	(25 961)
	15 812 384	16 172 483

No seguimento das instruções do Banco de Portugal, foi realizada por uma Entidade Externa, uma revisão do Modelo de Imparidade Colectiva (Modelo) da CEMG, cujas conclusões e eventuais impactos regulamentares e contabilísticos estão ainda em validação por parte da CEMG e discussão com o Banco de Portugal. Nesta base, a imparidade colectiva registada, com referência a 30 de Junho de 2013, reflecte a estimativa efectuada pelo Conselho de Administração Executivo suportada pelo Modelo actual da CEMG.

O Grupo utiliza colaterais físicos e colaterais financeiros como instrumentos de mitigação do risco de crédito. Os colaterais físicos correspondem maioritariamente a hipotecas sobre imóveis residenciais no âmbito de operações de crédito à habitação e hipotecas sobre outros tipos de imóveis no âmbito de outros tipos de operações de crédito. De forma a reflectir o valor de mercado dos mesmos, estes colaterais são revistos regularmente com base em avaliações efectuadas por entidades avaliadoras certificadas e independentes ou através da utilização de coeficientes de reavaliação que reflectem a tendência de evolução do mercado para o tipo de imóvel e a área geográfica respectiva. Os colaterais financeiros são reavaliados com base nos valores de mercado dos respectivos activos, quando disponíveis, sendo aplicados determinados coeficientes de desvalorização de forma a reflectir a sua volatilidade.

22 Activos e passivos financeiros detidos para negociação

A rubrica Activos e passivos financeiros detidos para negociação é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Acções	12 932	12 337
Obrigações	1 533	1 949
	14 465	14 286
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	47 022	106 800
Creditos e outros valores a receber	25 810	17 969
	72 832	124 769
	87 297	139 055
Passivos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Vendas a descoberto	1 246	984
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	66 181	83 810
	67 427	84 794

Em 30 de Junho de 2013, a rubrica Crédito e outros valores a receber inclui o montante de 9.672 milhares de Euros referente à reclassificação de uma carteira de crédito abatida ao activo e registada em contas extrapatrimoniais (valor nominal de 157.013 milhares de Euros). Esta carteira foi reclassificada considerando as perspectivas de venda já formalizadas através de um contrato de promessa de compra e venda.

Em 30 de Junho de 2013, a rubrica Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo inclui o valor de 16.362 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 54.523 milhares de Euros) relativos a instrumentos associados a activos ou passivos avaliados ao justo valor através de resultados.

Em 30 de Junho de 2013, a rubrica Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo inclui o valor de 7.958 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 10.385 milhares de Euros) relativos a instrumentos associados a activos ou passivos avaliados ao justo valor através de resultados.

Em 31 de Dezembro de 2012, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados incluem a valorização dos derivados embutidos destacados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 d) no montante de 8.450 milhares de Euros.

Em 30 de Junho de 2013, a carteira de negociação é valorizada ao justo valor, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 d). Conforme a referida política contabilística, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Conforme disposto na IFRS 7, os activos e passivos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação encontram-se valorizados de acordo com os preços de mercado ou *providers* e com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados nos níveis 1 e 2, conforme quadro seguinte:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Activos financeiros detidos para negociação		
Nível 1	14 465	14 286
Nível 2	47 022	106 800
Nível 3	25 810	17 969
	87 297	139 055
Passivos financeiros detidos para negociação		
Nível 1	1 246	984
Nível 2	66 181	83 810
	67 427	84 794

Não existiram durante o primeiro semestre de 2013, transferências significativas entre níveis de valorização.

O valor de balanço dos activos e passivos financeiros detidos para negociação em 30 de Junho de 2013, pode ser analisado como segue:

(milhares de Euros)

		Junho 2013						
		Derivado			Activo / Passivo associado			
Produto derivado	Activo / Passivo financeiro associado	Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Swap de taxa de juro	Emissão de obrigações	715 636	6 082	(5 973)	23 590	(6 753)	223 990	221 950
Swap de taxa de juro	Depósitos	41 000	(765)	(26 820)	(9 846)	5 685	409 692	403 553
Swap de taxa de juro	Recursos	152 040	7 442	(9 884)	5 689	(501)	75 989	86 509
Swap de taxa de juro	Titularização	8 910 620	(9 930)	(499)	-	-	-	-
Swap de taxa de juro	Obrigações hipotecárias	10 943 490	(4 883)	636	-	-	-	-
Swap de taxa de juro	Crédito a clientes	50 000	(2 080)	632	1 901	(574)	25 346	25 000
Swap de taxa de juro	Outros	495 420	(15 665)	(45)	-	-	-	-
Swap Cambial	-	372 330	102	(113)	-	7	-	-
Futuros	-	41 014	23	13	-	-	-	-
Opções	Depósitos a prazo e recursos	366 834	603	(182)	-	-	-	-
Credit Default Swaps	-	25 000	(88)	86	-	-	-	-
-	Crédito a clientes e outros valores a receber	-	25 810	7 841	-	-	-	-
		22 113 384	6 651	(34 308)	21 334	(2 136)	735 017	737 012

O valor de balanço dos activos e passivos financeiros detidos para negociação em 31 de Dezembro de 2012, pode ser analisado como segue:

(milhares de Euros)

		Dez 2012						
		Derivado			Activo / Passivo associado			
Produto derivado	**Activo / Passivo financeiro associado**	**Nocional**	**Justo valor**	**Variação de justo valor no ano**	**Justo valor**	**Variação de justo valor no ano**	**Valor de balanço**	**Valor de reembolso na maturidade**
Swap de taxa de juro	Emissão de obrigações	875 236	12 055	324	30 343	118 476	229 501	223 950
Swap de taxa de juro	Depósitos	1 360 400	26 055	3 805	(15 531)	375	443 782	437 599
Swap de taxa de juro	Recursos	330 424	17 326	3 655	6 190	13 402	102 196	100 577
Swap de taxa de juro	Titularização	9 276 333	(9 431)	(1 683)	-	-	-	-
Swap de taxa de juro	Obrigações hipotecárias	11 275 036	(5 519)	(11 394)	-	6 509	-	-
Swap de taxa de juro	Crédito a clientes	50 000	(2 712)	(1 153)	2 475	960	25 350	25 000
Swap de taxa de juro	Outros	517 840	(15 620)	(13 330)	-	-	-	-
Swap Cambial	-	280 482	215	(264)	(7)	28	1 554	1 516
Futuros	-	38 766	10	32	-	-	-	-
Opções	Depósitos a prazo e recursos	332 394	785	787	-	-	-	-
Credit Default Swaps	-	32 500	(174)	2 897	-	-	-	-
-	Credito a clientes e outros valores a receber	-	17 969	(38 957)	-	-	-	-
		24 369 411	40 959	(55 281)	23 470	139 750	802 383	788 642

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 30 de Junho de 2013 é a seguinte:

(milhares de Euros)

	Jun 2013					
	Nocionais com prazo remanescente				Justo valor	
	Inferior a 3 meses	**Entre 3 meses e 1 ano**	**Superior a 1 ano**	**Total**	**Activo**	**Passivo**
Contratos sobre taxas de juro:						
Swap de taxa de juro	7 000	142 900	21 158 307	21 308 207	39 638	(59 437)
Opções	3 437	51 589	311 808	366 834	6 835	(6 232)
Contratos sobre taxas de câmbio:						
Swap cambial	366 252	6 077	-	372 329	494	(392)
Contratos sobre índices:						
Futuros de índices	41 014	-	-	41 014	25	(2)
Contratos sobre crédito:						
Credit default swaps	-	3 000	22 000	25 000	30	(118)
Outros	-	-	-	-	25 810	-
	417 703	203 566	21 492 115	22 113 384	72 832	(66 181)

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de Dezembro de 2012 é a seguinte:

(milhares de Euros)

	Dez 2012					
	Nocionais com prazo remanescente				Justo valor	
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Superior a 1 ano	Total	Activo	Passivo
Contratos sobre taxas de juro:						
Swap de taxa de juro	234 000	371 383	23 079 886	23 685 269	99 248	77 094
Opções	433	19 200	312 761	332 394	6 857	6 072
Contratos sobre taxas de câmbio:						
Swap cambial	279 706	776	-	280 482	627	412
Contratos sobre índices:						
Futuros de índices	38 766	-	-	38 766	10	-
Contratos sobre crédito:						
Credit default swaps	-	7 500	25 000	32 500	58	232
Outros	-	-	-	-	17 969	-
	552 905	398 859	23 417 647	24 369 411	124 769	83 810

23 Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados

A rubrica Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados regista obrigações de outros emissores estrangeiros.

A opção do Grupo em designar estes activos ao justo valor através de resultados, à luz da IAS 39, conforme politica contabilística 1 d), está de acordo com a estratégia documentada de gestão do Grupo, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados encontram-se valorizados de acordo com os preços de mercado ou *providers*. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados no nível 1.

24 Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013				
		Reserva de justo valor			
	Custo [1]	Positiva	Negativa	Perdas por imparidade	Valor de balanço
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	1 649 049	6 765	(28 662)	-	1 627 152
Estrangeiros	55 892	2 345	(1 277)	(11 257)	45 703
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	308 917	1 381	(4 154)	-	306 144
Estrangeiros	216 910	1 380	(6 487)	(6 499)	205 304
Papel comercial	228 873	-	-	(10 160)	218 713
Títulos de rendimento variável					
Acções					
Nacionais	18 155	112	(73)	(6 426)	11 768
Estrangeiros	12 707	1 356	(819)	(3 211)	10 033
Unidades de participação	464 097	3 639	(13 926)	(6 877)	446 933
	2 954 600	16 978	(55 398)	(44 430)	2 871 750

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

(milhares de Euros)

	Dez 2012				
		Reserva de justo valor			
	Custo [1]	Positiva	Negativa	Perdas por imparidade	Valor de balanço
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	1 106 897	14 067	(5 049)	-	1 115 915
Estrangeiros	95 444	1 322	(1 209)	(11 257)	84 300
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	353 080	655	(6 698)	-	347 037
Estrangeiros	281 053	1 344	(21 565)	(1 049)	259 783
Papel comercial	248 708	-	-	(1 224)	247 484
Títulos de rendimento variável					
Acções					
Nacionais	12 763	108	(42)	(6 437)	6 392
Estrangeiros	8 772	1 087	(81)	(2 596)	7 182
Unidades de participação	424 457	2 860	(8 882)	(5 083)	413 352
	2 531 174	21 443	(43 526)	(27 646)	2 481 445

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

Conforme descrito na nota 1 d) a carteira de activos disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo as variações de justo valor registadas por contrapartida de capitais próprios, conforme nota 45. O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na política contabilística descrita na nota 1 aa).

Conforme referido na nota 57, a rubrica Títulos de rendimentos variável – Unidades de participação inclui o montante de 26.372 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 19.018 milhares de Euros) referentes a unidades de participação em Fundos Especializados de Crédito adquiridas no âmbito da cedência de créditos a clientes. Este montante inclui 6.153 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 4.874 milhares de Euros) referente a títulos júnior (unidades de participação com carácter mais subordinado), os quais se encontram totalmente provisionados, conforme nota 15.

A rubrica rubrica Títulos de rendimentos variável – Unidades de participação inclui igualmente 20.195.716 unidades de participação no CA Imobiliário – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto (FEII) no montante de 169.446 milhares de Euros.

Os activos financeiros disponíveis para venda encontram-se valorizados de acordo com os preços de mercado ou *providers* e com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados por níveis como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	**Dez 2012**
Nível 1	2 389 471	1 895 751
Nível 2	435 740	136 504
Nível 3	38 506	181 987
Ao custo de aquisição	8 033	267 203
	2 871 750	2 481 445

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	**Jun 2012**
Saldo em 1 de Janeiro	27 646	30 115
Dotação do período	35 033	17 825
Reversão do período	(15 027)	(8 829)
Utilização de imparidade	(410)	(16 170)
Regularização	(2 812)	(10 797)
Saldo em 30 de Junho	44 430	22 941

Conforme descrito na nota 1 d), a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada líquida do total da reserva de justo valor e de imparidade. Em 30 de Junho de 2013 o total de reserva de justo valor para a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é negativo e ascende a 38.420 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 22.083 milhares de Euros negativos) e a imparidade ascende a 44.430 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 27.646 milhares de Euros).

A evolução da crise da dívida dos países da zona Euro associado à evolução da situação macro económica na Grécia, que tem contribuído para uma deterioração da situação económica e financeira do Estado Grego e a incapacidade de aceder a financiamentos nos mercados financeiros o que implica que a solvência imediata do país continue dependente do contínuo apoio da UE e do FMI.

Face esta conjuntura, a rubrica Perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda inclui a imparidade reconhecida na dívida soberana da Grécia durante o exercício de 2012, conforme referido na nota 56. A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 30 de Junho de 2013 é a seguinte:

(milhares de Euros)

	Jun 2013				
	Inferior a três meses	**Entre três meses e um**	**Superior a um ano**	**Indeterminado**	**Total**
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	-	38 531	1 588 621	-	1 627 152
Estrangeiros	-	26 897	18 806	-	45 703
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	37 539	37 422	228 644	2 539	306 144
Estrangeiros	2 114	7 111	192 947	3 132	205 304
Papel comercial	134 898	64 833	18 982	-	218 713
	174 551	174 794	2 048 000	5 671	2 403 016
Títulos de rendimento variável					
Acções					
Nacionais	-	-	-	11 768	11 768
Estrangeiras	-	-	-	10 033	10 033
Unidades de participação	-	-	164	446 769	446 933
	-	-	164	468 570	468 734
	174 551	174 794	2 048 164	474 241	2 871 750

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2012 é a seguinte:

(milhares de Euros)

	Dez 2012				
	Inferior a três meses	**Entre três meses e um**	**Superior a um ano**	**Indeterminado**	**Total**
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	51 886	248 353	815 676	-	1 115 915
Estrangeiros	2 521	63 627	18 152	-	84 300
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	48	64 324	282 665	-	347 037
Estrangeiros	24 674	14 420	217 570	3 119	259 783
Papel comercial	100 596	81 295	65 593	-	247 484
	179 725	472 019	1 399 656	3 119	2 054 519
Títulos de rendimento variável					
Acções					
Nacionais	-	-	-	6 392	6 392
Estrangeiras	-	-	-	7 182	7 182
Unidades de participação	-	-	7 375	405 977	413 352
	-	-	7 375	419 551	426 926
	179 725	472 019	1 407 031	422 670	2 481 445

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

(milhares de Euros)

	Jun 2013			Dez 2012		
	Cotados	**Não cotados**	**Total**	**Cotados**	**Não cotados**	**Total**
Títulos de rendimento fixo						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	1 627 152	-	1 627 152	1 115 915	-	1 115 915
Estrangeiros	45 703	-	45 703	84 300	-	84 300
Obrigações de outros emissores						-
Nacionais	277 363	28 781	306 144	319 553	27 484	347 037
Estrangeiros	205 304	-	205 304	259 783	-	259 783
Papel comercial	-	218 713	218 713	1 766	245 718	247 484
Títulos de rendimento variável						
Acções						
Nacionais	1 405	10 363	11 768	1 380	5 012	6 392
Estrangeiros	9 678	355	10 033	6 827	355	7 182
Unidades de participação	431 740	15 193	446 933	399 207	14 145	413 352
	2 598 345	273 405	2 871 750	2 188 731	292 714	2 481 445

25 Derivados de cobertura

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Activo		
Swaps de taxas de juro	915	931
Passivo		
Swaps de taxas de juro	2 572	3 177

Os derivados de cobertura encontram-se valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados no nível 2.

O Grupo contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se o Grupo está exposto às variações de justo valor, ou a variações de fluxos de caixa, ou se encontra perante coberturas de transacções futuras.

O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

O ajustamento sobre os riscos financeiros cobertos efectuado às rubricas do activo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Recursos de outras instituições de crédito	205	(600)
Activos financeiros disponíveis para venda	1 771	1 987
	1 976	1 387

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 30 de Junho de 2013, é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013							
	Nocionais por prazo remanescente				Justo valor			
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano Euros	Total	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Total
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:								
Swap de taxa de juro	-	20 000	72 000	92 000	-	828	(2 485)	(1 657)
	-	20 000	72 000	92 000	-	828	(2 485)	(1 657)

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de Dezembro de 2012, é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Dez 2012							
	Nocionais por prazo remanescente				Justo valor			
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano Euros	Total	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Total
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:								
Swap de taxa de juro	-	23 000	92 000	115 000	-	(366)	(1 880)	(2 246)
	-	23 000	92 000	115 000	-	(366)	(1 880)	(2 246)

26 Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Títulos de rendimento fixo		
Obrigações de emissores públicos nacionais	6 317	6 185
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	21 707	21 310
	28 024	27 495

O justo valor da carteira de investimentos detidos até à maturidade encontra-se apresentado na nota 49.

O Grupo avaliou com referência a 30 de Junho de 2013, a existência de evidência objectiva da imparidade na sua carteira de investimentos detidos até à maturidade, não tendo verificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

Os títulos detidos até à maturidade podem ser analisados, à data de 30 de Junho de 2013, como segue:

(milhares de Euros)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de Balanço
OT - Setembro_98/23-09-2013	Maio, 1998	Setembro, 2013	Taxa fixa de 5,450%	99
OT - Outubro_05/15-10-2015	Julho, 2005	Outubro, 2015	Taxa fixa de 3,350%	6 218
Netherlands Government 05/2015	Junho, 2005	Julho, 2015	Taxa fixa de 3,250%	5 110
Republic of Austria 04/15-07-2015	Maio, 2004	Julho, 2015	Taxa fixa de 3,500%	2 057
Belgium Kingdom 05/28-09-2015	Março, 2005	Setembro, 2015	Taxa fixa de 3,750%	2 034
Buoni Poliennali Del Tes. 05/2015	Maio, 2005	Agosto, 2015	Taxa fixa de 3,750%	2 004
OT Angola 12/18-07-2014 - 6,98%	Julho, 2012	Julho, 2014	Taxa fixa de 6,980%	1 247
OT Angola 12/18-07-2014 - 6,98%	Julho, 2012	Julho, 2014	Taxa fixa de 6,980%	3 991
OT Angola 12/25-07-2014 - 6,98%	Julho, 2012	Julho, 2014	Taxa fixa de 6,980%	1 248
OT Angola 12/25-07-2014 - 6,99%	Julho, 2012	Julho, 2014	Taxa fixa de 6,990%	3 966
OT Cabo Verde - Março_10/01-03-2013	Março, 2010	Março, 2013	Taxa fixa de 5,740%	50
				28 024

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados de acordo com o descrito na nota 1 d).

Durante o primeiro semestre de 2013 e o exercício de 2012, o Grupo não procedeu a transferências para ou desta categoria de activos.

27 Investimentos em associadas e outras

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Participações financeiras em associadas e outras		
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	19 619	20 596
Nutre S.G.P.S., S.A.	15 936	18 242
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	14 304	17 541
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	3 362	3 460
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	997	997
Pinto & Bulhosa, S.A.	191	191
Naviser – Transportes Maritimos Internacionais, S.A.	150	150
Não cotados	54 559	61 177
Imparidade para participações financeiras em associadas e outras	(341)	(341)
	54 218	60 836

Os dados financeiros relativos às empresas associadas, relativamente a 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de Euros)

	Activo	Passivo	Capital Próprio	Proveitos	Resultado líquido	Custo da participação
30 de Junho de 2013						
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	507 374	451 611	55 763	88 596	(11 306)	29 566
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	507 995	458 129	49 866	26 118	2 479	9 530
HTA - Hóteis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	44 206	27 398	16 808	3 127	(397)	3 200
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Nutre S.G.P.S., S.A.	173 314	140 377	32 937	8 868	(9 654)	22 018
31 de Dezembro de 2012						
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	522 559	442 860	79 699	212 334	(15 706)	29 566
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	497 552	445 090	52 462	51 628	5 158	9 530
HTA - Hóteis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	45 731	28 302	17 429	7 638	(596)	3 200
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	4 983	1 593	3 390	41	(41)	1 000
Nutre S.G.P.S., S.A.	172 274	127 930	44 344	62 698	(7 232)	21 018

n.d. - Informação não disponível.

(milhares de Euros)

	Percentagem detida		Valor de balanço		Resultados de associadas	
	Jun 2013 %	Dez 2012 %	Jun 2013	Dez 2012	Jun 2013	Dez 2012
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	25,65%	25,65%	14 304	17 541	(2 900)	(7 205)
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	39,34%	39,34%	19 618	20 596	975	1 970
HTA - Hóteis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	20%	20%	3 362	3 460	(79)	(145)
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	29,41%	29,41%	997	997	-	(13)
Nutre S.G.P.S., S.A.	20%	20%	15 936	18 242	(1 931)	(1 446)
Pinto & Bulhosa, S.A.	16%	16%	-	-	-	-
Naviser - Transportes Marítimos Internacionais, S.A.	20%	20%	-	-	-	-

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Saldo inicial	60 836	57 856
Aquisições	1 000	6 000
Resultado de associadas	(3 935)	(6 086)
Reserva de justo valor de associadas	(2 739)	8 722
Dividendos recebidos	(944)	(866)
Alienações	-	(4 790)
Saldo final	54 218	60 836

28 Activos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	757 488	521 849
Imparidade para activos não correntes detidos para venda	(53 886)	(30 054)
	703 602	491 795

Os activos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a nota 1 j).

A rubrica Imóveis e outros activos resultantes de resolução de contratos de crédito sobre clientes resulta da resolução de contratos de crédito sobre clientes, decorrente de (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respectiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome do Grupo; ou (ii) adjudicação dos bens em consequência do processo judicial de execução das garantias, sendo contabilizadas com o título de adjudicação ou na sequência do pedido de adjudicação após registo de primeira penhora.

De acordo com a expectativa do Grupo, pretende-se que os referidos activos estejam disponíveis para venda num prazo inferior a 1 ano, existindo uma estratégia para a sua alienação. A referida rubrica inclui, a 30 de Junho de 2013, imóveis para os quais foram já celebrados Contratos promessa de compra e venda no montante de 13.267 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 15.345 milhares de Euros).

Os movimentos da imparidade para activos não correntes detidos para venda são analisados como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Jun 2012
Saldo em 1 de Janeiro	30 054	31 091
Dotação do período líquida de reversões	23 832	5 927
Transferências	-	(1 549)
Saldo em 30 de Junho	53 886	35 469

29 Propriedades de investimento

A rubrica Propriedades de Investimento inclui os imóveis detidos pelo Finipredial - Fundo de Investimento Aberto, Montepio Arrendamento – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional e Polaris - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado de Subscrição Particular, que são consolidados integralmente, conforme política contabilística descrita na nota 1 b).

Os imóveis encontram-se valorizados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 q).

30 Outros activos tangíveis

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Custos		
Imóveis		
De serviço próprio	34 482	35 288
Obras em imóveis arrendados	70 755	70 698
Imobilizado em curso	19	35
Equipamento		
Mobiliário e material	20 680	20 635
Máquinas e ferramentas	3 298	3 292
Equipamento informático	83 876	92 550
Instalações interiores	25 566	25 467
Equipamento de transporte	4 957	4 835
Equipamento de segurança	9 522	9 474
Outro equipamento	5	5
Património artístico	2 869	2 869
Activos em locação operacional	14 971	10 365
Activos em locação financeira	38	38
Outras imobilizações corpóreas	1 954	2 454
Imobilizações em curso	10 036	3 898
	283 028	281 903
Amortizações acumuladas		
Relativas ao período corrente	(9 032)	(24 748)
Relativas a períodos anteriores	(173 622)	(160 580)
	(182 654)	(185 328)
	100 374	96 575

31 Activos intangíveis

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Custo		
Software	75 575	64 565
Diferenças de consolidação e de reavaliação (g*oodwill*)	53 024	53 024
Outros activos intangíveis	7 100	8 590
Activos intangíveis em curso	463	87
	136 162	126 266
Amortizações acumuladas		
Relativas ao período corrente	(6 292)	(18 808)
Relativas a períodos anteriores	(40 707)	(21 899)
	(46 999)	(40 707)
Imparidade para activos intangíveis	(26 512)	(26 512)
	62 651	59 047

A rubrica Diferenças de consolidação e de reavaliação (*goodwill*), corresponde ao justo valor dos activos e passivos do Grupo Finibanco adquiridos pelo Grupo em 31 de Março de 2011 ao Montepio Geral – Associação Mutualista, conforme descrito na nota 1 a) e 1 b).

Este activo intangível não possui vida útil finita, pelo que, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 r) e 1 aa), o seu valor recuperável é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

De acordo com a IAS 36, o valor recuperável do *goodwill* deve ser o maior entre o seu valor de uso (isto e, o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se esperam do seu uso) e o seu justo valor deduzido dos custos de venda. Tendo por base estes critérios, o Grupo efectua anualmente avaliações em relação as participações financeiras para as quais existe *goodwill* registado no activo que consideraram entre outros factores:

(i) uma estimativa dos fluxos de caixa futuros gerados;

(ii) uma expectativa sobre potenciais variações nos montantes e prazo desses fluxos de caixa;

(iii) o valor temporal do dinheiro;

(iv) um prémio de risco associado a incerteza pela detenção do activo; e

(v) outros factores associados a situação actual dos mercados financeiros.

As avaliações efectuadas têm por base pressupostos razoáveis e suportáveis que representam a melhor estimativa do Conselho de Administração Executivo sobre as condições económicas que afectarão cada entidade, os orçamentos e as projecções mais recentes aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo para aquelas entidades e a sua extrapolação para períodos futuros. Os pressupostos assumidos para as referidas avaliações podem alterar-se com a modificação das condições económicas e de mercado.

Nesta base, e considerando a manutenção das condições adversas do mercado nacional e internacional o Conselho de Administração Executivo decidiu iniciar uma revisão aprofundada do *Business Plan* do Grupo Finibanco e dos pressupostos subjacentes. A referida revisão está ainda em curso e deverá incorporar não apenas os impactos resultantes das actuais condições económicas em Portugal, como também do eventual impacto da situação actual na Zona Euro.

Não obstante a reavaliação do *Business Plan*, que será concluída durante 2013, o Conselho de Administração Executivo concluiu pela necessidade de fazer reflectir nas demonstrações financeiras consolidadas de 2012, uma perspectiva prudente face aos resultados esperados da referida reavaliação. Face ao exposto foi registada uma imparidade do *goodwill* associado à participação do Grupo Finibanco, no montante de 26.512 milhares de Euros, conforme nota 15.

Os movimentos da imparidade para activos intangíveis são analisados como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Jun 2012
Saldo em 1 de Janeiro	26 512	-
Dotação do período	-	26 512
Saldo em 30 de Junho	26 512	26 512

32 Impostos

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2012, a CEMG passa a estar sujeita ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC"). Desta forma, e tendo por base a legislação aplicável, as diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC, sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 w), são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 30 de Junho de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 podem ser analisados como seguem:

(milhares de Euros)

	Activo		Passivo		Líquido	
	Jun 2013	**Dez 2012**	**Jun 2013**	**Dez 2012**	**Jun 2013**	**Dez 2012**
Instrumentos financeiros	6 425	3 749	-	-	6 425	3 749
Outros activos tangíveis	(29)	(26)	(460)	(459)	(489)	(485)
Provisões	160 923	153 229	-	-	160 923	153 229
Benefícios a empregados	41 175	41 784	(67)	(74)	41 108	41 710
Prejuízos fiscais reportáveis	93 452	67 251	-	-	93 452	67 251
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	301 946	265 987	(527)	(533)	301 419	265 454

O Grupo avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base as expectativas de lucros futuros tributáveis.

Os activos e passivos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza quanto à recuperação de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de activos por impostos diferidos.

Os impostos diferidos activos associados a prejuízos fiscais, por ano de caducidade, são analisados como segue:

(milhares de Euros)

Ano de geração do prejuízo fiscal	**Ano de caducidade**	**Jun 2013**	**Dez 2012**
2008	2014	571	1 527
2010	2014	8 872	9 015
2009	2015	3 828	4 606
2012	2017	51 814	52 103
2013	2018	28 367	-
		93 452	67 251

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	**Dez 2012**
Saldo inicial	265 454	80 657
Reconhecido em resultados	33 716	177 914
Reconhecido em reservas e resultados transitados	2 249	6 883
Saldo final (Activo / (Passivo))	301 419	265 454

O imposto reconhecido em resultados e reservas para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2013 e para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, teve as seguintes origens:

(milhares de Euros)

	Jun 2013		Dez 2012	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas e resultados transitados	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas e resultados transitados
Instrumentos financeiros	-	2 675	-	(14 887)
Outros activos tangíveis	(4)	-	(1 444)	5
Provisões	7 695	-	117 128	-
Fundo de pensões	(176)	(426)	10 979	22 318
Prejuízos fiscais reportáveis	26 201	-	51 251	(553)
Imposto diferido reconhecido proveito/ (custo)	33 716	2 249	177 914	6 883
Imposto corrente reconhecido proveito/ (custo)	(4 243)	-	(6 963)	-
	29 473	2 249	170 951	6 883

A variação de saldo dos impostos diferidos líquidos inclui os encargos de impostos diferidos do exercício reconhecidos em resultados, bem como as variações relevadas em capitais próprios, nomeadamente o impacto decorrente da alteração, nos termos previstos na política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, e os ganhos e perdas potenciais decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda serem reconhecidos em capitais próprios.

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	Jun 2013		Dez 2012	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		(104 181)		(134 804)
Contribuição Extraordinária sobre o Sector Bancário		2 637		4 621
Resultado antes de impostos para reconciliação da taxa de imposto		(101 544)		(130 183)
Taxa de imposto	25,0		25,0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto		(25 386)		(32 546)
Custos não dedutíveis	(5,9)	(6 027)	68,2	(88 729)
Receitas isentas de imposto	(1,7)	(1 739)	36,7	(47 715)
Prejuízos fiscais utilizados	(0,4)	(365)	3,4	(4 423)
Tributações autónomas e outros impostos	0,7	688	(1,2)	1 584
Outros	3,2	3 356	(0,7)	878
Imposto do período	(28,3)	(29 473)	126,8	(170 951)

O Grupo reconheceu os seus impostos diferidos com base numa avaliação da sua recuperabilidade, tendo em conta a expectativa de lucros fiscais futuros.

A partir de 1 de Janeiro de 2012, a CEMG passa a estar sujeita ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Desta forma, e tendo por base a legislação aplicável, as diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

Considerando esta alteração, em 2011, o Grupo já tinha procedido ao reconhecimento de parte das diferenças temporárias apuradas em 31 de Dezembro de 2011 no valor de 80.657 milhares de Euros. Em 2012, o Conselho de Administração Executivo, analisou a informação adicional recebida das Autoridades Fiscais competentes sobre os esclarecimentos solicitados pela CEMG e concluiu a análise de recuperabilidade futura sobre as diferenças temporárias não reconhecidas, e em função da avaliação destes aspectos concluiu sobre o registo dos impostos diferidos ainda não reconhecidos no valor de 184.797 milhares de Euros.

33 Outros activos

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Bonificações a receber do Estado Português	9 094	9 736
Outros devedores	141 319	136 948
Outros proveitos a receber	7 057	6 328
Despesas com custo diferido	13 247	6 690
Contas diversas	106 171	321 821
	276 888	481 523
Imparidade para outros activos	(12 029)	(3 636)
	264 859	477 887

A rubrica Bonificações a receber do Estado Português corresponde às bonificações referentes a contratos de crédito à habitação e PME's, de acordo com os dispositivos legais aplicáveis ao crédito bonificado. Estes montantes não vencem juros e são reclamados mensalmente.

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, a rubrica Bonificações a receber do Estado Português pode ser detalhada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas	4 051	4 275
Bonificações processadas e ainda não reclamadas	1 018	1 543
Bonificações vencidas e ainda não reclamadas	4 025	3 918
	9 094	9 736

A rubrica Contas Diversas inclui, em 30 de Junho de 2013, o montante de 924 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 157.010 milhares de Euros) relativo a operações realizadas com títulos, registadas na *trade date* a aguardar liquidação. Adicionalmente, esta rubrica inclui ainda o valor de 33.447 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 57.667 milhares de Euros) relativo aos activos líquidos reconhecidos em balanço e que representam o excesso de cobertura de responsabilidades com pensões, benefícios de saúde e subsídio por morte, conforme nota 50.

Os movimentos da imparidade para outros activos são analisados como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Jun 2012
Saldo em 1 de Janeiro	3 636	1 037
Dotação do período	621	-
Reversão do período	(1 794)	(1 000)
Transferências	9 566	-
Saldo em 30 de Junho	12 029	37

34 Recursos de bancos centrais

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, esta rubrica regista os recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais que se encontram colateralizados por títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

35 Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013			Dez 2012		
	Não remunerados	Remunerados	Total	Não remunerados	Remunerados	Total
Recursos de instituições de crédito no país	397	65 649	66 046	850	48 348	49 198
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	36 960	436 089	473 049	60 706	515 802	576 508
	37 357	501 738	539 095	61 556	564 150	625 706

36 Recursos de clientes

Esta rubrica é apresentada como segue:

	Jun 2013			Dez 2012		
	Não remunerados	Remunerados	Total	Não remunerados	Remunerados	Total
Depósitos à ordem	88 788	2 257 486	2 346 274	164 245	2 053 014	2 217 259
Depósitos a prazo (*)	-	10 733 453	10 733 453	-	10 845 501	10 845 501
Depósitos de poupança (*)	-	147 925	147 925	-	170 577	170 577
Outros recursos	25 165	-	25 165	6 579	-	6 579
Correcções de valor por operações de cobertura	9 846	-	9 846	15 531	-	15 531
	123 799	13 138 864	13 262 663	186 355	13 069 092	13 255 447

Observações: (*) Depósitos estruturados para os quais foi efectuado o destaque do derivado embutido, em 31 de Dezembro de 2012, conforme referido na nota 22 e na política contabilística descrita na nota 1 d).

Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão definidos no Aviso n.º 11/94 de 29 de Dezembro do Banco de Portugal.

Em 30 de Junho de 2013, a rubrica Depósitos a prazo inclui 403.553 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 437.599 milhares de Euros) de depósitos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

37 Responsabilidades representadas por títulos

A análise das Responsabilidades representadas por títulos, decompõe-se como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Euro Medium Term Notes(EMTN)	368 301	708 970
Obrigações de caixa	1 546 298	1 010 123
Obrigações hipotecárias	76	63
Papel comercial	762 936	643 180
	2 677 611	2 362 336

O justo valor das responsabilidades representadas por títulos encontra-se apresentada na nota 49.

Em 30 de Junho de 2013, esta rubrica inclui o montante de 49.939 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 307.844 milhares de Euros) de responsabilidades representadas por títulos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

Durante o primeiro semestre de 2013, o Grupo procedeu à emissão de 990.088 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 1.182.612 milhares de Euros) de títulos, tendo sido reembolsados 864.183 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 1.277.664 milhares de Euros).

No âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, cujo montante máximo é de 5.000.000 milhares de Euros, o Grupo procedeu a emissões que totalizaram 2.000.000 milhares de Euros. As características das emissões vivas a 30 de Junho de 2013 são apresentadas como segue:

Designação	Valor Nominal	Valor de balanço	Data de emissão	Data de reembolso	Periodicidade do pagamento dos juros	Taxa de juro	Rating (Moody´s/Fitch/Dbrs)
Obrig. hipotecárias - 2S	1 000 000	1 000 373	Dezembro 2009	Dezembro 2016	Trimestral	Euribor 3M + 0,75%	Baa3/BBB-/AL
Obrig. hipotecárias - 3S	500 000	502 105	Novembro 2010	Novembro 2015	Trimestral	Euribor 3M + 2,5%	Baa3/BBB-/AL
Obrig. hipotecárias - 4S	500 000	500 121	Maio 2013	Maio 2017	Mensal	Euribor 1M + 0,75%	Baa3/BBB-/AL
	2 000 000	2 002 599					

As obrigações hipotecárias são garantidas por um conjunto de créditos à habitação que se encontram segregados como património autónomo nas contas do Grupo, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições da referida emissão enquadram-se no disposto do Decreto-Lei n.º 59/2006, nos Avisos n.º 5/2006 de 20 de Março, n.º 6/2006 de 11 de Outubro, n.º 7/2006 de 11 de Outubro e n.º 8/2006 de 11 de Outubro e na Instrução n.º 13/2006 de 15 de Novembro do Banco de Portugal.

O valor dos créditos que contragarantem estas emissões ascende, em 30 de Junho de 2013 a 2.737.065 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 2.816.016 milhares de Euros) de acordo com a nota 21.

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2013 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

(milhares de Euros)

	Saldo em 1 de Janeiro	Emissões	Reembolsos	Compras (Líquidas)	Outros movimentos [a]	30 de Junho
Euro Medium Term Notes (EMTN)	708 970	-	(510 351)	166 400	3 282	368 301
Obrigações de caixa	1 010 123	553 308	(26 907)	-	9 774	1 546 298
Obrigações hipotecárias	63	-	-	-	13	76
Papel comercial	643 180	436 780	(326 925)	-	9 901	762 936
	2 362 336	990 088	(864 183)	166 400	22 970	2 677 611

(a) Os outros movimentos incluem o juro corrido no balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial.

O movimento ocorrido durante o exercício de 2012 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

(milhares de Euros)

	Saldo em 1 de Janeiro	Emissões	Reembolsos	Compras (Líquidas)	Outros movimentos [a]	Saldo em 31 de Dezembro
Euro Medium Term Notes (EMTN)	1 314 250	-	(569 364)	(87 919)	52 003	708 970
Obrigações de caixa	452 505	546 037	-	13 401	(1 820)	1 010 123
Obrigações hipotecárias	706 357	-	(708 300)	17 750	(15 744)	63
Papel comercial	-	636 575	-	-	6 605	643 180
	2 473 112	1 182 612	(1 277 664)	(56 768)	41 044	2 362 336

(a) Os outros movimentos incluem o juro corrido no balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial.

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 d), no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Grupo, os mesmos são anulados do passivo e a diferença entre o valor de compra e o respectivo valor de balanço é reconhecido em resultados, conforme nota 10.

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2013 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

(milhares de Euros)

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO PARTIC JANEIRO 2013-03012015	03-01-2013	03-01-2015	Taxa Anual de 5%	11 800
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2012/2017-12.SERIE	15-01-2013	29-12-2017	1º ano: 5%, 2º ano: 5,125%, 3º ano: 5,25%, 4º ano: 5,4% e 5º ano: 5,75%	28 350
OBRIGS CAIXA-MG POUPANÇA FAMILIAR 2.SERIE	15-01-2013	29-12-2017	1º ano: 5%; 2º ano: 5,25%; 3º ano: 5,4%; 4º ano: 5,6% e 5º ano: 6,25%)	2 300
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO PARTIC JANEIRO 2013-22012015	22-01-2013	22-01-2015	Taxa fixa semestral de 4,6%	1 050
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO PARTIC JANEIRO 2013-23012016	23-01-2013	23-01-2016	1º ano: 4,5%; 2º ano: 5,25%; 3º ano: 5,25%	550
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TAXA FIXA-23JAN-2013-2015	23-01-2013	23-01-2015	Taxa anual de 4,25%	6 153
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TAXA FIXA PLUS-23JAN 2013/15	23-01-2013	23-01-2015	Taxa anual de 4,75%	19 017
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO PARTIC JANEIRO 2013-29012016	29-01-2013	29-01-2016	1º ano: 4,5%; 2º ano: 4,75%; 3º ano: 5%	250
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2013/2018-1.SERIE	31-01-2013	31-01-2018	1º ano: 5%; 2º ano: 5,1%; 3º ano: 5,15%; 4º ano: 5,25%; e 5º ano: 5,50%	58 700
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO PARTIC FEVEREIRO 2013-01022015	01-02-2013	01-02-2015	Taxa fixa anual de 4%	500
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO PARTIC FEVEREIRO 2013-04022015 3,95%	04-02-2013	04-02-2015	Taxa fixa semestral de 3,95%	500
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO PARTIC FEV2013-04022015-4PC	04-02-2013	04-02-2015	Taxa fixa anual de 4%	446
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO PARTIC FEV2013-04022015-4,625PC	04-02-2013	04-02-2015	1º ano: 4,5%; 2º ano: 4,5%; 3º e 4º anos: 4,75%	1 000
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TAXA FIXA PLUS-6FEV-2013-2015	06-02-2013	06-02-2015	Taxa fixa anual de 4,5%	14 736
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TAXA FIXA-6 FEVEREIRO 2013-2015	06-02-2013	06-02-2015	Taxa fixa anual de 4,15%	5 961
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR FEV/13-13022016	13-02-2013	13-02-2016	1º ano: 4,25%; 2º ano: 4,40% e 3º ano: 4,5%	250
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTIC-USD-FEV/13-13022016	13-02-2013	13-02-2018	Taxa fixa anual de 3,90%	206
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR FEV/13-19022015	19-02-2013	19-02-2016	1º ano: 4,25%; 2º ano: 4,40%	529
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TAXA FIXA-20 FEVEREIRO 2013-2015	20-02-2013	20-02-2015	Taxa fixa anual de 4%	4 500
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TAXA FIXA PLUS-20FEV-2013-2015	20-02-2013	20-02-2015	Taxa fixa anual de 4,25%	9 077
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR FEV/13-22022015	22-02-2013	22-02-2015	1º ano: 4,25%; 2º ano: 4,4%	640
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR FEV/13-26022015	26-02-2013	26-02-2015	1º ano: 4,25%; 2º ano: 4,4%	1 528
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2013/2018-2.SERIE	28-02-2013	01-03-2018	1º ano: 3,9%; 2ºano: 4,85%; 3º e 4º anos: 5% e 5º ano: 5,4%	44 450
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2013/2021-1.SERIE	28-02-2013	01-03-2018	1º ano: 5,15%; 2º ano: 5,2%; 3º e 4º ano: 5,3% e 5º ano:5,9%	2 865
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR MAR/13-04032015	04-03-2013	04-03-2015	1º ano: 4,25%; 2º ano: 4,4%	250
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR MAR/13-05032015	05-03-2013	05-03-2018	1º ano: 4,25%; 2º ano: 4,4%; 3º ano: 4,5%; 4º ano: 4,7% e 5º ano: 4,9%	250
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TAXA FIXA-06 MARCO 2013-2015	06-03-2013	06-03-2015	Taxa fixa anual de 4%	3 681
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TAXA FIXA PLUS-06 MAR-2013-2015	06-03-2013	06-03-2015	Taxa fixa anual de 4,25%	11 479
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR MAR/13-15032015	15-03-2013	15-03-2015	Taxa fixa anual de 4,2%	15 000
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR MAR/13-18032015	18-03-2013	18-03-2015	1º ano: 4,15%; 2º ano: 4,25%	265
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR MAR/13-19032015	19-03-2013	19-03-2015	1º ano: 4,15%; 2º ano: 4,25%	700
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR MAR/13-27032015	27-03-2013	27-03-2015	1º ano: 4,05%; 2º ano: 4,125%	250
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TAXA FIXA-20 MARCO 2013-2015	20-03-2013	20-03-2015	Taxa fixa anual de 4,1%	30 770
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2013/2018-3.SERIE	28-03-2013	29-03-2018	1º ano: 4,4%; 2º ano: 4,55%; 3º ano: 4,75%; 4º ano: 4,9% e 5º ano: 5,65%	31 425
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR MAR/13-28032016	28-03-2013	28-03-2016	1º ano: 4,075%; 2º ano: 4,175% e 3º ano: 4,275%	425
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TAXA FIXA-03 ABRIL 2013-2015	03-04-2013	03-04-2015	Taxa Anual de 4%	18 203
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR ABR/13 05042015	05-04-2013	05-04-2015	Taxa fixa anual de 4,125%	500
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR ABR/13 17042015	17-04-2013	17-04-2015	1º ano: 4,075%; 2º ano: 4,175%	500
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR ABR/13 22042015	22-04-2013	22-04-2015	1º ano: 4,075%; 2º ano: 4,175%	300
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TAXA FIXA-17 ABRIL 2013-2015	24-04-2013	24-04-2015	Taxa fixa anual de 4%	30 599
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO POUPANÇA FAMILIAR 2013-2018-1.SERIE	30-04-2013	01-05-2018	1º ano: 4,4%; 2º ano: 4,55%; 3º ano: 4,75%; 4º ano: 4,9% e 5º ano: 6,70%	3 150
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2013/2018-4.SERIE	30-04-2013	01-05-2018	1º ano: 4,4%; 2º ano: 4,55%; 3º ano: 4,75%; 4º ano: 4,9% e 5º ano: 5,65%	41 600
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR MAI/13 06052015	06-05-2013	06-05-2015	1º ano: 4,075%; 2º ano: 4,175%	1 100
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TAXA FIXA-15 MAIO 2013-2015	15-05-2013	15-05-2015	Taxa fixa anual de 4%	22 406
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR MAI/13 17052015	20-05-2013	17-05-2015	1º e 2º ano: 4%; 3º e 4º ano:4,10%	400
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR MAI/13 22052015	22-05-2013	22-05-2015	Taxa fixa anual de 3,5%	7 500
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TAXA FIXA-29 MAIO 2013-2015	29-05-2013	29-05-2015	Taxa fixa anual de 4%	9 450
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR MAI/13 29052015	29-05-2013	29-05-2015	1º ano: 4,075%; 2º ano: 4,175%	250
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2013/2018-5.SERIE	31-05-2013	01-06-2018	1º ano: 4,4%; 2º ano: 4,55%; 3º ano: 4,75%; 4º ano: 4,9% e 5º ano: 5,65%	50 000
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TAXA FIXA-12 JUNHO 2013-2015	12-06-2013	12-06-2015	Taxa fixa anual de 3,75%	7 867
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TAXA FIXA-26 JUNHO 2013-2015	26-06-2013	26-06-2015	Taxa fixa anual de 3,75%	6 835
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2013/2018-6.SERIE	28-06-2013	28-06-2018	1º ano: 4,4%; 2º ano: 4,4%; 3º ano: 4,6%; 4º ano: 4,75% e 5º ano: 4,9%	41 150
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2013/2021-2.SERIE	28-06-2013	28-06-2021	1º e 2º anos: 4,9%; 3º ano: 5,1%; 4º ano: 5,1%; 5º ano: 5,65% e do 6º ao 8º ano: Taxa Max(5,95%;Min(IPC+2%;8,15%))	1 645

(milhares de Euros)

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço
PAPEL COMERCIAL 180 DIAS-4P/C-18012013	18-01-2013	17-07-2013	Taxa fixa de 4%	45 886
PAPEL COMERC-364 DIAS-4,5 PC-18012013	18-01-2013	17-01-2014	Taxa fixa de 4,5%	42 164
PAPEL COMERCIAL 180 DIAS-4P/C-30012013	30-01-2013	29-01-2014	Taxa fixa de 4,5%	30 897
PAPEL COMERCIAL-364 DIAS-4,5 -30012013	30-01-2013	29-07-2013	Taxa fixa de 4%	34 514
PAPEL COMERCIAL 180DIAS-3,5PC-06022013	06-02-2013	05-08-2013	Taxa fixa de 3,5%	12 172
PAPEL COMERCIAL 180DIAS-3,5PC-06022013	06-02-2013	05-02-2014	Taxa fixa de 4%	22 015
PAPEL COMERCIAL 180DIAS-3,5PC-13022013	13-02-2013	12-08-2013	Taxa fixa de 3,5%	11 145
PAPEL COMERCIAL-364 DIAS-4PC-13022013	13-02-2013	12-02-2014	Taxa fixa de 4%	15 537
PAPEL COMERCIAL 180DIAS-3,5PC-20022013	20-02-2013	19-08-2013	Taxa fixa de 3,5%	8 750
PAPEL COMERCIAL-364 DIAS-4PC-20022013	20-02-2013	19-02-2014	Taxa fixa de 4%	14 943
PAPEL COMERCIAL 180DIAS-3,5PC-27022013	27-02-2013	26-08-2013	Taxa fixa de 3,5%	17 331
PAPEL COMERCIAL-364 DIAS-4PC-27022013	27-02-2013	27-02-2014	Taxa fixa de 4%	21 967
PAPEL COMERCIAL 180DIAS-3,5PC-06032013	06-03-2013	02-09-2013	Taxa fixa de 3,5%	18 363
PAPEL COMERCIAL-364 DIAS-4PC-06032013	06-03-2013	05-03-2014	Taxa fixa de 4%	17 724
PAPEL COMERC 180 DIAS-3,5P/C-13032013	13-03-2013	13-09-2013	Taxa fixa de 3,5%	12 655
PAPEL COMERCIAL-364 DIAS-4PC-13032013	13-03-2013	13-03-2014	Taxa fixa de 4%	14 466
PAPEL COMERCIAL 180 DIAS-3P/C-27032013	27-03-2013	23-09-2013	Taxa fixa de 3%	8 011
PAPEL COMERCIAL 180 DIAS-3P/C-27032013	27-03-2013	26-03-2014	Taxa fixa de 3,5%	3 916
PAPEL COMERC 180 DIAS-3,25PC-20032013	20-03-2013	16-09-2013	Taxa fixa de 3,25%	8 529
PAPEL COMERC-364 DIAS-3,75PC-20032013	20-03-2013	19-03-2014	Taxa fixa de 3,75%	6 089
PAPEL COMERCIAL 180 DIAS-3P/C-03042013	03-04-2013	30-09-2013	Taxa fixa de 3%	5 269
PAPEL COMERC-364 DIAS-3,5 PC-03042013	03-04-2013	02-04-2014	Taxa fixa de 3,5%	2 786
PAPEL COMERCIAL-180 DIAS-3PC-100413	10-04-2013	04-10-2013	Taxa fixa de 3%	4 949
PAPEL COMERC-364 DIAS-3,5PC-10042013	10-04-2013	09-04-2014	Taxa fixa de 3,5%	3 297
PAPEL COMERCIAL-180 DIAS-3PC-23042013	23-04-2013	21-10-2013	Taxa fixa de 3%	11 540
PAPEL COMERCIAL-364DIAS-3,5PC-23042013	23-04-2013	22-04-2014	Taxa fixa de 3,5%	9 370
PAPEL COMERCIAL-180 DIAS-3PC-30042013	30-04-2013	28-10-2013	Taxa fixa de 3%	5 259
PAPEL COMERCIAL-364DIAS-3,5PC-30042013	30-04-2013	29-04-2014	Taxa fixa de 3,5%	2 119
PAPEL COMERCIAL-180 DIAS-3PC-08052013	08-05-2013	04-11-2013	Taxa fixa de 3%	3 771
PCOMERC-364D-3,5PC080513	08-05-2013	07-05-2014	Taxa fixa de 3,5%	3 981
PCOMERC-180D-3PC-15052013	15-05-2013	11-11-2013	Taxa fixa de 3%	3 723
PCOMERC-364D-3,5PC150513	15-05-2013	14-05-2014	Taxa fixa de 3,5%	2 624
PCOMERC-180D-3PC-22052013	22-05-2013	18-11-2013	Taxa fixa de 3%	3 620
PCOMERC-364D-3,5PC 220513	22-05-2013	21-05-2014	Taxa fixa de 3,5%	2 908
PCOMERC-180D-3PC-29052013	29-05-2013	25-11-2013	Taxa fixa de 3%	2 760
PCOMERC-364D-3,5PC 290513	29-05-2013	28-05-2014	Taxa fixa de 3,5%	1 230
PAPEL COMERCIAL-PARTICUL-4PC-21022013	21-02-2013	20-02-2014	Taxa fixa de 4%	500
				990 088

Em 30 de Junho de 2013, os empréstimos obrigacionistas venciam juros postecipados e antecipados, sendo as suas taxas efectivas compreendidas entre 0,43% e 16,76% (31 de Dezembro de 2012: 0,44% e 10,94%).

38 Passivos financeiros associados a activos transferidos

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Pelican Mortgages No. 3	213 141	240 051
Outros	3 352	4 368
	216 493	244 419

39 Provisões

Esta rubrica é apresentada como segue:sss

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Provisões para outros riscos e encargos	5 873	14 292

Os movimentos da provisão para outros riscos e encargos são analisados como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Jun 2012
Saldo em 1 de Janeiro	14 292	7 985
Dotação do período	1 196	1 507
Reversão do período	(48)	(5 034)
Transferências	(9 567)	61
Saldo em 30 de Junho	5 873	4 519

Estas provisões foram efectuadas tendo como base a probabilidade de ocorrência de certas contingências relacionadas com a actividade do Grupo, sendo revistas em cada data de reporte de forma a reflectir a melhor estimativa do montante e respectiva probabilidade de pagamento.

40 Outros passivos subordinados

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, esta rubrica regista obrigações de prazo determinado com um prazo residual superior a cinco anos.

As principais características dos passivos subordinados, em 30 de Junho de 2013 são apresentadas como seguem:

(milhares de Euros)

Descrição da emissão	Data de emissão	Maturidade	Valor de emissão	Taxa de juro	Valor de balanço
CEMG/06	Abr.2006	Abr.2016	50 000	Euribor 3 meses+0,45%	50 086
CEMG/08	Fev.2008	Fev.2018	150 000	Euribor 6 meses+0,13%	150 896
CEMG/08	Jun.2008	Jun.2018	28 000	Euribor 12 meses+0,10%	28 030
CEMG/08	Jul.2008	Jul.2018	150 000	Euribor 6 meses+0,13%	150 942
FNB 08/18 1ª/2ª Série	Dez.2008	Dez.2018	10 363	Euribor 6 meses+0,15% (iv)	10 371
FNB Rendimento Seguro 05/15	Jun.2005	Jun.2015	238	6,25%*VN Min.(cotação) (iii)	238
FNB Grandes empresas 07/16_ 1ª série	Mai.2007	Mai.2016	4 713	Máx.(0;6,0%*(1-n/5)) (i)	4 715
FNB Grandes empresas 07/16_ 2ª/3ª série	Jun.2007	Jun.2016	19 199	Máx.(0;6,0%*(1-n/5)) (i)	19 199
FNB Indices estratégicos 07/17 1ª série	Mai.2007	Jun.2017	10 245	6,25%*VN Min.(cotação) (ii)	10 245
FNB Indices estratégicos 07/17 2ª/3ª série	Jun.2007	Jun.2017	30 708	Euribor 6 meses+0,5% (ii)	30 708
Ob. Cx Subordinadas Finicrédito	Nov.2007	Nov.2017	16 006	Tx base+0,90% (*barrier level*)	15 986
					471 416
				Correcção de valor	(10 308)
					461 108

O justo valor da carteira de outros passivos subordinados encontra-se apresentada na nota 49.

Em 30 de Junho de 2013, os empréstimos subordinados venciam juros trimestrais e semestrais postecipados, sendo as suas taxas de juro efectivas compreendidas entre 0,86% e 2,00% (31 de Dezembro de 2012: 1,00% e 5,00%).

Referências:

(i) - Serão pagos os seguintes cupões, no final de cada ano (a 9 de Maio, para a 1ª série e a 20 de Junho, para as 2ª e 3ª séries):

Cupão	Taxa/ intervalo
1º Cupão	5,50%
2º Cupão	5,50%
3º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/3)]
4º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/4)]
5º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/5)]
6º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/6)]
7º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/7)]
8º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/8)]
9º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/9)]

Notas:

onde, *n* é o número acumulado de Entidades de Referência em relação às quais tenha ocorrido um Evento de Crédito.

Se ocorrer uma fusão entre duas ou mais empresas de referência e ocorrer um Evento de Crédito na empresa resultante da fusão, serão contados tantos Eventos de Crédito quanto o número de empresas fundidas.

(ii) - A remuneração será paga anualmente e será igual a:

Cupão	Taxa/ Intervalo
1º ano	5,5% * valor nominal
2º ano	5,5% * valor nominal
3º ano e seguintes	6,25% * valor nominal se Min (SDk/SD0-SXk/SX0; HSk/HS0- SXk/SX0) > Barreira k ***

*** se não = 0%, onde:

Barreira 3 = Barreira a aplicar no 3.º cupão = 0%;
Barreira 4 = Barreira a aplicar no 4.º cupão = 1%;
Barreira 5 = Barreira a aplicar no 5.º cupão = 2%;
Barreira 6 = Barreira a aplicar no 6.º cupão = 3%;
Barreira 7 = Barreira a aplicar no 7.º cupão = 4%;
Barreira 8 = Barreira a aplicar no 8.º cupão = 5%.
Barreira k = Barreira a aplicar no kº cupão
SDk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de observação K (K=1 a 6)
SD0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de início
SXk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de observação K (K=1 a 6)
SX0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de início
HSk – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de observação K (K=1 a 6)
HS0 – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de início

(iii) - A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

n/N * 5% +m/N * 1%

onde:
n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado;
m é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado;
N é o nº de dias úteis do período respectivo;

Nota:

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão:

Período	Data do cupão	Intervalo
1º semestre	09-Dez-05	[1,60; 2,75%]
2º semestre	09-Jun-06	[1,60; 3,00%]
3º semestre	09-Dez-06	[1,60; 3,25%]
4º semestre	09-Jun-07	[1,60; 3,50%]
5º semestre	09-Dez-07	[1,60; 3,50%]
6º semestre	09-Jun-08	[1,70; 3,75%]
7º semestre	09-Dez-08	[1,70; 3,75%]
8º semestre	09-Jun-09	[1,70; 4,00%]
9º semestre	09-Dez-09	[1,80; 4,00%]
10º semestre	09-Jun-10	[1,80; 4,25%]
11º semestre	09-Dez-10	[1,80; 4,25%]
12º semestre	09-Jun-11	[1,80; 4,50%]
13º semestre	09-Dez-11	[1,90; 4,50%]
14º semestre	09-Jun-12	[1,90; 4,50%]
15º semestre	09-Dez-12	[1,90; 4,50%]
16º semestre	09-Jun-13	[1,90; 4,50%]
17º semestre	09-Dez-13	[2,00; 4,50%]
18º semestre	09-Jun-14	[2,00; 4,50%]
19º semestre	09-Dez-14	[2,00; 4,50%]
20º semestre	09-Jun-15	[2,00; 4,50%]

(iv) - A remuneração será paga semestralmente e o primeiro cupão será fixo:

Cupão	Taxa/ Intervalo
1º cupão	6,50% (taxa anual)
entre 2º e 10º cupão	Euribor 6M + 1,50% (taxa anual)
entre 11º e seguintes	Euribor 6M + 1,75% (taxa anual)

41 Outros passivos

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Credores		
Fornecedores	13 884	16 130
Outros credores	169 394	201 130
Sector Público administrativo	21 411	17 330
Férias e subsídio de férias a pagar	28 682	32 833
Outros custos a pagar	1 630	1 144
Receitas antecipadas	3 574	3 351
Contas diversas	123 918	229 461
	362 493	501 379

A rubrica Contas diversas inclui o valor de 29.612 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 145.898 milhares de Euros), referente a saldos de operações sobre títulos a regularizar.

42 Capital

Em 20 de Dezembro de 2012, na sequência da deliberação da Assembleia Geral realizada, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de 50.000 milhares de Euros, por entrada de numerário.

Após estas operações, o capital institucional da CEMG, que se encontra integralmente realizado, passou a ser de 1.295.000 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 1.295.000 milhares de Euros), pertencendo na sua totalidade ao Montepio Geral – Associação Mutualista.

43 Outros instrumentos de capital

Esta rubrica contempla a emissão de 15.000 milhares de Euros ocorrida no primeiro trimestre de 2010 de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados com juros condicionados efectuada pelo Finibanco, S.A., e que no âmbito do processo de aquisição da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. e das suas subsidiárias passou a integrar os capitais próprios do Grupo.

Remuneração

Com sujeição às limitações ao vencimento de juros descritas abaixo, a remuneração será paga semestralmente, em 2 de Fevereiro e em 2 de Agosto de cada ano, com início em 2 de Agosto de 2010 e será igual a:

1.º ao 4.º cupões: 7,00%;

5.º cupão e seguintes: Euribor 6M + 2,75%, com um mínimo de 5%.

Limitações ao vencimento de juros

A Emitente estará impedida de proceder ao pagamento de juros:

– Na medida e até à concorrência em que a soma do montante a pagar pelos juros desta emissão com o montante dos dividendos pagos ou deliberados e o de pagamentos garantidos relativos a eventuais acções preferenciais que se possam vir a emitir, exceder os Fundos Distribuíveis da Emitente, ou

– Estiver em incumprimento da Regulamentação de Requisitos de Fundos Próprios ou na medida e até à concorrência em que o seu pagamento implicar incumprimento dessa Regulamentação.

A Emitente ainda está impedida de proceder ao Pagamento de Juros se, na opinião do Conselho de Administração Executivo ou do Banco de Portugal, esse pagamento colocar em risco o cumprimento da Regulamentação de requisitos de Fundos Próprios.

O impedimento de proceder ao Pagamento de Juros poderá ser total ou parcial.

O não pagamento de juros numa qualquer data desonera a Emitente do pagamento dos juros relativos a essa data em momento futuro.

Consideram-se Fundos distribuíveis de um determinado ano a soma algébrica, com referência ao exercício anterior, dos resultados acumulados retidos com quaisquer outros valores susceptíveis de serem distribuíveis e com os lucros ou prejuízos, líquida das reservas obrigatórias, legais e estatutárias, mas antes da dedução do montante de quaisquer dividendos relativos às acções ordinárias ou a quaisquer outros valores mobiliários subordinados a estes, relativos a esse exercício.

Reembolso

Estes valores Mobiliários são perpétuos, só sendo reembolsáveis segundo as condições de reembolso antecipado abaixo previstas.

Mediante acordo prévio do Banco de Portugal, o emitente poderá proceder ao reembolso, total ou parcial, a partir da 10ª data de pagamento de juros, inclusive (5º ano).

Em caso de ocorrência continuada de um Evento de desqualificação como Fundos Próprios de Base, mesmo antes de decorridos 5 anos desde a sua emissão, e mediante acordo prévio do Banco de Portugal, estes Valores Mobiliários são reembolsáveis por opção do Emitente, em qualquer data.

Por evento de desqualificação como Fundos Próprios de Base entende-se uma alteração de qualquer documento legal ou respectiva interpretação oficial que implique que estes Valores Mobiliários deixem de poder ser qualificados como Fundos Próprios de Base da Emitente.

44 Reserva geral e especial

As reservas geral e especial são constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio. A reserva geral destina-se a fazer face a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias.

Nos termos da legislação portuguesa o Grupo deverá reforçar anualmente a reserva geral com pelo menos 20% dos lucros líquidos anuais. O limite para formação da reserva geral é de 25% da totalidade dos depósitos. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos futuros e para aumentar o capital.

A reserva especial destina-se a suportar prejuízos resultantes das operações correntes. Nos termos da legislação portuguesa o Grupo deverá reforçar anualmente a reserva especial com pelo menos 5% dos lucros líquidos anuais. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos e para aumentar o capital.

A variação da reserva geral e especial é apresentada na nota 45.

45 Reservas de reavaliação, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Reservas de reavaliação		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Valor bruto	(38 420)	(22 083)
Imposto	6 422	3 746
Outros	17 607	18 321
	(14 391)	(16)
Outras reservas e resultados transitados		
Reserva geral	187 532	185 935
Reserva especial	68 273	68 160
Reservas por impostos diferidos	51 416	51 842
Outras reservas e resultados transitados	(16 030)	9 993
	291 191	315 930

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda líquidas de imparidade reconhecida em resultados do exercício e/ou em exercícios anteriores em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 d).

A movimentação a 30 de Junho de 2013 desta rubrica é apresentada conforme segue:

(milhares de Euros)

	Saldo em 1 de Janeiro	Reavaliação	Aquisições	Alienações	Imparidade reconhecida no período	Saldo em 30 de Junho
Títulos de rendimento fixo						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	9 018	(2 780)	(22 531)	(5 604)	-	(21 897)
Estrangeiros	114	1 074	(72)	(48)	-	1 068
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	(6 043)	4 031	(1 133)	372	-	(2 773)
Estrangeiros	(20 222)	18 960	(238)	1 843	(5 450)	(5 107)
Papel comercial	-	8 936	-	-	(8 936)	-
	(17 133)	21 285	(23 974)	(3 437)	(14 386)	(28 709)
Títulos de rendimento variável						
Acções						
Nacionais	66	(20)	(19)	1	11	39
Estrangeiras	1 006	820	(666)	(8)	(615)	537
Unidades de participação	(6 022)	(2 536)	(190)	255	(1 794)	(10 287)
	(4 950)	(1 736)	(875)	248	(2 398)	(9 711)
	(22 083)	19 549	(24 849)	(3 189)	(16 784)	(38 420)

A movimentação da reserva de justo valor em activos financeiros disponíveis para venda durante o exercício de 2012 desta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Saldo em 1 de Janeiro	Reavaliação	Aquisições	Alienações	Imparidade reconhecida no exercício	Saldo em 31 de Dezembro
Títulos de rendimento fixo						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	(241 563)	151 212	4 605	94 764	-	9 018
Estrangeiros	(684)	(6 051)	73	(1 276)	8 052	114
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	(21 610)	9 694	(325)	6 198	-	(6 043)
Estrangeiros	(54 785)	15 353	22	18 188	1 000	(20 222)
Papel comercial	-	226	-	-	(226)	-
	(318 642)	170 434	4 375	117 874	8 826	(17 133)
Títulos de rendimento variável						
Acções						
Nacionais	(4)	308	4	-	(242)	66
Estrangeiras	(68)	2 184	45	25	(1 180)	1 006
Unidades de participação	(837)	(2 436)	2 005	181	(4 935)	(6 022)
	(909)	56	2 054	206	(6 357)	(4 950)
	(319 551)	170 490	6 429	118 080	2 469	(22 083)

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	2 954 600	2 531 174
Imparidade acumulada reconhecida	(44 430)	(27 646)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquidos de imapridade	2 910 170	2 503 528
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	2 871 750	2 481 445
Ganhos/ Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(38 420)	(22 083)

46 Distribuição de resultados

Em 23 de Abril de 2013, de acordo com deliberação da Assembleia Geral, a CEMG distribuiu resultados ao Montepio Geral – Associação Mutualista no montante de 1.692 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 16.584 milhares de Euros).

47 Interesses que não controlam

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Balanço		Demonstração dos Resultados	
	Jun 2013	Dez 2012	Jun 2013	Jun 2012
Finibanco Angola S.A.	7 455	6 957	757	1 128
	7 455	6 957	757	1 128

A movimentação desta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Saldo inicial	6 957	11 381
Conversão em moeda estrangeira	(259)	744
Dividendos	-	(1 994)
Outros	-	(4 268)
	6 698	5 863
Lucro atribuível a interesses que não controlam	757	1 094
Saldo final	7 455	6 957

48 Garantias e outros compromissos

Os saldos destas contas são analisados como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Garantias e avales prestados	481 369	473 804
Garantias e avales recebidos	31 764 369	31 935 895
Compromissos perante terceiros	1 415 708	1 524 034
Compromissos assumidos por terceiros	103 402	42 279
Activos cedidos em operações de titularização	226 313	238 856
Valores recebidos em depósitos	7 436 602	6 601 424
	41 427 763	40 816 292

Os montantes de garantias e avales prestados e os compromissos perante terceiros são analisados como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Garantias e avales prestados		
Garantias e avales	469 756	464 722
Créditos documentários abertos	6 745	4 214
Fianças e indemnizações (contragarantias)	4 868	4 868
	481 369	473 804
Compromissos perante terceiros		
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito irrevogáveis	156 276	186 351
Subscrição de títulos	348 495	359 200
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos	25 314	25 314
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	2 859	2 399
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	882 764	950 770
	1 415 708	1 524 034

As garantias e os avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Grupo.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Grupo, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos revogáveis e irrevogáveis, apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Grupo (por exemplo, linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que o Grupo requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

O saldo da rubrica Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos, em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, refere-se ao compromisso irrevogável que o Grupo assumiu, por força da lei, de entregar àquele Fundo, em caso de solicitação deste, as parcelas não realizadas das contribuições anuais.

O saldo da rubrica Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores, em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, é relativo à obrigação irrevogável que o Grupo assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de accionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito nomeadamente quanto à avaliação da adequação das provisões constituídas tal como descrito na política contabilística descrita na nota 1 c) a exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Grupo na eventualidade de incumprimento pelas respectivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

49 Justo valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as actuais condições da política de *pricing* do Grupo.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócio.

Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico do Grupo.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

- *Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito*

  Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

- *Aplicações em Instituições de Crédito, Depósitos de Instituições de Crédito e Activos com Acordos de Recompra*

  O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

Para os recursos de Bancos centrais foi considerado que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor, atendendo à tipologia das operações e ao prazo associado. A taxa de remuneração das tomadas de fundos junto do Banco Central Europeu é de 0,50% (31 de Dezembro de 2012: 0,75%).

Para as restantes aplicações e recursos, foi considerado que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor. Em 30 de Junho de 2013, a taxa média de juro foi de 3,80% para as aplicações (31 de Dezembro de 2012: 4,33%) e de 2,39% para os recursos (31 de Dezembro de 2012: 2,85%).

- *Activos financeiros detidos para negociação (excepto derivados), Passivos financeiros detidos para negociação (excepto derivados), Activos financeiros disponíveis para venda e Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados*

  Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado (*bid price*), sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

  As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - *Reuters* e *Bloomberg* – mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos numa fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

  Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos standards (*Black-Scholes, Black, Ho* e outros) considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

- *Investimentos detidos até à maturidade*

  Estes investimentos estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxo de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

- *Derivados de cobertura e de negociação*

  Todos os derivados se encontram contabilizados pelo seu justo valor.

  No caso daqueles que são cotados em mercados organizados utiliza-se o respectivo preço de mercado. Quanto aos derivados negociados "ao balcão", aplicam-se os métodos numéricos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, e sempre que necessário, as respectivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - *Reuters* e *Bloomberg* - mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

- *Crédito a clientes com maturidade definida*

  O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais do Grupo para cada uma das classes homogéneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do período) e o *spread* praticado à data de reporte, calculado através da média da produção do segundo trimestre de 2013. A taxa média de desconto foi de 5,70% (31 de Dezembro de 2012: 5,12%) assumindo a projecção das taxas variáveis segundo a evolução das taxas *forward* implícitas nas curvas de taxas de juro. Os cálculos efectuados incorporam o *spread* de risco de crédito.

- *Créditos a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes*

  Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições desta carteira são semelhantes às praticadas à data de reporte, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

  Recursos de clientes

  O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais do Grupo para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do período) e o *spread* do Grupo à data de reporte, calculado através da média da produção do segundo trimestre de 2013. A taxa média de desconto foi de 2,39% (31 de Dezembro de 2012: 2,69%).

- *Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados*

  Para estes instrumentos financeiros foi calculado o justo valor para as componentes cujo justo valor ainda não se encontra reflectido em balanço. Nos instrumentos que são a taxa fixa e para os quais o Grupo adopta contabilisticamente uma política de *hedge accounting*, o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

  Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco de taxa de juro já registado. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assentou na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e a margem comercial, esta última apenas no caso de emissões colocadas nos clientes não institucionais do Grupo.

Como referência original utilizaram-se as curvas resultantes do mercado de *swaps* de taxa de juro para cada moeda específica. O risco de crédito (*spread* de crédito) é representado por um excesso à curva de *swaps* de taxa de juro apurado especificamente para cada prazo e classe de instrumentos tendo como base preços de mercado sobre instrumentos equivalentes.

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 30 de Junho de 2013, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas no apuramento da curva taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euro, Dólar Norte-americano, Libra Esterlina, Franco Suíço e Iene Japonês utilizadas para a determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros do Grupo:

	Moedas				
	Euro	**Dólar Norte--americano**	**Libra Esterlina**	**Franco Suíço**	**Iene Japonês**
1 dia	0,208%	0,125%	0,425%	0,050%	0,094%
7 dias	0,094%	0,161%	0,425%	-0,250%	0,100%
1 mês	0,123%	0,210%	0,460%	0,060%	0,075%
2 meses	0,176%	0,240%	0,470%	-0,040%	0,075%
3 meses	0,218%	0,280%	0,480%	0,090%	0,085%
6 meses	0,335%	0,430%	0,550%	0,150%	0,150%
9 meses	0,435%	0,560%	0,690%	0,195%	0,260%
1 ano	0,527%	0,700%	0,840%	0,175%	0,320%
2 anos	0,606%	0,518%	0,792%	0,204%	0,274%
3 anos	0,793%	0,830%	0,989%	0,379%	0,327%
5 anos	1,234%	1,586%	1,525%	0,764%	0,500%
7 anos	1,601%	2,164%	1,997%	1,116%	0,712%
10 anos	2,016%	2,713%	2,515%	1,513%	1,000%
15 anos	2,380%	3,187%	2,954%	1,778%	1,435%
20 anos	2,503%	3,312%	2,954%	1,778%	1,435%
30 anos	2,516%	3,423%	2,954%	1,778%	1,435%

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 31 de Dezembro de 2012, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas no apuramento da curva taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euro, Dólar Norte-americano, Libra Esterlina, Franco Suíço e Iene Japonês utilizadas para a determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros do Grupo:

	Moedas				
	Euro	**Dólar Norte--americano**	**Libra Esterlina**	**Franco Suíço**	**Iene Japonês**
1 dia	0,170%	0,180%	0,505%	-0,045%	0,010%
7 dias	0,005%	0,193%	0,505%	-0,045%	0,010%
1 mês	0,030%	0,230%	0,590%	-0,175%	0,070%
2 meses	0,060%	0,270%	0,545%	0,080%	0,080%
3 meses	0,080%	0,415%	0,480%	-0,050%	0,100%
6 meses	0,245%	0,505%	0,620%	-0,050%	0,160%
9 meses	0,365%	0,590%	0,795%	0,075%	0,270%
1 ano	0,460%	0,875%	0,960%	0,245%	0,350%
2 anos	0,374%	0,384%	0,703%	0,065%	0,218%
3 anos	0,465%	0,493%	0,768%	0,108%	0,223%
5 anos	0,765%	0,845%	1,015%	0,318%	0,315%
7 anos	1,125%	1,271%	1,359%	0,578%	0,506%
10 anos	1,565%	1,775%	1,863%	0,923%	0,846%
15 anos	2,018%	2,308%	2,426%	1,283%	1,373%
20 anos	2,172%	2,521%	2,426%	1,283%	1,373%
30 anos	2,241%	2,692%	2,426%	1,283%	1,373%

Câmbios e volatilidades cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the Money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

			Volatilidade (%)				
Cambial	**Jun 2013**	**Dez 2012**	**1 mês**	**3 meses**	**6 meses**	**9 meses**	**1 ano**
EUR/USD	1,3080	1,3194	8,90	9,00	9,11	9,35	9,46
EUR/GBP	0,8572	0,8161	7,40	7,50	7,65	7,75	7,83
EUR/CHF	1,2338	1,2072	6,48	6,25	5,90	5,93	5,90
EUR/JPY	129,39	113,61	14,93	14,78	15,13	15,13	15,13

Relativamente às taxas de câmbio, o grupo utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

O justo valor dos activos e passivos financeiros do Grupo, a 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, é apresentado como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013					
	Ao justo valor através de resultados	**Custo amortizado**	**Disponíveis para venda**	**Outros**	**Valor contabilístico**	**Justo valor**
Activos Financeiros						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	337 605	-	-	337 605	337 605
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	233 792	-	-	233 792	233 792
Aplicações em instituições de crédito	-	200 148	-	-	200 148	200 148
Crédito a clientes	25 346	15 310 537	-	-	15 335 883	14 254 977
Activos financeiros detidos para negociação	87 297	-	-	-	87 297	87 297
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	6 809	-	-	-	6 809	6 809
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	2 871 750	-	2 871 750	2 871 750
Derivados de cobertura	915	-	-	-	915	915
Investimentos detidos até à maturidade	-	28 024	-	-	28 024	28 765
Investimentos em associadas e outras	-	-	-	54 218	54 218	54 218
	120 367	16 110 106	2 871 750	54 218	19 156 441	18 076 276
Passivos Financeiros						
Recursos de bancos centrais	-	1 854 813	-	-	1 854 813	1 854 813
Recursos de outras instituições de crédito	79 817	459 278	-	-	539 095	539 095
Recursos de clientes	409 692	12 852 971	-	-	13 262 663	13 278 621
Responsabilidades representadas por títulos	275 876	2 401 735	-	-	2 677 611	2 677 613
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	216 493	216 493	216 493
Passivos financeiros detidos para negociação	67 427	-	-	-	67 427	67 427
Derivados de cobertura	2 572	-	-	-	2 572	2 572
Outros passivos subordinados	90 647	370 461	-	-	461 108	347 198
	926 031	17 939 258	-	216 493	19 081 782	18 983 832

(milhares de Euros)

	Dez 2012					
	Ao justo valor através de resultados	**Custo amortizado**	**Disponíveis para venda**	**Outros**	**Valor contabilístico**	**Justo valor**
Activos Financeiros						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	304 886	-	-	304 886	304 886
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	235 659	-	-	235 659	235 659
Aplicações em instituições de crédito	-	224 324	-	-	224 324	224 324
Crédito a clientes	27 475	15 676 072	-	-	15 703 547	14 574 920
Activos financeiros detidos para negociação	139 055	-	-	-	139 055	139 055
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	12 300	-	-	-	12 300	12 300
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	2 481 445	-	2 481 445	6 730 502
Derivados de cobertura	931	-	-	-	931	931
Investimentos detidos até à maturidade	-	27 495	-	-	27 495	28 490
Investimentos em associadas e outras	-	-	-	60 836	60 836	60 836
	179 761	16 468 436	2 481 445	60 836	19 190 478	22 311 903
Passivos Financeiros						
Recursos de bancos centrais	-	1 776 514	-	-	1 776 514	1 776 514
Recursos de outras instituições de crédito	65 280	560 426	-	-	625 706	625 706
Recursos de clientes	459 313	12 796 134	-	-	13 255 447	13 282 519
Responsabilidades representadas por títulos	283 667	2 078 669	-	-	2 362 336	2 312 161
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	244 419	244 419	244 419
Passivos financeiros detidos para negociação	84 794	-	-	-	84 794	84 794
Derivados de cobertura	3 177	-	-	-	3 177	3 177
Outros passivos subordinados	88 212	378 908	-	-	467 120	343 677
	984 443	17 590 651	-	244 419	18 819 513	18 672 967

50 Benefícios dos empregados

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, o Grupo como entidade subscritora assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo. Estão abrangidos por este benefício os empregados admitidos até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Adicionalmente, com a publicação do Decreto-Lei n.1-A / 2011, de 3 de Janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários foram integrados no Regime Geral de Segurança Social a partir de 1 de Janeiro de 2011, que passou a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte.

As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social no âmbito do 2.º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do Regime Geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da Segurança Social.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no activo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social (RGSS), tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho.

A integração conduz a um decréscimo efectivo no valor actual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo fundo de pensões. Contudo, dado que não existiu redução de benefícios na perspectiva do beneficiário na data de integração decorrente do 2º acordo tripartido, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas em 31 de Dezembro de 2010.

No final do exercício de 2011 na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de Dezembro de 2011. Ao abrigo deste acordo tripartido, foi efectuada a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento à data de 31 de Dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de actualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Colectiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às actualizações das pensões, benefícios complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respectivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os activos dos fundos de pensões das respectivas instituições financeiras, na parte afecta à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas fossem transmitidos para o Estado.

Na medida em que a transferência consiste numa transferência definitiva e irreversível das responsabilidades com pensões em pagamento (mesmo que só relativas a uma parcela do benefício), verificam-se as condições subjacentes ao conceito de liquidação previsto no IAS 19 'Benefícios dos empregados' uma vez que se extinguiu a obrigação à data da transferência, relativa ao pagamento dos benefícios abrangidos. Tratando-se de uma liquidação o respectivo efeito foi reconhecido em resultados no exercício de 2011.

Em 27 de Junho de 2012, foi publicado o Decreto-Lei n.º 133/2012 que introduziu alterações na determinação da prestação do subsídio de morte cujo montante atribuído passou a estar limitado ao valor máximo de 6 vezes o indexante dos apoios sociais (salário mínimo) que em 2012 ascendia a 419,22 Euros.

De acordo com a IAS19, e considerando que o benefício está *"vested"* – já que o colaborador ou reformado tem direito ao benefício na totalidade sem existir a necessidade de cumprir qualquer condição de serviço – o Grupo registou em resultados, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, o respectivo impacto que ascendeu a 7.021 milhares de Euros (valor que corresponde à redução das responsabilidade relativas a subsídio por morte).

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos		**Verificado**	
	Jun 2013	**Dez 2012**	**Jun 2013**	**Dez 2012**
Pressupostos financeiros				
Taxa de evolução salarial	1,50%	1,50%	1,32%	1,60%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%	0,50%	0,11%	0,14%
Taxas de rendimento do fundo	4,50%	4,50%	1,38%	16,30%
Taxa de desconto	4,50%	4,50%	1,38%	16,30%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação				
Tábua de mortalidade				
Homens	TV 88/90	TV 88/90		
Mulheres	TV 88/90	TV 88/90		
Métodos de valorização actuarial	UCP	UCP		

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	Jun 2013	**Dez 2012**
Activos	4 022	4 054
Reformados e sobreviventes	991	977
	5 013	5 031

Tendo em consideração a alteração da política contabilística efectuada durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, conforme explicado na nota 1 v), a aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 30 de Junho de 2013 e a 31 de Dezembro de 2012:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Activos/(Responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades com benefícios de reforma		
Pensionistas	(105 940)	(96 539)
Activos	(343 984)	(326 632)
	(449 924)	(423 171)
Responsabilidades com benefícios de saúde		
Pensionistas	(17 166)	(16 771)
Activos	(23 681)	(23 094)
	(40 847)	(39 865)
Responsabilidades com subsídio por morte		
Pensionistas	(1 001)	(1 075)
Activos	(1 104)	(976)
	(2 105)	(2 051)
Total das responsabilidades	(492 876)	(465 087)
Coberturas		
Valor dos fundos	526 323	522 754
Activos líquidos em Balanço (ver nota 33)	33 447	57 667
Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	26 422	4 824

De acordo com a política definida na nota 1 v), o Grupo procede ao cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma, benefícios de saúde (pós emprego) e subsídio por morte e dos ganhos e perdas actuariais anualmente.

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 v) e conforme o estabelecido no IAS 19 – Benefícios dos empregados, o Grupo avalia à data de cada balanço, e para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respectivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013				Dez 2012			
	Pensões de reforma	**Benefícios de saúde**	**Subsídio por Morte**	**Total**	**Pensões de reforma**	**Benefícios de saúde**	**Subsídio por Morte**	**Total**
Responsabilidades no início do período	423 171	39 865	2 051	465 087	387 075	31 501	8 260	426 836
Custo do serviço corrente	4 550	578	26	5 154	8 738	799	500	10 037
Custo dos juros	9 520	897	46	10 463	21 289	1 733	454	23 476
(Ganhos) e perdas actuariais								
- Alterações de pressupostos e nas condições dos planos	12 663	-	-	12 663	21 025	3 242	(6 868)	17 399
- Não decorrentes de alteração de pressupostos	4 258	(493)	(18)	3 747	(10 132)	2 590	(295)	(7 837)
Pensões pagas pelo fundo	(4 238)	-	-	(4 238)	(7 872)	-	-	(7 872)
Reformas antecipadas	-	-	-	-	3 048	-	-	3 048
Responsabilidades no final do período	449 924	40 847	2 105	492 876	423 171	39 865	2 051	465 087

No âmbito do terceiro acordo tripartido mencionado acima e da consequente transmissão para a Segurança Social da responsabilidade pelas pensões em pagamento, à data de 31 de Dezembro de 2011, verificou-se uma redução de responsabilidades, mensuradas com base nos pressupostos actuariais utilizados na preparação das demonstrações financeiras e consistentes com o IAS 19, no montante de 169.815 milhares de Euros.

Contudo, no âmbito do acordo estabelecido, o valor dos activos a ceder ao Estado como contrapartida pela transferência das pensões em pagamento foi determinado numa óptica de liquidação uma vez que se trata de uma transferência definitiva e irreversível dessas responsabilidades e correspondeu ao valor das mesmas, determinado com base numa taxa de desconto de 4% (em vez da taxa de 5,5% utilizada para efeitos da preparação das demonstrações financeiras).

Assim, o montante a pagar pelo Grupo ao Estado ascendeu a 183.910 milhares de Euros, o que implicou o reconhecimento de um custo em resultados no ano de 2011 de 14.096 milhares de Euros, correspondente ao diferencial das taxas de desconto referidas.

No decurso de 2012 e ainda no contexto deste processo foi pago ao Estado, por contrapartida de resultados o montante de 1.256 milhares de Euros.

De referir que os fundos de pensões são geridos pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

A evolução do valor dos fundos de pensões no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2013 e no exercício de 2012:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Saldos dos fundos no início do período	522 754	447 825
Rendimento real do fundo	6 573	72 146
Contribuições do Grupo	-	9 659
Contribuições dos participantes	1 234	2 252
Pensões pagas pelo fundo	(4 238)	(7 872)
Transmissão para a Segurança Social das responsabildiades com pensões em pagamento	-	(1 256)
Saldos dos fundos no fim do período	526 323	522 754

Os activos dos fundos de pensões podem ser analisados como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Aplicações em bancos e outras	122 894	223 156
Obrigações	324 863	234 522
Outros títulos de rendimento variável	42 513	51 462
Imobiliário directo	9 245	9 677
Acções	26 808	3 937
	526 323	522 754

Os activos dos fundos de pensões utilizados pelo Grupo ou representativos de títulos emitidos por entidades do Grupo são detalhados como seguem:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Aplicações em bancos e outras	97 932	207 921
Imobiliário directo	9 245	9 677
Obrigações	2 722	2 760
	109 899	220 358

A evolução dos desvios actuariais em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Desvios actuariais no início do período	4 824	35 707
(Ganhos) e perdas actuariais no período		
- Alteração de pressupostos e condições dos planos	12 663	24 470
- (Ganhos) e perdas de experiência	8 935	(55 353)
Desvios actuariais reconhecidos em outro rendimento integral	26 422	4 824

Os custos com pensões de reforma, benefícios de saúde e subsídio de morte podem ser analisados como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Jun 2012
Custo do serviço corrente	5 154	5 019
Custo dos juros	10 463	11 737
Rendimento esperado dos fundos	(11 761)	(12 316)
Custo com reformas antecipadas	-	878
Impacto da transferência de responsabilidades para a Segurança Social	-	1 377
Comparticipação dos participantes	(1 234)	(1 092)
Outros	-	(197)
Custos com pessoal	2 622	5 406

A rubrica Outros em 2012 refere-se ao impacto positivo decorrente da redução das responsabilidades com Subsídio por Morte ocorrida na sequência da referida publicação do Decreto-lei 133/2012 de 27 de Junho.

A evolução dos activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada no primeiro semestre de 2013 e no exercício de 2012 é analisado como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
No início do período	57 667	20 989
Rendimento real dos fundos	6 573	72 146
Contribuição do Grupo	-	9 659
Contribuição dos participantes	1 234	2 252
Custo do serviço corrente	(5 154)	(10 037)
Custo dos juros	(10 463)	(23 476)
Ganhos e perdas actuariais	(16 410)	(9 562)
Transmissão para a Segurança Social das responsabildiades com pensões em pagamento	-	(1 256)
Reformas antecipadas	-	(3 048)
No final do período	33 447	57 667

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é analisado como segue:

(milhares de euros)

	Jun 2013	Dez 2012	Dez 2011	Dez 2010	Dez 2009
Responsabilidades	(492 876)	(465 087)	(426 836)	(597 140)	(569 822)
Saldo dos fundos	526 323	522 754	447 825	545 097	504 883
Responsabilidades (sub)/ sobre financiadas	33 447	57 667	20 989	(52 043)	(64 939)
(Ganhos) e perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	3 747	(7 837)	(6 499)	(4 143)	(2 197)
(Ganhos) e perdas de experiência decorrentes dos activos dos fundos	5 188	(47 515)	57 680	17 957	(14 893)

51 Desintermediação

De acordo com a legislação em vigor as sociedades gestoras, em conjunto com o banco depositário, respondem solidariamente perante os participantes dos fundos pelo incumprimento das obrigações assumidas nos termos da lei e nos regulamentos dos fundos geridos.

À data de 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, o valor dos recursos de desintermediação geridos pelas empresas do Grupo é analisado como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Fundos de investimento mobiliário	323 950	347 249
Fundos de investimento imobiliário	340 963	339 123
Fundo de pensões	184 324	185 571
Bancasseguros	144 816	148 579
	994 053	1 020 522

Os valores incluídos nestas rubricas encontram-se valorizados ao justo valor determinado na data do balanço.

52 Transacções com partes relacionadas

O conjunto de empresas consideradas como partes relacionadas pelo Grupo além das associadas apresentadas na nota 27, tal como definidas pelo IAS 24, é apresentado como segue:

Associadas da CEMG:
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.
Iberpartners Cafés - S.G.P.S., S.A.
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.
Nova Câmbios, S.A.
Silvip, S.A.

Conselho de Administração Executivo

Outras partes relacionadas:
Bem Comum, Sociedade Capital Risco, S.A.
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.
Finibanco Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.
Finimóveis - Sociedade Imobiliária de Serviços Auxilares, S.A.
Fundação Montepio Geral
Fundo de Pensões CEMG - Gerido pela Futuro
Fundo de Pensões Finibanco - Gerido pela Futuro
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Leacock, Lda.
Lestinvest, S.G.P.S., S.A.
MG Investimentos Imobiliários, S.A.
Montepio Geral - Associação Mutualista
Montepio Gestão de Activos – S.G.F.I., S.A.
Montepio Mediação - Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.
N Seguros, S.A.
NEBRA, Energias Renovables, SL
Nutre SGPS S.A.
Prio Energy S.G.P.S., S.A.
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.
Sagies, S.A.
Sociedade Portuguesa de Administrações

À data de 30 de Junho de 2013, os débitos e créditos detidos pelo Grupo sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes, Outros passivos subordinados e Crédito concedido são analisados como segue:

Empresas	Jun 2013		
	Recursos de clientes	Outros passivos subordinados	Crédito concedido
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.	2 108	-	1
Conselho de Administração Executivo	42	-	55
Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	9 225	-	-
Finimóveis – Sociedade Imobiliária de Serviços Auxilares, S.A.	2 384	-	15 924
Fundação Montepio Geral	1 893	-	-
Fundo de Pensões CEMG - Gerido pela Futuro	104 275	2 000	-
Fundo de Pensões Finibanco - Gerido pela Futuro	19 160	-	-
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	1 325	-	-
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	226	-	19 494
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	37	-	-
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	-	-	1 500
Lestinvest, S.G.P.S., S.A.	83	-	36 427
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	28 860	3 250	5 609
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	20 604	13 000	1
MG Investimentos Imobiliários, S.A.	9	-	-
Montepio Geral – Associação Mutualista	549 551	639 601	1
Montepio Gestão de Activos – S.G.F.I., S.A.	105	-	-
Montepio Mediação – Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.	893	-	-
N Seguros, S.A.	875	-	-
NEBRA, Energias Renovables, SL	21	-	1 730
Nova Câmbios, S.A.	-	-	1 069
Nutre S.G.P.S., S.A.	1	-	-
Prio Energy S.G.P.S., S.A.	740	-	8 130
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	94	-	2 009
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	1 013	-	-
Silvip, S.A.	1 878	-	-
	745 402	657 851	91 950

Em 30 de Junho de 2013, o valor dos créditos concedidos pela CEMG aos membros do Conselho de Administração Executivo ascende a 564 milhares de Euros.

À data de 31 de Dezembro de 2012, os débitos e créditos detidos pelo Grupo sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes, Outros passivos subordinados e Crédito concedido são analisados como segue:

(milhares de Euros)

Empresas	Dez 2012		
	Recursos de clientes	Outros passivos subordinados	Crédito concedido
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.	3 839	-	-
Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	3 735	-	-
Finimóveis – Sociedade Imobiliária de Serviços Auxilares, S.A.	16	-	6 100
Fundação Montepio Geral	965	-	-
Fundo de Pensões CEMG	188 848	2 350	-
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	3 460	-	-
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	9	-	21 769
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	147	-	-
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	24	-	-
Lestinvest, S.G.P.S., S.A.	653	-	47 640
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	22 551	3 250	-
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	16 318	13 000	15 000
MG Investimentos Imobiliários, S.A.	2	-	25
Montepio Geral – Associação Mutualista	572 848	574 257	-
Montepio Gestão de Activos – S.G.F.I., S.A.	891	-	-
Montepio Mediação – Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.	836	-	-
N Seguros, S.A.	4 808	-	-
Nova Câmbios, S.A.	181	-	230
Nutre S.G.P.S., S.A.	-	-	15 000
Prio Energy S.G.P.S., S.A.	11 643	-	-
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	50	-	-
Silvip, S.A.	1 640	-	-
	833 464	592 857	105 764

À data de 30 de Junho de 2013, os proveitos e custos do Grupo sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e encargos similares, Juros e rendimentos similares e Comissões e outros resultados, são analisados como segue:

(milhares de Euros)

Empresas	Jun 2013		
	Juros e encargos similares	**Juros e rendimentos similares**	**Comissões e outros resultados**
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.	-	-	-
Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	66	1	22
Finimóveis – Sociedade Imobiliária de Serviços Auxilares, S.A.	-	1 526	-
Fundação Montepio Geral	1	-	-
Fundo de Pensões CEMG - Gerido pela Futuro	1 531	17	-
Fundo de Pensões Finibanco - Gerido pela Futuro	205	3	-
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	30	-	2
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	88	-
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	1	-	-
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	-	30	3
Lestinvest, S.G.P.S., S.A.	-	-	-
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	224	6	33
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	147	126	153
MG Investimentos Imobiliários, S.A.	-	-	1
Montepio Geral - Associação Mutualista	8 156	183	16
Montepio Gestão de Activos – S.G.F.I., S.A.	142	-	-
Montepio Mediação – Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.	8	-	-
N Seguros, S.A.	58	1	4
NEBRA, Energias Renovables, S.L.	-	19	17
Nova Câmbios, S.A.	-	32	3
Nutre S.G.P.S., S.A.	-	230	-
Prio Energy S.G.P.S., S.A.	1	180	275
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	-	32	34
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	8	-	-
Silvip, S.A.	21	-	-
	10 599	2 474	563

À data de 30 de Junho de 2012, os proveitos e custos da CEMG sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e encargos similares, Juros e rendimentos similares e Comissões e outros resultados, são analisados como segue:

(milhares de Euros)

Empresas	Jun 2012		
	Juros e encargos similares	**Juros e rendimentos similares**	**Comissões e outros resultados**
Finibanco Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	-	-	1
Finimóveis Soc. Imob. Serviços Auxiliares, S.A.	-	69	-
Fundo de Pensões CEMG - Gerido pela Futuro	1 860	12	22
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	24	-	-
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	88	-
Iberpartners Cafés - S.G.P.S., S.A.	-	12	-
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	185	1	10
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	116	151	21
Montepio Geral - Associação Mutualista	2 987	37	15
Montepio Gestão de Activos – S.G.F.I., S.A.	6	-	-
N Seguros, S.A.	263	15	-
NEBRA, Energias Renovables, SL	869	-	-
Nova Câmbios, S.A.	-	5	1
Prio Energy S.G.P.S., S.A.	-	62	41
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	-	17	8
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	-	10	-
Silvip, S.A.	13	-	-
	6 323	479	119

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão, bem como as transacções efectuadas com os mesmos, constam na nota 11.

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Durante o primeiro semestre de 2013 e o exercício de 2012, não se efectuaram transacções com os fundos de pensões do Grupo.

53 Securitização de activos

Em 30 de Junho de 2013, existem nove operações de titularização, das quais oito foram originadas no Grupo, e uma no Grupo Finibanco Holding, agora integradas no Grupo na sequência do sucesso da Oferta Pública de Aquisição Geral e Voluntária sobre as acções representativas do capital social da Finibanco – Holding, S.G.P.S., S.A., conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 a).

Apresentamos nos parágrafos seguintes alguns detalhes adicionais dessas operações de titularização.

Em 19 de Dezembro de 2002, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* ("SPV") – *Pelican Mortgages No. 1 PLC* – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 35 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 650.000 milhares de Euros. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,016% do par.

Em 29 de Setembro de 2003, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* ("SPV") – *Pelican Mortgages No. 2 PLC* – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 33 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 700.000 milhares de Euros. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0286% do par.

Em 30 de Março de 2007, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No.* 3. O prazo total da operação é de 47 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 750.000 milhares de Euros. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0165% do par.

Em 20 de Maio de 2008, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No.* 4. O prazo total da operação é de 48 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 1.000.000 milhares de Euros. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,083% do par.

Em 9 de Dezembro de 2008, o Finibanco vendeu uma carteira de créditos hipotecários à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., no montante total de 233.000 milhares de Euros (*Aqua Mortage No.* 1). O prazo total da operação é de 55 anos, com um *revolving period* de 2 anos.

Em 25 de Março de 2009, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No. 5*. O prazo total da operação é de 52 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 1.000.000 milhares de Euros. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0564% do par.

Em 30 de Junho de 2009, o Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A. vendeu uma carteira de créditos ao consumo, automóvel, aluguer de longa duração e *leasing* à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 207.000 milhares de Euros (*Aqua Finance No. 3*). O prazo total da operação é de 14 anos, com *revolving period* de 3 anos.

Em 22 de Junho de 2010, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos de pequenas e médias empresas *Pelican SME*. O prazo total da operação é de 26 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 1.167.000 milhares de Euros. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,15% das *Asset Backed Notes*.

Em 5 de Março de 2012, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No.* 6. O prazo total da operação é de 51 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 1.040.200 milhares de Euros. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,1083% das *Asset Backed Notes*.

A entidade que garante o serviço da dívida (*servicer*) das operações de titularização tradicionais é a Caixa Económica Montepio Geral, assumindo a cobrança dos créditos cedidos e canalizando os valores recebidos, por via da efectivação do respectivo depósito, para as Sociedades Gestoras de Fundos de Titularização de Créditos (*Pelican Mortgages No. 1*, *Pelican Mortgages No. 2* e *Pelican SME n.º 1*) e para as Sociedades de Titularização de Créditos (*Pelican Mortgages No. 3*, *Pelican Mortgages No. 4*, *Aqua Mortgages No. 1*, *Pelican Mortgages No. 5*, *Aqua Finance No. 3 e Pelican Mortgages No. 6).*

Até 31 de Dezembro de 2004, de acordo com os princípios contabilísticos definidos pelo Banco de Portugal, os activos, créditos e títulos cedidos pelo Grupo no âmbito das referidas operações de titularização foram desreconhecidos. Os títulos adquiridos no âmbito destas operações foram contabilizados como títulos de investimento e provisionados de acordo com as regras definidas pelo Aviso n.º 27/2000 do Banco de Portugal.

Em conformidade com a IFRS 1, o critério de desreconhecimento seguido nas demonstrações financeiras individuais do Grupo, não sofreu alterações para todas as operações realizadas até 1 de Janeiro de 2004. Todas as operações efectuadas a partir desta data terão que ser analisadas no âmbito das regras de desreconhecimento de acordo com a IAS 39, segundo o qual, se forem transferidos uma parte substancial dos riscos e benefícios associados aos activos ou se for transferido o controlo sobre os referidos activos, estes activos deverão ser desreconhecidos.

À data de 30 de Junho de 2013, as operações de titularização efectuadas pelo Grupo são apresentadas como segue:

(milhares de Euros)

Emissão	Data de início	Moeda	Activo cedido	Montante inicial
Pelican Mortgages No. 1	Dezembro de 2002	Euro	Crédito à habitação	653 250
Pelican Mortgages No. 2	Setembro de 2003	Euro	Crédito à habitação	705 600
Pelican Mortgages No. 3	Março de 2007	Euro	Crédito à habitação	762 375
Pelican Mortgages No. 4	Maio de 2008	Euro	Crédito à habitação	1 028 600
Aqua Mortgage No. 1	Dezembro de 2008	Euro	Crédito à habitação	236 500
Pelican Mortgages No. 5	Março de 2009	Euro	Crédito à habitação	1 027 500
Aqua Finance No. 3	Junho de 2009	Euro	Crédito ao consumo, automóvel, ALD e *leasing*	213 210
Pelican SME	Junho de 2010	Euro	Pequenas empresas	1 205 794
Pelican Mortgages No. 6	Fevereiro de 2012	Euro	Crédito à habitação	1 107 000
				6 939 829

O impacto das cedências de crédito bruto no âmbito das operações de securitização, no activo do Grupo, na rubrica Crédito a clientes, pode ser analisado como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Pelican Mortgages No.1	76 719	81 282
Pelican Mortgages No.2	149 594	157 573
	226 313	238 855

Os títulos emitidos pelos veículos de titularização podem ser analisados, à data de 30 de Junho de 2013, como segue:

Emissão	Obrigações	Valor nominal inicial Euros	Valor nominal actual Euros	Interesse retido pela CEMG (valor nominal) Euros	Data de reembolso	Rating das obrigações (Inicial)				Rating da obrigações (Actual)			
						Fitch	Moody's	S&P	DBRS	Fitch	Moody's	S&P	DBRS
Pelican Mortgages No. 1	*Class A*	611.000.000	32.633.218	6.884.487	2037	AAA	Aaa	n.a.	n.a.	A	Baa3	n.a.	n.a.
	Class B	16.250.000	16.250.000	-	2037	AAA	A2	n.a.	n.a.	A	Baa3	n.a.	n.a.
	Class C	22.750.000	22.750.000	-	2037	BBB+	Baa2	n.a.	n.a.	n.a.	Ba1	n.a.	n.a.
	Class D	3.250.000	3.250.000	3.250.000	2037	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican Mortgages No. 2	*Class A*	659.750.000	107.792.236	44.059.617	2036	AAA	Aaa	AAA	n.a.	A	Baa3	A-	n.a.
	Class B	17.500.000	17.500.000	-	2036	AA+	A1	AA-	n.a.	A	Baa3	A-	n.a.
	Class C	22.750.000	22.750.000	-	2036	A-	Baa2	BBB	n.a.	BBB	Ba2	n.a.	n.a.
	Class D	5.600.000	5.600.000	5.600.000	2036	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican Mortgages No. 3	*Class A*	717.375.000	315.811.217	121.372.761	2054	AAA	Aaa	AAA	n.a.	A	Ba1	A-	n.a.
	Class B	14.250.000	8.153.798	7.839.090	2054	AA-	Aa2	AA-	n.a.	BBB	B1	BBB	n.a.
	Class C	12.000.000	6.866.357	5.474.775	2054	A	A3	A	n.a.	BB	B3	BBB-	n.a.
	Class D	6.375.000	3.647.752	3.647.752	2054	BBB	Baa3	BBB	n.a.	B	Caa2	BB	n.a.
	Class E	8.250.000	-	-	2054	BBB-	n.a.	BBB-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class F	4.125.000	4.125.000	4.125.000	2054	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican Mortgages No. 4	*Class A*	832.000.000	626.950.430	626.950.430	2056	AAA	n.a.	n.a.	n.a.	A	n.a.	n.a.	A
	Class B	55.500.000	55.500.000	55.500.000	2056	AA	n.a.	n.a.	n.a.	A-	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	60.000.000	60.000.000	60.000.000	2056	A-	n.a.	n.a.	n.a.	BBB-	n.a.	n.a.	n.a.
	Class D	25.000.000	25.000.000	25.000.000	2056	BBB	n.a.	n.a.	n.a.	BB	n.a.	n.a.	n.a.
	Class E	27.500.000	27.500.000	27.500.000	2056	BB	n.a.	n.a.	n.a.	B	n.a.	n.a.	n.a.
	Class F	28.600.000	28.600.000	28.600.000	2056	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Aqua Mortgage No. 1	*Class A*	203.176.000	161.997.635	161.997.635	2063	n.a.	n.a.	AAA	n.a.	n.a.	n.a.	A-	AAH
	Class B	29.824.000	29.824.000	29.824.000	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	3.500.000	3.500.000	3.500.000	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican Mortgages No. 5	*Class A*	750.000.000	566.515.561	566.515.561	2061	AAA	n.a.	n.a.	n.a.	A	n.a.	n.a.	AAH
	Class B	195.000.000	195.000.000	195.000.000	2061	BBB-	n.a.	n.a.	n.a.	BBB-	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	27.500.000	27.500.000	27.500.000	2061	B	n.a.	n.a.	n.a.	B	n.a.	n.a.	n.a.
	Class D	27.500.000	27.500.000	27.500.000	2061	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class E	4.500.000	1.504.685	1.504.685	2061	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class F	23.000.000	23.000.000	23.000.000	2061	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Aqua Finance No. 3	*Class A*	110.020.000	65.740.339	65.740.339	2023	n.a.	n.a.	AAA	AAA	n.a.	n.a.	A-	AA
	Class B	96.980.000	75.556.025	75.556.025	2023	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	6.210.000	6.210.000	6.210.000	2023	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican SME	*Class A*	577.500.000	125.232.372	125.232.372	2036	AAA	n.a.	n.a.	n.a.	A	n.a.	n.a.	AL
	Class B	472.500.000	310.639.517	310.639.517	2036	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Vertical	117.000.000	44.762.322	44.762.322	2036	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	7.294.000	-	-	2036	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Residual	31.500.000	31.500.000	31.500.000	2036	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican Mortgages No. 6	*Class A*	750.000.000	720.225.806	720.225.806	2063	A	n.a.	A-	AA	A	n.a.	A-	AA
	Class B	250.000.000	250.000.000	250.000.000	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	1.800.000	-	-	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class D	65.000.000	65.000.000	65.000.000	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class E	40.200.000	40.200.000	40.200.000	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Os títulos emitidos pelos veículos de titularização podem ser analisados, à data de 31 de Dezembro de 2012, como segue:

Emissão	Obrigações	Valor nominal inicial	Valor nominal actual	Interesse retido pela CEMG (valor nominal)	Data de reembolso	Rating das obrigações (Inicial)				Rating da obrigações (Actual)			
		Euros	Euros	Euros		Fitch	Moody's	S&P	DBRS	Fitch	Moody's	S&P	DBRS
Pelican Mortgages No. 1	*Class A*	611.000.000	36.888.222	7.782.276	2037	AAA	Aaa	n.a.	n.a.	A	Baa3	n.a.	n.a.
	Class B	16.250.000	16.250.000	-	2037	AAA	A2	n.a.	n.a.	A	Baa3	n.a.	n.a.
	Class C	22.750.000	22.750.000	-	2037	BBB+	Baa2	n.a.	n.a.	n.a.	Ba1	n.a.	n.a.
	Class D	3.250.000	3.250.000	3.250.000	2037	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican Mortgages No. 2	*Class A*	659.750.000	115.549.576	47.230.398	2036	AAA	Aaa	AAA	n.a.	A	Baa3	A-	n.a.
	Class B	17.500.000	17.500.000	-	2036	AA+	A1	AA-	n.a.	A	Baa3	A-	n.a.
	Class C	22.750.000	22.750.000	-	2036	A-	Baa2	BBB	n.a.	BBB	Ba2	n.a.	n.a.
	Class D	5.600.000	5.600.000	5.600.000	2036	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican Mortgages No. 3	*Class A*	717.375.000	328.136.946	106.897.632	2054	AAA	Aaa	AAA	n.a.	A	Ba1	A-	n.a.
	Class B	14.250.000	8.472.031	-	2054	AA-	Aa2	AA-	n.a.	BBB	B1	BBB	n.a.
	Class C	12.000.000	7.134.342	-	2054	A	A3	A	n.a.	BB	B3	BBB-	n.a.
	Class D	6.375.000	3.790.119	-	2054	BBB	Baa3	BBB	n.a.	B	Caa2	BB	n.a.
	Class E	8.250.000	-	-	2054	BBB-	n.a.	BBB-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class F	4.125.000	4.125.000	4.125.000	2054	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican Mortgages No. 4	*Class A*	832.000.000	642.669.435	642.669.435	2056	AAA	n.a.	n.a.	n.a.	A	n.a.	n.a.	A
	Class B	55.500.000	55.500.000	55.500.000	2056	AA	n.a.	n.a.	n.a.	A-	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	60.000.000	60.000.000	60.000.000	2056	A-	n.a.	n.a.	n.a.	BBB-	n.a.	n.a.	n.a.
	Class D	25.000.000	25.000.000	25.000.000	2056	BBB	n.a.	n.a.	n.a.	BB	n.a.	n.a.	n.a.
	Class E	27.500.000	27.500.000	27.500.000	2056	BB	n.a.	n.a.	n.a.	B	n.a.	n.a.	n.a.
	Class F	28.600.000	28.600.000	28.600.000	2056	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican Mortgages No. 5	*Class A*	750.000.000	584.642.673	584.642.673	2061	AAA	n.a.	n.a.	n.a.	A	n.a.	n.a.	AAH
	Class B	195.000.000	195.000.000	195.000.000	2061	BBB-	n.a.	n.a.	n.a.	BBB-	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	27.500.000	27.500.000	27.500.000	2061	B	n.a.	n.a.	n.a.	B	n.a.	n.a.	n.a.
	Class D	27.500.000	27.500.000	27.500.000	2061	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class E	4.500.000	1.678.875	1.678.875	2061	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class F	23.000.000	23.000.000	23.000.000	2061	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Aqua Finance No. 3	*Class A*	110.020.000	78.803.402	78.803.402	2023	n.a.	n.a.	AAA	AAA	n.a.	n.a.	AA-	AA
	Class B	96.980.000	90.569.533	90.569.533	2023	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	6.210.000	6.210.000	6.210.000	2023	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican Mortgages No. 6	*Class A*	750.000.000	734.436.087	734.436.087	2063	A	n.a.	A-	AA	A	n.a.	A-	AA
	Class B	250.000.000	250.000.000	250.000.000	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	1.800.000	-	-	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class D	65.000.000	65.000.000	65.000.000	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class E	40.200.000	40.200.000	40.200.000	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican SME	*Class A*	577.500.000	208.303.453	208.303.453	2036	AAA	n.a.	n.a.	n.a.	A	n.a.	n.a.	AL
	Class B	472.500.000	310.639.517	310.639.517	2036	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Vertical	117.000.000	73.331.850	73.331.850	2036	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	7.294.000	-	-	2036	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Residual	31.500.000	31.500.000	31.500.000	2036	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Aqua Mortgage No. 1	*Class A*	203.176.000	161.997.635	161.997.635	2063	n.a.	n.a.	AAA	n.a.	n.a.	n.a.	A-	AAH
	Class B	29.824.000	29.824.000	29.824.000	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	3.500.000	3.500.000	3.500.000	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

54 Reporte por segmentos

No exercício de 2012, o Grupo adoptou a IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais, tendo para o efeito passado a utilizar novos critérios na preparação desta informação, conforme política contabilística descrita na nota 1 x).

A actividade consolidada do Grupo é desenvolvida essencialmente no sector financeiro e direccionada para as empresas, institucionais e clientes particulares. Tem o seu centro de decisão em Portugal o que confere ao território nacional o seu mercado privilegiado e natural de actuação.

Os produtos e serviços comercializados incluem toda a oferta inerente à actividade bancária universal, designadamente, a captação de depósitos, a concessão de crédito e serviços financeiros a empresas e particulares e custódia e ainda a comercialização de fundos de investimento e de seguros de vida e não vida, através das suas associadas do sector segurador. Adicionalmente, o Grupo realiza investimentos de curto, de médio e longo prazo nos mercados financeiro e cambial como forma de tirar vantagens das oscilações de preços ou como meio para rendibilizar os recursos financeiros disponíveis.

Para o efeito o Grupo conta com uma rede de 458 balcões em Portugal e com uma filial em Cabo Verde, um banco em Angola com 9 balcões e 6 escritórios de representação.

Na avaliação do desempenho por áreas de negócio o Grupo considera os seguintes Segmentos Operacionais:

(1) Banca de Retalho, que inclui os subsegmentos de Particulares, Empresários em Nome Individual, Microempresas, e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS);

(2) Banca de Empresas, que engloba as Grandes Empresas, as Pequenas e Médias Empresas, as Instituições Financeiras e o Sector Público Administrativo; e

(3) Outros Segmentos que agrupa as operações não incluídas nos outros segmentos, designadamente as operações e a gestão referentes à Carteira própria de Títulos e às Aplicações em Instituições de Crédito. Cada segmento engloba as estruturas do Grupo que a ele se encontram directa e indirectamente dedicadas, bem como as unidades autónomas do Grupo cuja actividade é imputada a um dos segmentos acima referidos.

Em termos geográficos, embora concentrando a sua actividade em Portugal, o Grupo possui alguma actividade internacional desenvolvida por: (i) Finibanco Angola SA e (ii) Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, SA (IFI), pelo que segundo critérios geográficos, pode separar-se a actividade e resultados que são objecto de escrituração nas unidades localizadas em Portugal (Área Doméstica) da localizada em Cabo Verde (Área Internacional).

Descrição dos segmentos operacionais

Em base consolidada, cada um dos segmentos operacionais inclui os proveitos e os custos relacionados com as seguintes actividades, produtos, clientes e estruturas do Grupo:

Banca de Retalho

Este Segmento Operacional corresponde a toda a actividade desenvolvida pelo Grupo, com os clientes particulares, empresários em nome individual microempresas e IPSS, comercialmente designados por segmento de Particulares e Pequenos Negócios, fundamentalmente originada através da rede de balcões, dos canais electrónicos e rede de promotores. A informação financeira do segmento relaciona-se com, entre outros produtos e serviços, o crédito à habitação, o crédito individual ou ao consumo, os depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de poupanças, os produtos soluções de reforma, tais como os PPR, os cartões de débito e de crédito, os serviços de gestão de contas e de meios de pagamento e os serviços de colocação de fundos de investimento e de compra e venda de títulos e de custódia, bem como colocação de seguros e serviços não financeiros.

Banca de Empresas

Este Segmento Operacional agrega a actividade do Grupo com as Pequenas, Médias e Grandes Empresas, através da rede de balcões e da estrutura comercial dedicada a este segmento. Inclui também o negócio com os clientes institucionais, designadamente do sector financeiro e da administração pública central, local e regional. De entre os produtos envolvidos destaca-se o crédito à tesouraria e ao investimento, o desconto comercial, as garantias prestadas o *leasing*, o *factoring*, o *renting*, as operações de estrangeiro, tais como os créditos documentários, cheques e remessas os depósitos serviços de pagamentos e recebimentos, os cartões e ainda serviços de custódia.

Outros segmentos

Neste segmento inclui-se toda a actividade desenvolvida de suporte às actividades principais que constituem o *core business* dos dois segmentos anteriores, designadamente a actividade de gestão financeira global do Grupo, os investimentos em instrumentos dos mercados de capitais (acções e obrigações), estejam eles integrados na carteira de negociação, de justo valor através de resultados, de disponíveis para venda ou na carteira de investimentos detidos até à maturidade. Também é neste segmento que se incluem os impactos das decisões estratégicas com efeitos transversais ao Grupo, os investimentos nas participações estratégicas minoritárias, a actividade inerente à gestão de riscos de taxa de juro e cambial, a gestão das posições curtas e longas em instrumentos financeiros, que permitam tirar partido das oscilações de preços nos mercados em que tais instrumentos são transaccionados, e a preparação e colocação pública ou privada de emissões de acções, obrigações e outros instrumentos de dívida.

Critérios de imputação dos resultados aos segmentos

A informação financeira consolidada apresentada para cada segmento foi preparada tendo por referência os critérios usados para a produção de informação interna com base na qual são tomadas as decisões do Grupo, tal como preconizado pela IFRS 8 – Segmentos Operacionais.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram descritas na nota 1, tendo sido adoptados ainda os seguintes princípios:

Mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos

O Grupo utiliza o resultado como medida de mensuração dos lucros e prejuízos para a avaliação do desempenho de cada um dos segmentos operacionais.

Unidades operacionais autónomas

Como referido anteriormente, cada unidade operacional autónoma (banco Montepio Geral Cabo Verde e empresas participadas) é avaliada isoladamente atendendo a que estas unidades são encaradas como centros de investimento. Complementarmente, atendendo às características do negócio que maioritariamente desenvolvem, são englobadas num dos Segmentos Operacionais pela sua totalidade, ou seja, activos, passivos, capital próprio afecto, proveitos e custos.

Estruturas do Grupo dedicadas ao segmento

A actividade do Grupo abrange a generalidade dos segmentos operacionais pelo que é objecto de desagregação em conformidade.

Na alocação da informação financeira são utilizados os seguintes princípios:

(i) Da originação das operações, ou seja, é imputado a cada segmento o negócio originado pelas estruturas comerciais, mesmo que, numa fase posterior o Grupo, estrategicamente, decida titularizar alguns dos activos neles originados;

(ii) Do cálculo da margem financeira inicial em função do volume de actividade directo e das taxas de juro das operações negociadas com os clientes para cada produto/segmento;

(iii) Do cálculo da margem financeira final através da cedência dos activos e passivos de cada produto/segmento a uma *pool*, que procede ao seu balanceamento e ajuste dos juros, tendo em conta as taxas de juro de mercado em cada momento, ou seja, a Euribor para diversos prazos;

(iv) Da imputação dos custos directos das estruturas comerciais dedicadas ao segmento;

(v) Da imputação dos custos indirectos (serviços centrais de apoio e informáticos);

(vi) Da imputação do risco de crédito determinado de acordo com o Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal e com o modelo da imparidade.

As operações entre as unidades juridicamente autónomas do Grupo são realizadas a preços de mercado; o preço das prestações entre as estruturas de cada unidade, designadamente os preços estabelecidos para o fornecimento ou cedência interna de fundos, é determinado pelo sistema de ajuste através da *pool*, acima referido (que variam em função da relevância estratégica do produto e do equilíbrio das estruturas entre a função de captação de recursos e da concessão de crédito); as restantes prestações internas são alocadas aos segmentos com base em critérios definidos sem qualquer margem das estruturas fornecedoras.

Os riscos de taxa de juro, cambial, de liquidez e outros que não o risco de crédito, são imputados ao segmento Outros Segmentos.

Juros activos e passivos

Sendo a actividade consolidada do Grupo exercida essencialmente através do negócio bancário, significa que a maior parte das receitas geradas decorre da diferença entre os juros auferidos dos seus activos e os juros suportados pelos recursos financeiros que capta. Esta circunstância e o facto da actividade dos segmentos representar o negócio directo desenvolvido pelas unidades de negócio para cada produto, significa que os proveitos da actividade de intermediação são apresentados, tal como permitido pelo parágrafo 23 da IFRS 8, pelo valor líquido dos juros sob a designação de Resultado Financeiro.

Investimentos consolidados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial estão incluídos no segmento designado por Operações entre Segmentos.

Activos não correntes

Os activos não correntes, na óptica preconizada na IFRS 8, incluem os Outros activos tangíveis e os Activos intangíveis. No Grupo, estes activos encontram-se afectos ao segmento em que estas desenvolvem maioritariamente o seu negócio.

Activos por benefícios pós-emprego

Atendendo a que os factores que influenciam quer as responsabilidades quer o valor dos activos dos Fundos de Pensões do Grupo correspondem, fundamentalmente, a elementos externos à actuação da gestão, o Grupo considera que os referidos elementos não devem influenciar o desempenho dos Segmentos Operacionais cuja actividade se desenvolve com clientes.

Áreas Doméstica e Internacional

Na apresentação da informação financeira por área geográfica, as unidades operacionais que integram a Área Internacional são: (i) o Finibanco Angola S.A. e (ii) o Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI).

Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras daquela unidade com os respectivos ajustamentos e eliminações de consolidação.

Informação retrospectiva

O Grupo, a partir do exercício de 2009, inclusive, passou a adoptar as regras da IFRS 8 – Segmentos Operacionais, as quais diferem das utilizadas até então nas demonstrações financeiras. Consequentemente, a informação do exercício de 2008 foi reorganizada e preparada para apresentação, de forma a torná-la consistente e comparável com as exigências da IFRS 8.

O reporte por segmentos operacionais em 30 de Junho de 2013, é apresentado conforme segue:

(milhares de Euros)

Demonstração dos resultados	**Banca de retalho**	**Banca de empresas**	**Operações entre Segmentos**	**Total**
Juros e rendimentos similares	241 245	147 987	42 822	432 054
Juros e encargos similares	135 315	32 413	162 399	330 127
Margem financeira	105 930	115 574	(119 577)	101 927
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	435	435
Rendimentos de serviços e comissões	46 723	17 869	3 123	67 715
Encargos com serviços e comissões	(7 595)	(929)	(3 960)	(12 484)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	-	4 607	4 607
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	38 190	38 190
Resultados de reavaliação cambial	-	-	8 607	8 607
Resultados de alienação de outros activos	-	-	(3 198)	(3 198)
Outros resultados de exploração	4 719	1 869	(15 257)	(8 669)
Total de proveitos operacionais	149 777	134 383	(87 030)	197 130
Custos com o pessoal	70 636	16 290	9 729	96 655
Gastos gerais administrativos	35 671	8 856	7 648	52 175
Amortizações do período	10 477	2 601	2 246	15 324
Total de custos operacionais	116 784	27 747	19 623	164 154
Total Provisões e Imparidade	67 816	44 665	14 930	127 411
Resultado operacional	(34 823)	61 971	(121 583)	(94 435)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	(3 935)	(3 935)
Resultados antes de impostos e interesses que não controlam	(34 823)	61 971	(125 518)	(98 370)
Impostos correntes	-	-	(4 243)	(4 243)
Impostos diferidos	-	-	33 716	33 716
Interesses que não controlam	-	-	757	757
Resultado líquido do período atribuível ao MGAM	(34 823)	61 971	(96 802)	(69 654)
Activo líquido	13 274 078	3 314 084	4 387 114	20 975 276
Passivo	13 495 041	2 325 961	3 629 673	19 450 675
Investimentos em associadas e outras	-	-	54 218	54 218

O reporte por segmentos operacionais em 31 de Dezembro de 2012 é apresentado conforme segue:

(milhares de Euros)

Demonstração dos resultados	Banca de retalho	Banca de empresas	Operações entre Segmentos	Total
Juros e rendimentos similares	854 518	291 013	9 478	1 155 009
Juros e encargos similares	655 947	195 397	22 585	873 929
Margem financeira	198 571	95 616	(13 107)	281 080
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	554	554
Rendimentos de serviços e comissões	104 092	18 874	7 551	130 517
Encargos com serviços e comissões	(4 022)	(940)	(20 610)	(25 572)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	-	(62 743)	(62 743)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	82 586	82 586
Resultados de reavaliação cambial	-	-	14 419	14 419
Resultados de alienação de outros activos	-	-	(10 706)	(10 706)
Outros resultados de exploração	17 028	2 998	345	20 371
Total de proveitos operacionais	315 669	116 548	(1 711)	430 506
Custos com o pessoal	101 896	32 804	62 446	197 146
Gastos gerais administrativos	66 074	23 409	29 874	119 357
Amortizações do exercício	8 246	2 010	33 300	43 556
Total de custos operacionais	176 216	58 223	125 620	360 059
Total Provisões e Imparidade	140 199	64 896	27 024	232 119
Resultado operacional	(746)	(6 571)	(154 355)	(161 672)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	(6 086)	(6 086)
Resultados antes de impostos e interesses que não controlam	(746)	(6 571)	(160 441)	(167 758)
Impostos correntes			(6 963)	(6 963)
Impostos diferidos			177 914	177 914
Interesses que não controlam			(1 094)	(1 094)
Resultado líquido do exercício atribuível ao MGAM	(746)	(6 571)	9 416	2 099
Activo líquido	13 510 161	3 301 703	4 160 867	20 972 731
Passivo	12 923 886	4 771 257	1 642 618	19 337 761
Investimentos em associadas e outras	-	-	60 836	60 836

O Grupo desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros em Portugal, Angola e Cabo Verde.

Segmentos geográficos

O Grupo desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros em Portugal, Angola e Cabo Verde.

No âmbito da estratégia de desenvolvimento, o Grupo actua com especial enfoque nos mercados Português, Angolano e Cabo Verdiano. Deste modo, a informação por segmentos geográficos encontra-se estruturada em: (i) Área Doméstica, englobando a actividade de Portugal e (ii) Área Internacional, englobando a actividade de Angola e Cabo Verde, ou seja, as operações desenvolvidas pelo Finibanco Angola S.A. e pelo Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI).

Em 30 de Junho de 2013, a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos é apresentada como se segue:

(milhares de Euros)

Demonstração dos resultados	**Área Doméstica**	**Área Internacional**	**Ajustamentos**	**Consolidado**
Juros e rendimentos similares	422 736	20 740	(11 422)	432 054
Juros e encargos similares	327 317	14 232	(11 422)	330 127
Margem financeira	95 419	6 508	-	101 927
Rendimentos de instrumentos de capital	839	-	(404)	435
Rendimentos de serviços e comissões	63 310	4 405	-	67 715
Encargos com serviços e comissões	(12 370)	(114)	-	(12 484)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	4 607	-	-	4 607
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	38 190	-	-	38 190
Resultados de reavaliação cambial	1 445	7 162	-	8 607
Resultados de alienação de outros activos	(3 198)	-	-	(3 198)
Outros resultados de exploração	(8 698)	302	(273)	(8 669)
Total de proveitos operacionais	179 544	18 263	(677)	197 130
Custos com o pessoal	94 249	2 406	-	96 655
Gastos gerais administrativos	49 808	2 640	(273)	52 175
Amortizações do período	14 775	549	-	15 324
Total de custos operacionais	158 832	5 595	(273)	164 154
Imparidade do crédito	80 479	3 087	32	83 598
Imparidade de outros activos	42 665	-	-	42 665
Outras provisões	1 068	80	-	1 148
Resultado operacional	(103 500)	9 501	(436)	(94 435)
Resultados por equivalência patrimonial	(3 935)	-	-	(3 935)
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	(107 435)	9 501	(436)	(98 370)
Impostos correntes	(1 157)	(3 086)	-	(4 243)
Impostos diferidos	33 716	-	-	33 716
Interesses que não controlam	757	-	-	757
Resultado líquida do período atribuível ao MGAM	(75 633)	6 415	(436)	(69 654)

(milhares de Euros)

Balanço	**Área Doméstica**	**Área Internacional**	**Ajustamentos**	**Consolidado**
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	285 251	52 354	-	337 605
Disponibilidades em outras instituições de crédito	230 154	44 342	(40 704)	233 792
Aplicações em instituições de crédito	188 603	585 826	(574 281)	200 148
Crédito a clientes	15 224 360	111 455	68	15 335 883
Activos financeiros detidos para negociação	87 297	-	-	87 297
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	6 809	-	-	6 809
Activos financeiros disponíveis para venda	2 871 561	189	-	2 871 750
Derivados de cobertura	915	-	-	915
Investimentos detidos até à maturidade	17 521	10 503	-	28 024
Investimentos em associadas e outras	61 219	-	(7 001)	54 218
Activos não correntes detidos para venda	703 187	415	-	703 602
Propriedades de Investimento	383 450	-	-	383 450
Outros activos tangíveis	83 265	17 109	-	100 374
Activos intangíveis	61 419	1 232	-	62 651
Activos por impostos correntes	95	1 858	-	1 953
Activos por impostos diferidos	301 946	-	-	301 946
Outros activos	262 698	3 051	(890)	264 859
Total do Activo	20 769 750	828 334	(622 808)	20 975 276
Recursos de bancos centrais	1 854 813	-	-	1 854 813
Recursos de outras instituições de crédito	1 150 380	-	(611 285)	539 095
Recursos de clientes	12 516 223	746 440	-	13 262 663
Responsabilidades representadas por títulos	2 677 611	-	-	2 677 611
Passivos financeiros associados a activos transferidos	216 493	-	-	216 493
Passivos financeiros detidos para negociação	67 427	-	-	67 427
Derivados de cobertura	2 572	-	-	2 572
Provisões	5 664	209	-	5 873
Passivos por impostos diferidos	527	-	-	527
Outros passivos subordinados	461 098	3 710	(3 700)	461 108
Outros passivos	353 558	9 825	(890)	362 493
Total do Passivo	19 306 366	760 184	(615 875)	19 450 675
Capital	1 261 773	40 228	(7 001)	1 295 000
Outros intrumentos de capital	15 000	-	-	15 000
Reservas de reavaliação	(22 171)	9	3 056	(19 106)
Outras reservas e resultados transitados	276 960	21 498	(2 552)	295 906
Resultado líquido do período	(75 631)	6 413	(436)	(69 654)
Total do capital próprio atribuível à MGAM	1 455 931	68 148	(6 933)	1 517 146
Interesses que não controlam	7 455			7 455
Total do capital próprio	1 463 386	68 148	(6 933)	1 524 601
Total do Passivo e da Situação Líquida	20 769 752	828 332	(622 808)	20 975 276

Em 31 de Dezembro de 2012, a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos é apresentada como se segue:

(milhares de Euros)

Demonstração dos resultados	**Área Doméstica**	**Área Internacional**	**Ajustamentos**	**Consolidado**
Juros e rendimentos similares	1 139 077	35 182	(19 250)	1 155 009
Juros e encargos similares	867 753	25 426	(19 250)	873 929
Margem financeira	271 324	9 756	-	281 080
Rendimentos de instrumentos de capital	1 174	-	(620)	554
Rendimentos de serviços e comissões	123 737	6 780	-	130 517
Encargos com serviços e comissões	(25 433)	(139)	-	(25 572)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(62 743)	-	-	(62 743)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	82 586	-	-	82 586
Resultados de reavaliação cambial	4 329	10 090	-	14 419
Resultados de alienação de outros activos	(10 706)	-	-	(10 706)
Outros resultados de exploração	20 230	807	(666)	20 371
Total de proveitos operacionais	404 498	27 294	(1 286)	430 506
Custos com o pessoal	192 998	4 148	-	197 146
Gastos gerais administrativos	114 638	5 385	(666)	119 357
Amortizações do exercício	42 656	900	-	43 556
Total de custos operacionais	350 292	10 433	(666)	360 059
Imparidade do crédito	168 202	3 167	(68)	171 301
Imparidade de outros activos	63 783	-	-	63 783
Outras provisões	(2 816)	(149)	-	(2 965)
Resultado operacional	(174 963)	13 843	(552)	(161 672)
Resultados por equivalência patrimonial	(6 086)		-	(6 086)
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	(181 049)	13 843	(552)	(167 758)
Impostos correntes	(2 438)	(4 525)	-	(6 963)
Impostos diferidos	177 914	-	-	177 914
Interesses que não controlam	(1 094)	-	-	(1 094)
Resultado líquida do exercício atribuível ao MGAM	(6 667)	9 318	(552)	2 099

(milhares de Euros)

Balanço	**Área Doméstica**	**Área Internacional**	**Ajustamentos**	**Consolidado**
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	247 588	57 298	-	304 886
Disponibilidades em outras instituições de crédito	232 354	27 540	(24 235)	235 659
Aplicações em instituições de crédito	187 752	504 668	(468 096)	224 324
Crédito a clientes	15 624 154	79 293	100	15 703 547
Activos financeiros detidos para negociação	139 055	-	-	139 055
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	12 300	-	-	12 300
Activos financeiros disponíveis para venda	2 481 257	188	-	2 481 445
Derivados de cobertura	931	-	-	931
Investimentos detidos até à maturidade	17 222	10 273	-	27 495
Investimentos em associadas e outras	67 837	-	(7 001)	60 836
Activos não correntes detidos para venda	491 045	750	-	491 795
Propriedades de Investimento	388 260	-	-	388 260
Outros activos tangíveis	86 210	10 365	-	96 575
Activos intangíveis	58 242	805	-	59 047
Activos por impostos correntes	94	2 608	-	2 702
Activos por impostos diferidos	265 987	-	-	265 987
Outros activos	476 888	1 891	(892)	477 887
Total do Activo	20 777 176	695 679	(500 124)	20 972 731
Recursos de bancos centrais	1 776 514	-	-	1 776 514
Recursos de outras instituições de crédito	1 114 036	4 001	(492 331)	625 706
Recursos de clientes	12 640 967	614 480	-	13 255 447
Responsabilidades representadas por títulos	2 362 336	-	-	2 362 336
Passivos financeiros associados a activos transferidos	244 419	-	-	244 419
Passivos financeiros detidos para negociação	84 794	-	-	84 794
Derivados de cobertura	3 177	-	-	3 177
Provisões	14 163	129	-	14 292
Passivos por impostos correntes	2 044	-	-	2 044
Passivos por impostos diferidos	533	-	-	533
Outros passivos subordinados	467 120	-	-	467 120
Outros passivos	489 441	12 830	(892)	501 379
Total do Passivo	19 199 544	631 440	(493 223)	19 337 761
Capital	1 261 907	40 094	(7 001)	1 295 000
Outros intrumentos de capital	15 000	-	-	15 000
Reservas de reavaliação	(4 386)	(235)	2 652	(1 969)
Outras reservas e resultados transitados	304 820	15 063	(2 000)	317 883
Resultado líquido do exercício	(6 667)	9 318	(552)	2 099
Total do capital próprio atribuível à MGAM	1 570 674	64 240	(6 901)	1 628 013
Interesses que não controlam	6 957			6 957
Total do capital próprio	1 577 631	64 240	(6 901)	1 634 970
Total do Passivo e da Situação Líquida	20 777 175	695 680	(500 124)	20 972 731

55 Gestão de riscos

O Grupo está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade.

A política de gestão de risco do Grupo visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a actividade do Grupo.

A análise e controlo dos riscos são efectuados de um modo integrado, através da Direcção de Risco ('DRI'), que integra três departamentos:

- Departamento de Risco de Crédito: responsável pelo desenvolvimento e integração nos processos de decisão dos modelos internos de análise de risco de crédito, assim como o reporte prudencial sobre Fundos Próprios e reportes internos sobre risco de crédito;
- Departamento de Riscos de Mercado: assegura a análise e reporte prudencial e interno dos riscos de mercado, taxa de juro, cambial, liquidez e de solvabilidade, assim como a respectiva integração nos processos de decisão da sala de mercados; e
- Departamento de Risco Operacional: responsável pela função de gestão do risco operacional.

A DRI assegura igualmente a articulação com o Banco de Portugal, no domínio dos reportes prudenciais, designadamente ao nível de requisitos de capital, risco de liquidez e risco de taxa de juro.

No âmbito da gestão e controlo do risco de crédito foram desenvolvidas várias actividades, das quais se destacam a realização regular do Comité de Risco e Controlo Interno e a revisão da política de delegação de competências de decisão de crédito, no sentido de a tornar sensível ao nível esperado do risco do cliente / operação.

Adicionalmente, a Direcção de Análise de Crédito assegura a apreciação das propostas de crédito de empresas e particulares, assim como a atribuição dos *ratings* internos no segmento de empresas.

No plano regulamentar e de Basileia II, foram desenvolvidos os reportes previstos nos Pilar II – Adequação de Capital, e Pilar III – Disciplina de Mercado. Ao abrigo do Pilar II foram reportados ao Banco de Portugal os relatórios do Processo de Auto-Avaliação do Capital Interno (ICAAP), de Testes de Esforço e de Risco de Concentração, conforme Instrução n.º 5/2011 de 15 de Março do Banco de Portugal. Os resultados dos relatórios apontam para a solidez dos níveis de capital, face aos riscos com maior materialidade e à potencial evolução adversa dos principais indicadores macroeconómicos. Ao nível do Risco de Concentração verifica-se uma evolução positiva nos principais tipos de concentração – Sectorial, Individual e Geográfica. No âmbito do Pilar III, foi divulgado publicamente o relatório de Disciplina de Mercado, detalhando os tipos e níveis de risco incorridos na actividade, bem como os processos, estrutura e organização da gestão de risco.

Tem igualmente sido assegurada a participação nos trabalhos do Programa Especial de Inspecções, no âmbito do *Memorandum* assinado entre o Estado Português e o Banco Central Europeu, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional.

Este programa tem incidido sobre três áreas de trabalho – apuramento da imparidade do crédito, cálculo dos requisitos de capital para risco de crédito e procedimentos de *stress testing*. Os resultados obtidos têm sido satisfatórios, confirmando-se a adequação dos processos adoptados pelo Grupo.

O Grupo tem também vindo a acompanhar as recomendações do Comité de Basileia e segue atentamente os desenvolvimentos de Basileia III no âmbito da gestão da liquidez e da avaliação dos fundos próprios, tendo-se procedido a análises do respectivo impacto. O Grupo tem ainda participado regularmente nos Estudos de Impacto Quantitativo (QIS) de Basileia III, desenvolvidos pelo Banco de Portugal de acordo com as orientações da *European Bank Association* (EBA). Os documentos publicados pelo Comité de Basileia no final de 2009, estão agora formalizados na directiva da União Europeia designada por CRD IV, esperando-se que sejam transpostos para a legislação nacional até ao final de 2013, de forma que o primeiro reporte oficial de acordo com as novas regras seja realizado em Março 2014.

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Grupo cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Conselho de Administração Executivo, no exercício das suas funções, é responsável pela estratégia e pelas políticas a adoptar relativamente à gestão dos riscos, sendo, nesta função, assessorado pela DRI, que analisa e assegura a gestão dos riscos, numa óptica de grupo, incluindo a coordenação do Comité de Riscos e Controlo Interno e o reporte ao nível do Comité de Activos e Passivos (ALCO).

A Direcção de Auditoria e Inspecção, como órgão de apoio ao Conselho de Administração Executivo, tem como principais competências apreciar os relatórios sobre o sistema de controlo interno a remeter anualmente ao Banco de Portugal, de verificar o cumprimento e observância da legislação em vigor, por parte das diferentes unidades orgânicas, e identificar as áreas de maior risco, apresentando ao Conselho de Administração Executivo as suas conclusões.

Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou acções, apoiados por sistemas de informação, e definidos procedimentos, que proporcionam um elevado grau de fiabilidade relativamente às medidas de gestão de risco oportunamente definidas.

A Sala de Mercados colabora com a DRI, de forma a efectuar-se a medição e o controlo do risco das operações e das carteiras, bem como o adequado acompanhamento das posições dos riscos globais do Grupo.

No que diz respeito ao risco de *compliance*, é da competência do *Head of Compliance*, na dependência do Conselho de Administração Executivo, assegurar o seu controlo, identificar e avaliar as diversas situações que concorrem para o referido risco, designadamente em termos de transacções/actividades, negócios, produtos e órgãos de estrutura.

Neste âmbito, também a Direcção de Auditoria e Inspecção avalia o sistema de controlo interno, identificando as áreas de maior relevância/risco, visando a eficácia da governação.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito - Retalho

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. Assim, o processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de *scoring* para as carteiras de clientes Particulares e Negócios e de *rating* para o segmento de Empresas.

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes. Existem modelos de *scoring* reactivo para as principais carteiras de crédito a particulares, designadamente crédito à habitação e crédito individual, contemplando a necessária segmentação entre clientes e não clientes (ou clientes recentes). Encontram-se em revisão os modelos de *scoring* reactivo de cartões de crédito. Ainda no âmbito do crédito a particulares, a actuação comercial e a análise de risco são apoiadas complementarmente por *scorings* comportamentais.

No domínio do crédito a empresas, são utilizados modelos de *rating* interno para empresas de média e grande dimensão, diferenciando o sector da construção dos restantes sectores de actividade, enquanto para clientes Empresários em nome individual (ENI's) e Microempresas é aplicado o modelo de *scoring* de Negócios.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição da CEMG ao risco de crédito:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Disponibilidades em outras instituições de crédito	233 792	235 659
Aplicações em instituições de crédito	200 148	224 324
Crédito a clientes	15 335 883	15 703 547
Activos financeiros detidos para negociação	74 365	126 718
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	6 809	12 300
Activos financeiros disponíveis para venda	2 403 016	2 054 519
Derivados de cobertura	915	931
Investimentos detidos até à maturidade	28 024	27 495
Investimentos em associadas e outras	54 218	60 836
Outros activos	221 059	399 660
Garantias e avales prestados	469 756	464 722
Créditos documentários	6 745	4 214
Compromissos irrevogáveis	156 276	186 350
Credit default swaps (nocionais)	25 000	32 500
	19 216 006	19 533 775

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para o período findo em 30 de Junho de 2013, encontra-se apresentada como segue:

(milhares de Euros)

Sector de actividade	Jun 2013							
	Crédito a clientes		Activos financeiros detidos para negociação	Outros activos financeiros ao justo valor	Activos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade	Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Valor bruto
Agricultura, silvicultura e pesca	79 266	(4 243)	-	-	-	-	-	8 070
Indústrias extractivas	33 329	(2 864)	-	-	-	-	-	2 236
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	175 594	(12 991)	-	-	34 020	-	-	4 675
Têxteis e vestuário	77 462	(22 665)	-	-	-	-	-	439
Curtumes e calçado	24 572	(4 678)	-	-	-	-	-	125
Madeira e cortiça	45 697	(11 547)	-	-	4 813	-	-	2 680
Papel e indústrias gráficas	50 805	(3 726)	-	-	4 942	-	-	358
Refinação de petróleo	391	(278)	-	-	497	-	-	-
Produtos químicos e de borracha	91 522	(9 207)	-	-	518	-	-	2 005
Produtos minerais não metálicos	57 603	(3 448)	-	-	-	-	-	2 825
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	149 366	(11 203)	-	-	68 382	-	-	10 262
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	46 809	(2 704)	-	-	-	-	-	1 597
Fabricação de material de transporte	29 067	(1 210)	-	-	-	-	-	155
Outras indústrias transformadoras	38 086	(4 642)	-	-	64 962	-	-	1 581
Electricidade, gás e água	116 251	(617)	-	-	1 264	-	-	5 323
Construção e obras públicas	1 964 301	(304 272)	97	-	998	(998)	-	182 270
Comércio por grosso e a retalho	982 437	(129 832)	-	-	5 534	-	-	71 607
Turismo	292 231	(18 412)	-	-	-	-	-	8 596
Transportes	291 673	(21 294)	-	-	41 730	-	-	10 553
Actividades de informação e comunicação	51 947	(5 742)	963	-	106 581	(9 163)	-	766
Actividades financeiras	480 995	(31 606)	59 900	6 809	248 449	(6 499)	-	77 464
Actividades imobiliárias	901 210	(105 686)	-	-	4 022	-	-	26 955
Serviços prestados às empresas	337 333	(23 443)	473	-	14 177	-	-	13 569
Administração e serviços públicos	132 718	(7 637)	-	-	1 690 156	(11 257)	28 024	6 531
Outras actividades de serviços colectivos	384 109	(13 745)	-	-	-	-	-	13 772
Crédito à habitação	8 773 929	(126 340)	-	-	38 684	-	-	-
Outros	727 871	(116 659)	12 932	-	101 203	(16 153)	-	15 342
Total	16 336 574	(1 000 691)	74 365	6 809	2 430 932	(44 070)	28 024	469 756

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para o exercício findo em 2012, encontra-se apresentada como segue:

(milhares de Euros)

Sector de actividade	Dez 2012							
	Crédito a clientes		Activos financeiros detidos para negociação	Outros activos financeiros ao justo valor	Activos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade	Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Valor bruto
Agricultura, silvicultura e pesca	80 306	(4 347)	-	-	-	-	-	6 199
Indústrias extractivas	49 123	(2 391)	-	-	-	-	-	1 546
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	159 576	(9 711)	-	-	2 948	-	-	5 461
Têxteis e vestuário	82 277	(22 844)	-	-	-	-	-	434
Curtumes e calçado	23 395	(4 539)	-	-	-	-	-	154
Madeira e cortiça	53 262	(10 173)	-	-	87 275	-	-	1 996
Papel e indústrias gráficas	55 024	(3 606)	-	-	-	-	-	374
Refinação de petróleo	600	(305)	-	-	54 638	-	-	-
Produtos químicos e de borracha	103 147	(8 772)	-	-	1 034	-	-	2 079
Produtos minerais não metálicos	58 161	(3 172)	-	-	-	-	-	2 878
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	153 564	(9 538)	-	-	-	-	-	9 151
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	49 270	(3 007)	-	-	260	-	-	1 691
Fabricação de material de transporte	21 514	(1 062)	-	-	-	-	-	305
Outras indústrias transformadoras	45 734	(5 506)	-	-	129 000	(78)	-	1 709
Electricidade, gás e água	110 573	(394)	-	3 165	5 466	-	-	5 261
Construção e obras públicas	2 167 840	(289 806)	-	-	2 245	(998)	-	198 770
Comércio por grosso e a retalho	1 141 948	(116 120)	250	-	6 911	(148)	-	61 174
Turismo	346 941	(19 322)	-	-	7 314	-	-	10 039
Transportes	240 004	(15 856)	-	-	22 831	-	-	11 362
Actividades de informação e comunicação	56 133	(3 861)	-	-	30 721	-	-	1 169
Actividades financeiras	557 047	(34 992)	108 499	9 135	299 369	(12 351)	-	68 814
Actividades imobiliárias	855 172	(101 860)	-	-	7 008	-	-	34 800
Serviços prestados às empresas	556 961	(23 544)	-	-	18 777	-	-	13 551
Administração e serviços públicos	153 003	(3 636)	-	-	1 218 023	(11 257)	27 495	595
Outras actividades de serviços colectivos	443 293	(18 799)	-	-	999	-	-	10 824
Crédito à habitação	8 404 707	(153 134)	-	-	44 597	-	-	-
Outros	657 256	(51 987)	17 969	-	139 935	-	-	14 386
Total	16 625 831	(922 284)	126 718	12 300	2 079 351	(24 832)	27 495	464 722

No que respeita a risco de crédito, a carteira de activos financeiros manteve-se concentrada em obrigações *investment grade*, emitidas por instituições financeiras.

Durante o primeiro semestre de 2013 houve uma redução do nominal dos *credit default swaps* em carteira, por vencimento de diversos contratos, com as posições de compra e de venda de protecção a descerem para 9.000 milhares de Euros e 16.000 milhares de Euros, respectivamente (31 de Dezembro de 2012: 21.000 milhares de Euros e 11.500 milhares de Euros).

Ao nível da qualidade do crédito, observou-se uma subida do nível médio das contrapartes, por vencimento das posições de maior risco (BB-) e não obstante a redução da notação de risco de uma contraparte financeira estrangeira, de BBB para BBB-. A protecção de crédito das contrapartes portuguesas, a única abaixo de *investment grade* e em sintonia com o *rating* da República de Portugal, envolvia posições de compra e de venda de protecção de 13.000 milhares de Euros e 3.000 milhares de Euros, respectivamente.

Riscos Globais e em Activos Financeiros

A gestão eficaz do balanço envolve também o Comité de Activos e Passivos (ALCO), comité onde se procede à análise dos riscos de taxa de juro, liquidez e cambial, designadamente no tocante à monitorização dos *gaps* estáticos e dinâmicos calculados.

Tipicamente, são observados *gaps* estáticos positivos de taxa de juro e *mismatches* dinâmicos de liquidez positivos. Ao nível do risco cambial, procede-se, em regra, à aplicação dos recursos captados nas diversas moedas, através de activos no mercado monetário respectivo e por prazos não superiores aos dos recursos, pelo que os *gaps* cambiais existentes decorrem essencialmente de eventuais desajustamentos entre os prazos das aplicações e dos recursos.

No que respeita a informação e análise de risco, é assegurado o reporte regular sobre os riscos de crédito e de mercado das carteiras de activos financeiros próprias e das diversas entidades do Grupo. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco, utilizando-se para o efeito a metodologia de *Value-at-Risk* (VaR). Existem diferentes limites de exposição incluindo limites globais de VaR, por Emitente, por tipo/classe de activo e *rating*. São ainda definidos limites de *Stop Loss*. A carteira de investimento está principalmente concentrada em obrigações, que no final do primeiro semestre de 2013 representavam 76 % do total da carteira e onde a dívida soberana sobressaí, com 60,2% do total da carteira.

No final do primeiro semestre de 2013, os *gaps* de taxa de juro (considerando a globalidade dos prazos de refixação de taxas de juro) atingiam, em termos estáticos, cerca de 547.431 milhares de Euros negativos (31 de Dezembro de 2012: 293.649 milhares de Euros negativos).

O Grupo calcula de forma regular o VaR da sua carteira de negociação sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um nível de significância de 99%, pelo método da simulação histórica.

Apresentam-se seguidamente os principais indicadores destas medidas, durante o período findo em 30 de Junho de 2013 e o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012:

(milhares de Euros)

	Jun 2013				Dez 2012			
	Junho	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Gap de taxa de juro	(547 431)	(547 431)	(547 431)	(547 431)	(293 649)	(125 526)	42 597	(293 649)

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar II) e da Instrução n.º 19/2005, do Banco de Portugal, o Grupo calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* (BIS) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

(milhares de Euros)

	Até três meses	Três a seis meses	Seis meses a um ano	Um a cinco anos	Mais de cinco anos
30 de Junho de 2013					
Activo	10 496 716	4 009 549	582 374	1 613 564	1 074 907
Fora de balanço	9 157 423	68 871	334 497	1 164 041	-
Total	19 654 139	4 078 420	916 871	2 777 605	1 074 907
Passivo	5 740 895	1 501 357	2 770 204	8 165 040	147 045
Fora de balanço	9 211 968	191 225	-	1 321 639	-
Total	14 952 863	1 692 582	2 770 204	9 486 679	147 045
GAP (Activos - Passivos)	4 701 276	2 385 838	(1 853 333)	(6 709 074)	927 862
31 de Dezembro de 2012					
Activo	10 861 051	4 534 848	465 864	1 206 548	662 270
Fora de balanço	9 695 282	184 356	182 271	1 754 548	-
Total	20 556 333	4 719 204	648 135	2 961 096	662 270
Passivo	6 362 202	1 901 153	2 047 909	7 551 138	161 855
Fora de balanço	10 046 033	436 494	5 900	1 328 004	-
Total	16 408 235	2 337 647	2 053 809	8 879 142	161 855
GAP (Activos - Passivos)	4 148 098	2 381 557	(1 405 674)	(5 918 046)	500 415

Análise de Sensibilidade

Face aos *gaps* de taxa de juro observados, em 30 de Junho de 2013, uma variação positiva instantânea das taxas de juro em 100 bp motivaria um aumento dos resultados de cerca de 48.209 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 44.536 milhares de Euros).

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Grupo, para o período findo em 30 de Junho de 2013 e o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, bem como os respectivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

(milhares de Euros)

Produtos	Jun 2013			Dez 2012		
	Saldo médio do exercício	Taxa de juro média (%)	Proveitos / Custos	Saldo médio do exercício	Taxa de juro média (%)	Proveitos / Custos
Aplicações						
Crédito a clientes	16 434 442	3,75	305 267	16 906 212	4,41	745 323
Disponibilidades	139 551	1,43	992	116 001	0,80	930
Carteira de Títulos	2 820 551	4,91	68 658	2 665 351	6,37	169 813
Aplicações interbancárias	200 323	0,18	183	256 795	1,82	4 680
Swaps	-		55 139	-		230 410
Total Aplicações	19 594 867		430 239	19 944 359		1 151 156
Recursos						
Depósitos de clientes	12 818 548	2,63	167 328	13 204 002	3,41	450 127
Recursos de titularização	3 653 709	5,18	93 934	3 284 373	5,45	178 862
Recursos interbancários	2 452 577	1,02	12 436	2 697 032	1,09	29 436
Outros recursos	158	0,34	-	260	30,77	80
Swaps	-		54 614	-		211 571
Total Recursos	18 924 992		328 312	19 185 667		870 076

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos, a 30 de Junho de 2013, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013							
	Euro	Dólar Norte Americano	Libra Esterlina	Dolár Canadiano	Franco Suiço	Iene Japonês	Outras Moedas Estrangeiras	Valor total
Activo por moeda								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	275 824	26 568	909	505	851	102	32 846	337 605
Disponibilidades em outras instituições de crédito	190 997	37 908	427	280	496	43	3 641	233 792
Aplicações em instituições de crédito	184 954	105	-	-	-	-	15 089	200 148
Crédito a clientes	15 214 871	24 093	-	-	138	-	96 781	15 335 883
Activos financeiros detidos para negociação	81 466	5 515	316	-	-	-	-	87 297
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	6 809	-	-	-	-	-	-	6 809
Activos financeiros disponíveis para venda	2 871 750	-	-	-	-	-	-	2 871 750
Derivados de cobertura	915	-	-	-	-	-	-	915
Investimentos detidos até à maturidade	17 577	-	-	-	-	-	10 447	28 024
Investimentos em associadas e outras	54 218	-	-	-	-	-	-	54 218
Activos não correntes detidos para venda	703 187	59	-	-	-	-	356	703 602
Propriedades de Investimento	383 450	-	-	-	-	-	-	383 450
Outros activos tangíveis	83 414	-	-	-	-	-	16 960	100 374
Activos intangíveis	61 163	-	-	-	-	-	1 488	62 651
Activos por impostos correntes	96	-	-	-	-	-	1 857	1 953
Activos por impostos diferidos	301 946	-	-	-	-	-	-	301 946
Outros activos	99 098	65 887	717	36 966	4 605	1 375	56 211	264 859
Total Activo	20 531 735	160 135	2 369	37 751	6 090	1 520	235 676	20 975 276
Passivo por moeda								
Recursos de bancos centrais	1 854 813	-	-	-	-	-	-	1 854 813
Recursos de outras instituições de crédito	490 981	47 834	190	70	3	-	17	539 095
Recursos de clientes	12 903 757	198 715	10 737	37 154	3 597	32	108 671	13 262 663
Responsabilidades representadas por títulos	2 654 818	22 793	-	-	-	-	-	2 677 611
Passivos financeiros associados a activos transferidos	216 493	-	-	-	-	-	-	216 493
Passivos financeiros detidos para negociação	66 750	675	2	-	-	-	-	67 427
Derivados de cobertura	2 572	-	-	-	-	-	-	2 572
Provisões	5 664	-	-	-	-	-	209	5 873
Passivos por impostos diferidos	527	-	-	-	-	-	-	527
Outros passivos subordinados	461 108	-	-	-	-	-	-	461 108
Outros passivos	9 043	216 556	9 964	73 358	6 190	1 262	46 120	362 493
Total Passivo	18 666 526	486 573	20 893	110 582	9 790	1 294	155 017	19 450 675
Activo / (Passivo) líquido por moeda	1 865 209	(326 438)	(18 524)	(72 831)	(3 700)	226	80 659	1 524 601

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos, a 31 de Dezembro de 2012, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de Euros)

	Dez 2012							
	Euro	Dólar Norte Americano	Libra Esterlina	Dolár Canadiano	Franco Suiço	Iene Japonês	Outras Moedas Estrangeiras	Valor total
Activo por moeda								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	238 220	21 049	533	395	1 289	46	43 354	304 886
Disponibilidades em outras instituições de crédito	216 991	16 635	515	340	502	33	643	235 659
Aplicações em instituições de crédito	184 737	104	-	-	-	-	39 483	224 324
Crédito a clientes	15 612 884	26 815	-	2	171	-	63 675	15 703 547
Activos financeiros detidos para negociação	134 972	3 757	326	-	-	-	-	139 055
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	12 300	-	-	-	-	-	-	12 300
Activos financeiros disponíveis para venda	2 457 197	23 344	32	48	637	-	187	2 481 445
Derivados de cobertura	931	-	-	-	-	-	-	931
Investimentos detidos até à maturidade	17 141	-	-	-	-	-	10 354	27 495
Investimentos em associadas e outras	60 836	-	-	-	-	-	-	60 836
Activos não correntes detidos para venda	491 046	106	-	-	-	-	643	491 795
Propriedades de Investimento	388 260	-	-	-	-	-	-	388 260
Outros activos tangíveis	86 336	-	-	-	-	-	10 239	96 575
Activos intangíveis	57 913	-	-	-	-	-	1 134	59 047
Activos por impostos correntes	100	-	-	-	-	-	2 602	2 702
Activos por impostos diferidos	265 987	-	-	-	-	-	-	265 987
Outros activos	69 933	253 065	18 114	73 988	2 953	-	59 834	477 887
Total Activo	20 295 784	344 875	19 520	74 773	5 552	79	232 148	20 972 731
Passivo por moeda								
Recursos de bancos centrais	1 776 514	-	-	-	-	-	-	1 776 514
Recursos de outras instituições de crédito	601 441	23 293	291	274	353	-	54	625 706
Recursos de clientes	12 942 278	158 508	8 984	37 381	3 271	-	105 025	13 255 447
Responsabilidades representadas por títulos	2 340 541	21 795	-	-	-	-	-	2 362 336
Passivos financeiros associados a activos transferidos	244 419	-	-	-	-	-	-	244 419
Passivos financeiros detidos para negociação	84 440	354	-	-	-	-	-	84 794
Derivados de cobertura	3 177	-	-	-	-	-	-	3 177
Provisões	14 163	-	-	-	-	-	129	14 292
Passivos por impostos correntes	2 044	-	-	-	-	-	-	2 044
Passivos por impostos diferidos	533	-	-	-	-	-	-	533
Outros passivos subordinados	467 120	-	-	-	-	-	-	467 120
Outros passivos	240 752	141 142	10 244	37 122	1 834	79	70 206	501 379
Total Passivo	18 717 422	345 092	19 519	74 777	5 458	79	175 414	19 337 761
Activo / (Passivo) líquido por moeda	1 578 362	(217)	1	(4)	94	-	56 734	1 634 970

Risco de Liquidez

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado atentamente, sendo elaborados diversos relatórios, para efeitos de regulamentação prudencial e para acompanhamento em sede de comité ALCO.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento das posições de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal (Instrução n.º13/2009 de 15 de Setembro).

De referir que o valor global de colaterais disponíveis no Banco Central Europeu, em 30 de Junho de 2013 ascende a 4.300.948 milhares de Euros com uma utilização de 1.888.715 milhares de Euros.

Risco Operacional

Encontra-se implementado um sistema de gestão de risco operacional que se baseia na identificação, avaliação, acompanhamento, medição, mitigação e reporte deste tipo de risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada na DRI exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Em termos prudenciais, o Grupo está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos que as instituições deverão cumprir.

Os Fundos próprios do Grupo dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios de Base (FPB): Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (excluindo as reservas de justo valor positivas), os resultados retidos do período quando certificados, os interesses minoritários e outros instrumentos equiparados a capital, cujas condições sejam aprovadas pelo Banco de Portugal. São deduzidas as reservas de justo valor negativas associadas a acções ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos a *goodwill* apurado, activos intangíveis, ganhos não realizados em passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados que representem risco de crédito próprio, desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite correspondente a 10% do máximo entre as referidas responsabilidades e o activo do fundo de pensões bem como a parte das reservas e resultados por impostos diferidos não associadas a elementos negativos dos fundos próprios de base. São também deduzidos em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras, bem como as participações em entidades seguradoras. E também um elemento negativo o valor dos depósitos com remuneração excessiva definidos de acordo com a Instrução n.º 28/2011. São deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e das participações em entidades seguradoras.

- Fundos Próprios Complementares (FPC): Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível, reservas provenientes da reavaliação do activo imobilizado e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a acções ou outros instrumentos de capital. São deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e das participações em entidades seguradoras.

- Aos Fundos Próprios totais é deduzido o valor referente a imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio há mais de 4 anos, calculado segundo um critério de progressividade que conduz a que ao fim de 9 ou 12 anos em carteira (conforme a data de arrematamento) o valor líquido do imóvel esteja totalmente deduzido aos Fundos Próprios.

A composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos FPB.

Em 2008, o Banco de Portugal introduziu algumas alterações ao cálculo dos fundos próprios. Assim, através do Aviso n.º 6/2008 de 18 de Outubro, a par do tratamento dado aos créditos e outros valores a receber, excluiu as valias potenciais em títulos de dívida classificados como disponíveis para venda dos fundos próprios, na parte que exceda o impacto resultante de eventuais operações de cobertura, mantendo, contudo, a obrigatoriedade de não considerar nos fundos próprios de base as reservas de reavaliação positivas, na parte que exceda a imparidade que eventualmente tenha sido registada, relativas a ganhos não realizados em títulos de capital disponíveis para venda (líquidas de impostos).

Em 2011, o Grupo adaptou a política contabilística do Fundo de Pensões às alterações efectuadas nas Normas Internacionais de Contabilidade. Anteriormente, era utilizada a designada *regra do corredor* e em Dezembro 2011 passou a reconhecer-se a totalidade dos desvios actuariais em reservas. Apesar desta alteração ao nível contabilístico, em termos regulamentares não existiram alterações, dado que o Aviso n.º 2/2012 define tratamento prudencial, para este novo procedimento contabilístico, semelhante ao designado pela *regra do corredor*.

A verificação de que uma entidade dispõe de fundos próprios num montante não inferior ao dos respectivos requisitos de fundos próprios certifica a adequação do seu capital, reflectida num rácio de solvabilidade, representado pelos fundos próprios em percentagem do montante correspondente a 12,5 vezes dos requisitos de fundos próprios. O Aviso n.º 3/2011 de 18 de Maio do Banco de Portugal determina que o rácio *core tier* 1, em base consolidada, deve ser não inferior a 9%, até 31 de Dezembro de 2011 e a 10%, até 31 de Dezembro de 2012.

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital do Grupo para 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 apresenta-se como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Fundos Próprios *Core Tier* I		
Capital realizado	1 295 000	1 295 000
Resultados, Reservas Gerais, Especiais e Resultados não distribuídos	295 905	317 883
Outros ajustamentos regulamentares	(193 579)	(163 155)
	1 397 326	1 449 728
Fundos Próprios de Base		
Outros Instrumentos de Capital	15 000	15 000
Deduções Fundos Próprios de Base	(17 033)	(19 140)
	1 395 293	1 445 588
Fundos Próprios Complementares		
Upper Tier 2	10 702	10 229
Lower Tier 2	401 395	430 675
Deduções	(17 033)	(19 140)
	395 064	421 764
Deduções aos fundos próprios totais	(13 799)	(12 918)
Fundos próprios totais	1 776 558	1 854 434
Requisitos de Fundos Próprios		
Risco de crédito	1 006 568	1 021 871
Riscos de mercado	3 822	4 201
Risco operacional	66 235	66 235
	1 076 625	1 092 307
Rácios Prudenciais		
Rácio *Core Tier* 1	10,38%	10,62%
Rácio *Tier* 1	10,37%	10,59%
Rácio de Solvabilidade	13,20%	13,58%
Rácio EBA	10,38%	10,62%

56 Dívida soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*

Com referência a 30 de Junho de 2013, a exposição do Grupo a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013						
Emitente/ carteira	**Valor contabilístico**	**Justo valor**	**Reserva de justo valor**	**Imparidade**	**Taxa de juro média %**	**Maturidade média Anos**	**Nível de valorização**
Portugal							
Activos financeiros disponíveis para venda	1 627 093	1 627 093	(21 896)	-	4,02	4,27	1
Investimentos detidos até à maturidade	6 316	6 328	-	-	3,38	2,26	n.a.
	1 633 409	1 633 421	(21 896)	-			
Grécia (*)							
Activos financeiros disponíveis para venda	7 951	7 951	1 031	(11 257)	1,26	24,66	1
	1 641 360	1 641 372	(20 865)	(11 257)			

(*) A rubrica inclui 7.827 milhares de Euros relativos a títulos de dívida soberana grega resultantes de operações de troca e que se mantêm em carteira.

O valor dos títulos inclui os juros corridos respectivos.

Com referência a 31 de Dezembro de 2012, a exposição do Grupo a dívida titulada soberana de países da União Europeias em situação de *bailout*, é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Dez 2012						
Emitente/ carteira	**Valor contabilístico**	**Justo valor**	**Reserva de justo valor**	**Imparidade**	**Taxa de juro média %**	**Maturidade média Anos**	**Nível de valorização**
Portugal							
Activos financeiros disponíveis para venda	1 115 857	1 115 857	9 036	-	3,40	2,05	1
Investimentos detidos até à maturidade	6 185	6 246	-	-	3,38	2,76	n.a.
	1 122 042	1 122 103	9 036	-			
Grécia (*)							
Activos financeiros disponíveis para venda	7 174	(4 083)	71	(11 257)	1,26	25,16	1
	1 129 216	1 118 020	9 107	(11 257)			

(*) A rubrica inclui 6.796 milhares de Euros relativos a títulos de dívida soberana grega resultantes de operações de troca e que se mantêm em carteira.

Relativamente aos títulos de dívida pública de Portugal, Grécia e Irlanda não se verificaram no período findo em 30 de Junho de 2013 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 quaisquer reclassificações entre carteiras.

A evolução da crise da dívida soberana na União Europeia e especificamente a evolução do contexto político e económico na Grécia contribuíram para uma contínua deterioração da situação económica e financeira do Estado Grego e a incapacidade de aceder a financiamento nos mercados financeiros, implicando que a solvência imediata do país ficasse dependente do contínuo apoio da UE e do FMI.

A determinação do valor de imparidade para títulos teve em consideração os termos do acordo estabelecido entre o Estado Grego e o sector privado relacionadas com a reestruturação da dívida soberana da Grécia ('GGBs'). Para efeitos da determinação da referida imparidade foram considerados os termos e condições definidos no PSI e também considerado o disposto no parágrafo AG84 da IAS 39 que considera razoável que, para a carteira de títulos detidos até à maturidade quando, por questões práticas, existem incertezas relevantes quanto à estimativa de *cash flows* futuros, a imparidade possa ser determinada com base nos preços observáveis de mercado.

Tendo em consideração a informação disponível sobre as características dos títulos, o justo valor dos novos títulos correspondia em 31 de Dezembro de 2011 a cerca de 23% do valor dos títulos em carteira. De referir que no âmbito da reestruturação da dívida soberana efectuada no segundo trimestre de 2012, foi utilizada a imparidade existente. A Oferta de Troca concretizou-se em 12 de Março de 2012.

57 Cedência de activos

O Grupo realizou uma operação de cedência de activos financeiros (nomeadamente crédito a clientes) para um fundo especializado de crédito. Este fundo assume a gestão das sociedades mutuárias ou dos activos recebidos em colateral com o objectivo de garantir uma administração pró-activa através da implementação de planos de exploração/valorização dos mesmos. Os activos financeiros cedidos nesta operação foram desreconhecidos do balanço do Grupo, uma vez que foi transferida para o fundo parte substancial dos riscos e benefícios associados a estes, bem como o respectivo controlo.

Os fundos especializados na recuperação de crédito que adquiriu os activos financeiros ao Grupo são fundos fechados, em que os participantes não têm a possibilidade de pedir o reembolso das suas unidades de participação durante a vida dos mesmos.

Estas unidades de participação são detidas pelos vários bancos do mercado, e que são cedentes dos créditos, em percentagens que vão variando ao longo da vida dos fundos, mas garantindo que cada banco, isoladamente, não detém títulos representativos de mais de 50% do capital do fundo.

Os fundos têm uma estrutura de gestão específica (*General Partner*), totalmente autónoma dos bancos cedentes, que é seleccionada na data de constituição do fundo.

A estrutura de gestão do fundo tem como principais responsabilidades:

- definir o objectivo do fundo; e

- administrar e gerir em regime exclusivo o fundo, determinar os objectivos e política de investimento e o modo de conduta da gestão e negócios do fundo.

A estrutura de gestão é remunerada através de comissões de gestão cobradas ao fundo.

Estes fundos (em que o Grupo detém uma posição minoritária nas unidades de participação) constitui sociedades de direito português com vista à aquisição dos créditos aos bancos, a qual é financiada através da emissão de títulos sénior e de títulos júnior. O valor dos títulos sénior, subscritos integralmente pelo fundo que detêm o capital social, iguala o justo valor do activo objecto de cedência, determinado mediante um processo negocial baseado em avaliações efectuadas por ambas as partes. Estes títulos são remunerados a uma taxa de juro que reflecte o risco da sociedade detentora dos activos.

O valor dos títulos júnior é equivalente à diferença entre o justo valor que teve por base a valorização do título sénior e o valor de cedência dos créditos às sociedades de direito português.

Estes títulos júnior, sendo subscritos pelo Grupo, darão direito a um valor positivo contingente caso o valor dos activos transferidos ultrapasse o montante das prestações sénior acrescidos da remuneração das mesmas.

Contudo, considerando que estes títulos júnior reflectem um diferencial de avaliação dos activos cedidos tendo por base avaliações efectuadas por entidades independentes e um processo negocial entre as partes, os mesmos encontram-se integralmente provisionados.

Assim, na sequência da operação de cedência de activos ocorrida, o Grupo subscreveu:

- Unidades de participação dos fundos em que os *cash flows* que permitirão a sua recuperação são provenientes de um conjunto alargado de activos cedidos pelos vários bancos participantes (onde o Grupo tem uma posição minoritária). Estes títulos encontram-se assim registados na carteira de activos financeiros disponíveis para venda sendo avaliados ao justo valor com base no valor da cotação, o qual é divulgado pelo fundo e auditado no final de cada ano; e

- Títulos júnior (com maior grau de subordinação), emitidos pelas sociedades de direito português controladas pelo fundo, encontram-se a ser totalmente provisionados por reflectirem a melhor estimativa da imparidade dos activos financeiros cedidos.

Neste contexto, não tendo controlo mas permanecendo algum risco e benefício, o Grupo, nos termos da IAS 39.21 procedeu a uma análise da exposição à variabilidade de riscos e benefícios nos activos transferidos, antes e após a operação, tendo concluído, que não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios.

Considerando que também não detém controlo, já que não exerce qualquer influência sobre os fundos ou as sociedades que detêm os activos, procedeu, nos termos dia IAS 93.20 c (i) ao desreconhecimento dos activos transferidos e ao reconhecimento dos activos recebidos como contrapartida nos seguintes termos:

(milhares de Euros)

	Jun 2013			Dez 2012		
	Valores associados à cedência de activos			Valores associados à cedência de activos		
	Activos líquidos cedidos	Valor recebido	Resultado apurado com a transferência	Activos líquidos cedidos	Valor recebido	Resultado apurado com a transferência
Vallis Construction Sector Fund	20 399	21 346	947	15 318	19 018	3 700
Fundo de Reestruturação Empresarial, FCR	5 026	5 026	-	-	-	-
	25 425	26 372	947	15 318	19 018	3 700

(milhares de Euros)

	Jun 2013				
	Títulos sénior	Títulos júnior	Total	Imparidade júniores	Valor líquido
Vallis Construction Sector Fund	15 193	6 153	21 346	(6 153)	15 193
Fundo de Reestruturação Empresarial, FCR	5 026	-	5 026	-	5 026
	20 219	6 153	26 372	(6 153)	20 219

(milhares de Euros)

	Dez 2012				
	Títulos sénior	**Títulos júnior**	**Total**	**Imparidade júniores**	**Valor líquido**
Vallis Construction Sector Fund	14 144	4 874	19 018	(4 874)	14 144

Os activos líquidos cedidos ascendem a 25.425 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 15.318 milhares de Euros), conforme nota 21.

Os títulos júnior referem-se a Unidades de participação no montante de 6.153 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 4.874 milhares de Euros). No âmbito das operações de cedência, os títulos subscritos de natureza subordinada especificamente relacionados com os activos cedidos (títulos júnior), encontram-se provisionados na sua totalidade, conforme nota 24.

Apesar de os títulos de natureza subordinada se encontrarem totalmente provisionados, o Grupo mantém também uma exposição indirecta aos activos financeiros cedidos, no âmbito de uma participação minoritária na *pool* de todos os activos cedidos por outras instituições financeiras, por via das acções dos fundos adquiridas no âmbito das operações (denominadas no quadro como títulos sénior).

58 Empresas subsidiárias

A 30 de Junho de 2013, as empresas que consolidam pelo método integral no Grupo são apresentadas como segue:

Empresa Subsidiária	**Sede**	**Capital Social**	**Actividade**	**% detida**
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, SA (IFI)	Praia	Euros 7 000 000	Banca	100,00%
Finibanco Holding, SGPS, S.A.	Porto	Euros 175 000 000	Gestão de participações sociais	100,00%
Montepio Investimento, S.A.	Porto	Euros 180 000 000	Banca	100,00%
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Porto	Euros 30 000 000	Locação financeira	100,00%
Finivalor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	Porto	Euros 1 550 000	Gestão de fundos de investimento	100,00%
Montepio Recuperação de Crédito ACE	Lisboa	-	Prestação de serviços diversos	93,00%
Finibanco Angola, S.A.	Luanda	AOA 1 332 000 000	Banca	87,67%

A 30 de Junho de 2013, as empresas que consolidam pelo método de equivalência patrimonial do Grupo são apresentadas como segue:

Empresa Subsidiária	Sede	Capital Social	Actividade	% detida
HTA - Hóteis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	Ilha de São Miguel	Euros 10 000 000	Alojamento, Restauração e Similares / Hóteis com Restaurante	20,00%
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	Lisboa	Euros 3 400 000	Sociedade Gestora de Participações Sociais	29,41%
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	Euros 20 000 000	Actividade Seguradora	39,34%
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	Euros 26 000 000	Actividade Seguradora	25,65%
Nutre S.G.P.S., S.A.	Oliveira de Frades	Euros 5 000 000	Sociedade Gestora de Participações Sociais	20,00%

A percentagem apresentada reflecte o interesse económico do Grupo.

Adicionalmente, e de acordo com a SIC 12, o perímetro de consolidação do Grupo inclui as seguintes entidades de finalidade especial e fundos de investimento:

Empresa Subsidiária	Ano de Constituição	Ano de Aquisição	Sede	% de interesse económico	Método de consolidação
Pelican Mortgages No. 1 PLC	2002	2002	Dublin	100%	Integral
Pelican Mortgages No. 2 PLC	2003	2003	Dublin	100%	Integral
Finipredial - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	1997	2012	Lisboa	58,682%	Integral
Montepio Arrendamento – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional (FIIAH)	2011	2011	Lisboa	100%	Integral
Polaris - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	2009	2012	Lisboa	100%	Integral

59 Eventos subsequentes

Após a data de balanço e antes das Demonstrações Financeiras consolidadas terem sido autorizadas para emissão, não se verificaram transacções e/ou acontecimentos relevantes que mereçam relevância de divulgação.

11.2. Demonstrações Financeiras em Base Individual

BALANÇO INDIVIDUAL EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(milhares de euros)

	2013			2012
	Ativo Bruto	Imparidade e Amortizações	Ativo Líquido	Ativo Líquido
ATIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	285 249		285 249	247 587
Disponibilidades em outras instituições de crédito	56 408		56 408	57 370
Ativos financeiros detidos para negociação	72 679		72 679	132 857
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	6 809		6 809	12 300
Ativos financeiros disponíveis para venda	7 050 802	77 892	6 972 910	6 730 502
Aplicações em instituições de crédito	241 948	683	241 265	250 758
Crédito a clientes	15 643 303	998 811	14 644 492	15 031 977
Investimentos detidos até à maturidade	17 522		17 522	17 222
Derivados de cobertura	915		915	931
Ativos não correntes detidos para venda	734 969	50 216	684 753	472 877
Outros ativos tangíveis	216 219	167 032	49 187	55 651
Ativos intangíveis	156 857	43 241	113 616	108 872
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	390 547		390 547	390 547
Ativos por impostos correntes	10		10	10
Ativos por impostos diferidos	281 248		281 248	243 313
Outros ativos	199 941	3 086	196 855	376 085
TOTAL DO ATIVO	**25 355 426**	**1 340 961**	**24 014 465**	**24 128 859**
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais			1 854 813	1 776 514
Passivos financeiros detidos para negociação			67 442	84 808
Recursos de outras instituições de crédito			1 152 306	1 125 074
Recursos de clientes e outros empréstimos			12 543 985	12 675 903
Responsabilidades representadas por títulos			2 524 718	2 188 099
Passivos financeiros associados a ativos transferidos			3 581 777	3 743 731
Derivados de cobertura			2 572	3 177
Provisões			107 251	110 199
Passivos por impostos correntes				1 239
Outros passivos subordinados			478 745	479 667
Outros passivos			203 719	331 976
TOTAL DO PASSIVO			**22 517 328**	**22 520 387**
CAPITAL				
Capital			1 295 000	1 295 000
Outros instrumentos de capital			15 000	15 000
Reservas de reavaliação			-3 140	3 621
Outras reservas e resultados transitados			269 139	292 595
Resultado do exercício			-78 862	2 256
TOTAL DO CAPITAL			**1 497 137**	**1 608 472**
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL			**24 014 465**	**24 128 859**

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

António Tomás Correia - Presidente

Jorge Humberto Cruz Barros Jesus Luís

Pedro Miguel de Almeida Alves Ribeiro

Fernando Paulo Pereira Magalhães

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAL EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(milhares de euros)

	2013	2012
Juros e rendimentos similares	413 909	621 409
Juros e encargos similares	321 833	482 659
MARGEM FINANCEIRA	**92 076**	**138 750**
Rendimentos de instrumentos de capital	1 783	1 999
Rendimentos de serviços e comissões	61 574	56 162
Encargos com serviços e comissões	8 815	9 917
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-5 977	-22 112
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	39 330	35 870
Resultados de reavaliação cambial	1 707	2 329
Resultados de alienação de outros ativos	-3 576	27 087
Outros resultados de exploração	2 900	31 049
PRODUTO BANCÁRIO	**181 002**	**261 217**
Custos com pessoal	90 514	92 223
Gastos gerais administrativos	47 601	51 208
Amortizações do exercicio	13 295	14 201
Provisões líquidas de reposições e anulações	-2 948	-5 366
Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	102 174	83 416
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	20 017	8 829
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	24 207	9 139
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	**-113 858**	**7 567**
Impostos	**34 996**	**-2 632**
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	**-78 862**	**4 935**

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

António Tomás Correia - Presidente

Jorge Humberto Cruz Barros Jesus Luís

Pedro Miguel de Almeida Alves Ribeiro

Fernando Paulo Pereira Magalhães

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares

30 de Junho de 2013

Agosto de 2013
Este relatório contém 126 páginas

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL

Introdução

1 Nos termos do Código dos Valores Mobiliários (CVM), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre o relatório financeiro intercalar do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2013, da **Caixa Económica Montepio Geral**, que inclui a Demonstração da posição financeira (que evidencia um total de 24.014.465 milhares de euros e um total de capital próprio de 1.497.137 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 78.862 milhares de euros) e as Demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa, das alterações nos capitais próprios e do rendimento integral do período de seis meses findo naquela data e as correspondentes Notas explicativas.

2 As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades

3 É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo:

a) a preparação de informação financeira que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o resultado das suas operações, dos fluxos de caixa, das alterações no capital próprio e do rendimento integral;

b) que a informação financeira histórica seja, preparada de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA's"), conforme estabelecidas pelo Banco de Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;

c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;

d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e

e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

4 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A. Capital Social: 3.120.000 Euros Pessoa Colectiva Nº PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. Nº 189 - Inscrito na C.M.V.M. Nº 9093

Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o Nº PT 502 161 078

Âmbito

5 O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:

a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:

- a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
- a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
- a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
- a apresentação da informação financeira;
- se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita; e

b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.

6 O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.

7 Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

Parecer

8 Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2013, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as NCA's, e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 16 de Agosto de 2013

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (nº 189)
representada por
Jean-éric Gaign (ROC nº 1013)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- NOTAS EXPLICATIVAS
(Páginas 4 a 126)

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração dos Resultados
para os períodos de seis e três meses findos em 30 de Junho de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	Período de 6 meses findo em		Período de 3 meses findo em	
		30 de Junho 2013	30 de Junho 2012	30 de Junho 2013	30 de Junho 2012
Juros e rendimentos similares	3	413 909	621 409	203 701	304 583
Juros e encargos similares	3	(321 833)	(482 659)	(158 773)	(232 225)
Margem financeira		92 076	138 750	44 928	72 358
Rendimentos de instrumentos de capital	4	1 783	1 999	1 759	1 983
Rendimentos de serviços e comissões	5	61 574	56 162	31 692	30 053
Encargos com serviços e comissões	5	(8 815)	(9 917)	(4 717)	(5 137)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	6	(5 977)	(22 112)	(2 091)	(20 647)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	39 330	35 870	24 684	34 350
Resultados de reavaliação cambial	8	1 707	2 329	844	1 003
Resultados de alienação de outros activos	9	(3 576)	27 087	(2 041)	30 215
Outros resultados de exploração	10	2 900	31 049	(1 840)	27 696
Total de proveitos operacionais		181 002	261 217	93 218	171 874
Custos com pessoal	11	90 514	92 223	45 468	46 971
Gastos gerais administrativos	12	47 601	51 208	26 389	27 636
Amortizações do período	13	13 295	14 201	6 748	7 299
Total de custos operacionais		151 410	157 632	78 605	81 906
Imparidade do crédito	14	(102 174)	(83 416)	(94 704)	(68 919)
Imparidade de outros activos	15	(44 224)	(17 968)	(30 976)	(17 783)
Outras provisões	16	2 948	5 366	493	3 188
Resultado operacional		(113 858)	7 567	(110 574)	6 454
Impostos					
Correntes	30	603	1 880	324	752
Diferidos	30	(35 599)	752	(31 000)	1 879
Resultado líquido do período		(78 862)	4 935	(79 898)	3 823

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração do Rendimento Integral
para os períodos de seis e três meses findos em 30 de Junho de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	Período de 6 meses findo em		Período de 3 meses findo em	
		30 de Junho 2013	30 de Junho 2012	30 de Junho 2013	30 de Junho 2012
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados					
Reservas de justo valor					
Activos financeiros disponíveis para venda	43	(9 523)	208 938	(21 662)	118 133
Impostos	30	2 762	(60 592)	6 282	(34 259)
		(6 761)	148 346	(15 380)	83 874
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados					
Desvios actuariais do período	47	(21 461)	23 806	(10 709)	23 806
Amortização do ajustamento de transição das pensões (Aviso n.º12/01)	47	(1 744)	(5 012)	(872)	(5 012)
Impostos diferidos	30	(426)	48 616	(1 079)	22 283
		(23 631)	67 410	(12 660)	41 077
Resultado líquido do período		(78 862)	4 935	(79 898)	3 823
Total de outro rendimento integral do período		(109 254)	220 691	(107 938)	128 774

Caixa Económica Montepio Geral

Balanço em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	30 de Junho 2013	31 de Dezembro 2012
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17	285 249	247 587
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18	56 408	57 370
Aplicações em instituições de crédito	19	241 265	250 758
Crédito a clientes	20	14 644 492	15 031 977
Activos financeiros detidos para negociação	21	72 679	132 857
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	22	6 809	12 300
Activos financeiros disponíveis para venda	23	6 972 910	6 730 502
Derivados de cobertura	24	915	931
Investimentos detidos até à maturidade	25	17 522	17 222
Investimentos em associadas e outras	26	390 547	390 547
Activos não correntes detidos para venda	27	684 753	472 877
Outros activos tangíveis	28	49 187	55 651
Activos intangíveis	29	113 616	108 872
Activos por impostos correntes		10	10
Activos por impostos diferidos	30	281 248	243 313
Outros activos	31	196 855	376 085
Total do Activo		24 014 465	24 128 859
Passivo			
Recursos de bancos centrais	32	1 854 813	1 776 514
Recursos de outras instituições de crédito	33	1 152 306	1 125 074
Recursos de clientes	34	12 543 985	12 675 903
Responsabilidades representadas por títulos	35	2 524 718	2 188 099
Passivos financeiros associados a activos transferidos	36	3 581 777	3 743 731
Passivos financeiros detidos para negociação	21	67 442	84 808
Derivados de cobertura	24	2 572	3 177
Provisões	37	107 251	110 199
Passivos por impostos correntes		-	1 239
Outros passivos subordinados	38	478 745	479 667
Outros passivos	39	203 719	331 976
Total do Passivo		22 517 328	22 520 387
Situação Líquida			
Capital	40	1 295 000	1 295 000
Outros instrumentos de capital	41	15 000	15 000
Reservas de reavaliação	43	(3 140)	3 621
Outras reservas e resultados transitados	42 e 43	269 139	292 595
Resultado líquido do período		(78 862)	2 256
Total da Situação Líquida		1 497 137	1 608 472
		24 014 465	24 128 859

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Caixa Económica Montepio Geral

Mapa de alterações na Situação Líquida
para os períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Total da Situação Líquida	Capital	Outros instrumentos de capital	Reserva geral e especial	Outras reservas de reavaliação	Reservas de reavaliação	Resultados acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	1 241 573	1 245 000	15 000	245 504	8 404	(224 852)	(47 483)
Movimentos registados directamente na Situação Líquida:							
Amortização líquida de impostos diferidos do ajustamento de transição das pensões (Aviso n.º12/01) (nota 47)	(5 012)	-	-	-	-	-	(5 012)
Desvios actuariais no período (nota 47)	23 806	-	-	-	-	-	23 806
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas (nota 30)	(11 976)	-	-	-	-	(60 592)	48 616
Alterações de justo valor (nota 43)	208 938	-	-	-	-	208 938	-
Resultado do período	4 935	-	-	-	-	-	4 935
Total de ganhos e perdas reconhecidos no período	220 691	-	-	-	-	148 346	72 345
Distribuição de resultados (nota 44)	(16 584)	-	-	-	-	-	(16 584)
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(525)	-	-	-	-	-	(525)
Outros movimentos	(5 158)	-	-	-	-	-	(5 158)
Constituição de reservas							
Reserva geral	-	-	-	6 564	-	-	(6 564)
Reserva especial	-	-	-	1 641	-	-	(1 641)
Saldos em 30 Junho de 2012	1 439 997	1 245 000	15 000	253 709	8 404	(76 506)	(5 610)
Movimentos registados directamente na Situação Líquida:							
Amortização líquida de impostos diferidos do ajustamento de transição das pensões (Aviso n.º12/01) (nota 47)	(5 012)	-	-	-	-	-	(5 012)
Desvios actuariais no período (nota 47)	7 604	-	-	-	-	-	7 604
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas (nota 30)	17 918	-	-	-	-	(29 295)	47 213
Alterações de justo valor (nota 43)	101 018	-	-	-	-	101 018	-
Resultado do período	(2 679)	-	-	-	-	-	(2 679)
Total de ganhos e perdas reconhecidos no período	118 849	-	-	-	-	71 723	47 126
Aumento de capital (nota 40)	50 000	50 000	-	-	-	-	-
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(374)	-	-	-	-	-	(374)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	1 608 472	1 295 000	15 000	253 709	8 404	(4 783)	41 142
Movimentos registados directamente na Situação Líquida:							
Amortização líquida de impostos diferidos do ajustamento de transição das pensões (Aviso n.º12/01) (nota 47)	(1 744)	-	-	-	-	-	(1 744)
Desvios actuariais no período (nota 47)	(21 461)	-	-	-	-	-	(21 461)
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas (nota 30)	2 336	-	-	-	-	2 762	(426)
Alterações de justo valor (nota 43)	(9 523)	-	-	-	-	(9 523)	-
Resultado do período	(78 862)	-	-	-	-	-	(78 862)
Total de ganhos e perdas reconhecidos no período	(109 254)	-	-	-	-	(6 761)	(102 493)
Distribuição de resultados (nota 44)	(1 692)	-	-	-	-	-	(1 692)
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(389)	-	-	-	-	-	(389)
Constituição de reservas							
Reserva geral	-	-	-	451	-	-	(451)
Reserva especial	-	-	-	113	-	-	(113)
Saldos em 30 de Junho de 2013	1 497 137	1 295 000	15 000	254 273	8 404	(11 544)	(63 996)

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração dos Fluxos de Caixa
para os períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Euros)

	30 de Junho 2013	30 de Junho 2012
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Juros recebidos	435 131	718 219
Comissões recebidas	60 707	58 451
Pagamento de juros	(357 660)	(369 753)
Pagamento de comissões	(13 143)	(12 481)
Despesas com pessoal e fornecedores	(140 243)	(223 678)
Recuperação de crédito e juros	2 393	1 168
Outros pagamentos e recebimentos	(85 705)	104 523
	(98 520)	276 449
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	124 829	1 071 852
Outros activos	(77 414)	(280 033)
	47 415	791 819
(Aumentos) / diminuições de passivos operacionais		
Recursos de clientes	(84 057)	104 839
Recursos de outras instituições de crédito	(1 732 736)	(2 120 295)
Recursos de bancos centrais	1 830 000	1 960 000
	13 207	(55 456)
	(37 898)	1 012 812
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Dividendos recebidos	1 783	1 999
(Compra) / Venda de activos financeiros detidos para negociação	46 809	(41 210)
(Compra) / Venda de activos financeiros ao justo valor através de resultados	5 491	(61)
(Compra) / Venda de outros activos financeiros disponíveis para venda	(263 133)	(815 845)
(Compra) / Venda de derivados de cobertura	(589)	484
(Compra) / Venda de investimentos detidos até à maturidade	(42)	30 435
Depósitos detidos com fins de controlo monetário	(45 894)	200 460
Alienação de imobilizações	166	-
Aquisição de imobilizações	(12 177)	-
	(267 586)	(623 738)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Distribuição de resultados	(1 692)	(16 584)
Aumento de capital	-	-
Emissão de obrigacões de caixa e títulos subordinados	1 156 488	161 442
Reembolso de obrigacões de caixa e títulos subordinados	(842 906)	(586 199)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo	(15 601)	1 404
	296 289	(439 937)
Variação líquida em caixa e equivalentes	(9 195)	(50 863)
Caixa e equivalentes no início do período	196 376	235 764
Variação líquida em caixa e equivalentes	(9 195)	(50 863)
Caixa e equivalentes no fim do período	187 181	184 901
Caixa e equivalentes no fim do período engloba:		
Caixa (nota 17)	130 773	132 808
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 18)	56 408	52 093
Total	187 181	184 901

Caixa Económica Montepio Geral

Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2013

1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Caixa Económica Montepio Geral (adiante designada por "CEMG") é uma instituição de crédito, anexa e detida pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, tendo sido constituída em 24 de Março de 1844. Está autorizada a operar no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, bem como do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio, que regulamenta a actividade das caixas económicas, estabelecendo algumas restrições à sua actividade. Porém, a CEMG pode realizar operações bancárias mesmo para além das enunciadas nos seus Estatutos, desde que genericamente autorizadas pelo Banco de Portugal, o que na prática se traduz na possibilidade de realizar a universalidade das operações bancárias.

No decurso do exercício de 2010, o Montepio Geral – Associação Mutualista, accionista único da CEMG, procedeu à aquisição pelo montante de 341.250 milhares de Euros de 100% do capital da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. através de uma Oferta Pública de Aquisição.

Em 31 de Março de 2011, o Montepio Geral – Associação Mutualista alienou a participação detida na Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. à CEMG. No âmbito da alteração da estrutura do Grupo decorrente desta aquisição, em 4 de Abril de 2011, a CEMG adquiriu um conjunto de activos e passivos do Finibanco, S.A. (excluindo os imóveis propriedade do Finibanco, S.A. e adquiridos por este em resultado de aquisições em reembolso de crédito próprio e os contratos de locação financeira (mobiliária e imobiliária) em que o Finibanco, S.A. é locador financeiro e os elementos do activo imobilizado que suportam materialmente a actividade de locação financeira), bem como todos os passivos e provisões associadas.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, as demonstrações financeiras da CEMG são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') em vigor e adoptadas pela União Europeia (UE), com excepção das matérias definidas nos n.º 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal ('NCAs'). As NCAs incluem as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ('IFRIC') e pelos respectivos órgãos antecessores com excepção dos aspectos já referidos definidos nos Avisos n.º 1/2005 e n.º 4/2005 do Banco de Portugal: i) valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se manterá o actual regime, ii) benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da IAS 19 e iii) restrição de aplicação de algumas opções previstas nas IAS/IFRS. As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo da CEMG em 7 de Agosto de 2013. As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros arredondados ao milhar mais próximo.

Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respectiva versão vigente.

As demonstrações financeiras da CEMG para os seis meses findos em 30 de Junho de 2013 foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com as NCAs emitidas pelo Banco de Portugal e em vigor nessa data. Estas demonstrações financeiras apresentam também a demonstração de resultados do segundo trimestre de 2013 e de 2012 com os comparativos do segundo trimestre do ano anterior. As demonstrações financeiras do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2013 não incluem toda a informação a divulgar nas demonstrações financeiras anuais completas.

A CEMG adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para o período que se iniciou a 1 de Janeiro de 2013, à data de apresentação das contas.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros activos e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Activos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda (*disposal groups*) são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos activos do fundo.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos das demonstrações financeiras agora apresentadas, excepto no que se refere à adopção da *IFRS 13 Fair Value Measurement*; da *IAS 1 Presentation of Financial Statements* e da *IAS 19 (Revised) Employee Benefits.* A natureza e os efeitos decorrentes da adopção destas normas foram os seguintes:

IFRS 13 Fair value measurement

A IFRS 13 proporciona uma única fonte de orientação acerca da mensuração do justo valor e substitui as disposições que se encontravam dispersas nas várias IFRS. Em particular, esta norma define justo valor como o preço pelo qual uma transacção ordenada de venda de um activo ou de transferência de um passivo seria concretizada entre participantes de mercado na data da mensuração.

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 13, a CEMG aplicou as orientações relativas ao *fair value measurement* prospetivamente. Contudo, as alterações decorrentes da adopção da IFRS 13 não tiveram impacto relevante na mensuração dos activos e passivos da CEMG.

IAS 1 Presentation of Financial Statements - Presentation of items of other comprehensive income

Na sequência das alterações à IAS 1, a CEMG modificou a apresentação da Demonstração do Rendimento Integral tendo separado os itens que não serão reclassificados para resultados em períodos subsequentes daqueles itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados no futuro. A apresentação da informação comparativa foi igualmente modificada.

A adopção da IAS 1 não teve qualquer impacto nos activos, passivos, resultados do período e outro rendimento integral da CEMG.

IAS 19 (Revised) Employee Benefits (2011)

Seguindo o estabelecido na IAS 19 (2011), a CEMG passou a determinar o proveito/custo de juros com o plano de pensões multiplicando o activo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos activos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos activos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Anteriormente, a CEMG calculava o rendimento esperado dos activos do fundo com base na expectativa de rentabilidade a longo prazo.

As alterações decorrentes da adopção da IAS 19 *(Revised)* não tiveram efeito relevante nas contas da CEMG.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCAs requer que o Conselho de Administração Executivo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na política contabilística descrita na nota 1 z).

b) Crédito a clientes

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pela CEMG para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes activos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais da CEMG expiram; ou (ii) a CEMG transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 a), a CEMG aplica nas suas contas individuais as NCAs pelo que, de acordo com o definido nos n.º 2 e 3 do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantém o regime definido pelas regras do Banco de Portugal aplicado pela CEMG nos exercícios anteriores, como segue:

Provisão específica para crédito concedido

A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados, e créditos objecto de acordos de reestruturação, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pela CEMG tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos Avisos n.º 3/95 de 30 de Junho, n.º 7/00 de 27 de Outubro e n.º 8/03 de 30 de Janeiro.

Provisão para riscos gerais de crédito

Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de Junho, Aviso n.º 2/99 de 15 de Janeiro e Aviso n.º 8/03 de 30 de Janeiro, do Banco de Portugal.

Provisão para risco país

A provisão para risco país é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de Junho do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da Instrução n.º 94/96, de 17 de Junho, do Boletim de Normas e Instruções do Banco de Portugal, incluindo as alterações, de Outubro de 1998, ao disposto no número 2.4 da referida Instrução.

Anulação contabilística de créditos (write-offs)

Em conformidade com a Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspectiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade, quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

1) Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

1a) Activos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, os que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado classificado como de cobertura), são classificados como de negociação. Os dividendos associados a acções destas carteiras são registados em Resultados em activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos em margem financeira.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

1b) Outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*)

A CEMG adoptou o *Fair Value Option* para algumas emissões próprias. As variações de risco de crédito da CEMG associadas a passivos financeiros em *Fair Value Option* encontram-se divulgadas na nota da rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

A designação de outros activos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*) é realizada desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- os activos e passivos financeiros são geridos, avaliados e reportados internamente ao seu justo valor;

- a designação elimina ou reduz significativamente o *mismatch* contabilístico das transacções; e

- os activos ou passivos financeiros contêm derivados embutidos que alteram significativamente os fluxos de caixa dos contratos originais (*host contracts*).

Os activos e passivos financeiros ao *Fair Value Option* são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados no momento inicial, com as variações subsequentes de justo valor reconhecidas em resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira com base na taxa de juro efectiva de cada transacção, assim como a periodificação dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

2) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda detidos com o objectivo de serem mantidos pela CEMG, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, são classificados como disponíveis para venda, excepto se forem classificados numa outra categoria de activos financeiros. Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções. Os activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados. Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" da demonstração dos resultados. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva em margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

3) Investimentos detidos até à maturidade

Nesta categoria são reconhecidos activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a CEMG tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de activos financeiros. Estes activos financeiros são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efectiva e reconhecido em margem financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a CEMG a reclassificar integralmente esta carteira para activos financeiros disponíveis para venda e a CEMG ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.

4) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em Resultados de Operações Financeiras no momento em que ocorrem.

(ii) Transferências entre categorias

A CEMG apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiras disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

As transferências para a (i) categoria de activos financeiros detidos até à maturidade só podem ser efectuadas desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade e para a (ii) categoria de crédito a clientes desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros num futuro previsível e os mesmos não sejam transaccionáveis num mercado activo.

Não foram efectuadas transferências entre carteiras no primeiro semestre de 2013 e no exercício de 2012.

(iii) Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade. Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas da CEMG, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de um ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como activos financeiros disponíveis para venda aumente e esse aumento possa ser objectivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade em resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. A recuperação das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda é registada como mais-valia em reservas de justo valor quando ocorre (não existindo reversão por contrapartida de resultados).

(iv) Derivados embutidos

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal (*host contract*), desde que o instrumento híbrido (conjunto) não esteja, à partida, reconhecido ao justo valor através de resultados. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações de justo valor subsequentes registadas em resultados do período e apresentadas na carteira de derivados de negociação.

d) Contabilidade de cobertura

(i) Contabilidade de cobertura

A CEMG designa derivados e outros instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pela CEMG. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;

- se espera que a cobertura seja altamente efectiva;

- a efectividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;

- a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e

- em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do período, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

(ii) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação da cobertura são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

(iii) Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa, são reconhecidas em capitais próprios - reservas de fluxos de caixa na parte efectiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefectiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do período nos períodos em que o item coberto afecta resultados.

No caso de uma cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, quando o instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura, ou a relação de cobertura é revogada, a relação de cobertura é descontinuada prospectivamente.

Desta forma, as variações de justo valor do derivado acumuladas em capitais próprios até à data da descontinuação da cobertura podem ser:

- Diferidas pelo prazo remanescente do instrumento coberto; ou

- Reconhecidas de imediato em resultados do período, no caso de o instrumento coberto se ter extinguido.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transacção futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transacção futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

(iv) Efectividade de cobertura

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, a CEMG executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade das relações de cobertura, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

(v) Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efectiva da relação de cobertura. A parte inefectiva é reconhecida em resultados do período. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respectiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do período no momento da venda da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

e) Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Em Outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendements to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Activos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Activos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Investimentos detidos até à maturidade (*Held-to-maturity*), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- Se um activo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado activo; ou

- Quando se verificar algum evento que é não usual e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma circunstância rara.

As transferências de activos financeiros reconhecidas na categoria de Activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes – Crédito titulado e Investimentos detidos até à maturidade são permitidas em determinadas circunstâncias específicas.

São proibidas as transferências de e para outros Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*).

Durante o primeiro semestre de 2013 e o exercício de 2012, a CEMG não procedeu a quaisquer reclassificações entre categorias de instrumentos financeiros.

f) Desreconhecimento

A CEMG desreconhece activos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos financeiros foram transferidos ou a CEMG não mantém controlo dos mesmos.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios definidos pela SIC 12, analisados como segue:

- Os *Special Purpose Entity* (SPEs) estão, em substância, a ser conduzidas a favor da CEMG, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que a CEMG obtenha benefícios do funcionamento do SPE;

- A CEMG tem os poderes de tomada de decisão para obter a maioria dos benefícios das actividades do SPE, ou, ao estabelecer mecanismos de "*auto-pilot*", a entidade delegou estes poderes de tomada de decisão;

- A CEMG tem direitos para obter a maioria dos benefícios do SPE, estando consequentemente exposto aos riscos inerentes às actividades do SPE;

- A CEMG retém a maioria dos riscos residuais ou de propriedade relativos ao SPE ou aos seus activos, com vista à obtenção de benefícios da sua actividade.

A CEMG procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

g) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos de transacção directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito ao seu recebimento é estabelecido e deduzidos ao capital próprio.

h) Empréstimos de títulos e transacções com acordo de recompra

(i) Empréstimo de títulos

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou instituições financeiras. Os proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira).

(ii) Acordos de recompra

A CEMG realiza compras/vendas de títulos com acordo de revenda/recompra de títulos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os títulos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos em balanço. Os montantes pagos são reconhecidos em crédito a clientes ou aplicações em instituições de crédito. Os valores a receber são colateralizados pelos títulos associados. Os títulos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como depósitos de clientes ou de outras instituições de crédito.

A diferença entre as condições de compra/venda e as de revenda/recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares.

i) Investimentos em subsidiárias e associadas

Os investimentos em subsidiárias e associadas são contabilizados nas demonstrações financeiras individuais da CEMG ao seu custo histórico deduzido de quaisquer perdas por imparidade.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas por imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos activos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

j) Activos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os activos não correntes, grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente) e operações em descontinuação são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e passivos e os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

A CEMG também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como activos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

As operações em descontinuação e as subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

A CEMG classifica igualmente em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pela CEMG.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido de despesas, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do período.

k) Locação financeira

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

l) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva. Os juros à taxa efectiva de activos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, a CEMG procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspectos:

- Os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e

- Os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não esteja coberto por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a activos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de *Fair Value Option*, a componente de juro é reconhecida em juros e rendimentos similares ou em juros e encargos similares (margem financeira).

m) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam; ou

- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

n) Resultados de operações financeiras (Resultados em operações de negociação e de cobertura, Resultados em activos financeiros disponíveis para venda e Resultados em investimentos detidos até à maturidade)

O Resultado de operações financeiras reflecte os ganhos e perdas dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação e de derivados embutidos, assim como os dividendos recebidos associados a estas carteiras. Inclui igualmente, mais ou menos valias das alienações de activos financeiros disponíveis para venda e de investimentos detidos até à maturidade. As variações de justo valor dos derivados afectos a carteiras de cobertura e dos itens cobertos, quando aplicável a cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas.

o) Actividades fiduciárias

Os activos detidos no âmbito de actividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da CEMG. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas actividades são reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem.

p) Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a CEMG. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A CEMG procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o maior entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Outras imobilizações	4 a 10

Sempre que exista uma indicação de que um activo tangível possa ter imparidade, é efectuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse activo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de activos tangíveis são reconhecidas em resultados do período.

q) Activos intangíveis

Software

A CEMG regista em activos intangíveis os custos associados ao software adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado em 3 anos. A CEMG não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de *software*.

Outros activos intangíveis

O valor recuperável dos activos intangíveis sem vida útil finita registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

r) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

s) Offsetting

Os activos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando a CEMG tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

t) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com excepção daqueles reconhecidos em activos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

u) Benefícios dos empregados

Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Colectivo de Trabalho ('ACT') e subsequentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos conforme descrito na nota 47, a CEMG constituiu fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência, benefícios de saúde e subsídio de morte.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através de fundos de pensões geridos pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Os planos de pensões existentes na CEMG correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

As responsabilidades da CEMG com pensões de reforma são calculadas anualmente, em 31 de Dezembro de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão anual por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pela CEMG multiplicando o activo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos activos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos activos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos actuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos activos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

A CEMG reconhece na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

A CEMG efectua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

Anualmente, a CEMG avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

No âmbito da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o reconhecimento do impacto apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as NCAs, que anteriormente estava a ser amortizado linearmente até 31 de Dezembro de 2010 passou, com o Aviso n.º 7/2008 de 18 de Outubro do Banco de Portugal, a ser amortizado por um período adicional de 3 anos até 31 de Dezembro de 2012, com excepção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a alterações de pressupostos relativos à tábua de mortalidade, para a qual esse plano de amortização pode ter a duração de sete anos.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pela CEMG a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou comparticipações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo da CEMG, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações da CEMG com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

No âmbito da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCAs, o reconhecimento do impacto apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as NCAs, que anteriormente estava a ser amortizado linearmente até 31 de Dezembro de 2011 passou, com o Aviso n.º 7/2008 de 18 de Outubro do Banco de Portugal, a ser amortizado por um período adicional de 3 anos até 31 de Dezembro de 2014.

Prémios de antiguidade

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, a CEMG assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço da CEMG, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio por antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pela CEMG de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades da CEMG com estes prémios por antiguidade é estimado anualmente, à data do balanço, pela CEMG com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios por antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (bónus)

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e aos membros dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do período a que respeitam.

v) Impostos sobre lucros

Até 31 de Dezembro de 2011, a CEMG encontrava-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ('IRC'), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 10º do Código do IRC, tendo tal isenção sido reconhecida por Despacho de 3 de Dezembro de 1993, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e confirmada pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março, que aprovou o Orçamento do Estado para 1996.

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2012, a CEMG passa a estar sujeita ao regime estabelecido no Código do IRC. Desta forma, e tendo por base a legislação aplicável, as diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção dos activos intangíveis sem vida finita, não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A CEMG procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

w) Relato por segmentos

O Grupo adoptou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais. Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio. Os resultados dos segmentos operacionais são periodicamente revistos pela Gestão com vista à tomada de decisões. O Grupo prepara regularmente informação financeira relativa a estes segmentos, a qual é reportada à Gestão. Um segmento geográfico é uma componente identificável que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

Considerando que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as do Grupo, à luz do parágrafo 4 da IFRS 8, a CEMG está dispensada de apresentar informação, em base individual relativa aos segmentos.

x) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a CEMG tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, provisões correspondentes ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

y) Prestação de serviços de mediação de seguros ou de resseguros

A CEMG é uma entidade autorizada pelo Instituto de Seguros de Portugal para a prática da actividade de mediação de seguros, na categoria de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o Artigo 8º, alínea a), subalínea, do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de Julho, desenvolvendo a actividade de intermediação de seguros nos ramos vida e não vida.

No âmbito dos serviços de mediação de seguros a CEMG efectua a venda de contratos de seguros. Como remuneração pelos serviços prestados de mediação de seguros, a CEMG recebe comissões de mediação de contratos de seguros, as quais estão definidas em acordos/protocolos estabelecidos entre a CEMG e as Seguradoras.
As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros têm a seguinte tipologia:

- comissões que incluem uma componente fixa e uma componente variável. A componente fixa é calculada pela aplicação de uma taxa pré-determinada sobre o valor das subscrições efectuadas pela CEMG e a componente variável é calculada mensalmente segundo critérios pré-estabelecidos, sendo a comissão total anual igual à soma das comissões calculadas mensalmente; e

- comissões por participação nos resultados de seguros, as quais são apuradas anualmente e pagas pela Seguradora no início do ano seguinte (até 31 de Janeiro) àquele a que respeitam.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que as comissões cujo pagamento ocorre em momento diferente do período a que respeita são objecto de registo como valor a receber numa rubrica de Outros activos por contrapartida da rubrica Comissões recebidas – Por serviços de mediação de seguros.

A CEMG não efectua a cobrança de prémios de seguro por conta das Seguradoras, nem efectua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro activo e passivo, rendimento ou encargo a reportar, relativo à actividade de mediação de seguros exercida pela CEMG, para além dos já divulgados.

z) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração Executivo utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela CEMG são analisadas nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da CEMG e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração Executivo, os resultados reportados pela CEMG poderiam ser diferentes caso um tratamento distinto fosse escolhido.

O Conselho de Administração Executivo considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da CEMG e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A CEMG determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, a CEMG avalia, entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros. De acordo com as políticas da CEMG, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de um ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da CEMG.

Perdas por imparidade em créditos a clientes

A CEMG efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da CEMG.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Investimentos detidos até à maturidade

A CEMG classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, a CEMG avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso a CEMG não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão da CEMG. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPEs)

A CEMG patrocina a constituição de SPE com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos por motivos de liquidez e/ou de gestão de capital.

As operações *Pelican Mortgages No. 3, Pelican Mortgages No. 4, Pelican Mortgages No. 5, Pelican Mortgages No. 6, Aqua SME No. 1, Aqua Mortgages No. 1* e *Pelican* SME não deram lugar a desreconhecimento nas demonstrações financeiras da CEMG.

Por outro lado, a CEMG desreconheceu os activos associados às seguintes operações de securitização de crédito: *Pelican Mortgages No. 1 e 2*. Para estas operações concluiu-se que foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios associados aos respectivos SPE, uma vez que a CEMG não detém quaisquer títulos emitidos pelos mesmos, que tenham exposição à maioria dos riscos residuais, nem está de outra forma exposto à performance das correspondentes carteiras de crédito.

Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais Portuguesas têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela CEMG durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração Executivo considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios dos empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Imparidade de activos intangíveis sem vida útil finita

O valor recuperável de activos intangíveis sem vida útil finita da CEMG é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço de activos intangíveis sem vida útil finita reconhecido, é comparado com o seu valor recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade associada quando o valor recuperável da entidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

2 Margem financeira e resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira, dos resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e em activos financeiros disponíveis para venda, quer nas rubricas da margem financeira, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e para os resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e em activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	**Jun 2012**
Margem financeira	92 076	138 750
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda	33 353	13 758
	125 429	152 508

3 Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

	Jun 2013			Jun 2012		
	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para a venda	**De activos / passivos ao justo valor através de resultados**	**Total**	**De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para a venda**	**De activos / passivos ao justo valor através de resultados**	**Total**
Juros e rendimentos similares						
Juros de crédito	225 505	-	225 505	297 278	-	297 278
Juros de outras aplicações	436	-	436	1 594	-	1 594
Juros de depósitos	308	-	308	572	-	572
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	105 297	-	105 297	155 880	-	155 880
Juros de investimentos detidos até à maturidade	337	-	337	658	-	658
Juros de derivados de cobertura	421	-	421	799	-	799
Juros de activos financeiros detidos para negociação	-	57 826	57 826	-	141 335	141 335
Outros juros e rendimentos similares	23 779	-	23 779	23 293	-	23 293
	356 083	57 826	413 909	480 074	141 335	621 409
Juros e encargos similares						
Juros de depósitos	153 329	-	153 329	231 840	-	231 840
Juros de títulos emitidos	54 796	-	54 796	34 311	-	34 311
Juros de empréstimos	1 960	-	1 960	2 131	-	2 131
Juros de outros recursos	23 840	-	23 840	21 764	-	21 764
Juros de derivados de cobertura	647	-	647	913	-	913
Juros de activos financeiros detidos para negociação	-	54 163	54 163	-	130 981	130 981
Outros juros e encargos similares	33 098	-	33 098	60 719	-	60 719
	267 670	54 163	321 833	351 678	130 981	482 659
Margem Financeira	88 413	3 663	92 076	128 396	10 354	138 750

A rubrica de Juros de crédito inclui, em 2013, o montante de 10.553 milhares de Euros (30 de Junho de 2012: 11.830 milhares de Euros) relativo a comissões e outros custos/proveitos contabilizados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 l).

A rubrica de Juros e encargos similares – Juros de depósitos inclui o efeito da contabilização de juros de depósitos a prazo com taxas crescentes no montante de 3.525 milhares de Euros negativo (30 de Junho de 2012: 3.685 milhares de Euros positivo).

4 Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Jun 2012
Rendimentos de activos financeiros disponíveis para venda	434	513
Rendimentos de associadas	1 349	1 486
	1 783	1 999

A rubrica Rendimentos de activos financeiros disponíveis para venda inclui dividendos e rendimentos de unidades de participação recebidos durante o período.

5 Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Jun 2012
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	43 174	42 954
Por operações realizadas por conta de terceiros	11 114	6 119
Por serviços de mediação de seguros	3 175	3 185
Por garantias prestadas	3 810	3 678
Outros rendimentos de serviços e comissões	301	226
	61 574	56 162
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	7 976	8 844
Por operações realizadas com títulos	263	212
Outros encargos com serviços e comissões	576	861
	8 815	9 917
Resultados líquidos de serviços e comissões	52 759	46 245

Em 30 de Junho de 2013 e 2012, as remunerações decorrentes da prestação do serviço de mediação ou de resseguros têm a seguinte composição:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Jun 2012
Ramo Vida		
Habitação	589	609
Consumo	336	389
Outros	695	693
	1 620	1 691
Ramo Não Vida		
Habitação	1 042	1 008
Consumo	55	58
Outros	458	428
	1 555	1 494
	3 175	3 185

6 Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

	Jun 2013			Jun 2012		
	Proveitos	**Custos**	**Total**	**Proveitos**	**Custos**	**Total**
Activos e passivos financeiros detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
de emissores públicos	1	-	1	-	-	-
de outros emissores	48	69	(21)	-	-	-
Acções	2 917	2 249	668	881	1 694	(813)
Unidades de participação	46	64	(18)	261	297	(36)
	3 012	2 382	630	1 142	1 991	(849)
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	47 859	47 550	309	40 279	40 925	(646)
Contratos sobre taxas de juro	199 771	230 570	(30 799)	928 785	930 377	(1 592)
Contratos sobre créditos (CDS)	365	228	137	2 062	1 470	592
Outros	45 963	16 818	29 145	38 724	32 210	6 514
	293 958	295 166	(1 208)	1 009 850	1 004 982	4 868
	296 970	297 548	(578)	1 010 992	1 006 973	4 019
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores	1 059	-	1 059	153	-	153
	1 059	-	1 059	153	-	153
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	204	-	204	75	34	41
Recursos de clientes	275	219	56	174	100	74
Outros passivos subordinados	5 414	4 901	513	83 146	83 631	(485)
Outros	1 606	8 837	(7 231)	487	26 401	(25 914)
	7 499	13 957	(6 458)	83 882	110 166	(26 284)
	305 528	311 505	(5 977)	1 095 027	1 117 139	(22 112)

A rubrica Passivos financeiros – Outros diz respeito às variações de justo valor associadas à alteração do risco de crédito próprio *(spread)* das operações para os passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados.

De acordo com as políticas contabilísticas seguidas pela CEMG, os instrumentos financeiros são mensurados, no momento do seu reconhecimento inicial, pelo seu justo valor. Presume-se que o valor de transacção do instrumento corresponde à melhor estimativa do seu justo valor na data do seu reconhecimento inicial. Contudo, em determinadas circunstâncias, o justo valor inicial de um instrumento financeiro, determinado com base em técnicas de avaliação, pode diferir do valor de transacção, nomeadamente pela existência de uma margem de intermediação, dando origem a um *day one profit*.

A CEMG reconhece em resultados os ganhos decorrentes da margem de intermediação (*day one profit*), gerados fundamentalmente na intermediação de produtos financeiros derivados e cambiais, uma vez que o justo valor destes instrumentos, na data do seu reconhecimento inicial e subsequentemente, é determinado apenas com base em variáveis observáveis no mercado e reflecte o acesso da CEMG ao mercado financeiro grossista (*wholesale market*).

7 Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

	Jun 2013			Jun 2012		
	Proveitos	**Custos**	**Total**	**Proveitos**	**Custos**	**Total**
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	32 508	653	31 855	773	351	422
De outros emissores	5 494	446	5 048	34 650	168	34 482
Acções	184	621	(437)	19	21	(2)
Outros títulos de rendimento variável	2 866	2	2 864	975	7	968
	41 052	1 722	39 330	36 417	547	35 870

A rubrica Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores inclui o montante de 4.342 milhares de Euros (30 de Junho de 2012: 33.577 milhares de Euros), resultante de um conjunto de operações de recompra efectuadas no âmbito de um conjunto de iniciativas levadas a cabo pela CEMG, para gestão da sua estrutura de financiamento e de capital, nomeadamente das operações de recompra de obrigações *Pelican Mortgages n.º3*, conforme descrito na nota 36 e 49.

8 Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

	Jun 2013			Jun 2012		
	Proveitos	**Custos**	**Total**	**Proveitos**	**Custos**	**Total**
Reavaliação cambial	21 881	20 174	1 707	17 267	14 938	2 329

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 t).

9 Resultados de alienação de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	**Jun 2012**
Alienação de imóveis	(3 550)	(10 258)
Alienação de crédito a clientes	-	44 070
Outros	(26)	(6 725)
	(3 576)	27 087

A rubrica de Alienação de imóveis, diz respeito aos resultados da venda de Activos não correntes detidos para venda.

Em 30 de Junho de 2012, a rubrica Alienação de crédito a clientes refere-se às operações de crédito Aurea 1 e 2, conforme descrito na nota 20.

A rubrica Outros inclui, em 30 de Junho de 2012, o montante de 6.695 milhares de Euros, relativo ao reconhecimento integral em custo do período de programas de *software*, conforme descrito na nota 29.

10 Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Jun 2012
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços	3 076	3 417
Reembolso de despesas	902	1 115
Proveitos na gestão de contas de depósitos à ordem	7 970	8 212
Recompra de emissões próprias	420	23 822
Outros	7 246	3 431
	19 614	39 997
Outros custos de exploração		
Impostos	3 160	2 219
Donativos e quotizações	159	130
Fundo de Garantia de Depósitos	1 597	1 506
Fundo de Resolução	1 127	-
Outros	10 671	5 093
	16 714	8 948
Outros resultados líquidos de exploração	2 900	31 049

Em 30 de Junho de 2012, o resultado de Recompras de emissões próprias é apurado de acordo com o definido na política contabilística descrita na nota 1 c) e refere-se à recompra de obrigações hipotecárias e *Euro Medium Term Notes*. Em 30 de Junho de 2012, esta rubrica inclui ainda o valor referente ao cancelamento de obrigações hipotecárias de 1.857 milhares de Euros.

A contribuição específica sobre o sector Bancário é estimada de acordo com o disposto na Lei n.º 55-A/2010. A determinação do montante a pagar incide sobre: (i) o passivo médio anual apurado em balanço deduzido dos fundos próprios de base (*Tier* 1) e dos fundos próprios complementares (*Tier* 2) e os depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos; e (ii) o valor nocional dos instrumentos financeiros derivados. A 30 de Junho de 2013, a CEMG reconheceu como custo do período o valor de 2.555 milhares de Euros (30 de Junho de 2012: 2.116 milhares de Euros), incluído na rubrica de Outros custos de exploração – Impostos.

11 Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Jun 2012
Remunerações	66 906	65 709
Encargos sociais obrigatórios	18 753	18 960
Encargos com fundos de pensões	2 448	5 394
Outros custos	2 407	2 160
	90 514	92 223

A rubrica Encargos com fundo de pensões, em 30 de Junho de 2012 inclui o montante de 1.377 milhares de Euros relativo ao custo com a transferência das responsabilidades com os colaboradores reformados/pensionistas para o Regime Geral de Segurança Social, de acordo com o referido na nota 47. O impacto corresponde ao efeito do recálculo das responsabilidades, com base nos pressupostos actuariais definidos pelo Estado Português, no âmbito da transferência.

Esta rubrica inclui igualmente em 30 de Junho de 2012 o montante de 878 milhares de Euros relativo ao custo com os colaboradores reformados antecipadamente.

12 Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Jun 2012
Rendas e alugueres	14 138	16 015
Serviços especializados		
Informática	4 469	5 845
Trabalho independente	1 902	1 955
Outros serviços especializados	7 302	8 961
Publicidade e publicações	2 003	2 160
Comunicações e expedição	4 382	5 278
Água, energia e combustíveis	2 512	2 897
Conservação e reparação	2 048	2 320
Transportes	1 652	1 651
Seguros	1 169	1 055
Deslocações, estadias e despesas de representação	676	750
Material de consumo corrente	1 228	684
Formação	141	81
Outros gastos administrativos	3 979	1 556
	47 601	51 208

A rubrica Rendas e alugueres inclui o montante de 12.465 milhares de Euros (30 de Junho de 2012: 12.613 milhares de Euros) correspondente a rendas pagas sobre imóveis utilizados pela CEMG na condição de locatário.

13 Amortizações do período

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Jun 2012
Activos intangíveis		
Software	6 013	5 949
	6 013	5 949
Outros activos tangíveis		
Imóveis	1 646	1 861
Equipamento		
Mobiliário e material	499	553
Outro equipamento	755	720
Máquinas e ferramentas	51	64
Equipamento informático	3 470	3 980
Instalações interiores	165	177
Equipamento de transporte	48	73
Equipamento de segurança	367	383
Activos em locação operacional	209	353
Outros activos tangíveis	72	88
	7 282	8 252
	13 295	14 201

14 Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Jun 2012
Aplicações em instituições de crédito		
Dotação do período	1 098	50
Reversão do período	(440)	(316)
	658	(266)
Crédito a clientes		
Dotação do período líquida de reversões	103 909	84 850
Recuperação de crédito e de juros	(2 393)	(1 168)
	101 516	83 682
	102 174	83 416

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 a), a CEMG aplica nas suas contas as NCAs, pelo que a rubrica Imparidade do crédito regista a estimativa de perdas incorridas à data do fim do período, determinada de acordo com o regime de provisionamento definido pelas regras do Banco de Portugal, conforme a política contabilística descrita na nota 1 b).

15 Imparidade de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Jun 2012
Imparidade para activos não correntes detidos para venda		
Dotação do período líquida de reversões	24 207	9 139
Imparidade para títulos		
Dotação do período	34 955	17 658
Reversão do período	(14 938)	(8 829)
	20 017	8 829
	44 224	17 968

Em 30 de Junho de 2013, a rubrica Imparidade para títulos – Dotação do período inclui o montante de 1.279 milhares de Euros, referentes à imparidade reconhecida para unidades de participação em Fundos Especializados de Crédito, adquiridas no âmbito da cedência de créditos a clientes, conforme nota 23.

16 Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Jun 2012
Provisões para riscos gerais de crédito		
Dotação do período	36 594	34 859
Reversão do período	(40 233)	(40 043)
	(3 639)	(5 184)
Outras provisões para outros riscos e encargos		
Dotação do período	691	758
Reversão do período	-	(940)
	691	(182)
	(2 948)	(5 366)

17 Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Caixa	130 773	139 006
Banco de Portugal	154 476	108 581
	285 249	247 587

A rubrica Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm como objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 1745/2003 do Banco Central Europeu, de 12 de Setembro de 2003, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

Em 30 de Junho de 2013, a taxa de remuneração média destes depósitos ascendia a 0,50% (31 de Dezembro de 2012: 0,75%).

18 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Em instituições de crédito no país	650	572
Em instituições de crédito no estrangeiro	15 430	12 632
Valores a cobrar	40 328	44 166
	56 408	57 370

A rubrica Valores a cobrar diz respeito a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

19 Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos	1 135	1 135
Empréstimos	52 504	82 722
Outras aplicações	6 002	6 003
	59 641	89 860
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	9 997	9 993
Aplicações de muito curto prazo	53 710	33 000
Outras aplicações	118 600	117 930
	182 307	160 923
	241 948	250 783
Imparidade para aplicações em instituições de crédito	(683)	(25)
	241 265	250 758

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 30 de Junho de 2013, vencem juros à taxa média anual de 1% (31 de Dezembro de 2012: 1,25%).

As aplicações em instituições de crédito no estrangeiro vencem juros às taxas dos mercados internacionais onde a CEMG opera.

Os movimentos de imparidade para aplicações em instituições de crédito, são analisados como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	**Jun 2012**
Saldo em 1 de Janeiro	25	345
Dotação do período	1 098	50
Reversão do período	(440)	(316)
Saldo em 30 de Junho	683	79

20 Crédito a clientes

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimo	2 091 596	1 936 956
Créditos em conta corrente	1 489 477	1 688 452
Locação financeira	246 129	230 204
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	125 633	173 517
Factoring	93 121	105 231
Descobertos em depósitos à ordem	91 612	66 508
Outros créditos	1 323 566	1 430 053
A particulares		
Habitação	8 217 852	8 381 787
Locação financeira	28 426	50 527
Consumo e outros créditos	965 683	987 634
	14 673 095	15 050 869
Crédito ao exterior		
A empresas		
Descobertos em depósitos à ordem	-	982
	14 673 095	15 051 851
Correção de valor de activos que sejam objecto de operações de cobertura	1 901	2 475
Crédito e juros vencidos		
Menos de 90 dias	98 586	92 520
Mais de 90 dias	869 721	787 834
	968 307	880 354
	15 643 303	15 934 680
Imparidade para riscos de crédito	(998 811)	(902 703)
	14 644 492	15 031 977

Em 30 de Junho de 2013, a rubrica Crédito a clientes inclui créditos afectos à emissão de obrigações hipotecárias, realizadas pela CEMG de 2.737.065 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 2.816.016 milhares de Euros), conforme nota 35.

Conforme referido na nota 52, a CEMG realizou operações de cedência de créditos a clientes para Fundos Especializados de Crédito. O montante global dos créditos alienados ascendeu a 25.425 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 15.318 milhares de Euros).

Em 2012, a CEMG procedeu à venda de duas carteiras de crédito a clientes para uma sociedade de titularização denominada "Hefesto Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.". Estas operações foram denominadas como Aurea 1 e Aurea 2. Estes créditos apresentavam um valor de balanço de 26.470 milhares de Euros, tendo sido a venda realizada por 70.540 milhares de Euros, gerando uma mais-valia de 44.070 milhares de Euros, conforme nota 9.

A CEMG realizou as seguintes operações, ao abrigo do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias da CEMG:

- Maio 2013: Emissão de 500.000 milhares de Euros, prazo: 4 anos, uma taxa de juro de Euribor 1M + 0,75%;

- Julho 2012: Reembolso de 655.000 milhares de Euros;

- Junho 2012: Cancelamento de 53.300 milhares de Euros, com um resultado de 1.857 milhares de Euros, conforme a nota 10;

- Novembro 2011: Emissão de 300.000 milhares de Euros, prazo: 5 anos, uma taxa de juro de Euribor 3M + 0,75%;

- Outubro 2011: Cancelamento de 291.700 milhares de Euros, com um resultado de 17.750 milhares de Euros, conforme a nota 10;

- Setembro 2011: Emissão de 550.000 milhares de Euros, prazo: 5 anos, uma taxa de juro de Euribor 3M + 0,75%;

- Novembro 2010: Emissão de 500.000 milhares de Euros, prazo: 5 anos, uma taxa de juro de Euribor 3M + 2,5%;

- Dezembro 2009: Emissão de 150.000 milhares de Euros, prazo: 7 anos, a uma taxa de juro de Euribor 3M + 0,75%; e

- Julho 2009: Emissão de 1.000.000 milhares de Euros, prazo: 3 anos, a uma taxa de juro de 3,25%.

De acordo com o disposto na carta-circular n.º 15/2009, de 28 de Janeiro do Banco de Portugal, a CEMG passou a abater ao activo apenas os créditos vencidos provisionados a 100% que, após uma análise económica sejam considerados incobráveis por se concluir que não existem perspectivas da sua recuperação.

Em 30 de Junho de 2013, o Crédito a clientes incluí cerca de 3.604.291 milhares de Euros (30 de Dezembro de 2012: 3.758.165 milhares de Euros) relativo a créditos que foram objecto de securitização e, que de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 f), não foram objecto de desreconhecimento. Adicionalmente, encontra-se registado no passivo, os títulos associados a estas operações conforme nota 36.

Na rubrica de Correcção de valores de activos que sejam objecto de operações de cobertura está registado o ajustamento para o justo valor da parte da carteira coberta. Esta valorização é registada por contrapartida de resultados de acordo com a política contabilística 1 d). O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

O justo valor da carteira de crédito a clientes encontra-se apresentado na nota 46.

A rubrica Crédito a clientes corresponde na sua maioria a contratos de crédito a taxa variável.

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o período findo em 30 de Junho de 2013, é a seguinte:

(milhares de Euros)

	Crédito a clientes				
	Até 1 ano	**De 1 a 5 anos**	**A mais de 5 anos**	**Indeterminado**	**Total**
Crédito com garantias reais	549 113	1 514 074	9 656 039	429 564	12 148 790
Crédito com outras garantias	904 240	242 991	465 833	248 708	1 861 772
Crédito sem garantias	625 902	121 810	271 171	269 630	1 288 513
Crédito ao sector público	10 894	4 395	33 979	2 409	51 677
Crédito em Locação	112	75 045	199 398	17 996	292 551
	2 090 261	1 958 315	10 626 420	968 307	15 643 303

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, é a seguinte:

(milhares de Euros)

	Crédito a clientes				
	Até 1 ano	**De 1 a 5 anos**	**A mais de 5 anos**	**Indeterminado**	**Total**
Crédito com garantias reais	595 431	1 595 835	9 732 769	402 931	12 326 966
Crédito com outras garantias	943 720	298 607	366 354	207 605	1 816 286
Crédito sem garantias	743 849	144 511	297 995	255 625	1 441 980
Crédito ao sector público	87	7 788	46 648	311	54 834
Crédito sobre o estrangeiro	1	-	-	-	1
Crédito em Locação	2 156	81 004	197 571	13 882	294 613
	2 285 244	2 127 745	10 641 337	880 354	15 934 680

O crédito vincendo em locação, em 30 de Junho de 2013, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

(milhares de Euros)

	Crédito em locação			
	Até 1 ano	**De 1 a 5 anos**	**A mais de 5 anos**	**Total**
Rendas vincendas	58 378	126 209	120 984	305 571
Juros vincendos	(12 213)	(29 029)	(23 305)	(64 547)
Valores residuais	2 731	11 238	19 562	33 531
	48 896	108 418	117 241	274 555

O crédito vincendo em locação, em 31 de Dezembro de 2012, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

(milhares de Euros)

	Crédito em locação			
	Até 1 ano	**De 1 a 5 anos**	**A mais de 5 anos**	**Total**
Rendas vincendas	57 361	126 032	125 033	308 426
Juros vincendos	(11 514)	(27 523)	(23 688)	(62 725)
Valores residuais	6 076	10 187	18 767	35 030
	51 923	108 696	120 112	280 731

A análise do Crédito e juros vencidos, por tipo de crédito, é a seguinte:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	**Dez 2012**
Crédito com garantias reais	429 564	402 931
Crédito com outras garantias	248 708	207 605
Crédito sem garantias	269 630	255 625
Crédito ao sector público	2 409	311
Crédito em Locação	17 996	13 882
	968 307	880 354

A análise do Crédito e juros vencidos, de acordo com o tipo de cliente, é a seguinte:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	**Dez 2012**
Empresas		
Construção/Produção	201 855	178 342
Investimento	157 675	212 070
Tesouraria	337 189	229 909
Outras finalidades	10 301	9 108
Particulares		
Habitação	119 499	124 304
Consumo	34 549	29 636
Outras finalidades	67 111	59 828
Sector Público Administrativo	2 409	311
Outros segmentos	37 719	36 846
	968 307	880 354

Os movimentos de imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Jun 2012
Saldo em 1 de Janeiro	902 703	694 225
Dotação do período líquida de reversões	103 909	84 850
Utilização de imparidade	(15 623)	(182 859)
Regularizações	7 822	92 472
Transferências	-	-
Saldo em 30 de Junho	998 811	688 688

Adicionalmente, a CEMG apresenta em 30 de Junho de 2013, 103.024 milhares de Euros de provisões para riscos gerais de crédito (30 de Dezembro de 2012: 106.663 milhares de Euros), as quais de acordo com as NCAs são apresentadas no passivo, conforme referido na nota 37.

Em conformidade com a política da CEMG, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

A imparidade para riscos de crédito, por tipo de crédito, é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Crédito com garantias reais	478 080	447 840
Crédito com outras garantias	253 693	201 523
Crédito sem garantias	267 038	253 340
	998 811	902 703

Em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 b), e de acordo com o disposto na carta-circular n.º 15/2009, de 28 de Janeiro do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas fiáveis de recuperação dos créditos e para os créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade, quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

A anulação de crédito por utilização da respectiva imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Crédito com garantias reais	1 812	160 991
Crédito com outras garantias	12 477	29 465
Crédito sem garantias	1 334	14 297
	15 623	204 753

A análise da recuperação de créditos e juros, efectuada no decorrer do período entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2013 e 2012, ascendeu ao montante de 2.393 milhares de Euros e 1.168 milhares de Euros, respectivamente, relacionada com a recuperação de crédito e juros, conforme mencionado na nota 14.

A CEMG utiliza colaterais físicos e colaterais financeiros como instrumentos de mitigação do risco de crédito. Os colaterais físicos correspondem maioritariamente a hipotecas sobre imóveis residenciais no âmbito de operações de crédito à habitação e hipotecas sobre outros tipos de imóveis no âmbito de outros tipos de operações de crédito. De forma a reflectir o valor de mercado dos mesmos, estes colaterais são revistos regularmente com base em avaliações efectuadas por entidades avaliadoras certificadas e independentes ou através da utilização de coeficientes de reavaliação que reflectem a tendência de evolução do mercado para o tipo de imóvel e a área geográfica respectiva. Os colaterais financeiros são reavaliados com base nos valores de mercado dos respectivos activos, quando disponíveis, sendo aplicados determinados coeficientes de desvalorização de forma a reflectir a sua volatilidade.

21 Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Acções	12 932	12 337
Obrigações	1 532	1 949
	14 464	14 286
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	58 215	118 571
	72 679	132 857
Passivos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Vendas a descoberto	1 246	984
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	66 196	83 824
	67 442	84 808

Em 30 de Junho de 2013, a rubrica Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo inclui o valor de 16.362 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 54.523 milhares de Euros) relativos a instrumentos associados a activos ou passivos avaliados ao justo valor através de resultados.

Em 30 de Junho de 2013, a rubrica Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo inclui o valor de 7.958 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 10.385 milhares de Euros) relativos a instrumentos associados a activos ou passivos avaliados ao justo valor através de resultados.

Em 31 de Dezembro de 2012, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados incluem a valorização dos derivados embutidos destacados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 c) no montante de 8.450 milhares de Euros.

A carteira de negociação é valorizada ao justo valor, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 c). Conforme a referida política contabilística, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Conforme disposto na IFRS 7, os activos e passivos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação encontram-se valorizados de acordo com os preços de mercado ou *providers* e com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados nos níveis 1 e 2, conforme quadro seguinte:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Activos financeiros detidos para negociação		
Nível 1	14 464	14 286
Nível 2	58 215	118 571
	72 679	132 857
Passivos financeiros detidos para negociação		
Nível 1	1 246	984
Nível 2	66 196	83 824
	67 442	84 808

Não existiram durante o primeiro semestre de 2013, transferências significativas entre níveis de valorização.

O valor de balanço dos activos e passivos financeiros detidos para negociação em 30 de Junho de 2013, pode ser analisado como segue:

		Jun 2013						
		Derivado			Activo / Passivo associado			
Produto derivado	Activo / Passivo financeiro associado	Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Swap de taxa de juro	Emissão de obrigações	715 636	6 082	(5 973)	29 806	(6 521)	359 908	357 296
Swap de taxa de juro	Depósitos	41 000	(765)	(26 820)	(9 846)	5 685	409 692	403 553
Swap de taxa de juro	Recursos	152 040	7 442	(9 884)	5 689	(501)	75 989	86 508
Swap de taxa de juro	Titularização	8 910 620	(14 424)	(1 168)	-	-	-	-
Swap de taxa de juro	Obrigações hipotecárias	10 943 490	(4 883)	636	-	-	-	-
Swap de taxa de juro	Crédito a clientes	50 000	(2 080)	632	1 901	(574)	25 346	25 000
Swap de taxa de juro	Outros	931 224	7	45	-	-	-	-
Swap cambial	-	372 330	102	(113)	-	7	-	-
Futuros		41 014	23	13	-	-	-	-
Opções	-	366 834	603	(182)	-	-	-	-
Credit Default Swaps	-	25 000	(88)	86	-	-	-	-
		22 549 188	(7 981)	(42 728)	27 550	(1 904)	870 935	872 357

O valor de balanço dos activos e passivos financeiros detidos para negociação em 31 de Dezembro de 2012, pode ser analisado como segue:

(milhares de Euros)

		Dez 2012						
		Derivado			Activo / Passivo associado			
Produto derivado	**Activo / Passivo financeiro associado**	**Nocional**	**Justo valor**	**Variação de justo valor no ano**	**Justo valor**	**Variação de justo valor no ano**	**Valor de balanço**	**Valor de reembolso na maturidade**
Swap de taxa de juro	Emissão de obrigações	875 236	12 055	324	36 327	(67 202)	365 213	359 531
Swap de taxa de juro	Depósitos	1 360 400	26 055	3 805	(15 531)	375	443 782	437 599
Swap de taxa de juro	Recursos	330 424	17 326	3 655	6 190	(13 437)	102 196	99 061
Swap de taxa de juro	Titularização	9 276 333	(13 256)	(2 522)	-	-	-	-
Swap de taxa de juro	Obrigações hipotecárias	11 275 036	(5 519)	(11 394)	-	6 509	-	-
Swap de taxa de juro	Crédito a clientes	50 000	(2 712)	(1 153)	2 475	960	25 350	25 000
Swap de taxa de juro	Outros	953 644	(38)	266	-	-	-	-
Swap cambial	-	280 482	215	(264)	(7)	28	1 554	1 516
Futuros	-	38 766	10	32	-	-	-	-
Opções	-	332 394	785	787	-	-	-	-
Credit Default Swaps	-	32 500	(174)	2 897	-	-	-	-
		24 805 215	34 747	(3 567)	29 454	(72 767)	938 095	922 707

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 30 de Junho de 2013 é a seguinte:

(milhares de Euros)

	Jun 2013					
	Nocionais com prazo remanescente				Justo valor	
	Inferior a 3 meses	**Entre 3 meses e 1 ano**	**Superior a 1 ano**	**Total**	**Activo**	**Passivo**
Contratos sobre taxas de juro						
Swap de taxa de juro	7 000	142 900	21 594 110	21 744 010	50 831	59 452
Opções	3 437	51 589	311 808	366 834	6 835	6 232
Contratos sobre taxas de câmbio						
Swap cambial	366 253	6 077	-	372 330	494	392
Contratos sobre índices						
Futuros de índices	41 014	-	-	41 014	25	2
Contratos sobre crédito						
Credit default swaps	-	3 000	22 000	25 000	30	118
	417 704	203 566	21 927 918	22 549 188	58 215	66 196

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de Dezembro de 2012 é a seguinte:

(milhares de Euros)

	Dez 2012					
	Nocionais com prazo remanescente				Justo valor	
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Superior a 1 ano	Total	Activo	Passivo
Contratos sobre taxas de juro						
Swap de taxa de juro	234 000	371 383	23 515 691	24 121 074	111 020	77 107
Opções	433	19 200	312 760	332 393	6 857	6 072
Contratos sobre taxas de câmbio						
Swap cambial	279 706	776	-	280 482	626	412
Contratos sobre índices						
Futuros de índices	38 766	-	-	38 766	10	-
Contratos sobre crédito						
Credit default swaps	-	7 500	25 000	32 500	58	233
	552 905	398 859	23 853 451	24 805 215	118 571	83 824

22 Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Obrigações de outros emissores		
Estrangeiros	6 809	12 300
	6 809	12 300

A opção da CEMG em designar estes activos ao justo valor através de resultados, à luz da IAS 39, conforme política contabilística descrita na nota 1 c), está de acordo com a estratégia documentada de gestão da CEMG, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados encontram-se valorizados de acordo com os preços de mercado ou *providers*. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados no nível 1.

23 Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013				
		Reserva de justo valor			
	Custos [1]	Positiva	Negativa	Perdas por imparidade	Valor de balanço
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	1 648 990	6 765	(28 662)	-	1 627 093
Estrangeiros	55 892	2 345	(1 277)	(11 257)	45 703
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	4 034 659	1 381	(4 854)	(30 093)	4 001 093
Estrangeiros	279 429	17 139	(6 486)	(12 739)	277 343
Papel comercial	365 197	-	-	(10 160)	355 037
Títulos de rendimento variável					
Acções					
Nacionais	15 056	112	(73)	(3 556)	11 539
Estrangeiros	12 519	1 356	(820)	(3 211)	9 844
Unidades de participação	655 319	8 885	(12 070)	(6 876)	645 258
	7 067 061	37 983	(54 242)	(77 892)	6 972 910

[1] Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

(milhares de Euros)

	Dez 2012				
		Reserva de justo valor			
	Custos [1]	Positiva	Negativa	Perdas por imparidade	Valor de balanço
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	1 106 821	14 085	(5 049)	-	1 115 857
Estrangeiros	95 444	1 322	(1 209)	(11 257)	84 300
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	4 237 542	655	(17 606)	(27 280)	4 193 311
Estrangeiros	341 790	18 243	(16 865)	(7 289)	335 879
Papel comercial	392 499	-	-	(1 224)	391 275
Títulos de rendimento variável					
Acções					
Nacionais	9 664	108	(42)	(3 556)	6 174
Estrangeiros	8 584	1 087	(81)	(2 597)	6 993
Unidades de participação	603 180	6 246	(7 630)	(5 083)	596 713
	6 795 524	41 746	(48 482)	(58 286)	6 730 502

[1] Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

Conforme descrito na política contabilística descrita na nota 1 c), a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado, sendo o respectivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor conforme nota 43. A CEMG avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos financeiros disponíveis para venda, seguindo os critérios de julgamento descritos na política contabilística descrita na nota 1 z).

Conforme referido na nota 52, a rubrica Títulos de rendimentos variável – Unidades de participação inclui o montante de 26.372 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 19.018 milhares de Euros) referentes a unidades de participação em Fundos Especializados de Crédito adquiridas no âmbito da cedência de créditos a clientes. Este montante inclui 6.153 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 4.874 milhares de Euros) referente a títulos júnior (unidades de participação com carácter mais subordinado), os quais se encontram totalmente provisionados, conforme nota 15. Adicionalmente, a 30 de Junho de 2013, estes títulos apresentam 5 milhares de Euros referentes a reservas de justo valor negativas.

Os activos financeiros disponíveis para venda encontram-se valorizados de acordo com os preços de mercado ou *providers* e com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados por níveis como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	**Dez 2012**
Nível 1	2 587 736	2 079 039
Nível 2	504 094	177 565
Nível 3	3 804 621	4 060 699
Ao custo de aquisição	76 459	413 199
	6 972 910	6 730 502

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	**Jun 2012**
Saldo em 1 de Janeiro	58 286	49 647
Dotação do período	34 955	17 658
Reversão do período	(14 938)	(8 829)
Utilização de imparidade	(411)	(16 170)
Saldo em 31 de Junho	77 892	42 306

Conforme descrito na política contabilística descrita na nota 1 c), a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada líquida do total da reserva de justo valor e de imparidade em 30 de Junho de 2013. O total de reserva de justo valor para a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é negativo e ascende a 16.259 milhares de Euros (30 de Junho de 2012: 107.754 milhares de Euros) e a imparidade ascende a 77.892 milhares de Euros (30 de Junho de 2012: 42.306 milhares de Euros).

A evolução da crise da dívida dos países da zona Euro associado à evolução da situação macro económica na Grécia, que tem contribuído para uma deterioração da situação económica e financeira do Estado Grego e a incapacidade de aceder a financiamentos nos mercados financeiros o que implica que a solvência imediata do país continue dependente do contínuo apoio da UE e do FMI.

Face esta conjuntura, a rubrica Perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda inclui a imparidade reconhecida na dívida soberana da Grécia durante o exercício de 2012, conforme referido na nota 51.

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 30 de Junho de 2013 é a seguinte:

(milhares de Euros)

	Jun 2013				
	Inferior a três meses	**Entre 3 meses e 1 ano**	**Superior a 1 ano**	**Indetermina-do**	**Total**
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	-	38 531	1 588 562	-	1 627 093
Estrangeiros	-	26 897	18 806	-	45 703
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	37 539	54 450	3 906 565	2 539	4 001 093
Estrangeiros	2 114	7 111	264 986	3 132	277 343
Papel comercial	134 898	132 543	87 596	-	355 037
	174 551	259 532	5 866 515	5 671	6 306 269
Títulos de rendimento variável					
Acções					
Nacionais	-	-	-	11 539	11 539
Estrangeiras	-	-	-	9 844	9 844
Unidades de participação	-	-	165	645 093	645 258
	-	-	165	666 476	666 641
	174 551	259 532	5 866 680	672 147	6 972 910

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2012 é a seguinte:

(milhares de Euros)

	Dez 2012				
	Inferior a três meses	**Entre 3 meses e 1 ano**	**Superior a 1 ano**	**Indetermina-do**	**Total**
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	51 886	248 353	815 618	-	1 115 857
Estrangeiros	2 521	63 627	18 152	-	84 300
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	64 976	80 502	4 047 833	-	4 193 311
Estrangeiros	24 674	14 420	293 666	3 119	335 879
Papel comercial	122 393	111 144	157 738	-	391 275
	266 450	518 046	5 333 007	3 119	6 120 622
Títulos de rendimento variável					
Acções de empresas					
Nacionais	-	-	-	6 174	6 174
Estrangeiras	-	-	-	6 993	6 993
Unidades de participação	-	-	7 375	589 338	596 713
	-	-	7 375	602 505	609 880
	266 450	518 046	5 340 382	605 624	6 730 502

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

(milhares de Euros)

	Jun 2013			Dez 2012		
	Cotados	**Não cotados**	**Total**	**Cotados**	**Não cotados**	**Total**
Títulos de rendimento fixo						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	1 627 093	-	1 627 093	1 115 857	-	1 115 857
Estrangeiros	45 703	-	45 703	84 300	-	84 300
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	424 244	3 576 849	4 001 093	578 946	3 614 365	4 193 311
Estrangeiros	205 304	72 039	277 343	259 769	76 110	335 879
Papel comercial	-	355 037	355 037	1 766	389 509	391 275
	2 302 344	4 003 925	6 306 269	2 040 638	4 079 984	6 120 622
Títulos de rendimento variável						
Acções de empresas						
Nacionais	1 186	10 353	11 539	1 171	5 003	6 174
Estrangeiros	9 678	166	9 844	6 827	166	6 993
Unidades de participação	630 064	15 194	645 258	582 569	14 144	596 713
	640 928	25 713	666 641	590 567	19 313	609 880
	2 943 272	4 029 638	6 972 910	2 631 205	4 099 297	6 730 502

24 Derivados de cobertura

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Activo		
Swaps de taxas de juro	915	931
Passivo		
Swaps de taxas de juro	2 572	3 177

Os derivados de cobertura encontram-se valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados no nível 2.

A CEMG contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro e cambial. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se a CEMG está exposta às variações de justo valor, ou a variações de fluxos de caixa, ou se encontra perante coberturas de transacções futuras.

A CEMG realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

O ajustamento sobre os riscos financeiros cobertos efectuado às rubricas do activo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Recursos de outras instituições de crédito	205	(600)
Activos financeiros disponíveis para venda	1 771	1 987
	1 976	1 387

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 30 de Junho de 2013, é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013							
	Nocionais por prazo remanescente				Justo valor			
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Total	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Total
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:								
Swap de taxa de juro	-	20 000	72 000	92 000	-	828	(2 485)	(1 657)
	-	20 000	72 000	92 000	-	828	(2 485)	(1 657)

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de Dezembro de 2012, é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Dez 2012							
	Nocionais por prazo remanescente				Justo valor			
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Total	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Total
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:								
Swap de taxa de juro	-	23 000	92 000	115 000	-	(366)	(1 880)	(2 246)
	-	23 000	92 000	115 000	-	(366)	(1 880)	(2 246)

25 Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Títulos de rendimento fixo		
Obrigações de emissores públicos nacionais	6 316	6 185
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	11 206	11 037
	17 522	17 222

O justo valor da carteira de investimentos detidos até à maturidade encontra-se apresentado na nota 46.

A CEMG avaliou, com referência a 30 de Junho de 2013, a existência de evidência objectiva da imparidade na sua carteira de investimentos detidos até à maturidade, não tendo verificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

Os títulos detidos até à maturidade podem ser analisados, à data de 30 de Junho de 2013, como segue:

(milhares de Euros)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço
OT - Setembro_98/23-09-2013	Maio, 1998	Setembro, 2013	Taxa fixa de 5,450%	99
OT - Outubro_05/15-10-2015	Julho, 2005	Outubro, 2015	Taxa fixa de 3,350%	6 218
Netherlands Government 05/2015	Junho, 2005	Julho, 2015	Taxa fixa de 3,250%	5 110
Republic of Austria 04/15-07-2015	Maio, 2004	Julho, 2015	Taxa fixa de 3,500%	2 057
Belgium Kingdom 05/28-09-2015	Março, 2005	Setembro, 2015	Taxa fixa de 3,750%	2 034
Buoni Poliennali Del Tes. 05/2015	Maio, 2005	Agosto, 2015	Taxa fixa de 3,750%	2 004
				17 522

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados de acordo com o descrito na política contabilística descrita na nota 1 c).

Durante o primeiro semestre de 2013 e o exercício de 2012, a CEMG não procedeu a transferências para ou desta categoria de activos.

26 Investimentos em associadas e outras

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Participações financeiras em associadas e outras		
Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A.	341 250	341 250
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	29 566	29 566
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	9 530	9 530
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	7 001	7 001
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	3 200	3 200
Não cotados	390 547	390 547

Os dados relativos às empresas associadas relativamente a 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de Euros)

	Número de acções	Participação directa no capital	Valor unitário Euros	Custo da participação
30 de Junho de 2013				
Finibanco Holding, S.P.G.S., S.A.	175 000 000	100,00%	1,00	341 250
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	1 333 929	25,65%	5,00	29 566
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	314 736	39,34%	25,00	9 530
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	77 200	100,00%	90,69	7 001
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	400 001	20,00%	5,00	3 200
				390 547
31 de Dezembro de 2012				
Finibanco Holding, S.P.G.S., S.A.	175 000 000	100,00%	1,00	341 250
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	1 333 929	25,65%	5,00	29 566
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	314 736	39,34%	25,00	9 530
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	77 200	100,00%	90,69	7 001
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	400 001	20,00%	5,00	3 200
				390 547

No exercício de 2012, a CEMG efectuou prestações suplementares de 6.000 milhares de Euros na participada Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.

27 Activos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	734 969	498 886
Imparidade para activos não correntes detidos para venda	(50 216)	(26 009)
	684 753	472 877

Os activos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 j).

A rubrica Imóveis e outros activos resultantes de resolução de contratos de crédito sobre clientes resulta da resolução de contratos de crédito sobre clientes, decorrente de (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação sou promessa de dação e respectiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome da CEMG; ou (ii) adjudicação dos bens em consequência do processo judicial de execução das garantias, sendo contabilizadas com o título de adjudicação ou na sequência do pedido de adjudicação após registo de primeira penhora.

De acordo com a expectativa da CEMG, pretende-se que os referidos activos estejam disponíveis para venda num prazo inferior a 1 ano, existindo uma estratégia para a sua alienação. A referida rubrica inclui a 30 de Junho de 2013 imóveis para os quais foram já celebrados Contratos promessa de compra e venda no montante de 11.592 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 13.875 milhares de Euros).

Os movimentos da imparidade para activos não correntes detidos para venda são analisados como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Jun 2012
Saldo em 1 de Janeiro	26 009	20 406
Dotação do período líquida de reversões	24 207	9 139
Saldo em 30 de Junho	50 216	29 545

28 Outros activos tangíveis

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Custos		
Imóveis		
De serviço próprio	8 346	8 346
Obras em imóveis arrendados	58 820	58 801
Imobilizado em curso	19	35
Equipamento		
Mobiliário e material	19 679	19 667
Máquinas e ferramentas	2 974	2 975
Equipamento informático	81 148	89 919
Instalações interiores	24 306	24 251
Equipamento de transporte	3 504	3 730
Equipamento de segurança	9 067	9 023
Outro equipamento	1	1
Património artístico	2 869	2 869
Activos em locação operacional	2 454	3 344
Outras imobilizações corpóreas	1 954	1 954
Imobilizações em curso	1 078	952
	216 219	225 867
Amortizações acumuladas		
Relativas ao período corrente	(7 282)	(18 683)
Relativas a períodos anteriores	(159 750)	(151 533)
	(167 032)	(170 216)
	49 187	55 651

29 Activos intangíveis

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Custo		
Software	68 524	57 767
Outros activos intangíveis	88 333	88 333
	156 857	146 100
Amortizações acumuladas		
Relativas ao período corrente	(6 013)	(18 201)
Relativas a períodos anteriores	(37 228)	(19 027)
	(43 241)	(37 228)
	113 616	108 872

A rubrica Outros activos intangíveis inclui o valor de 88.272 milhares de Euros que corresponde ao diferencial entre os activos e passivos do Finibanco, S.A. adquiridos pela CEMG em 4 de Abril de 2011 e o seu valor contabilístico e tem em conta o justo valor dos referidos activos e passivos bem como o potencial de geração de negócio associado à rede do Finibanco, S.A. adquirida, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 a).

Este activo intangível não possui vida útil finita, pelo que, conforme referido nas políticas contabilísticas descrita nas notas 1 q) e 1 z), o seu valor recuperável é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Em 2012, a CEMG procedeu ao reconhecimento integral em custo do período de programas de *software*, com o valor de balanço de 6.695 milhares de Euros, conforme nota 9.

A 30 de Junho de 2013 não foi determinada a necessidade de constituição de perdas por imparidade para estes activos.

30 Impostos

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2012, a CEMG passa a estar sujeita ao regime estabelecido no Código do IRC. Desta forma, e tendo por base a legislação aplicável, as diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC, sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 v), são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 podem ser analisados como seguem:

(milhares de Euros)

	Activo		Passivo		Líquido	
	Jun 2013	**Dez 2012**	**Jun 2013**	**Dez 2012**	**Jun 2013**	**Dez 2012**
Instrumentos financeiros	4 714	1 953	-	-	4 714	1 953
Outros activos tangíveis	(53)	(53)	-	-	(53)	(53)
Provisões	155 581	147 882	-	-	155 581	147 882
Fundo de pensões	40 825	41 428	-	-	40 825	41 428
Prejuízos fiscais reportáveis	80 181	52 103	-	-	80 181	52 103
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	281 248	243 313	-	-	281 248	243 313

Os activos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, a CEMG possa compensar activos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sob o rendimento lançado pela mesma autoridade fiscal.

A CEMG avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base as expectativas de lucros futuros tributáveis.

Os activos e passivos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza quanto à recuperação de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de activos por impostos diferidos.

Os impostos diferidos activos associados a prejuízos fiscais, por ano de caducidade, são analisados como segue:

(milhares de Euros)

Ano de geração do prejuízo fiscal	Ano de caducidade	Jun 2013	Dez 2012
2012	2017	51 814	52 103
2013	2018	28 367	-
		80 181	52 103

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Saldo inicial	243 313	59 221
Reconhecido em resultados	35 599	178 149
Reconhecidos em reservas de justo valor	2 762	(16 375)
Reconhecido em reservas e resultados transitados	(426)	22 318
Saldo final (Activo / (Passivo))	281 248	243 313

O imposto reconhecido em resultados e reservas para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2013 e para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, teve as seguintes origens:

(milhares de Euros)

	Jun 2013		Dez 2012	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas e resultados transitados	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas e resultados transitados
Instrumentos financeiros	-	2 762	-	(16 375)
Outros activos tangíveis	-	-	(42)	-
Provisões	7 698	-	115 811	-
Fundo de pensões	(177)	(426)	10 277	-
Subsídio por morte	-	-	-	22 318
Prejuízos fiscais reportáveis	28 078	-	52 103	-
Imposto diferido reconhecido proveito/ (custo)	35 599	2 336	178 149	5 943
Imposto corrente reconhecido proveito/ (custo)	(603)	-	(1 309)	-
	34 996	2 336	176 840	5 943

A variação de saldo dos impostos diferidos líquidos inclui os encargos de impostos diferidos do exercício reconhecidos em resultados, bem como as variações relevadas em capitais próprios, nomeadamente o impacto decorrente da alteração, nos termos previstos na política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, e os ganhos e perdas potenciais decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda serem reconhecidos em capitais próprios.

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	Jun 2013		Dez 2012	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		(113 858)		(174 584)
Contribuição Extraordinária sobre o Sector Bancário		2 555		4 233
Resultado antes de impostos para reconciliação da taxa de imposto		(111 303)		(170 351)
Taxa de imposto	25,0		25,0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto		(28 465)		(43 646)
Custos não dedutíveis	4,3	(7 270)	53,8	(91 728)
Receitas isentas de imposto	(0,1)	136	25,1	(42 775)
Outros	-	-	(0,8)	1 309
Tributações autónomas e outros impactos	(0,4)	603		-
Imposto do período	(31,4)	(34 996)	103,8	(176 840)

A CEMG reconheceu os seus impostos diferidos com base numa avaliação da sua recuperabilidade, tendo em conta a expectativa de lucros fiscais futuros. Na presente data não existem impostos diferidos não reconhecidos.

A partir de 1 de Janeiro de 2012, a CEMG passa a estar sujeita ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Desta forma, e tendo por base a legislação aplicável, as diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

Considerando esta alteração, em 2011, a CEMG já tinha procedido ao reconhecimento de parte das diferenças temporárias apuradas em 31 de Dezembro de 2011 no valor de 59.221 milhares de Euros. Em 2012, o Conselho de Administração Executivo, analisou a informação adicional recebida das Autoridades Fiscais competentes sobre os esclarecimentos solicitados pela CEMG e concluiu a análise de recuperabilidade futura sobre as diferenças temporárias não reconhecidas, e em função da avaliação destes aspectos concluiu sobre o registo dos impostos diferidos ainda não reconhecidos no valor de 184.092 milhares de Euros.

31 Outros activos

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Bonificações a receber do Estado Português	9 094	9 736
Outros devedores	120 903	117 062
Outros proveitos a receber	4 874	3 954
Despesas com custo diferido	10 788	6 130
Contas diversas	54 282	242 289
	199 941	379 171
Imparidade para outros activos	(3 086)	(3 086)
	196 855	376 085

A rubrica Bonificações a receber do Estado Português corresponde às bonificações referentes a contratos de crédito à habitação e PME's, de acordo com os dispositivos legais aplicáveis ao crédito bonificado. Estes montantes não vencem juros e são reclamados mensalmente.

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, a rubrica Bonificações a receber do Estado Português pode ser detalhada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas	4 051	4 275
Bonificações processadas e ainda não reclamadas	1 018	1 543
Bonificações vencidas e ainda não reclamadas	4 025	3 918
	9 094	9 736

A rubrica Despesas com custo diferido inclui, em 30 de Junho de 2013, o montante de 3.644 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 5.388 milhares de Euros) referente ao valor ainda não registado na situação líquida do impacto contabilístico decorrente da transição, com referência a 1 de Janeiro de 2005, para os critérios da IAS 19 relativamente ao apuramento do valor actuarial das responsabilidades do fundo de pensões. Neste caso é aplicado um diferimento de dez anos ou oito anos conforme se trate de benefícios de saúde ou outros benefícios, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 u) e nota 47.

A rubrica Contas Diversas inclui, em 30 de Junho de 2013, o montante de 913 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 157.010 milhares de Euros) relativo a operações realizadas com títulos, registadas na *trade date* a aguardar liquidação. A rubrica Contas diversas inclui ainda o valor de 31.100 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 55.009 milhares de Euros) relativo aos activos líquidos reconhecidos em balanço e que representam o excesso de cobertura de responsabilidades com pensões, benefícios de saúde e subsídio por morte, conforme nota 47.

32 Recursos de bancos centrais

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, esta rubrica regista os recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais que se encontram colateralizados por títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

33 Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013			Dez 2012		
	Não remunerados	**Remunerados**	**Total**	**Não remunerados**	**Remunerados**	**Total**
Recursos de instituições de crédito no país	269	67 555	67 824	850	59 368	60 218
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	77 664	1 006 818	1 084 482	549 054	515 802	1 064 856
	77 933	1 074 373	1 152 306	549 904	575 170	1 125 074

34 Recursos de clientes

Esta rubrica é apresentada como segue:

	Jun 2013			Dez 2012		
	Não remunerados	**Remunerados**	**Total**	**Não remunerados**	**Remunerados**	**Total**
Depósitos à ordem	80 342	2 181 094	2 261 436	76 546	2 069 553	2 146 099
Depósitos a prazo (*)	-	10 104 926	10 104 926	-	10 339 325	10 339 325
Depósitos de poupança (*)	-	147 925	147 925	-	170 577	170 577
Outros recursos	19 852	-	19 852	4 371	-	4 371
Correcções de valor por operações de cobertura	9 846	-	9 846	15 531	-	15 531
	110 040	12 433 945	12 543 985	96 448	12 579 455	12 675 903

(*) Depósitos estruturados para os quais foi efectuado o destaque do derivado embutido, em 31 de Dezembro de 2012, conforme referido na nota 21 e na política contabilística descrita na nota 1 c).

Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão definidos no Aviso n.º 11/94 de 29 de Dezembro do Banco de Portugal.

Em 30 de Junho de 2013, a rubrica Depósitos a prazo inclui 403.553 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 437.599 milhares de Euros) de depósitos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

35 Responsabilidades representadas por títulos

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Euro Medium Term Notes (EMTN)	215 384	545 862
Obrigações de caixa	1 546 322	1 010 874
Obrigações hipotecárias	76	63
Papel comercial	762 936	631 300
	2 524 718	2 188 099

O justo valor das responsabilidades representadas por títulos encontra-se apresentado na nota 46.

Em 30 de Junho de 2013, as responsabilidades representadas por títulos registadas em balanço ao justo valor através de resultados ascendem ao montante de 49.939 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 307.844 milhares de Euros.

Durante o primeiro semestre de 2013, a CEMG procedeu à emissão de 990.088 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 1.222.147 milhares de Euros) de títulos, tendo sido reembolsados 842.906 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 1.240.377 milhares de Euros).

No âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, cujo montante máximo é de 5.000.000 milhares de Euros, a CEMG procedeu a emissões que totalizaram 2.000.000 milhares de Euros. As características das emissões vivas a 30 de Junho de 2013 são apresentadas como segue:

Designação	Valor Nominal	Valor de balanço	Data de emissão	Data de reembolso	Periodicidade do pagamento dos juros	Taxa de juro	Rating (Moody´s/Fitch/Dbrs)
Obrig. hipotecárias - 2S	1 000 000	1 000 373	Dezembro 2009	Dezembro 2016	Trimestral	Euribor 3M + 0,75%	Baa3/BBB-/AL
Obrig. hipotecárias - 3S	500 000	502 105	Novembro 2010	Novembro 2015	Trimestral	Euribor 3M + 2,5%	Baa3/BBB-/AL
Obrig. hipotecárias - 4S	500 000	500 121	Maio 2013	Maio 2017	Mensal	Euribor 1M + 0,75%	Baa3/BBB-/AL
	2 000 000	2 002 599					

As obrigações hipotecárias são garantidas por um conjunto de créditos à habitação que se encontram segregados como património autónomo nas contas da CEMG, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições da referida emissão enquadram-se no disposto do Decreto-Lei n.º 59/2006, nos Avisos n.º 5/2006 de 20 de Março, n.º 6/2006 de 11 de Outubro, n.º 7/2006 de 11 de Outubro e n.º 8/2006 de 11 de Outubro e na Instrução n.º 13/2006 de 15 de Novembro do Banco de Portugal.

O valor dos créditos que contragarantem estas emissões ascende, em 30 de Junho de 2013 a 2.737.065 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 2.816.016 milhares de Euros) de acordo com a nota 20.

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2013 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

	Saldo em 1 de Janeiro	Emissões	Reembolsos	Compras (Líquidas)	Outros movimentos [a]	Saldo em 30 de Junho
Euro Medium Term Notes (EMTN)	545 862	-	(500 000)	166 400	3 122	215 384
Obrigações de caixa	1 010 874	553 308	(26 931)	-	9 071	1 546 322
Obrigações hipotecárias	63	-	-	-	13	76
Papel Comercial	631 300	436 780	(315 975)		10 831	762 936
	2 188 099	990 088	(842 906)	166 400	23 037	2 524 718

[a] Os outros movimentos incluem o juro corrido no balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial.

O movimento ocorrido durante o exercício de 2012 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

	Saldo em 1 de Janeiro	Emissões	Reembolsos	Compras (Líquidas)	Outros movimentos [a]	Saldo em 31 de Dezembro
Euro Medium Term Notes (EMTN)	1 081 778	-	(500 000)	(70 169)	34 253	545 862
Obrigações de caixa	452 553	596 522	(32 077)	(18 437)	12 313	1 010 874
Obrigações hipotecárias	706 357	-	(708 300)	-	2 006	63
Papel comercial	-	625 625	-	-	5 675	631 300
	2 240 688	1 222 147	(1 240 377)	(88 606)	54 247	2 188 099

[a] Os outros movimentos incluem o juro corrido no balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial.

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 c), no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades da CEMG, os mesmos são anulados do passivo e a diferença entre o valor de compra e o respectivo valor de balanço é reconhecido em resultados.

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2013 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

(milhares de Euros)

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO PARTIC JANEIRO 2013-03012015	03-01-2013	03-01-2015	Taxa Anual de 5%	11 800
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2012/2017-12.SERIE	15-01-2013	29-12-2017	1º ano: 5%, 2º ano: 5,125%, 3º ano: 5,25%, 4º ano: 5,4% e 5º ano: 5,75%	28 350
OBRIGS CAIXA-MG POUPANÇA FAMILIAR 2.SERIE	15-01-2013	29-12-2017	1º ano: 5%; 2º ano: 5,25%; 3º ano: 5,4%; 4º ano: 5,6% e 5º ano: 6,25%)	2 300
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO PARTIC JANEIRO 2013-22012015	22-01-2013	22-01-2015	Taxa fixa semestral de 4,6%	1 050
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO PARTIC JANEIRO 2013-23012016	23-01-2013	23-01-2016	1º ano: 4,5%; 2º ano: 5,25%; 3º ano: 5,25%	550
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TAXA FIXA-23JAN-2013-2015	23-01-2013	23-01-2015	Taxa anual de 4,25%	6 153
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TAXA FIXA PLUS-23JAN 2013/15	23-01-2013	23-01-2015	Taxa anual de 4,75%	19 017
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO PARTIC JANEIRO 2013-29012016	29-01-2013	29-01-2016	1º ano: 4,5%; 2º ano: 4,75%; 3º ano: 5%	250
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2013/2018-1.SERIE	31-01-2013	31-01-2018	1º ano: 5%; 2º ano: 5,1%; 3º ano: 5,15%; 4º ano: 5,25%; e 5º ano: 5,50%	58 700
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO PARTIC FEVEREIRO 2013-01022015	01-02-2013	01-02-2015	Taxa fixa anual de 4%	500
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO PARTIC FEVEREIRO 2013-04022015 3,95%	04-02-2013	04-02-2015	Taxa fixa semestral de 3,95%	500
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO PARTIC FEV2013-04022015-4PC	04-02-2013	04-02-2015	Taxa fixa anual de 4%	446
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO PARTIC FEV2013-04022015-4,625PC	04-02-2013	04-02-2015	1º ano: 4,5%; 2º ano: 4,5%; 3º e 4º anos: 4,75%	1 000
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TAXA FIXA PLUS-6FEV-2013-2015	06-02-2013	06-02-2015	Taxa fixa anual de 4,5%	14 736
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TAXA FIXA-6 FEVEREIRO 2013-2015	06-02-2013	06-02-2015	Taxa fixa anual de 4,15%	5 961
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR FEV/13-13022016	13-02-2013	13-02-2016	1º ano: 4,25%; 2º ano: 4,40% e 3º ano: 4,5%	250
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTIC-USD-FEV/13-13022016	13-02-2013	13-02-2018	Taxa fixa anual de 3,90%	206
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR FEV/13-19022015	19-02-2013	19-02-2016	1º ano: 4,25%; 2º ano: 4,40%	529
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TAXA FIXA-20 FEVEREIRO 2013-2015	20-02-2013	20-02-2015	Taxa fixa anual de 4%	4 500
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TAXA FIXA PLUS-20FEV-2013-2015	20-02-2013	20-02-2015	Taxa fixa anual de 4,25%	9 077
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR FEV/13-22022015	22-02-2013	22-02-2015	1º ano: 4,25%; 2º ano: 4,4%	640
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR FEV/13-26022015	26-02-2013	26-02-2015	1º ano: 4,25%; 2º ano: 4,4%	1 528
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2013/2018-2.SERIE	28-02-2013	01-03-2018	1º ano: 3,9%; 2ºano: 4,85%; 3º e 4º anos: 5% e 5º ano: 5,4%	44 450
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2013/2021-1.SERIE	28-02-2013	01-03-2018	1º ano: 5,15%; 2º ano: 5,2%; 3º e 4º ano: 5,3% e 5º ano:5,9%	2 865
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR MAR/13-04032015	04-03-2013	04-03-2015	1º ano: 4,25%; 2º ano: 4,4%	250
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR MAR/13-05032015	05-03-2013	05-03-2018	1º ano: 4,25%; 2º ano: 4,4%; 3º ano: 4,5%; 4º ano: 4,7% e 5º ano: 4,9%	250
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TAXA FIXA-06 MARCO 2013-2015	06-03-2013	06-03-2015	Taxa fixa anual de 4%	3 681
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TAXA FIXA PLUS-06 MAR-2013-2015	06-03-2013	06-03-2015	Taxa fixa anual de 4,25%	11 479
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR MAR/13-15032015	15-03-2013	15-03-2015	Taxa fixa anual de 4,2%	15 000
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR MAR/13-18032015	18-03-2013	18-03-2015	1º ano: 4,15%; 2º ano: 4,25%	265
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR MAR/13-19032015	19-03-2013	19-03-2015	1º ano: 4,15%; 2º ano: 4,25%	700
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR MAR/13-27032015	27-03-2013	27-03-2015	1º ano: 4,05%; 2º ano: 4,125%	250
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TAXA FIXA-20 MARCO 2013-2015	20-03-2013	20-03-2015	Taxa fixa anual de 4,1%	30 770
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2013/2018-3.SERIE	28-03-2013	29-03-2018	1º ano: 4,4%; 2º ano: 4,55%; 3º ano: 4,75%; 4º ano: 4,9% e 5º ano: 5,65%	31 425
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR MAR/13-28032016	28-03-2013	28-03-2016	1º ano: 4,075%; 2º ano: 4,175% e 3º ano: 4,275%	425
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TAXA FIXA-03 ABRIL 2013-2015	03-04-2013	03-04-2015	Taxa Anual de 4%	18 203
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR ABR/13 05042015	05-04-2013	05-04-2015	Taxa fixa anual de 4,125%	500
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR ABR/13 17042015	17-04-2013	17-04-2015	1º ano: 4,075%; 2º ano: 4,175%	500
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR ABR/13 22042015	22-04-2013	22-04-2015	1º ano: 4,075%; 2º ano: 4,175%	300
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TAXA FIXA-17 ABRIL 2013-2015	24-04-2013	24-04-2015	Taxa fixa anual de 4%	30 599
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO POUPANÇA FAMILIAR 2013-2018-1.SERIE	30-04-2013	01-05-2018	1º ano: 4,4%; 2º ano: 4,55%; 3º ano: 4,75%; 4º ano: 4,9% e 5º ano: 6,70%	3 150
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2013/2018-4.SERIE	30-04-2013	01-05-2018	1º ano: 4,4%; 2º ano: 4,55%; 3º ano: 4,75%; 4º ano: 4,9% e 5º ano: 5,65%	41 600
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR MAI/13 06052015	06-05-2013	06-05-2015	1º ano: 4,075%; 2º ano: 4,175%	1 100
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TAXA FIXA-15 MAIO 2013-2015	15-05-2013	15-05-2015	Taxa fixa anual de 4%	22 406
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR MAI/13 17052015	20-05-2013	17-05-2015	1º e 2º ano: 4%; 3º e 4º ano:4,10%	400
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR MAI/13 22052015	22-05-2013	22-05-2015	Taxa fixa anual de 3,5%	7 500
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TAXA FIXA-29 MAIO 2013-2015	29-05-2013	29-05-2015	Taxa fixa anual de 4%	9 450
OBRIGACOES CAIXA-MONTEPIO PARTICULAR MAI/13 29052015	29-05-2013	29-05-2015	1º ano: 4,075%; 2º ano: 4,175%	250
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2013/2018-5.SERIE	31-05-2013	01-06-2018	1º ano: 4,4%; 2º ano: 4,55%; 3º ano: 4,75%; 4º ano: 4,9% e 5º ano: 5,65%	50 000
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TAXA FIXA-12 JUNHO 2013-2015	12-06-2013	12-06-2015	Taxa fixa anual de 3,75%	7 867
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TAXA FIXA-26 JUNHO 2013-2015	26-06-2013	26-06-2015	Taxa fixa anual de 3,75%	6 835
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2013/2018-6.SERIE	28-06-2013	28-06-2018	1º ano: 4,4%; 2º ano: 4,4%; 3º ano: 4,6%; 4º ano: 4,75% e 5º ano: 4,9%	41 150
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2013/2021-2.SERIE	28-06-2013	28-06-2021	1º e 2º anos: 4,9%; 3º ano: 5,1%; 4º ano: 5,1%; 5º ano: 5,65% e do 6º ao 8º ano: Taxa Max(5,95%;Min(IPC+2%;8,15%))	1 645

(milhares de Euros)

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço
PAPEL COMERCIAL 180 DIAS-4P/C-18012013	18-01-2013	17-07-2013	Taxa fixa de 4%	45 886
PAPEL COMERC-364 DIAS-4,5 PC-18012013	18-01-2013	17-01-2014	Taxa fixa de 4,5%	42 164
PAPEL COMERCIAL 180 DIAS-4P/C-30012013	30-01-2013	29-01-2014	Taxa fixa de 4,5%	30 897
PAPEL COMERCIAL-364 DIAS-4,5 -30012013	30-01-2013	29-07-2013	Taxa fixa de 4%	34 514
PAPEL COMERCIAL 180DIAS-3,5PC-06022013	06-02-2013	05-08-2013	Taxa fixa de 3,5%	12 172
PAPEL COMERCIAL 180DIAS-3,5PC-06022013	06-02-2013	05-02-2014	Taxa fixa de 4%	22 015
PAPEL COMERCIAL 180DIAS-3,5PC-13022013	13-02-2013	12-08-2013	Taxa fixa de 3,5%	11 145
PAPEL COMERCIAL-364 DIAS-4PC-13022013	13-02-2013	12-02-2014	Taxa fixa de 4%	15 537
PAPEL COMERCIAL 180DIAS-3,5PC-20022013	20-02-2013	19-08-2013	Taxa fixa de 3,5%	8 750
PAPEL COMERCIAL-364 DIAS-4PC-20022013	20-02-2013	19-02-2014	Taxa fixa de 4%	14 943
PAPEL COMERCIAL 180DIAS-3,5PC-27022013	27-02-2013	26-08-2013	Taxa fixa de 3,5%	17 331
PAPEL COMERCIAL-364 DIAS-4PC-27022013	27-02-2013	27-02-2014	Taxa fixa de 4%	21 967
PAPEL COMERCIAL 180DIAS-3,5PC-06032013	06-03-2013	02-09-2013	Taxa fixa de 3,5%	18 363
PAPEL COMERCIAL-364 DIAS-4PC-06032013	06-03-2013	05-03-2014	Taxa fixa de 4%	17 724
PAPEL COMERC 180 DIAS-3,5P/C-13032013	13-03-2013	13-09-2013	Taxa fixa de 3,5%	12 655
PAPEL COMERCIAL-364 DIAS-4PC-13032013	13-03-2013	13-03-2014	Taxa fixa de 4%	14 466
PAPEL COMERCIAL 180 DIAS-3P/C-27032013	27-03-2013	23-09-2013	Taxa fixa de 3%	8 011
PAPEL COMERCIAL 180 DIAS-3P/C-27032013	27-03-2013	26-03-2014	Taxa fixa de 3,5%	3 916
PAPEL COMERC 180 DIAS-3,25PC-20032013	20-03-2013	16-09-2013	Taxa fixa de 3,25%	8 529
PAPEL COMERC-364 DIAS-3,75PC-20032013	20-03-2013	19-03-2014	Taxa fixa de 3,75%	6 089
PAPEL COMERCIAL 180 DIAS-3P/C-03042013	03-04-2013	30-09-2013	Taxa fixa de 3%	5 269
PAPEL COMERC-364 DIAS-3,5 PC-03042013	03-04-2013	02-04-2014	Taxa fixa de 3,5%	2 786
PAPEL COMERCIAL-180 DIAS-3PC-100413	10-04-2013	04-10-2013	Taxa fixa de 3%	4 949
PAPEL COMERC-364 DIAS-3,5PC-10042013	10-04-2013	09-04-2014	Taxa fixa de 3,5%	3 297
PAPEL COMERCIAL-180 DIAS-3PC-23042013	23-04-2013	21-10-2013	Taxa fixa de 3%	11 540
PAPEL COMERCIAL-364DIAS-3,5PC-23042013	23-04-2013	22-04-2014	Taxa fixa de 3,5%	9 370
PAPEL COMERCIAL-180 DIAS-3PC-30042013	30-04-2013	28-10-2013	Taxa fixa de 3%	5 259
PAPEL COMERCIAL-364DIAS-3,5PC-30042013	30-04-2013	29-04-2014	Taxa fixa de 3,5%	2 119
PAPEL COMERCIAL-180 DIAS-3PC-08052013	08-05-2013	04-11-2013	Taxa fixa de 3%	3 771
PCOMERC-364D-3,5PC080513	08-05-2013	07-05-2014	Taxa fixa de 3,5%	3 981
PCOMERC-180D-3PC-15052013	15-05-2013	11-11-2013	Taxa fixa de 3%	3 723
PCOMERC-364D-3,5PC150513	15-05-2013	14-05-2014	Taxa fixa de 3,5%	2 624
PCOMERC-180D-3PC-22052013	22-05-2013	18-11-2013	Taxa fixa de 3%	3 620
PCOMERC-364D-3,5PC 220513	22-05-2013	21-05-2014	Taxa fixa de 3,5%	2 908
PCOMERC-180D-3PC-29052013	29-05-2013	25-11-2013	Taxa fixa de 3%	2 760
PCOMERC-364D-3,5PC 290513	29-05-2013	28-05-2014	Taxa fixa de 3,5%	1 230
PAPEL COMERCIAL-PARTICUL-4PC-21022013	21-02-2013	20-02-2014	Taxa fixa de 4%	500
				990 088

Em 30 de Junho de 2013, os empréstimos obrigacionistas venciam juros postecipados e antecipados, sendo as suas taxas efectivas compreendidas entre 0,43% e 16,76% (31 de Dezembro de 2012: 0,44% 10,94%).

36 Passivos financeiros associados a activos transferidos

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Pelican Mortgages No. 3	332 982	345 445
Pelican Mortgages No. 4	793 707	809 543
Aqua Mortage No. 1	180 234	192 089
Pelican Mortgages No. 5	814 245	831 385
Pelican SME	454 240	545 009
Pelican Mortgages No. 6	1 006 369	1 020 260
	3 581 777	3 743 731

O detalhe destas operações é apresentado na nota 49.

37 Provisões

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Provisões para riscos gerais de crédito	103 024	106 663
Provisões para outros riscos e encargos	4 227	3 536
	107 251	110 199

Os movimentos das provisões para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Jun 2012
Saldo em 1 de Janeiro	106 663	117 066
Dotação do período	36 594	34 859
Reversão do período	(40 233)	(40 043)
Saldo em 30 de Junho	103 024	111 882

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o disposto nos Avisos n.º 3/95, de 30 de Junho, n.º 2/99 de 15 de Janeiro, e n.º 8/03 de 30 de Janeiro de 2003 do Banco de Portugal, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b).

Os movimentos das provisões para outros riscos e encargos são analisados como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Jun 2012
Saldo em 1 de Janeiro	3 536	2 948
Dotação do período	691	758
Reversão do período	-	(940)
Saldo em 30 de Junho	4 227	2 766

Estas provisões foram efectuadas tendo como base a probabilidade de ocorrência de certas contingências relacionadas com a actividade da CEMG, sendo revistas em cada data de reporte de forma a reflectir a melhor estimativa do montante e respectiva probabilidade de pagamento.

38 Outros passivos subordinados

Em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, esta rubrica regista valores referentes a obrigações de prazo determinado com um prazo residual superior a cinco anos.

As principais características dos passivos subordinados, em 30 de Junho de 2013 são apresentadas como seguem:

(milhares de Euros)

Descrição da emissão	Data de emissão	Maturidade	Valor de emissão	Taxa de juro	Valor de balanço
CEMG/06	Abr.2006	Abr.2016	50 000	Euribor 3 meses+0,45%	50 086
CEMG/08	Fev.2008	Fev.2018	150 000	Euribor 6 meses+0,13%	150 896
CEMG/08	Jun.2008	Jun.2018	28 000	Euribor 12 meses+0,10%	28 030
CEMG/08	Jul.2008	Jul.2018	150 000	Euribor 6 meses+0,13%	150 942
FNB 08/18 1ª/2ª Série	Dez.2008	Dez.2018	10 363	Euribor 6 meses+0,15% (iv)	10 372
FNB Rendimento Seguro 05/15	Jun.2005	Jun.2015	238	6,25%*VN Min.(cotação) (iii)	238
FNB Grandes empresas 07/16_ 1ª série	Mai.2007	Mai.2016	6 450	Máx.(0;6,0%*(1-n/5)) (i)	6 458
FNB Grandes empresas 07/16_ 2ª/3ª série	Jun.2007	Jun.2016	30 250	Máx.(0;6,0%*(1-n/5)) (i)	30 250
FNB Indices estratégicos 07/17 1ª série	Mai.2007	Jun.2017	14 947	6,25%*VN Min.(cotação) (ii)	14 947
FNB Indices estratégicos 07/17 2ª/3ª série	Jun.2007	Jun.2017	39 000	Euribor 6 meses+0,5% (ii)	39 000
					481 219
				Correcção de valor	(2 474)
					478 745

O justo valor da carteira de outros passivos subordinados encontra-se apresentada na nota 46.

Em 30 de Junho de 2013, os empréstimos subordinados venciam juros trimestrais e semestrais postecipados, sendo as suas taxas de juro efectivas compreendidas entre 0,86% e 2,00% (31 de Dezembro de 2012: 1,00% e 5,00%).

Referências:

(i) - Serão pagos os seguintes cupões, no final de cada ano (a 9 de Maio, para a 1ª série e a 20 de Junho, para as 2ª e 3ª séries):

Cupão	Taxa/ intervalo
1º Cupão	5,50%
2º Cupão	5,50%
3º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/3)]
4º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/4)]
5º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/5)]
6º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/6)]
7º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/7)]
8º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/8)]
9º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/9)]

Notas:

onde, *n* é o número acumulado de Entidades de Referência em relação às quais tenha ocorrido um Evento de Crédito.

Se ocorrer uma fusão entre duas ou mais empresas de referência e ocorrer um Evento de Crédito na empresa resultante da fusão, serão contados tantos Eventos de Crédito quanto o número de empresas fundidas.

(ii) - A remuneração será paga anualmente e será igual a:

Cupão	Taxa/ Intervalo
1º ano	5,5% * valor nominal
2º ano	5,5% * valor nominal
3º ano e seguintes	6,25% * valor nominal se Min (SDk/SD0-SXk/SX0; HSk/HS0- SXk/SX0) > Barreira k ***

*** se não = 0%, onde:

Barreira 3 = Barreira a aplicar no 3.º cupão = 0%;
Barreira 4 = Barreira a aplicar no 4.º cupão = 1%;
Barreira 5 = Barreira a aplicar no 5.º cupão = 2%;
Barreira 6 = Barreira a aplicar no 6.º cupão = 3%;
Barreira 7 = Barreira a aplicar no 7.º cupão = 4%;
Barreira 8 = Barreira a aplicar no 8.º cupão = 5%.
Barreira k = Barreira a aplicar no kº cupão
SDk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de observação K (K=1 a 6)
SD0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de início
SXk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de observação K (K=1 a 6)
SX0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de início
HSk – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de observação K (K=1 a 6)
HS0 – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de início

(iii) - A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

n/N * 5% +m/N * 1%

onde:
n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado;
m é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado;
N é o nº de dias úteis do período respectivo;

Nota:

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão:

Período	Data do cupão	Intervalo
1º semestre	09-Dez-05	[1,60; 2,75%]
2º semestre	09-Jun-06	[1,60; 3,00%]
3º semestre	09-Dez-06	[1,60; 3,25%]
4º semestre	09-Jun-07	[1,60; 3,50%]
5º semestre	09-Dez-07	[1,60; 3,50%]
6º semestre	09-Jun-08	[1,70; 3,75%]
7º semestre	09-Dez-08	[1,70; 3,75%]
8º semestre	09-Jun-09	[1,70; 4,00%]
9º semestre	09-Dez-09	[1,80; 4,00%]
10º semestre	09-Jun-10	[1,80; 4,25%]
11º semestre	09-Dez-10	[1,80; 4,25%]
12º semestre	09-Jun-11	[1,80; 4,50%]
13º semestre	09-Dez-11	[1,90; 4,50%]
14º semestre	09-Jun-12	[1,90; 4,50%]
15º semestre	09-Dez-12	[1,90; 4,50%]
16º semestre	09-Jun-13	[1,90; 4,50%]
17º semestre	09-Dez-13	[2,00; 4,50%]
18º semestre	09-Jun-14	[2,00; 4,50%]
19º semestre	09-Dez-14	[2,00; 4,50%]
20º semestre	09-Jun-15	[2,00; 4,50%]

(iv) - A remuneração será paga semestralmente e o primeiro cupão será fixo:

Cupão	Taxa/ Intervalo
1º cupão	6,50% (taxa anual)
entre 2º e 10º cupão	Euribor 6M + 1,50% (taxa anual)
entre 11º e seguintes	Euribor 6M + 1,75% (taxa anual)

39 Outros passivos

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Credores		
Fornecedores	3 634	11 079
Outros credores	39 257	57 400
Sector Público administrativo	18 696	15 319
Férias e subsídio de férias a pagar	26 307	30 479
Outros custos a pagar	1 943	820
Receitas antecipadas	716	687
Contas diversas	113 166	216 192
	203 719	331 976

A rubrica Contas diversas inclui o valor de 29.612 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 145.898 milhares de Euros), referente a saldos de operações sobre títulos a regularizar.

40 Capital

Em 20 de Dezembro de 2012, na sequência da deliberação da Assembleia Geral realizada, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de 50.000 milhares de Euros, por entrada de numerário.

Após estas operações, o capital institucional da CEMG, que se encontra integralmente realizado, passou a ser de 1.295.000 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 1.295.000 milhares de Euros), pertencendo na sua totalidade ao Montepio Geral – Associação Mutualista.

41 Outros instrumentos de capital

Esta rubrica regista a emissão de 15.000 milhares de Euros ocorrida no primeiro trimestre de 2010 de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados com juros condicionados efectuada pelo Finibanco, S.A., e que no âmbito do processo de aquisição da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. e das suas subsidiárias passou a integrar as responsabilidades da CEMG, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 a).

Remuneração

Com sujeição às limitações ao vencimento de juros descritas abaixo, a remuneração será paga semestralmente, em 2 de Fevereiro e em 2 de Agosto de cada ano, com início em 2 de Agosto de 2010 e será igual a:

1.º ao 4.º cupões: 7,00%;

5.º cupão e seguintes: Euribor 6M + 2,75%, com um mínimo de 5%.

Limitações ao vencimento de juros

A Emitente estará impedida de proceder ao pagamento de juros:

– Na medida e até à concorrência em que a soma do montante a pagar pelos juros desta emissão com o montante dos dividendos pagos ou deliberados e o de pagamentos garantidos relativos a eventuais acções preferenciais que se possam vir a emitir, exceder os Fundos Distribuíveis da Emitente, ou

– Estiver em incumprimento da Regulamentação de Requisitos de Fundos Próprios ou na medida e até à concorrência em que o seu pagamento implicar incumprimento dessa Regulamentação.

A Emitente ainda está impedida de proceder ao pagamento de juros se, na opinião do Conselho de Administração Executivo ou do Banco de Portugal, esse pagamento colocar em risco o cumprimento da Regulamentação de requisitos de Fundos Próprios.

O impedimento de proceder ao pagamento de juros poderá ser total ou parcial.

O não pagamento de juros numa qualquer data desonera a Emitente do pagamento dos juros relativos a essa data em momento futuro.

Consideram-se fundos distribuíveis de um determinado ano a soma algébrica, com referência ao exercício anterior, dos resultados acumulados retidos com quaisquer outros valores susceptíveis de serem distribuíveis e com os lucros ou prejuízos, líquida das reservas obrigatórias, legais e estatutárias, mas antes da dedução do montante de quaisquer dividendos relativos às acções ordinárias ou a quaisquer outros valores mobiliários subordinados a estes, relativos a esse exercício.

Reembolso

Estes valores mobiliários são perpétuos, só sendo reembolsáveis segundo as condições de reembolso antecipado abaixo previstas.

Mediante acordo prévio do Banco de Portugal, o emitente poderá proceder ao reembolso, total ou parcial, a partir da 10ª data de pagamento de juros, inclusive (5º ano).

Em caso de ocorrência continuada de um evento de desqualificação como Fundos Próprios de Base, mesmo antes de decorridos 5 anos desde a sua emissão, e mediante acordo prévio do Banco de Portugal, estes valores mobiliários são reembolsáveis por opção do Emitente, em qualquer data.

Por evento de desqualificação como Fundos Próprios de Base entende-se uma alteração de qualquer documento legal ou respectiva interpretação oficial que implique que estes Valores Mobiliários deixem de poder ser qualificados como Fundos Próprios de Base da Emitente.

42 Reserva geral e especial

As reservas geral e especial são constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio. A reserva geral destina-se a fazer face a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias.

Nos termos da legislação portuguesa, a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva geral com pelo menos 20% dos lucros líquidos anuais. O limite para formação da reserva geral é de 25% da totalidade dos depósitos. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos futuros e para aumentar o capital.

A reserva especial destina-se a suportar prejuízos resultantes das operações correntes. Nos termos da legislação portuguesa a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva especial com pelo menos 5% dos lucros líquidos anuais. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos e para aumentar o capital.

A decomposição da reserva geral e especial é apresentada na nota 43.

43 Reservas de reavaliação, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Reservas de reavaliação		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Valor bruto	(16 259)	(6 736)
Imposto	4 715	1 953
Outros	8 404	8 404
	(3 140)	3 621
Outras reservas e resultados transitados		
Reserva geral	186 001	185 549
Reserva especial	68 272	68 160
Reservas por impostos diferidos	51 417	51 843
Resultados transitados	(36 551)	(12 957)
	269 139	292 595

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda líquidas de imparidade reconhecida em resultados do período e/ou em períodos anteriores em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 c).

A rubrica Resultados transitados inclui, em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, o montante de 3.644 milhares de Euros e 5.388 milhares de Euros, respectivamente, referente à amortização dos ajustamentos de transição resultantes da adopção da IAS 19, conforme definido na política contabilística descrita na nota 1 u).

A movimentação da reserva de justo valor em activos financeiros disponíveis para venda durante o primeiro semestre de 2013 desta rubrica é apresentada conforme segue:

(milhares de Euros)

	Saldo em 1 de Janeiro	Reavaliação	Aquisições	Alienações	Variação de imparidade no período	Saldo em 30 de Junho
Títulos de rendimento fixo						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	9 036	(2 790)	(22 531)	(5 612)	-	(21 897)
Estrangeiros	113	1 074	(71)	(48)	-	1 068
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	(16 951)	17 797	(1 379)	(127)	(2 813)	(3 473)
Estrangeiros	1 378	13 809	(237)	1 153	(5 450)	10 653
Papel comercial	-	8 936	-	-	(8 936)	-
	(6 424)	38 826	(24 218)	(4 634)	(17 199)	(13 649)
Títulos de rendimento variável						
Acções						
Nacionais	66	(9)	(19)	1	-	39
Estrangeiras	1 006	819	(666)	(9)	(614)	536
Unidades de participação	(1 384)	(160)	(104)	256	(1 793)	(3 185)
	(312)	650	(789)	248	(2 407)	(2 610)
	(6 736)	39 476	(25 007)	(4 386)	(19 606)	(16 259)

A movimentação da reserva de justo valor em activos financeiros disponíveis para venda durante o exercício de 2012 desta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Saldo em 1 de Janeiro	Reavaliação	Aquisições	Alienações	Variação de imparidade no exercício	Saldo em 31 de Dezembro
Títulos de rendimento fixo						
Obrigações de emissores públicos nacionais	(241 563)	151 213	4 622	94 764		9 036
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	(684)	(6 051)	73	(1 277)	8 052	113
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	(20 634)	16 111	(7 265)	6 137	(11 300)	(16 951)
Estrangeiros	(52 671)	19 997	14 899	18 153	1 000	1 378
Papel comercial	-	226	-	-	(226)	-
	(315 552)	181 496	12 329	117 777	(2 474)	(6 424)
Títulos de rendimento variável						
Acções						
Nacionais	(4)	115	4	-	(49)	66
Estrangeiras	(69)	2 184	46	26	(1 181)	1 006
Unidades de participação	(1 067)	1 499	2 939	180	(4 935)	(1 384)
	(1 140)	3 798	2 989	206	(6 165)	(312)
	(316 692)	185 294	15 318	117 983	(8 639)	(6 736)

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	7 067 061	6 795 524
Imparidade acumulada reconhecida	(77 892)	(58 286)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade	6 989 169	6 737 238
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	6 972 910	6 730 502
Ganhos/ Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(16 259)	(6 736)

44 Distribuição de resultados

Em 23 de Abril de 2013, de acordo com deliberação da Assembleia Geral, a CEMG distribuiu resultados ao Montepio Geral – Associação Mutualista no montante de 1.692 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 16.584 milhares de Euros).

45 Garantias e outros compromissos

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Garantias e avales prestados	459 211	462 989
Garantias e avales recebidos	31 528 393	31 740 740
Compromissos perante terceiros	1 398 628	1 486 342
Compromissos assumidos por terceiros	48 804	42 279
Activos cedidos em operações de titularização	226 313	238 856
Valores recebidos em depósitos	7 436 602	6 601 424
	41 097 951	40 572 630

Os montantes de garantias e avales prestados e os compromissos perante terceiros são analisados como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Garantias e avales prestados		
Garantias e avales	447 209	450 196
Créditos documentários abertos	12 002	12 793
	459 211	462 989
Compromissos perante terceiros		
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito irrevogáveis	139 196	148 659
Subscrição de títulos	348 495	359 200
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos	25 314	25 314
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	2 859	2 399
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	882 764	950 770
	1 398 628	1 486 342

As garantias e os avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte da CEMG.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte da CEMG, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos revogáveis e irrevogáveis, apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes da CEMG (por exemplo, linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que a CEMG requer que estas operações sejam devidamente colaterizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

O saldo da rubrica Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos, em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, refere-se ao compromisso irrevogável que a CEMG assumiu, por força da lei, de entregar àquele Fundo, em caso de solicitação deste, as parcelas não realizadas das contribuições anuais.

O saldo da rubrica Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores, em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro 2012, é relativo à obrigação irrevogável que a CEMG assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de accionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito nomeadamente quanto à avaliação da adequação das provisões constituídas tal como descrito na política contabilística descrita na nota 1 b) a exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pela CEMG na eventualidade de incumprimento pelas respectivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

46 Justo valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as actuais condições da política de *pricing* da CEMG.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócio.

Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico da CEMG.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

- *Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito*

  Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

- *Aplicações em Instituições de Crédito, Depósitos de Instituições de Crédito e Activos com Acordos de Recompra*

  O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

  Para os Recursos de Bancos Centrais foi considerado que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor, atendendo à tipologia das operações e ao prazo associado. A taxa de remuneração das tomadas de fundos junto do Banco Central Europeu é de 0,50% (31 de Dezembro de 2012: 0,75%).

  Para as restantes aplicações e recursos, foi considerado que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor. Em 30 de Junho de 2013, a taxa média de juro foi de 3,80% para as aplicações (31 de Dezembro de 2012: 4,33%) e de 2,39% para os recursos (31 de Dezembro de 2012: 2,85%).

- *Activos financeiros detidos para negociação (excepto derivados), Passivos financeiros detidos para negociação (excepto derivados), Activos financeiros disponíveis para venda e Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados*

  Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado (*bid price*), sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

  As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - *Reuters* e *Bloomberg* – mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos numa fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

  Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos standards (*Black-Scholes, Black, Ho* e outros) considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

- *Investimentos detidos até à maturidade*

  Estes investimentos estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxo de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

- *Derivados de cobertura e de negociação*

  Todos os derivados se encontram contabilizados pelo seu justo valor.

  No caso daqueles que são cotados em mercados organizados utiliza-se o respectivo preço de mercado. Quanto aos derivados negociados "ao balcão", aplicam-se os métodos numéricos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, e sempre que necessário, as respectivas volatilidades.

  As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - *Reuters* e *Bloomberg* - mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

- *Crédito a clientes com maturidade definida*

  O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais da CEMG para cada uma das classes homogéneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do período) e o *spread* praticado à data de reporte, calculado através da média da produção do segundo trimestre de 2013. A taxa média de desconto foi de 5,72% (31 de Dezembro de 2012: 5,14%) assumindo a projecção das taxas variáveis segundo a evolução das taxas *forward* implícitas nas curvas de taxas de juro. Os cálculos efectuados incorporam o *spread* de risco de crédito.

- *Crédito a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes*

  Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições desta carteira são semelhantes às praticadas à data de reporte, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

- *Recursos de clientes*

  O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais da CEMG para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do período) e o *spread* da CEMG à data de reporte, calculado através da média da produção do segundo trimestre de 2013. A taxa média de desconto foi de 2,39% (31 de Dezembro de 2012: 2,69%).

- *Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados*

  Para estes instrumentos financeiros foi calculado o justo valor para as componentes cujo justo valor ainda não se encontra reflectido em balanço. Nos instrumentos que são a taxa fixa e para os quais a CEMG adopta contabilisticamente uma política de *hedge accounting*, o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco de taxa de juro já registado. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assentou na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e a margem comercial, esta última apenas no caso de emissões colocadas nos clientes não institucionais da CEMG.

Como referência original utilizaram-se as curvas resultantes do mercado de *swaps* de taxa de juro para cada moeda específica. O risco de crédito (*spread* de crédito) é representado por um excesso à curva de *swaps* de taxa de juro apurado especificamente para cada prazo e classe de instrumentos tendo como base preços de mercado sobre instrumentos equivalentes.

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 30 de Junho de 2013, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas no apuramento da curva taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euro, Dólar Norte-americano, Libra Esterlina, Franco Suíço e Iene Japonês utilizadas para a determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros da CEMG:

	Moedas				
	Euro	**Dólar Norte--americano**	**Libra Esterlina**	**Franco Suíço**	**Iene Japonês**
1 dia	0,208%	0,125%	0,425%	0,050%	0,094%
7 dias	0,094%	0,161%	0,425%	-0,250%	0,100%
1 mês	0,123%	0,210%	0,460%	0,060%	0,075%
2 meses	0,176%	0,240%	0,470%	-0,040%	0,075%
3 meses	0,218%	0,280%	0,480%	0,090%	0,085%
6 meses	0,335%	0,430%	0,550%	0,150%	0,150%
9 meses	0,435%	0,560%	0,690%	0,195%	0,260%
1 ano	0,527%	0,700%	0,840%	0,175%	0,320%
2 anos	0,606%	0,518%	0,792%	0,204%	0,274%
3 anos	0,793%	0,830%	0,989%	0,379%	0,327%
5 anos	1,234%	1,586%	1,525%	0,764%	0,500%
7 anos	1,601%	2,164%	1,997%	1,116%	0,712%
10 anos	2,016%	2,713%	2,515%	1,513%	1,000%
15 anos	2,380%	3,187%	2,954%	1,778%	1,435%
20 anos	2,503%	3,312%	2,954%	1,778%	1,435%
30 anos	2,516%	3,423%	2,954%	1,778%	1,435%

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 31 de Dezembro de 2012, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas no apuramento da curva taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euro, Dólar Norte-americano, Libra Esterlina, Franco Suíço e Iene Japonês utilizadas para a determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros da CEMG:

	Moedas				
	Euro	**Dólar Norte--americano**	**Libra Esterlina**	**Franco Suíço**	**Iene Japonês**
1 dia	0,170%	0,180%	0,505%	-0,045%	0,010%
7 dias	0,005%	0,193%	0,505%	-0,045%	0,010%
1 mês	0,030%	0,230%	0,590%	-0,175%	0,070%
2 meses	0,060%	0,270%	0,545%	0,080%	0,080%
3 meses	0,080%	0,415%	0,480%	-0,050%	0,100%
6 meses	0,245%	0,505%	0,620%	-0,050%	0,160%
9 meses	0,365%	0,590%	0,795%	0,075%	0,270%
1 ano	0,460%	0,875%	0,960%	0,245%	0,350%
2 anos	0,374%	0,384%	0,703%	0,065%	0,218%
3 anos	0,465%	0,493%	0,768%	0,108%	0,223%
5 anos	0,765%	0,845%	1,015%	0,318%	0,315%
7 anos	1,125%	1,271%	1,359%	0,578%	0,506%
10 anos	1,565%	1,775%	1,863%	0,923%	0,846%
15 anos	2,018%	2,308%	2,426%	1,283%	1,373%
20 anos	2,172%	2,521%	2,426%	1,283%	1,373%
30 anos	2,241%	2,692%	2,426%	1,283%	1,373%

Câmbios e volatilidades cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the Money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

			Volatilidade (%)				
Cambial	**Jun 2013**	**Dez 2012**	**1 mês**	**3 meses**	**6 meses**	**9 meses**	**1 ano**
EUR/USD	1,3080	1,3194	8,90	9,00	9,11	9,35	9,46
EUR/GBP	0,8572	0,8161	7,40	7,50	7,65	7,75	7,83
EUR/CHF	1,2338	1,2072	6,48	6,25	5,90	5,93	5,90
EUR/JPY	129,39	113,61	14,93	14,78	15,13	15,13	15,13

Relativamente às taxas de câmbio, o grupo utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

A decomposição dos principais ajustamentos aos valores de balanço dos activos e passivos financeiros da CEMG contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao justo valor é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013					
	Ao justo valor através de resultados	**Custo amortizado**	**Disponíveis para venda**	**Outros**	**Valor contabilístico**	**Justo valor**
Activos Financeiros						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	285 249	-	-	285 249	285 249
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	56 408	-	-	56 408	56 408
Aplicações em instituições de crédito	-	241 265	-	-	241 265	241 265
Crédito a clientes	25 346	14 619 146	-	-	14 644 492	13 563 585
Activos financeiros detidos para negociação	72 679	-	-	-	72 679	72 679
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	6 809	-	-	-	6 809	6 809
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	6 972 910	-	6 972 910	6 972 910
Derivados de cobertura	915	-	-	-	915	915
Investimentos detidos até à maturidade	-	17 522	-	-	17 522	18 263
Investimentos em associadas e outras	-	-	-	390 547	390 547	390 547
	105 749	15 219 590	6 972 910	390 547	22 688 796	21 608 630
Passivos Financeiros						
Recursos de bancos centrais	-	1 854 813	-	-	1 854 813	1 854 813
Recursos de outras instituições de crédito	79 817	1 072 489	-	-	1 152 306	1 152 306
Recursos de clientes	409 692	12 134 293	-	-	12 543 985	12 560 144
Responsabilidades representadas por títulos	275 876	2 248 842	-	-	2 524 718	2 524 720
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	3 581 777	3 581 777	3 581 777
Passivos financeiros detidos para negociação	67 442	-	-	-	67 442	67 442
Derivados de cobertura	2 572	-	-	-	2 572	2 572
Outros passivos subordinados	90 647	388 098	-	-	478 745	329 561
	926 046	17 698 535	-	3 581 777	22 206 358	22 073 335

(milhares de Euros)

	Dez 2012					
	Ao justo valor através de resultados	**Custo amortizado**	**Disponíveis para venda**	**Outros**	**Valor contabilístico**	**Justo valor**
Activos Financeiros						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	247 587	-	-	247 587	247 587
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	57 370	-	-	57 370	57 370
Aplicações em instituições de crédito	-	250 758	-	-	250 758	250 758
Crédito a clientes	27 475	15 004 502	-	-	15 031 977	13 903 350
Activos financeiros detidos para negociação	132 857	-	-	-	132 857	132 857
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	12 300	-	-	-	12 300	12 300
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	6 730 502	-	6 730 502	6 730 502
Derivados de cobertura	931	-	-	-	931	931
Investimentos detidos até à maturidade	-	17 222	-	-	17 222	18 217
Investimentos em associadas e outras	-	-	-	390 547	390 547	390 547
	173 563	15 577 439	6 730 502	390 547	22 872 051	21 744 419
Passivos Financeiros						
Recursos de bancos centrais	-	1 776 514	-	-	1 776 514	1 776 514
Recursos de outras instituições de crédito	65 280	1 059 794	-	-	1 125 074	1 125 074
Recursos de clientes	459 313	12 216 590	-	-	12 675 903	12 704 144
Responsabilidades representadas por títulos	283 667	1 904 432	-	-	2 188 099	2 137 924
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	3 743 731	3 743 731	3 743 731
Passivos financeiros detidos para negociação	84 808	-	-	-	84 808	84 808
Derivados de cobertura	3 177	-	-	-	3 177	3 177
Outros passivos subordinados	88 212	391 455	-	-	479 667	356 225
	984 457	17 348 785	-	3 743 731	22 076 973	21 931 597

47 Benefícios dos empregados

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho ('ACT') celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, a CEMG como entidade subscritora assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo. Estão abrangidos por este benefício os empregados admitidos até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Adicionalmente, com a publicação do Decreto-Lei n.1-A / 2011, de 3 de Janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários foram integrados no Regime Geral de Segurança Social a partir de 1 de Janeiro de 2011, que passou a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte.

As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social no âmbito do 2.º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do Regime Geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da Segurança Social.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários ('CAFEB') que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração, o direito à pensão dos empregados no activo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social ('RGSS'), tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho.

A integração conduz a um decréscimo efectivo no valor actual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo fundo de pensões. Contudo, dado que não existiu redução de benefícios na perspectiva do beneficiário na data de integração decorrente do 2º acordo tripartido, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas em 31 de Dezembro de 2010.

No final do exercício de 2011 na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de Dezembro de 2011. Ao abrigo deste acordo tripartido, foi efectuada a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento à data de 31 de Dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de actualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Colectiva de Trabalho ('IRCT') dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às actualizações das pensões, benefícios complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respectivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os activos dos fundos de pensões das respectivas instituições financeiras, na parte afecta à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas fossem transmitidos para o Estado.

Na medida em que a transferência consiste numa transferência definitiva e irreversível das responsabilidades com pensões em pagamento (mesmo que só relativas a uma parcela do benefício), verificam-se as condições subjacentes ao conceito de liquidação previsto na IAS 19 'Benefícios dos empregados' uma vez que se extinguiu a obrigação à data da transferência, relativa ao pagamento dos benefícios abrangidos. Tratando-se de uma liquidação o respectivo efeito foi reconhecido em resultados no exercício de 2011.

Em 27 de Junho de 2012, foi publicado o Decreto-Lei n.º 133/2012 que introduziu alterações na determinação da prestação do subsídio de morte cujo montante atribuído passou a estar limitado ao valor máximo de 6 vezes o indexante dos apoios sociais (salário mínimo) que em 2012 ascendia a 419,22 Euros.

De acordo com a IAS19, e considerando que o benefício está *"vested"* – já que o colaborador ou reformado tem direito ao benefício na totalidade sem existir a necessidade de cumprir qualquer condição de serviço - a CEMG registou em resultados, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, o respectivo impacto que ascendeu a 7.021 milhares de Euros (valor que corresponde à redução das responsabilidade relativas a subsídio por morte).

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos		**Verificado**	
	Jun 2013	**Dez 2012**	**Jun 2013**	**Dez 2012**
Pressupostos financeiros				
Taxa de evolução salarial	1,50%	1,50%	1,32%	1,60%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%	0,50%	0,11%	0,14%
Taxas de rendimento do fundo	4,50%	4,50%	1,38%	16,30%
Taxa de desconto	4,50%	4,50%	1,38%	16,30%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação				
Tábua de mortalidade				
Homens	TV 88/90	TV 88/90		
Mulheres	TV 88/90	TV 88/90		
Métodos de valorização actuarial	UCP	UCP		

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	Jun 2013	**Dez 2012**
Activos	3 811	3 843
Reformados e sobreviventes	990	976
	4 801	4 819

Tendo em consideração a alteração da política contabilística efectuada durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, conforme explicado na política contabilística descrita na nota 1 u), a aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 30 de Junho de 2013 e a 31 de Dezembro de 2012

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Activos/(Responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades com benefícios de reforma		
Pensionistas	(105 913)	(96 504)
Activos	(338 231)	(321 232)
	(444 144)	(417 736)
Responsabilidades com benefícios de saúde		
Pensionistas	(17 147)	(16 752)
Activos	(23 314)	(22 749)
	(40 461)	(39 501)
Responsabilidades com subsídio por morte		
Pensionistas	(1 102)	(1 073)
Activos	(979)	(956)
	(2 081)	(2 029)
Total das responsabilidades	(486 686)	(459 266)
Coberturas		
Valor dos fundos	517 786	514 275
Activos líquidos em Balanço (ver nota 31)	31 100	55 009
Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	17 364	(4 097)

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 u), a CEMG procede ao cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma, benefícios de saúde (pós emprego) e subsídio por morte e dos ganhos e perdas actuariais anualmente.

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 u) e conforme o estabelecido no IAS 19 – Benefícios dos empregados, a CEMG avalia à data de cada balanço, e para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respectivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013				Dez 2012			
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Subsídio por Morte	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Subsídio por Morte	Total
Responsabilidades no início do período	417 736	39 501	2 029	459 266	383 171	31 312	8 133	422 616
Custo do serviço corrente	4 333	562	25	4 920	8 586	778	484	9 848
Custo dos juros	9 399	889	45	10 333	21 074	1 722	447	23 243
(Ganhos) e perdas actuariais								
- Alterações de pressupostos e nas condições dos planos	12 550	-	-	12 550	20 385	3 199	(6 822)	16 762
- Não decorrentes de alteração de pressupostos	4 364	(491)	(18)	3 855	(10 656)	2 490	(213)	(8 379)
Pensões pagas pelo fundo	(4 238)	-	-	(4 238)	(7 872)	-	-	(7 872)
Reformas antecipadas	-	-	-	-	3 048	-	-	3 048
Responsabilidades no final do período	444 144	40 461	2 081	486 686	417 736	39 501	2 029	459 266

No âmbito do terceiro acordo tripartido mencionado acima e da consequente transmissão para a Segurança Social da responsabilidade pelas pensões em pagamento, à data de 31 de Dezembro de 2011, verificou-se uma redução de responsabilidades, mensuradas com base nos pressupostos actuariais utilizados na preparação das demonstrações financeiras e consistentes com o IAS 19, no montante de 169.815 milhares de Euros.

Contudo, no âmbito do acordo estabelecido, o valor dos activos a ceder ao Estado como contrapartida pela transferência das pensões em pagamento foi determinado numa óptica de liquidação uma vez que se trata de uma transferência definitiva e irreversível dessas responsabilidades e correspondeu ao valor das mesmas, determinado com base numa taxa de desconto de 4% (em vez da taxa de 5,5% utilizada para efeitos da preparação das demonstrações financeiras).

Assim, o montante a pagar pela CEMG ao Estado ascendeu a 183.910 milhares de Euros, o que implicou o reconhecimento de um custo em resultados no ano de 2011 de 14.096 milhares de Euros, correspondente ao diferencial das taxas de desconto referidas.

No decurso de 2012 e ainda no contexto deste processo foi pago ao Estado, por contrapartida de resultados o montante de 1.256 milhares de Euros.

De referir que os fundos de pensões são geridos pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

A evolução do valor dos fundos de pensões no período findo em 30 de Junho de 2013 e no exercício de 2012, pode ser analisada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Saldos dos fundos no início do período	514 275	440 498
Rendimento real dos fundos	6 515	71 042
Contribuições da CEMG	-	9 659
Contribuições dos participantes	1 234	2 204
Pensões pagas pelos fundos	(4 238)	(7 872)
Transmissão para a Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento	-	(1 256)
Saldos dos fundos no fim do período	517 786	514 275

Os activos dos fundos de pensões podem ser analisados como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Obrigações	320 297	233 876
Aplicações em bancos e outras	121 222	214 172
Outros títulos de rendimento variável	41 424	52 668
Imobiliário directo	8 412	9 622
Acções	26 431	3 937
	517 786	514 275

Os activos dos fundos de pensões utilizados pela CEMG ou representativos de títulos emitidos por entidades da CEMG são detalhados como seguem:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Aplicações em bancos e outras	96 616	207 921
Imobiliário directo	8 411	9 622
Obrigações	2 885	2 760
	107 912	220 303

A evolução dos desvios actuariais em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Desvios actuariais no início do período	(4 097)	27 313
(Ganhos) e perdas actuariais no período		
- Alteração de pressupostos e condições dos planos	12 550	23 782
- (Ganhos) e perdas de experiência	8 911	(55 192)
Desvios actuariais reconhecidos em outro rendimento integral	17 364	(4 097)

A evolução do valor do regime transitório pode ser analisada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Saldo no ínicio do período	5 388	15 412
Amortização por reservas	(1 744)	(10 024)
Saldo no final do período (ver nota 31)	3 644	5 388

Os custos com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Jun 2012
Custo do serviço corrente	4 920	4 924
Custo dos juros	10 333	11 621
Rendimento esperado dos fundos	(11 571)	(12 114)
Custo com reformas antecipadas	-	878
Impacto da transferência de responsabilidades para a Segurança Social	-	1 377
Comparticipação dos participantes	(1 234)	(1 092)
Outros	-	(200)
Custos com pessoal	2 448	5 394

A evolução dos activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada nos exercícios findos em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
No início do período	55 009	17 882
Rendimento real dos fundos	6 515	71 042
Contribuição da CEMG	-	9 659
Contribuição dos participantes	1 234	2 204
Custo do serviço corrente	(4 920)	(9 848)
Custo dos juros	(10 333)	(23 243)
Ganhos e perdas actuariais	(16 405)	(8 383)
Transmissão para a Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento	-	(1 256)
Reformas antecipadas	-	(3 048)
No final do período	31 100	55 009

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é analisado como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012	Dez 2011	Dez 2010	Dez 2009
Responsabilidades	(486 686)	(459 266)	(422 616)	(597 142)	(569 822)
Saldo dos fundos	517 786	514 275	440 498	545 097	504 883
Responsabilidades (sub)/ sobre financiadas	31 100	55 009	17 882	(52 045)	(64 939)
(Ganhos) e perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	3 855	(8 379)	(5 315)	(4 243)	(2 197)
(Ganhos) e perdas de experiência decorrentes dos activos dos fundos	5 056	(46 814)	57 208	17 957	(14 893)

48 Transacções com partes relacionadas

O conjunto de empresas consideradas como partes relacionadas pela CEMG além das subsidiárias da nota 26, tal como definidas pelo IAS 24, é apresentado como segue:

Subsidiárias da CEMG:
Banco Montepio Geral - Cabo Verde, Soc. Unipessoal, S.A. (IFI)
Finibanco Angola, S.A.
Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A.
Montepio Investimento, S.A.
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Finivalor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.
Montepio Recuperação de Crédito, ACE

Associadas da CEMG:
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.
Iberpartners Cafés - S.G.P.S., S.A.
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.
Nova Câmbios, S.A.
Nutre S.G.P.S., S.A.
Silvip, S.A.

Conselho de Administração Executivo

Outras partes relacionadas:
Bem Comum, Sociedade Capital Risco, S.A.
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.
Finibanco Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.
Finimóveis - Sociedade Imobiliária de Serviços Auxilares, S.A.
Finipredial - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto
Fundação Montepio Geral
Fundo de Pensões CEMG - Gerido pela Futuro
Fundo de Pensões Finibanco - Gerido pela Futuro
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Leacock, Lda.
Lestinvest, S.G.P.S., S.A.
MG Investimentos Imobiliários, S.A.
Montepio Arrendamento, FIIAH
Montepio Geral - Associação Mutualista
Montepio Gestão de Activos – S.G.F.I., S.A.
Montepio Mediação - Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.
Montepio Recuperação de Crédito, ACE
N Seguros, S.A.
NEBRA, Energias Renovables, SL
Polaris - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
Prio Energy, S.G.P.S., S.A.
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.
Sagies, S.A.
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.
Sociedade Portuguesa de Administrações

À data de 30 de Junho de 2013, os débitos e créditos detidos pela CEMG sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes, Outros passivos subordinados e Crédito concedido são analisados como segue:

(milhares de Euros)

Empresas	Jun 2013		
	Recursos de clientes	Outros passivos subordinados	Crédito concedido
Banco Montepio Geral - Cabo Verde, Soc. Unipessoal, S.A. (IFI)	8 895	53	-
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.	2 108	-	1
Finibanco Angola, S.A.	31 926	-	-
Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A.	1 092	26 286	44
Finibanco Vida Companhia de Seguros Vida, S.A.	9 925	-	-
Finimóveis - Sociedade Imobiliária de Serviços Auxilares, S.A.	2 384	-	15 924
Finipredial - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	1 634	-	34 555
Finivalor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	3 913	-	-
Fundação Montepio Geral	1 893	-	-
Fundo de Pensões CEMG - Gerido pela Futuro	104 275	2 400	-
Fundo de Pensões Finibanco - Gerido pela Futuro	19 160	-	-
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	1 325	-	1
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	226	-	19 494
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	37	-	-
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	-	-	1 500
Lestinvest, S.G.P.S., S.A.	83		36 427
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	28 860	3 250	5 609
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	20 604	13 000	1
MG Investimentos Imobiliários, S.A.	9	-	-
Montepio Arrendamento – FIIAH	13 233	-	-
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	2 331	-	48 836
Montepio Geral – Associação Mutualista	549 551	639 601	1
Montepio Gestão de Activos – S.G.F.I., S.A.	105	-	-
Montepio Investimento, S.A.	3 791	-	-
Montepio Mediação – Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.	893	-	-
Montepio Recuperação de Crédito, ACE	1 773	-	-
N Seguros, S.A.	875	-	-
NEBRA, Energias Renovables, S.L.	21	-	1 730
Nova Câmbios, S.A.	-	-	1 069
Nutre, S.G.P.S., S.A.	1	-	-
Polaris - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	5	-	-
Prio Energy S.G.P.S., S.A.	740	-	8 130
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	94	-	2 009
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	1 013	-	-
Silvip, S.A.	1 878	-	-
	814 653	684 590	175 331

Em 30 de Junho de 2013, o valor dos créditos concedidos pela CEMG aos membros do Conselho de Administração Executivo ascende a 564 milhares de Euros.

À data de 31 de Dezembro de 2012, os débitos e créditos detidos pela CEMG sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes, Outros passivos subordinados e Crédito concedido são analisados como segue:

(milhares de Euros)

Empresas	Dez 2012		
	Recursos de clientes	Outros passivos subordinados	Crédito concedido
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Soc. Unipessoal, S.A. (IFI)	476 817	53	982
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.	3 839	-	-
Finibanco Angola, S.A.	26 928	-	-
Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A.	185	-	206 286
Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	3 735	-	-
Finimóveis – Sociedade Imobiliária de Serviços Auxilares, S.A.	16	-	6 100
Finipredial – Fundo de investimento Imobiliário Aberto	599	-	-
Finivalor – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	4 249	-	-
Fundação Montepio Geral	965	-	-
Fundo de Pensões CEMG	188 848	2 350	-
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	3 460	-	-
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	9	-	21 769
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	147	-	-
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	24	-	-
Lestinvest, S.G.P.S., S.A.	653	-	47 640
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	22 551	3 250	-
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	16 318	13 000	15 000
MG Investimentos Imobiliários, S.A.	2	-	25
Montepio Arrendamento – FIIAH	14 000	-	-
Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.	6 611	-	32 818
Montepio Geral – Associação Mutualista	572 848	574 257	-
Montepio Gestão de Activos – S.G.F.I., S.A.	891	-	-
Montepio Investimento, S.A.	11 749	-	25
Montepio Mediação – Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.	836	-	-
N Seguros, S.A.	4 808	-	-
Nova Câmbios, S.A.	181	-	230
Nutre S.G.P.S., S.A.	-	-	15 000
Prio Energy S.G.P.S., S.A.	11 643	-	-
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	50	-	-
Silvip, S.A.	1 640	-	-
	1 374 602	592 910	345 875

À data de 30 de Junho de 2013, os proveitos e custos da CEMG sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e encargos similares, Juros e rendimentos similares e Comissões e outros resultados, são analisados como segue:

(milhares de Euros)

Empresas	Jun 2013		
	Juros e encargos similares	**Juros e rendimentos similares**	**Comissões e outros resultados**
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Soc. Unipessoal, S.A. (IFI)	-	-	1
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.	-	-	-
Civilcentro – Construções do Centro, S.A.	-	-	-
Finibanco Angola, S.A.	-	-	-
Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A.	-	1 316	21
Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	66	1	22
Finimóveis – Sociedade Imobiliária de Serviços Auxilares, S.A.	-	1 526	-
Finipredial – Fundo de investimento Imobiliário Aberto	1	574	-
Finivalor – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	58	-	-
Fundação Montepio Geral	1	-	-
Fundo de Pensões CEMG - Gerido pela Futuro	1 531	17	-
Fundo de Pensões Finibanco - Gerido pela Futuro	205	3	-
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	30	-	-
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	88	-
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	1	-	-
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	-	30	3
Lestinvest, S.G.P.S., S.A.	-	626	-
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	224	6	33
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	147	126	153
MG Investimentos Imobiliários, S.A.	-	-	1
Montepio Arrendamento – FIIAH	126	2	-
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	2 294	60
Montepio Geral - Associação Mutualista	8 156	183	16
Montepio Gestão de Activos – S.G.F.I., S.A.	142	-	-
Montepio Investimento, S.A.	-	102	1
Montepio Mediação – Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.	8	-	-
N Seguros, S.A.	58	1	4
NEBRA, Energias Renovables, S.L.	-	19	17
Nova Câmbios, S.A.	-	32	3
Nutre S.G.P.S., S.A.	-	230	-
Prio Energy S.G.P.S., S.A.	1	180	275
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	-	32	34
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	-	-	-
Silvip, S.A.	21	-	1
	10 776	7 388	645

À data de 30 de Junho de 2012, os proveitos e custos da CEMG sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e encargos similares, Juros e rendimentos similares e Comissões e outros resultados, são analisados como segue:

(milhares de Euros)

Empresas	Jun 2012		
	Juros e encargos similares	**Juros e rendimentos similares**	**Comissões e outros resultados**
Banco Montepio Geral - Cabo Verde, Soc. Unip. S.A.	120	-	-
Finibanco Angola, S.A.	218	13	-
Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A.	-	-	1
Finibanco Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	-	-	1
Finimóveis Soc. Imob. Serviços Auxiliares, S.A.	-	69	-
Fundo de Pensões CEMG - Gerido pela Futuro	1 860	12	22
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	24	-	-
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	88	-
Iberpartners Cafés - S.G.P.S., S.A.	-	12	-
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	185	1	10
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	116	151	21
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	1 400	5
Montepio Geral - Associação Mutualista	2 987	37	15
Montepio Gestão de Activos – S.G.F.I., S.A.	6	-	-
Montepio Investimento, S.A.	-	-	2
Montepio Recuperação Crédito - ACE	-	39	-
N Seguros, S.A.	263	15	-
NEBRA, Energias Renovables, SL	869	-	-
Nova Câmbios, S.A.	-	5	1
Polaris - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	286	-	-
Prio Energy S.G.P.S., S.A.	-	62	41
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	-	17	8
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	-	10	-
Silvip, S.A.	13	-	-
	6 827	1 931	127

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Durante o primeiro semestre de 2013 e o exercício de 2012, não se efectuaram transacções com os fundos de pensões da CEMG.

49 Securitização de activos

Em 30 de Junho de 2013, existem oito operações de titularização, das quais sete foram originadas na CEMG, e uma no Finibanco, S.A., agora integrada na CEMG na sequência do sucesso da Oferta Pública de Aquisição Geral e Voluntária sobre as acções representativas do capital social da Finibanco – Holding, S.G.P.S., S.A. e da transmissão da quase totalidade dos activos e passivos (trespasse) para a CEMG, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 a).

Apresentamos nos parágrafos seguintes alguns detalhes adicionais dessas operações de titularização.

Em 19 de Dezembro de 2002, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* ("SPV") – *Pelican Mortgages No. 1 PLC* – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 35 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 650.000 milhares de Euros. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,016% do par.

Em 29 de Setembro de 2003, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* ("SPV") – *Pelican Mortgages No. 2 PLC* – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 33 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 700.000 milhares de Euros. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0286% do par.

Em 30 de Março de 2007, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No.* 3. O prazo total da operação é de 47 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 750.000 milhares de Euros. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0165% do par.

Em 20 de Maio de 2008, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No.* 4. O prazo total da operação é de 48 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 1.000.000 milhares de Euros. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,083% do par.

Em 9 de Dezembro de 2008, o Finibanco S.A. vendeu uma carteira de créditos hipotecários à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., no montante total de 233.000 milhares de Euros (*Aqua Mortgages No.* 1). O prazo total da operação é de 55 anos, com um *revolving period* de 2 anos.

Em 25 de Março de 2009, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No. 5*. O prazo total da operação é de 52 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 1.000.000 milhares de Euros. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0564% do par.

Em 22 de Junho de 2010, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos de pequenas e médias empresas *Pelican SME*. O prazo total da operação é de 26 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 1.167.000 milhares de Euros. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,15% das *Asset Backed Notes*.

Em 5 de Março de 2012, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No.* 6. O prazo total da operação é de 51 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 1.040.200 milhares de Euros. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,1083% das *Asset Backed Notes*.

A entidade que garante o serviço da dívida (*servicer*) das operações de titularização tradicionais é a Caixa Económica Montepio Geral, assumindo a cobrança dos créditos cedidos e canalizando os valores recebidos, por via da efectivação do respectivo depósito, para as Sociedades Gestoras de Fundos de Titularização de Créditos (*Pelican Mortgages No. 1* e *Pelican Mortgages No. 2 PLC*) e para as Sociedades de Titularização de Créditos (*Pelican Mortgages No. 3, Pelican Mortgages No. 4, Pelican Mortgages No. 5, Pelican Mortgages No. 6, Aqua Mortgages No. 1 e Pelican SME*).

Até 31 de Dezembro de 2004, de acordo com os princípios contabilísticos definidos pelo Banco de Portugal, os activos, créditos e títulos cedidos pela CEMG no âmbito das referidas operações de titularização foram desreconhecidos. Os títulos adquiridos no âmbito destas operações foram contabilizados como títulos de investimento e provisionados de acordo com as regras definidas pelo Aviso n.º 27/2000 do Banco de Portugal.

Em conformidade com a IFRS 1, o critério de desreconhecimento seguido nas demonstrações financeiras individuais da CEMG, não sofreu alterações para todas as operações realizadas até 1 de Janeiro de 2004. Todas as operações efectuadas a partir desta data terão que ser analisadas no âmbito das regras de desreconhecimento de acordo com a IAS 39, segundo o qual, se forem transferidos uma parte substancial dos riscos e benefícios associados aos activos ou se for transferido o controlo sobre os referidos activos, estes activos deverão ser desreconhecidos.

À data de 30 de Junho de 2013, as operações de titularização efectuadas pela CEMG são apresentadas como segue:

(milhares de Euros)

Emissão	Data de início	Moeda	Activo cedido	Montante inicial
Pelican Mortgages No. 1	Dezembro de 2002	Euro	Crédito à habitação	653 250
Pelican Mortgages No. 2	Setembro de 2003	Euro	Crédito à habitação	705 600
Pelican Mortgages No. 3	Março de 2007	Euro	Crédito à habitação	762 375
Pelican Mortgages No. 4	Maio de 2008	Euro	Crédito à habitação	1 028 600
Aqua Mortgage No. 1	Dezembro de 2008	Euro	Crédito à habitação	236 500
Pelican Mortgages No. 5	Março de 2009	Euro	Crédito à habitação	1 027 500
Pelican SME	Junho de 2010	Euro	Pequenas empresas	1 205 794
Pelican Mortgages No. 6	Fevereiro de 2012	Euro	Crédito à habitação	1 107 000
				6 726 619

O impacto das cedências de crédito no âmbito das operações de securitização, no activo da CEMG, na rubrica Crédito a clientes, pode ser analisado como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Pelican Mortgages No.1	76 719	81 282
Pelican Mortgages No.2	149 594	157 573
	226 313	238 855

Os títulos emitidos pelos veículos de titularização podem ser analisados, à data de 30 de Junho de 2013, como segue:

Emissão	Obrigações	Valor nominal inicial Euros	Valor nominal actual Euros	Interesse retido pela CEMG (valor nominal) Euros	Data de reembolso	Rating das obrigações (Inicial)				Rating da obrigações (Actual)			
						Fitch	Moody's	S&P	DBRS	Fitch	Moody's	S&P	DBRS
Pelican Mortgages No. 1	*Class A*	611.000.000	32.633.218	6.884.487	2037	AAA	Aaa	n.a.	n.a.	A	Baa3	n.a.	n.a.
	Class B	16.250.000	16.250.000	-	2037	AAA	A2	n.a.	n.a.	A	Baa3	n.a.	n.a.
	Class C	22.750.000	22.750.000	-	2037	BBB+	Baa2	n.a.	n.a.	n.a.	Ba1	n.a.	n.a.
	Class D	3.250.000	3.250.000	3.250.000	2037	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican Mortgages No. 2	*Class A*	659.750.000	107.792.236	44.059.617	2036	AAA	Aaa	AAA	n.a.	A	Baa3	A-	n.a.
	Class B	17.500.000	17.500.000	-	2036	AA+	A1	AA-	n.a.	A	Baa3	A-	n.a.
	Class C	22.750.000	22.750.000	-	2036	A-	Baa2	BBB	n.a.	BBB	Ba2	n.a.	n.a.
	Class D	5.600.000	5.600.000	5.600.000	2036	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican Mortgages No. 3	*Class A*	717.375.000	315.811.217	121.372.761	2054	AAA	Aaa	AAA	n.a.	A	Ba1	A-	n.a.
	Class B	14.250.000	8.153.798	7.839.090	2054	AA-	Aa2	AA-	n.a.	BBB	B1	BBB	n.a.
	Class C	12.000.000	6.866.357	5.474.775	2054	A	A3	A	n.a.	BB	B3	BBB-	n.a.
	Class D	6.375.000	3.647.752	3.647.752	2054	BBB	Baa3	BBB	n.a.	B	Caa2	BB	n.a.
	Class E	8.250.000	-	-	2054	BBB-	n.a.	BBB-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class F	4.125.000	4.125.000	4.125.000	2054	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican Mortgages No. 4	*Class A*	832.000.000	626.950.430	626.950.430	2056	AAA	n.a.	n.a.	n.a.	A	n.a.	n.a.	A
	Class B	55.500.000	55.500.000	55.500.000	2056	AA	n.a.	n.a.	n.a.	A-	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	60.000.000	60.000.000	60.000.000	2056	A-	n.a.	n.a.	n.a.	BBB-	n.a.	n.a.	n.a.
	Class D	25.000.000	25.000.000	25.000.000	2056	BBB	n.a.	n.a.	n.a.	BB	n.a.	n.a.	n.a.
	Class E	27.500.000	27.500.000	27.500.000	2056	BB	n.a.	n.a.	n.a.	B	n.a.	n.a.	n.a.
	Class F	28.600.000	28.600.000	28.600.000	2056	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Aqua Mortgage No. 1	*Class A*	203.176.000	161.997.635	161.997.635	2063	n.a.	n.a.	AAA	n.a.	n.a.	n.a.	A-	AAH
	Class B	29.824.000	29.824.000	29.824.000	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	3.500.000	3.500.000	3.500.000	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican Mortgages No. 5	*Class A*	750.000.000	566.515.561	566.515.561	2061	AAA	n.a.	n.a.	n.a.	A	n.a.	n.a.	AAH
	Class B	195.000.000	195.000.000	195.000.000	2061	BBB-	n.a.	n.a.	n.a.	BBB-	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	27.500.000	27.500.000	27.500.000	2061	B	n.a.	n.a.	n.a.	B	n.a.	n.a.	n.a.
	Class D	27.500.000	27.500.000	27.500.000	2061	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class E	4.500.000	1.504.685	1.504.685	2061	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class F	23.000.000	23.000.000	23.000.000	2061	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican SME	*Class A*	577.500.000	125.232.372	125.232.372	2036	AAA	n.a.	n.a.	n.a.	A	n.a.	n.a.	AL
	Class B	472.500.000	310.639.517	310.639.517	2036	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Vertical	117.000.000	44.762.322	44.762.322	2036	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	7.294.000	-	-	2036	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Residual	31.500.000	31.500.000	31.500.000	2036	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican Mortgages No. 6	*Class A*	750.000.000	720.225.806	720.225.806	2063	A	n.a.	A-	AA	A	n.a.	A-	AA
	Class B	250.000.000	250.000.000	250.000.000	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	1.800.000	-	-	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class D	65.000.000	65.000.000	65.000.000	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class E	40.200.000	40.200.000	40.200.000	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Os títulos emitidos pelos veículos de titularização podem ser analisados, à data de 31 de Dezembro de 2012, como segue:

Emissão	Obrigações	Valor nominal inicial Euros	Valor nominal actual Euros	Interesse retido pela CEMG (valor nominal) Euros	Data de reembolso	Rating das obrigações (Inicial)				Rating da obrigações (Actual)			
						Fitch	Moody's	S&P	DBRS	Fitch	Moody's	S&P	DBRS
Pelican Mortgages No. 1	Class A	611.000.000	36.888.222	7.782.276	2037	AAA	Aaa	n.a.	n.a.	A	Baa3	n.a.	n.a.
	Class B	16.250.000	16.250.000	-	2037	AAA	A2	n.a.	n.a.	A	Baa3	n.a.	n.a.
	Class C	22.750.000	22.750.000	-	2037	BBB+	Baa2	n.a.	n.a.	n.a.	Ba1	n.a.	n.a.
	Class D	3.250.000	3.250.000	3.250.000	2037	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican Mortgages No. 2	Class A	659.750.000	115.549.576	47.230.398	2036	AAA	Aaa	AAA	n.a.	A	Baa3	A-	n.a.
	Class B	17.500.000	17.500.000	-	2036	AA+	A1	AA-	n.a.	A	Baa3	A-	n.a.
	Class C	22.750.000	22.750.000	-	2036	A-	Baa2	BBB	n.a.	BBB	Ba2	n.a.	n.a.
	Class D	5.600.000	5.600.000	5.600.000	2036	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican Mortgages No. 3	Class A	717.375.000	328.136.946	106.897.632	2054	AAA	Aaa	AAA	n.a.	A	Ba1	A-	n.a.
	Class B	14.250.000	8.472.031	-	2054	AA-	Aa2	AA-	n.a.	BBB	B1	BBB	n.a.
	Class C	12.000.000	7.134.342	-	2054	A	A3	A	n.a.	BB	B3	BBB-	n.a.
	Class D	6.375.000	3.790.119	-	2054	BBB	Baa3	BBB	n.a.	B	Caa2	BB	n.a.
	Class E	8.250.000	-	-	2054	BBB-	n.a.	BBB-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class F	4.125.000	4.125.000	4.125.000	2054	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican Mortgages No. 4	Class A	832.000.000	642.669.435	642.669.435	2056	AAA	n.a.	n.a.	n.a.	A	n.a.	n.a.	A
	Class B	55.500.000	55.500.000	55.500.000	2056	AA	n.a.	n.a.	n.a.	A-	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	60.000.000	60.000.000	60.000.000	2056	A-	n.a.	n.a.	n.a.	BBB-	n.a.	n.a.	n.a.
	Class D	25.000.000	25.000.000	25.000.000	2056	BBB	n.a.	n.a.	n.a.	BB	n.a.	n.a.	n.a.
	Class E	27.500.000	27.500.000	27.500.000	2056	BB	n.a.	n.a.	n.a.	B	n.a.	n.a.	n.a.
	Class F	28.600.000	28.600.000	28.600.000	2056	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican Mortgages No. 5	Class A	750.000.000	584.642.673	584.642.673	2061	AAA	n.a.	n.a.	n.a.	A	n.a.	n.a.	AAH
	Class B	195.000.000	195.000.000	195.000.000	2061	BBB-	n.a.	n.a.	n.a.	BBB-	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	27.500.000	27.500.000	27.500.000	2061	B	n.a.	n.a.	n.a.	B	n.a.	n.a.	n.a.
	Class D	27.500.000	27.500.000	27.500.000	2061	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class E	4.500.000	1.678.875	1.678.875	2061	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class F	23.000.000	23.000.000	23.000.000	2061	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican Mortgages No. 6	Class A	750.000.000	734.436.087	734.436.087	2063	A	n.a.	A-	AA	A	n.a.	A-	AA
	Class B	250.000.000	250.000.000	250.000.000	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	1.800.000	-	-	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class D	65.000.000	65.000.000	65.000.000	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class E	40.200.000	40.200.000	40.200.000	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican SME	Class A	577.500.000	208.303.453	208.303.453	2036	AAA	n.a.	n.a.	n.a.	A	n.a.	n.a.	AL
	Class B	472.500.000	310.639.517	310.639.517	2036	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Vertical	117.000.000	73.331.850	73.331.850	2036	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	7.294.000	-	-	2036	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Residual	31.500.000	31.500.000	31.500.000	2036	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Aqua Mortgage No. 1	Class A	203.176.000	161.997.635	161.997.635	2063	n.a.	n.a.	AAA	n.a.	n.a.	n.a.	A-	AAH
	Class B	29.824.000	29.824.000	29.824.000	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Class C	3.500.000	3.500.000	3.500.000	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

50 Gestão de riscos

A CEMG está sujeita a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade.

A política de gestão de risco da CEMG visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a actividade da CEMG.

A análise e controlo dos riscos são efectuados de um modo integrado, através da Direcção de Risco ('DRI'), que integra três departamentos:

- Departamento de Risco de Crédito: responsável pelo desenvolvimento e integração nos processos de decisão dos modelos internos de análise de risco de crédito, assim como o reporte prudencial sobre Fundos Próprios, e reportes internos sobre risco de crédito;
- Departamento de Riscos de Mercado: assegura a análise e reporte prudencial e interno dos riscos de mercado, taxa de juro, cambial, liquidez e de solvabilidade, assim como a respectiva integração nos processos de decisão da sala de mercados; e
- Departamento de Risco Operacional: responsável pela função de gestão do risco operacional.

A DRI assegura igualmente a articulação com o Banco de Portugal, no domínio dos reportes prudenciais, designadamente ao nível de requisitos de capital, risco de liquidez e risco de taxa de juro.

No âmbito da gestão e controlo do risco de crédito foram desenvolvidas várias actividades, das quais se destacam a realização regular do Comité de Risco e Controlo Interno e a revisão da política de delegação de competências de decisão de crédito, no sentido de a tornar sensível ao nível esperado do risco do cliente / operação.

Adicionalmente, a Direcção de Análise de Crédito assegura a apreciação das propostas de crédito de empresas e particulares, assim como a atribuição dos *ratings* internos no segmento de empresas.

No plano regulamentar e de Basileia II, foram desenvolvidos os reportes previstos nos Pilar II – Adequação de Capital, e Pilar III – Disciplina de Mercado. Ao abrigo do Pilar II foram reportados ao Banco de Portugal os relatórios do Processo de Auto-Avaliação do Capital Interno (ICAAP), de Testes de Esforço e de Risco de Concentração, conforme Instrução n.º 5/2011 de 15 de Março do Banco de Portugal. Os resultados dos relatórios apontam para a solidez dos níveis de capital, face aos riscos com maior materialidade e à potencial evolução adversa dos principais indicadores macroeconómicos. Ao nível do Risco de Concentração verifica-se uma evolução positiva nos principais tipos de concentração – Sectorial, Individual e Geográfica. No âmbito do Pilar III, foi divulgado publicamente o relatório de Disciplina de Mercado, detalhando os tipos e níveis de risco incorridos na actividade, bem como os processos, estrutura e organização da gestão de risco.

Tem igualmente sido assegurada a participação nos trabalhos do Programa Especial de Inspecções, no âmbito do *Memorandum* assinado entre o Estado Português e o Banco Central Europeu, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional.

Este programa tem incidido sobre três áreas de trabalho – apuramento da imparidade do crédito, cálculo dos requisitos de capital para risco de crédito e procedimentos de *stress testing*. Os resultados obtidos têm sido satisfatórios, confirmando-se a adequação dos processos adoptados pela CEMG.

A CEMG tem também vindo a acompanhar as recomendações do Comité de Basileia e segue atentamente os desenvolvimentos de Basileia III no âmbito da gestão da liquidez e da avaliação dos fundos próprios, tendo-se procedido a análises do respectivo impacto. A CEMG tem ainda participado regularmente nos Estudos de Impacto Quantitativo (QIS) de Basileia III, desenvolvidos pelo Banco de Portugal de acordo com as orientações da *European Bank Association* (EBA). Os documentos publicados pelo Comité de Basileia no final de 2009, estão agora formalizados na directiva da União Europeia designada por CRD IV, esperando-se que sejam transpostos para a legislação nacional até ao final de 2013, de forma que o primeiro reporte oficial de acordo com as novas regras seja realizado em Março 2014.

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade da CEMG cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Conselho de Administração Executivo, no exercício das suas funções, é responsável pela estratégia e pelas políticas a adoptar relativamente à gestão dos riscos, sendo, nesta função, assessorado pela DRI, que analisa e assegura a gestão dos riscos, numa óptica de grupo, incluindo a coordenação do Comité de Riscos e Controlo Interno e o reporte ao nível do Comité de Activos e Passivos (ALCO).

A Direcção de Auditoria e Inspecção, como órgão de apoio ao Conselho de Administração Executivo, tem como principais competências apreciar os relatórios sobre o sistema de controlo interno a remeter anualmente ao Banco de Portugal, de verificar o cumprimento e observância da legislação em vigor, por parte das diferentes unidades orgânicas, e identificar as áreas de maior risco, apresentando ao Conselho de Administração Executivo as suas conclusões.

Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou acções, apoiados por sistemas de informação, e definidos procedimentos, que proporcionam um elevado grau de fiabilidade relativamente às medidas de gestão de risco oportunamente definidas.

A Sala de Mercados colabora com a DRI, de forma a efectuar-se a medição e o controlo do risco das operações e das carteiras, bem como o adequado acompanhamento das posições dos riscos globais da CEMG.

No que diz respeito ao risco de *compliance*, é da competência do *Head of Compliance*, na dependência do Conselho de Administração Executivo, assegurar o seu controlo, identificar e avaliar as diversas situações que concorrem para o referido risco, designadamente em termos de transacções/actividades, negócios, produtos e órgãos de estrutura.

Neste âmbito, também a Direcção de Auditoria e Inspecção avalia o sistema de controlo interno, identificando as áreas de maior relevância/risco, visando a eficácia da governação.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito - Retalho

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. Assim, o processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de *scoring* para as carteiras de clientes Particulares e Negócios e de *rating* para o segmento de Empresas.

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes. Existem modelos de *scoring* reactivo para as principais carteiras de crédito a particulares, designadamente crédito à habitação e crédito individual, contemplando a necessária segmentação entre clientes e não clientes (ou clientes recentes). Encontram-se em revisão os modelos de *scoring* reactivo de cartões de crédito. Ainda no âmbito do crédito a particulares, a actuação comercial e a análise de risco são apoiadas complementarmente por *scorings* comportamentais.

No domínio do crédito a empresas, são utilizados modelos de *rating* interno para empresas de média e grande dimensão, diferenciando o sector da construção dos restantes sectores de actividade, enquanto para clientes Empresários em nome individual (ENI's) e Microempresas é aplicado o modelo de *scoring* de Negócios.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição da CEMG ao risco de crédito:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	**Dez 2012**
Disponibilidades em outras instituições de crédito	56 408	57 370
Aplicações em instituições de crédito	241 265	250 758
Crédito a clientes	14 644 492	15 031 977
Activos financeiros detidos para negociação	59 747	120 520
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	6 809	12 300
Activos financeiros disponíveis para venda	6 950 447	6 120 622
Derivados de cobertura	915	931
Investimentos detidos até à maturidade	17 522	17 222
Investimentos em associadas e outras	390 547	390 547
Outros activos	151 261	314 129
Garantias e avales prestados	447 209	450 196
Créditos documentários	12 002	12 793
Compromissos irrevogáveis	139 196	148 659
Credit default swaps (nocionais)	25 000	32 500
	23 142 820	22 960 524

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para o período findo em 30 de Junho de 2013, encontra-se apresentada como segue:

	Jun 2013							
Sector de actividade	**Crédito a clientes**		**Activos financeiros detidos para negociação**	**Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados**	**Activos financeiros disponíveis para venda**		**Investimen-tos detidos até à maturidade**	**Garantias e avales prestados**
	Valor bruto	**Imparidade [a]**	**Valor de Balanço**	**Valor de Balanço**	**Valor bruto**	**Imparidade**	**Valor de Balanço**	**Valor de Balanço**
Agricultura, silvicultura e pesca	52 854	(4 804)	-	-	-	-	-	1 599
Indústrias extractivas	26 349	(916)	-	-	-	-	-	2 236
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	170 172	(14 230)	-	-	34 020	-	-	4 407
Têxteis e vestuário	73 738	(27 336)	-	-	-	-	-	439
Curtumes e calçado	23 246	(6 419)	-	-	-	-	-	125
Madeira e cortiça	44 295	(8 810)	-	-	4 813	-	-	1 726
Papel e indústrias gráficas	46 501	(2 965)	-	-	4 942	-	-	358
Refinação de petróleo	312	(218)	-	-	497	-	-	-
Produtos químicos e de borracha	86 555	(7 962)	-	-	518	-	-	2 005
Produtos minerais não metálicos	51 646	(3 442)	-	-	-	-	-	2 825
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	140 278	(13 463)	-	-	68 382	-	-	10 262
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	43 900	(3 164)	-	-	-	-	-	1 597
Fabricação de material de transporte	26 927	(4 794)	-	-	-	-	-	155
Outras indústrias transformadoras	33 801	(6 231)	-	-	64 962	-	-	1 581
Electricidade, gás e água	116 161	(1 263)	-	-	1 264		-	5 323
Construção e obras públicas	1 927 851	(324 823)	97	-	998	(998)	-	180 498
Comércio por grosso e a retalho	919 925	(156 229)	-	-	5 534	-	-	71 487
Turismo	283 637	(21 897)	-	-	-	-	-	8 596
Transportes	268 844	(16 085)	-	-	41 730	-	-	10 553
Actividades de informação e comunicação	50 496	(6 858)	963	-	106 581	(9 163)	-	766
Actividades financeiras	560 891	(25 812)	58 215	6 809	1 291 914	(28 811)	-	75 995
Actividades imobiliárias	879 412	(96 108)	-	-	4 022	-	-	26 955
Serviços prestados às empresas	299 908	(27 741)	472	-	14 177	-	-	13 519
Administração e serviços públicos	129 420	(8 037)	-	-	1 690 097	(11 257)	17 522	572
Outras actividades de serviços colectivos	357 708	(13 530)	-	-	-	-	-	8 290
Crédito à habitação	8 535 682	(215 650)	-	-	2 934 864	(14 020)	-	-
Outros	492 794	(83 048)	-	-	101 203	-	-	15 342
Total	15 643 303	(1 101 835)	59 747	6 809	6 370 518	(64 249)	17 522	447 211

[a] inclui a provisão para imparidade no valor de 998.811 milhares de Euros (ver nota 20) e a provisão para riscos gerais de crédito no valor de 103.024 milhares de euros (ver nota 37).

A repartição por sectores de actividade de exposição ao risco de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, encontra-se apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Dez 2012							
Sector de actividade	**Crédito a clientes**		**Activos financeiros detidos para negociação**	**Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados**	**Activos financeiros disponíveis para venda**		**Investimentos detidos até à maturidade**	**Garantias e avales prestados**
	Valor bruto	**Imparidade [a]**	**Valor de Balanço**	**Valor de Balanço**	**Valor bruto**	**Imparidade**	**Valor de Balanço**	**Valor de Balanço**
Agricultura, silvicultura e pesca	69 472	(5 294)	-	-	-	-	-	1 079
Indústrias extractivas	40 658	(1 067)	-	-	-	-	-	1 546
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	154 106	(12 214)	-	-	2 948	-	-	5 196
Têxteis e vestuário	78 520	(28 463)	-	-	-	-	-	434
Curtumes e calçado	22 240	(6 059)	-	-	-	-	-	154
Madeira e cortiça	51 396	(9 117)	-	-	87 275	-	-	1 996
Papel e indústrias gráficas	50 767	(2 686)	-	-	-	-	-	374
Refinação de petróleo	504	(220)	-	-	54 638	-	-	-
Produtos químicos e de borracha	97 092	(7 802)	-	-	1 034	-	-	2 079
Produtos minerais não metálicos	56 132	(3 766)	-	-	-	-	-	2 878
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	143 599	(11 124)	-	-	-	-	-	9 151
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	46 482	(3 127)	-	-	260	-	-	1 691
Fabricação de material de transporte	19 438	(3 693)	-	-	-	-	-	305
Outras indústrias transformadoras	41 327	(6 334)	-	-	129 001	(79)	-	1 709
Electricidade, gás e água	110 478	(1 183)	-	3 165	5 481	-	-	5 261
Construção e obras públicas	2 133 164	(273 529)	-	-	2 245	(998)	-	196 509
Comércio por grosso e a retalho	1 075 241	(146 854)	250	-	6 926	(148)	-	61 028
Turismo	339 454	(23 676)	-	-	7 314	-	-	10 039
Transportes	219 074	(14 677)	-	-	22 831	-	-	11 362
Actividades de informação e comunicação	54 420	(5 445)	-	-	30 721	-	-	1 169
Actividades financeiras	629 214	(18 039)	120 270	9 135	1 453 003	(21 413)	-	68 814
Actividades imobiliárias	835 039	(89 668)	-	-	7 008	-	-	34 800
Serviços prestados às empresas	522 951	(28 096)	-	-	18 777	-	-	13 501
Administração e serviços públicos	149 299	(2 181)	-	-	1 217 965	(11 257)	17 222	595
Outras actividades de serviços colectivos	416 388	(17 853)	-	-	998	-	-	7 989
Crédito à habitação	8 391 089	(148 719)	-	-	2 979 250	(13 155)	-	-
Outros	187 139	(138 482)	-	-	139 997	-	-	10 537
Total	15 934 681	(1 009 367)	120 520	12 300	6 167 672	(47 050)	17 222	450 196

[a] inclui a provisão para imparidade no valor de 902.703 milhares de euros (ver nota 20) e a provisão para riscos gerais de crédito no valor de 106.663 milhares de euros (ver nota 37).

No que respeita a risco de crédito, a carteira de activos financeiros manteve-se concentrada em obrigações *investment grade*, emitidas por instituições financeiras.

Durante o primeiro semestre de 2013 houve uma redução do nominal dos *credit default swaps* em carteira, por vencimento de diversos contratos, com as posições de compra e de venda de protecção a descerem para 9.000 milhares de Euros e 16.000 milhares de Euros, respectivamente (31 de Dezembro de 2012: 21.000 milhares de Euros e 11.500 milhares de Euros).

Ao nível da qualidade do crédito, observou-se uma subida do nível médio das contrapartes, por vencimento das posições de maior risco (BB-) e não obstante a redução da notação de risco de uma contraparte financeira estrangeira, de BBB para BBB-. A protecção de crédito das contrapartes portuguesas, a única abaixo de *investment grade* e em sintonia com o *rating* da República de Portugal, envolvia posições de compra e de venda de protecção de 13.000 milhares de euros e 3.000 milhares de euros, respectivamente.

Riscos Globais e em Activos Financeiros

A gestão eficaz do balanço envolve também o Comité de Activos e Passivos (ALCO), comité onde se procede à análise dos riscos de taxa de juro, liquidez e cambial, designadamente no tocante à observância dos limites definidos para os *gaps* estáticos e dinâmicos calculados.

Tipicamente, são observados *gaps* estáticos positivos de taxa de juro e *mismatches* dinâmicos de liquidez positivos. Ao nível do risco cambial, procede-se, em regra, à aplicação dos recursos captados nas diversas moedas, através de activos no mercado monetário respectivo e por prazos não superiores aos dos recursos, pelo que os *gaps* cambiais existentes decorrem essencialmente de eventuais desajustamentos entre os prazos das aplicações e dos recursos.

No que respeita a informação e análise de risco, é assegurado o reporte regular sobre os riscos de crédito e de mercado das carteiras de activos financeiros próprias e das diversas entidades do Grupo. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco, utilizando-se para o efeito a metodologia de *Value-at-Risk* (VaR). Existem diferentes limites de exposição incluindo limites globais de VaR, por Emitente, por tipo/classe de activo e *rating*. São ainda definidos limites de *Stop Loss*. A carteira de investimento está principalmente concentrada em obrigações, que no final do primeiro semestre de 2013 representavam 86,8% do total da carteira.

A CEMG calcula de forma regular o VaR da sua carteira de negociação sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um nível de significância de 99%, pelo método da simulação histórica.

No final do primeiro semestre de 2013, os *gaps* de taxa de juro (considerando a globalidade dos prazos de refixação de taxas de juro) atingiam, em termos estáticos , cerca de 519.855 milhares de Euros negativos (31 de Dezembro de 2012: 181.142 milhares de Euros negativos).

Apresentam-se seguidamente os principais indicadores destas medidas, durante o período findo em 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012:

(milhares de Euros)

	Jun 2013				Dez 2012			
	Junho	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Gap de taxa de juro	(519 855)	(519 855)	(519 855)	(519 855)	(181 142)	(171 210)	(161 278)	(181 142)

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução n.º 19/2005 de 15 de Junho, do Banco de Portugal, a CEMG calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* (BIS) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

(milhares de Euros)

	Até três meses	Três a seis meses	Seis meses a um ano	Um a cinco anos	Mais de cinco anos
30 de Junho de 2013					
Activo	10 417 220	4 095 971	654 439	1 581 416	1 024 542
Fora de balanço	9 157 423	86 773	334 497	1 364 041	-
Total	19 574 643	4 182 744	988 936	2 945 457	1 024 542
Passivo	6 183 262	1 474 174	2 810 391	7 678 571	147 045
Fora de balanço	9 411 968	191 225	-	1 339 541	-
Total	15 595 230	1 665 399	2 810 391	9 018 112	147 045
GAP (Activos - Passivos)	3 979 413	2 517 345	(1 821 455)	(6 072 655)	877 497
31 de Dezembro de 2012					
Activo	10 969 211	4 545 111	418 226	1 670 910	757 794
Fora de balanço	10 125 897	241 898	254 121	1 812 610	-
Total	21 095 108	4 787 009	672 347	3 483 520	757 794
Passivo	6 938 473	1 970 806	2 059 101	7 364 850	209 155
Fora de balanço	10 590 374	496 402	2 400	1 345 360	-
Total	17 528 847	2 467 208	2 061 501	8 710 210	209 155
GAP (Activos - Passivos)	3 566 261	2 319 801	(1 389 154)	(5 226 690)	548 639

Análise de Sensibilidade

Face aos *gaps* de taxa de juro observados, em 30 de Junho de 2013, uma variação positiva instantânea das taxas de juro em 100 bp motivaria um aumento dos resultados de cerca de 42.665 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 39.647 milhares de Euros).

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros da CEMG, para o período findo em 30 de Junho de 2013 e o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, bem como os respectivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

(milhares de Euros)

	Jun 2013			Dez 2012		
Produtos	**Saldo médio do exercício**	**Taxa de juro média (%)**	**Proveitos / Custos**	**Saldo médio do exercício**	**Taxa de juro média (%)**	**Proveitos / Custos**
Aplicações						
Crédito a clientes	15 732 644	3,80	280 851	16 321 809	4,33	707 339
Disponibilidades	113 687	0,54	305	102 233	0,91	929
Carteira de Títulos	7 079 535	2,09	73 446	7 888 323	2,61	205 722
Aplicações interbancárias	253 964	0,35	439	354 649	0,77	2 721
Swaps	-	-	58 102	-	-	236 561
Total Aplicações	23 179 830		413 143	24 667 014		1 153 272
Recursos						
Depósitos de clientes	12 518 946	2,65	164 733	13 160 896	3,38	444 251
Recursos de titularização	7 024 643	2,56	89 088	8 118 810	2,59	210 293
Recursos interbancários	2 735 575	0,92	12 437	2 695 262	1,05	28 169
Outros recursos	158	0,31	-	273	0,47	1
Swaps	-	-	54 810	-	-	213 100
Total Recursos	22 279 322		321 068	23 975 241		895 814

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos a 30 de Junho de 2013, por moeda, é analisado como segue:

	Jun 2013							
	Euro	Dólar Norte Americano	Libra Esterlina	Dolár Canadiano	Franco Suiço	Iene Japonês	Outras Moedas Estrangeiras	Valor total
Activo por moeda								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	274 033	8 216	908	505	851	102	634	285 249
Disponibilidades em outras instituições de crédito	46 442	8 354	424	280	495	42	371	56 408
Aplicações em instituições de crédito	241 160	105	-	-	-	-	-	241 265
Crédito a clientes	14 634 866	9 490	-	-	138	-	(2)	14 644 492
Activos financeiros detidos para negociação	66 848	5 515	316	-	-	-	-	72 679
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	6 809	-	-	-	-	-	-	6 809
Activos financeiros disponíveis para venda	6 946 990	25 207	30	37	646	-	-	6 972 910
Derivados de cobertura	915	-	-	-	-	-	-	915
Investimentos detidos até à maturidade	17 522	-	-	-	-	-	-	17 522
Investimentos em associadas e outras	390 547	-	-	-	-	-	-	390 547
Activos não correntes detidos para venda	684 753	-	-	-	-	-	-	684 753
Outros activos tangíveis	49 187	-	-	-	-	-	-	49 187
Activos intangíveis	113 616	-	-	-	-	-	-	113 616
Activos por impostos correntes	10	-	-	-	-	-	-	10
Activos por impostos diferidos	281 248	-	-	-	-	-	-	281 248
Outros activos	25 364	120 164	9 783	36 767	1 618	(878)	4 037	196 855
Total Activo	23 780 310	177 051	11 461	37 589	3 748	(734)	5 040	24 014 465
Passivo por moeda								
Recursos de bancos centrais	1 854 813	-	-	-	-	-	-	1 854 813
Recursos de outras instituições de crédito	1 001 327	113 357	5 812	31 280	513	-	17	1 152 306
Recursos de clientes	12 462 098	63 339	5 124	6 017	3 094	32	4 281	12 543 985
Responsabilidades representadas por títulos	2 524 512	206	-	-	-	-	-	2 524 718
Passivos financeiros associados a activos transferidos	3 581 777	-	-	-	-	-	-	3 581 777
Passivos financeiros detidos para negociação	66 765	675	2	-	-	-	-	67 442
Derivados de cobertura	2 572	-	-	-	-	-	-	2 572
Provisões	107 251	-	-	-	-	-	-	107 251
Outros passivos subordinados	478 745	-	-	-	-	-	-	478 745
Outros passivos	203 530	(636)	523	301	25	(766)	742	203 719
Total Passivo	22 283 390	176 941	11 461	37 598	3 632	(734)	5 040	22 517 328
Activo / (Passivo) líquido por moeda	1 496 920	110	-	(9)	116	-	-	1 497 137

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos a 31 de Dezembro de 2012, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de Euros)

	Dez 2012							
	Euro	Dólar Norte Americano	Libra Esterlina	Dolár Canadiano	Franco Suiço	Iene Japonês	Outras Moedas Estrangeiras	Valor total
Activo por moeda								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	237 833	7 182	531	395	1 289	46	311	247 587
Disponibilidades em outras instituições de crédito	53 004	2 599	514	340	501	32	380	57 370
Aplicações em instituições de crédito	250 654	104	-	-	-	-	-	250 758
Crédito a clientes	15 020 454	11 352	-	2	171	-	(2)	15 031 977
Activos financeiros detidos para negociação	128 774	3 757	326	-	-	-	-	132 857
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	12 300	-	-	-	-	-	-	12 300
Activos financeiros disponíveis para venda	6 706 441	23 344	32	48	637	-	-	6 730 502
Derivados de cobertura	931	-	-	-	-	-	-	931
Investimentos detidos até à maturidade	17 222	-	-	-	-	-	-	17 222
Investimentos em associadas e outras	390 547	-	-	-	-	-	-	390 547
Activos não correntes detidos para venda	472 877	-	-	-	-	-	-	472 877
Outros activos tangíveis	55 651	-	-	-	-	-	-	55 651
Activos intangíveis	108 872	-	-	-	-	-	-	108 872
Activos por impostos correntes	10	-	-	-	-	-	-	10
Activos por impostos diferidos	243 313	-	-	-	-	-	-	243 313
Outros activos	245 734	81 134	8 083	36 690	958	-	3 486	376 085
Total Activo	23 944 617	129 472	9 486	37 475	3 556	78	4 175	24 128 859
Passivo por moeda								
Recursos de bancos centrais	1 776 514	-	-	-	-	-	-	1 776 514
Recursos de outras instituições de crédito	1 011 307	75 871	5 006	31 964	871	-	55	1 125 074
Recursos de clientes	12 605 004	54 290	4 293	5 802	2 757	-	3 757	12 675 903
Responsabilidades representadas por títulos	2 188 099	-	-	-	-	-	-	2 188 099
Passivos financeiros associados a activos transferidos	3 743 731	-	-	-	-	-	-	3 743 731
Passivos financeiros detidos para negociação	84 454	354	-	-	-	-	-	84 808
Derivados de cobertura	3 177	-	-	-	-	-	-	3 177
Provisões	110 199	-	-	-	-	-	-	110 199
Passivos por impostos correntes	1 239	-	-	-	-	-	-	1 239
Outros passivos subordinados	479 667	-	-	-	-	-	-	479 667
Outros passivos	332 633	(827)	185	(288)	(166)	78	361	331 976
Total Passivo	22 336 024	129 688	9 484	37 478	3 462	78	4 173	22 520 387
Activo / (Passivo) líquido por moeda	1 608 593	(216)	2	(3)	94	-	2	1 608 472

Risco de Liquidez

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado atentamente, sendo elaborados diversos relatórios, para efeitos de regulamentação prudencial e para acompanhamento em sede de comité ALCO.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento das posições de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal (Instrução n.º13/2009 de 15 de Setembro).

De referir que o valor global de colaterais disponíveis no Banco Central Europeu, em 30 de Junho de 2013 ascende a 4.300.948 milhares de Euros com uma utilização de 1.888.715 milhares de Euros.

Risco Operacional

Encontra-se implementado um sistema de gestão de risco operacional que se baseia na identificação, avaliação, acompanhamento, medição, mitigação e reporte deste tipo de risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada na DRI exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Em termos prudenciais, a CEMG está sujeita à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos que as instituições deverão cumprir.

Os Fundos próprios da CEMG dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios de Base (FPB): Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (excluindo as reservas de justo valor positivas), os resultados retidos do período quando certificados, os interesses minoritários e outros instrumentos equiparados a capital, cujas condições sejam aprovadas pelo Banco de Portugal. São deduzidas as reservas de justo valor negativas associadas a acções ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos a *goodwill* apurado, activos intangíveis, ganhos não realizados em passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados que representem risco de crédito próprio, desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite correspondente a 10% do máximo entre as referidas responsabilidades e o activo do fundo de pensões, bem como a parte das reservas e resultados por impostos diferidos não associadas a elementos negativos dos fundos próprios de base. São também deduzidos em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras, bem como as participações em entidades seguradoras. E também um elemento negativo o valor dos depósitos com remuneração excessiva definidos de acordo com a Instrução n.º 28/2011. São deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e das participações em entidades seguradoras.

- Fundos Próprios Complementares (FPC): Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível, reservas provenientes da reavaliação do activo imobilizado e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a acções ou outros instrumentos de capital. São deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e das participações em entidades seguradoras.

- Aos Fundos Próprios totais é deduzido o valor referente a imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio há mais de 4 anos, calculado segundo um critério de progressividade que conduz a que ao fim de 9 ou 12 anos em carteira (conforme a data de arrematamento) o valor líquido do imóvel esteja totalmente deduzido aos Fundos Próprios.

A composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos FPB.

Em 2008, o Banco de Portugal introduziu algumas alterações ao cálculo dos fundos próprios. Assim, através do Aviso n.º 6/2008 de 18 de Outubro, a par do tratamento dado aos créditos e outros valores a receber, excluiu as valias potenciais em títulos de dívida classificados como disponíveis para venda dos fundos próprios, na parte que exceda o impacto resultante de eventuais operações de cobertura, mantendo, contudo, a obrigatoriedade de não considerar nos fundos próprios de base as reservas de reavaliação positivas, na parte que exceda a imparidade que eventualmente tenha sido registada, relativas a ganhos não realizados em títulos de capital disponíveis para venda (líquidas de impostos).

Em 2011, a CEMG adaptou a política contabilística do Fundo de Pensões às alterações efectuadas nas Normas Internacionais de Contabilidade. Anteriormente, era utilizada a designada *regra do corredor* e em Dezembro 2011 passou a reconhecer-se a totalidade dos desvios actuariais em reservas. Apesar desta alteração ao nível contabilístico, em termos regulamentares não existiram alterações, dado que o Aviso n.º 2/2012 de 25 de Janeiro define tratamento prudencial, para este novo procedimento contabilístico, semelhante ao designado pela *regra do corredor*. Também em Dezembro de 2011 foi realizada a transferência parcial dos planos pós-emprego de benefício definido para a esfera da Segurança Social, cujos efeitos em fundos próprios foram diferidos para Junho de 2012, de acordo com o Aviso n.º 1/2012 do Banco de Portugal.

A verificação de que uma entidade dispõe de fundos próprios num montante não inferior ao dos respectivos requisitos de fundos próprios certifica a adequação do seu capital, reflectida num rácio de solvabilidade, representado pelos fundos próprios em percentagem do montante correspondente a 12,5 vezes dos requisitos de fundos próprios. O Aviso n.º 3/2011 de 18 de Maio do Banco de Portugal determina que o rácio *core tier* 1, em base consolidada, deve ser não inferior a 9%, até 31 de Dezembro de 2011, e a 10%, até 31 de Dezembro de 2012.

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital da CEMG para 30 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, apresenta-se como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013	Dez 2012
Fundos Próprios *Core Tier 1*		
Capital realizado	1 295 000	1 295 000
Resultados, Reservas Gerais, Especiais e Resultados não distribuídos	273 855	294 548
Outros ajustamentos regulamentares	(275 547)	(235 473)
	1 293 308	1 354 075
Fundos Próprios de Base		
Outros instrumentos de Capital	15 000	15 000
Deduções Fundos Próprios de Base	(195 595)	(195 245)
	1 112 713	1 173 830
Fundos Próprios Complementares		
Upper Tier 2	116 087	92 990
Lower Tier 2	412 057	440 316
Deduções	(195 595)	(195 245)
	332 549	338 061
Deduções aos fundos próprios totais	(10 040)	(9 262)
Fundos próprios totais	1 435 222	1 502 629
Requisitos de Fundos Próprios		
Risco de crédito	910 507	924 399
Riscos de mercado	4 189	4 591
Risco operacional	59 463	59 463
	974 159	988 453
Rácios Prudenciais		
Rácio *Core Tier* 1	10,62%	10,96%
Rácio *Tier* 1	9,14%	9,50%
Rácio de Solvabilidade	11,79%	12,16%

51 Dívida soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*

Com referência a 30 de Junho de 2013, a exposição da CEMG a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Jun 2013						
Emitente/ carteira	**Valor contabilístico**	**Justo valor**	**Reserva de justo valor**	**Imparidade**	**Taxa de juro média %**	**Maturidade média Anos**	**Nível de valorização**
Portugal							
Activos financeiros disponíveis para venda	1 627 093	1 627 093	(21 896)	-	4,02	4,27	1
Investimentos detidos até à maturidade	6 316	6 328	-	-	3,38	2,26	n.a.
	1 633 409	1 633 421	(21 896)	-			
Grécia (*)							
Activos financeiros disponíveis para venda	7 951	7 951	1 031	(11 257)	1,26	24,66	1
	1 641 360	1 641 372	(20 865)	(11 257)			

(*) A rubrica inclui 7.827 milhares de Euros relativos a títulos de dívida soberana grega resultantes de operações de troca e que se mantêm em carteira.

O valor dos títulos inclui os juros corridos respectivos.

Com referência a 31 de Dezembro de 2012, a exposição da CEMG a dívida titulada soberana de países da União Europeias em situação de *bailout*, é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Dez 2012						
Emitente/ carteira	**Valor contabilístico**	**Justo valor**	**Reserva de justo valor**	**Imparidade**	**Taxa de juro média %**	**Maturidade média Anos**	**Nível de valorização**
Portugal							
Activos financeiros disponíveis para venda	1 115 857	1 115 857	9 036	-	3,40	2,05	1
Investimentos detidos até à maturidade	6 185	6 246	-	-	3,38	2,76	n.a.
	1 122 042	1 122 103	9 036	-			
Grécia (*)							
Activos financeiros disponíveis para venda	7 174	(4 083)	71	(11 257)	1,26	25,16	1
	1 129 216	1 118 020	9 107	(11 257)			

(*) A rubrica inclui 6.796 milhares de Euros relativos a títulos de dívida soberana grega resultantes de operações de troca e que se mantêm em carteira.

Relativamente aos títulos de dívida pública de Portugal, Grécia e Irlanda não se verificaram no período findo em 30 de Junho de 2013 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 quaisquer reclassificações entre carteiras.

A evolução da crise da dívida soberana na União Europeia e especificamente a evolução do contexto político e económico na Grécia, contribuíram para uma contínua deterioração da situação económica e financeira do Estado Grego e a incapacidade de aceder a financiamento nos mercados financeiros, implicando que a solvência imediata do país ficasse dependente do contínuo apoio da UE e do FMI.

A determinação do valor de imparidade para títulos teve em consideração os termos do acordo estabelecido entre o Estado Grego e o sector privado relacionadas com a reestruturação da dívida soberana da Grécia ("GGBs"). Para efeitos da determinação da referida imparidade foram considerados os termos e condições definidos no PSI e também considerado o disposto no parágrafo AG84 da IAS 39 que considera razoável que, para a carteira de títulos detidos até à maturidade quando, por questões práticas, existem incertezas relevantes quanto à estimativa de *cash flows* futuros, a imparidade possa ser determinada com base nos preços observáveis de mercado.

Tendo em consideração a informação disponível sobre as características dos títulos, o justo valor dos novos títulos correspondia em 31 de Dezembro de 2011 a cerca de 23% do valor dos títulos em carteira. De referir que no âmbito da reestruturação da dívida soberana efectuada no segundo trimestre de 2012, foi utilizada a imparidade existente. A Oferta de Troca concretizou-se em 12 de Março de 2012.

52 Cedência de activos

A CEMG realizou uma operação de cedência de activos financeiros (nomeadamente crédito a clientes) para fundos especializados de crédito. Estes fundos assumem a gestão das sociedades mutuárias ou dos activos recebidos em colateral com o objectivo de garantir uma administração pró-activa através da implementação de planos de exploração/valorização dos mesmos. Os activos financeiros cedidos nestas operações foram desreconhecidos do balanço da CEMG, uma vez que foi transferida para o fundo parte substancial dos riscos e benefícios associados a estes, bem como o respectivo controlo.

Os fundos especializados na recuperação de crédito que adquiriram os activos financeiros à CEMG são fundos fechados, em que os participantes não têm a possibilidade de pedir o reembolso das suas unidades de participação durante a vida dos mesmos.

Estas unidades de participação são detidas pelos vários bancos do mercado, e que são cedentes dos créditos, em percentagens que vão variando ao longo da vida dos fundos, mas garantindo que cada banco, isoladamente, não detém títulos representativos de mais de 50% do capital do fundo.

Os fundos têm uma estrutura de gestão específica (*General Partner*), totalmente autónoma dos bancos cedentes, que é seleccionada na data de constituição do fundo.

A estrutura de gestão do fundo tem como principais responsabilidades:

- definir o objectivo do fundo; e

- administrar e gerir em regime exclusivo o fundo, determinar os objectivos e política de investimento e o modo de conduta da gestão e negócios do fundo.

A estrutura de gestão é remunerada através de comissões de gestão cobradas aos fundos.

Estes fundos (em que a CEMG detém uma posição minoritária nas unidades de participação) constituem sociedades de direito português com vista à aquisição dos créditos aos bancos, a qual é financiada através da emissão de títulos sénior e de títulos júnior. O valor dos títulos sénior, subscritos integralmente pelo fundo que detêm o capital social, iguala o justo valor do activo objecto de cedência, determinado mediante um processo negocial baseado em avaliações efectuadas por ambas as partes. Estes títulos são remunerados a uma taxa de juro que reflecte o risco da sociedade detentora dos activos.

O valor dos títulos júnior é equivalente à diferença entre o justo valor que teve por base a valorização do título sénior e o valor de cedência dos créditos às sociedades de direito português.

Estes títulos júnior, sendo subscritos pela CEMG, darão direito a um valor positivo contingente caso o valor dos activos transferidos ultrapasse o montante das prestações sénior acrescidos da remuneração das mesmas.

Contudo, considerando que estes títulos júnior reflectem um diferencial de avaliação dos activos cedidos tendo por base avaliações efectuadas por entidades independentes e um processo negocial entre as partes, os mesmos encontram-se integralmente provisionados.

Assim, na sequência das operações de cedência de activos ocorridas, a CEMG subscreveu:

- Unidades de participação dos fundos em que os *cash flows* que permitirão a sua recuperação são provenientes de um conjunto alargado de activos cedidos pelos vários bancos participantes (onde a CEMG é claramente minoritária). Estes títulos encontram-se assim registados na carteira de activos financeiros disponíveis para venda sendo avaliados ao justo valor com base no valor da cotação, o qual é divulgado pelo fundo e auditado no final de cada ano; e

- Títulos júnior (com maior grau de subordinação), emitidos pelas sociedades de direito português controladas pelo fundo, encontram-se a ser totalmente provisionados por reflectirem a melhor estimativa da imparidade dos activos financeiros cedidos.

Neste contexto, não tendo controlo mas permanecendo algum risco e benefício, a CEMG, nos termos da IAS 39.21 procedeu a uma análise da exposição à variabilidade de riscos e benefícios nos activos transferidos, antes e após a operação, tendo concluído, que não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios.

Considerando que também não detém controlo, já que não exerce qualquer influência sobre os fundos ou as sociedades que detêm os activos, procedeu, nos termos da IAS 93.20 c (i) ao desreconhecimento dos activos transferidos e ao reconhecimento dos activos recebidos como contrapartida nos seguintes termos:

(milhares de Euros)

	Jun 2013			Dez 2012		
	Valores associados à cedência de activos			Valores associados à cedência de activos		
	Activos líquidos cedidos	Valor recebido	Resultado apurado com a transferência	Activos líquidos cedidos	Valor recebido	Resultado apurado com a transferência
Vallis Construction Sector Fund	20 399	21 346	947	15 318	19 018	3 700
Fundo de Reestruturação Empresarial, FCR	5 026	5 026	-	-	-	-
	25 425	26 372	947	15 318	19 018	3 700

(milhares de Euros)

	Jun 2013				
	Títulos sénior	Títulos júnior	Total	Imparidade júniores	Valor líquido
Vallis Construction Sector Fund	15 193	6 153	21 346	(6 153)	15 193
Fundo de Reestruturação Empresarial, FCR	5 026	-	5 026	-	5 026
	20 219	6 153	26 372	(6 153)	20 219

(milhares de Euros)

	Dez 2012				
	Títulos sénior	**Títulos júnior**	**Total**	**Imparidade júniores**	**Valor líquido**
Vallis Construction Sector Fund	14 144	4 874	19 018	(4 874)	14 144

Os activos líquidos cedidos ascendem a 25.425 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012:15.318 milhares de Euros), conforme nota 20.

Os títulos júnior referem-se a Unidades de participação no montante de 6.153 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 4.874 milhares de Euros). No âmbito das operações de cedência, os títulos subscritos de natureza subordinada especificamente relacionados com os activos cedidos (títulos júnior), encontram-se provisionados na sua totalidade, conforme nota 23.

Apesar de os títulos de natureza subordinada se encontrarem totalmente provisionados, a CEMG mantém também uma exposição indirecta aos activos financeiros cedidos, no âmbito de uma participação minoritária na *pool* de todos os activos cedidos por outras instituições financeiras, por via das acções dos fundos adquiridas no âmbito das operações (denominadas no quadro como títulos sénior).

53 Eventos subsequentes

Após a data de balanço e antes das Demonstrações Financeiras terem sido autorizadas para emissão, não se verificaram transacções e/ou acontecimentos relevantes que mereçam relevância de divulgação.

11.3. Declaração de Conformidade sobre a Informação Financeira Apresentada do Conselho de Administração Executivo

A presente declaração é feita nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários (CVM).

É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo a elaboração do relatório de gestão e a preparação das demonstrações financeiras e que estas apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da Instituição, o resultado das operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou irregularidades.

Confirmamos, tanto quanto é o nosso conhecimento e nossa convicção, que:

- toda a informação financeira individual e consolidada contida nos documentos de prestação de contas, referente ao primeiro semestre de 2013, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Instituição, e das empresas incluídas no perímetro de consolidação;
- o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Instituição e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, em conformidade com os requisitos legais.

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

António Tomás Correia – Presidente

Jorge Humberto Cruz Barros Jesus Luís - Vogal

Pedro Miguel de Almeida Alves Ribeiro - Vogal

Fernando Paulo Pereira Magalhães - Vogal

11.4. Conformidade das Recomendações do *Financial Stability Forum* (FSF) e do *Commitee of European Banking Supervisers* (CEBS), referente à transparência da informação e à valorização de ativos (Carta Circular n.º 58/2009/DSBDR, do Banco de Portugal)

A Carta Circular n.º 58/2009/DSB do Banco de Portugal estabelece a necessidade das instituições continuarem a dar adequado cumprimento às recomendações do FSF e do CEBS, referentes à transparência da informação e à valorização de ativos, tendo em conta o princípio da proporcionalidade.

Algumas das recomendações já estarão abordadas ao longo deste Relatório e Contas ou nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, pelo que, quando tal suceder, far-se-á remissão para tais documentos.

I. MODELO DE NEGÓCIO

1. Descrição do modelo de negócio

Nos pontos 2 e 5.2 deste Relatório e Contas (RC) apresenta-se a descrição do modelo de negócio e a evolução das atividades e negócios.

2. Descrição das estratégias e objetivos

No ponto 2 do RC apresentam-se as orientações e medidas estratégicas para o Grupo CEMG definidas para 2013 em linha com os objetivos do Plano de Financiamento e Capital.

3., 4. e 5. Atividades desenvolvidas e contribuição para o negócio

Nos pontos 5.2 e 7 do RC é feita a descrição do desenvolvimento das atividades e a sua contribuição para o negócio. Também nas Notas às Demonstrações Financeiras referente ao Reporte por Segmentos, é apresentado o contributo de cada atividade.

II. RISCOS E GESTÃO DOS RISCOS

6. e 7. Descrição e natureza dos riscos e práticas de gestão

No ponto 6 e nas Notas às Demonstrações Financeiras apresenta-se a descrição e a quantificação dos diversos riscos incorridos, bem como das práticas de acompanhamento, de recuperação e de controlo adotadas para a minimização dos mesmos.

III. IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA FINANCEIRA NOS RESULTADOS

8., 9., 10. e 11 Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas e impacto dos *write-downs* e decomposição dos *write-downs*

Nos pontos 6 e 7 do RC é abordada a questão das imparidades relacionadas com a evolução dos mercados financeiros.

Também no ponto 7 e, no âmbito da análise dos Resultados e das Provisões e Imparidades, dá-se nota do valor da imparidade da carteira de títulos.

Nas Notas às Demonstrações Financeiras também se faz referência ao impacto das imparidades.

12. e 13. Decomposição dos *write-downs* entre montantes realizados e não realizados e impacto na cotação das ações da entidade.

Não aplicável.

14. Divulgação do risco de perda máxima associada ao prolongamento da turbulência financeira.

No ponto 6 do RC estão referenciadas de forma global estas questões.

15. Divulgação do impacto que a evolução dos *spreads* associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados.

Nas Notas às Demonstrações Financeiras é apresentada informação que se considera suficiente, tendo em conta o âmbito pretendido.

IV. NÍVEIS E TIPOS DAS EXPOSIÇÕES PELO PERÍODO DE TURBULÊNCIA

16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições "vivas".

Nas Notas às Demonstrações Financeiras apresentam-se os valores desdobrados por nocional, balanço e justo valor.

17. Informação sobre mitigantes de risco de crédito (e.g. através de *credit defualt swaps*) e o respetivo valor das exposições existentes.

Nas Notas às Demonstrações Financeiras é apresentada a informação sobre os mitigantes de riscos de crédito referentes aos ativos e passivos ao justo valor através de resultados.

18. Divulgação detalhada sobre as exposições.

Considera-se que a informação constante dos pontos 6 e 7 do RC e das Notas às Demonstrações Financeiras responde a esta questão.

19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, compras, *write-downs*, etc.).

A informação constante das Notas às Demonstrações Financeiras contempla a resposta a este assunto.

20. Explicações acerca das exposições (incluindo "veículos" e, neste caso, as respetivas atividades) que não tenham sido consolidadas (ou que não tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas.

No ponto 7 do RC e nas Notas às Demonstrações Financeiras, o ponto referente a "Securitização de ativos" apresenta uma descrição detalhada sobre as diversas operações de titularização realizadas e os respetivos "veículos", ou seja, *Special Purpose Vehicle* (SPV).

21. Exposição a seguradoras de tipo "*monoline*" e qualidade dos ativos segurados.

Não aplicável.

V. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E MÉTODOS DE VALORIZAÇÃO

22., 23., 24. e 25. Classificação das transações e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos, consolidação dos *Special Purpose Vehicle* (SPV), divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros e descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros.

As Notas às Demonstrações Financeiras contemplam informação detalhada sobre estas questões.

VI. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES NA DIVULGAÇÃO

26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.

Um dos objetivos do sistema de controlo interno do Grupo CEMG é o de assegurar o cumprimento das normas prudenciais em vigor, a fiabilidade de informação e os prazos de reporte para as diversas entidades externas.

O Grupo CEMG tem vindo a seguir a prática de concentrar a responsabilidade de reporte de informação para Entidades Externas nos Órgãos especializados nas respetivas matérias, tendo em conta as suas funções e atividades e recorrendo para o efeito, sempre que possível, a ferramentas de suporte tecnologicamente evoluídas, a fim de minimizar os erros e omissões e garantir níveis elevados de fiabilidade e tempestividade da informação.